

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

Leonora Figueiredo Corsini

*Êxodo Constituinte: Multidão, Democracia e
Migrações*

Rio de Janeiro

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

*Êxodo Constituinte:
Multidão, Democracia e Migrações*

Autor: Leonora Figueiredo Corsini

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social (Departamento de Métodos e Técnicas) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Giuseppe Mario Cocco

**Rio de Janeiro
2007**

Leonora Figueiredo Corsini

*Êxodo Constituinte:
Multidão, Democracia e Migrações*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social (Departamento de Métodos e Técnicas) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giuseppe Mario Cocco – Escola de Serviço Social – UFRJ

Prof. Dr. José Maria Gómez – Escola de Serviço Social – UFRJ

Profa. Dra. Josaida Gondar – Programa de Memória Social – UNIRIO

Prof. Dr. Carlos Augusto Peixoto Junior – Instituto de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Dr. Pedro Cláudio Cunca Bocayuva – Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

SUPLENTES:

Profa. Dra. Maria de Fátima Cabral – Escola de Serviço Social – UFRJ

Prof. Dr. Rodrigo Guéron – Instituto de Arte – UERJ

Dedico este trabalho a todos aqueles que fazem de sua vida,
movimento.
E ao meu filho André, que acaba de partir para construir o seu caminho.

Agradecimentos

Este trabalho nasce de um interesse antigo por viagens, estrangeiros, migrantes, mas é também, sobretudo, resultado de um trabalho coletivo, do qual participaram muitas pessoas, às quais agradeço sinceramente: meu orientador, prof. Giuseppe Cocco que compartilhou a bagagem de idéias e reflexões produzidas nos seus muitos anos de militância política, na prática e na pesquisa (e também nas viagens), aguçando, através de uma interlocução viva e aberta, ainda mais meu interesse original, e me permitindo acreditar na possibilidade de dar a este interesse o formato de uma tese.

Agradeço à multidão de amigos e amigas do LABTeC, da rede Universidade Nômade e da Revista Global, instâncias que se sobrepõem e onde foram ganhando forma idéias, pesquisas, debates (às vezes acalorados), seminários e eventos; em especial, queria agradecer às amigas de muitas horas Patrícia Daros, Eliane dos Santos, Jocelene Ignacio, Ana Maria Bonjour, Barbara Szaniecki, Telma Mariasch, por sua amizade e apoio.

Faço um agradecimento especial a Gerardo Silva, companheiro atento e solidário, cujo apoio foi fundamental para que este trabalho chegasse ao fim, e que generosamente indicou leituras, compartilhou idéias, leu meus escritos e contribuiu com suas valiosas observações e sugestões.

Agradeço também aos meus filhos, aos meus irmãos, à minha mãe e aos demais amigos com quem convivo no dia-a-dia, por terem acreditado em mim e por terem tido a paciência de me tolerar nas horas mais difíceis, principalmente no momento de finalizar esta tese.

Quero agradecer ainda aos funcionários e colegas do programa de pós-graduação da ESS/UFRJ, aos professores do programa e externos que me indicaram caminhos teóricos, ferramentas conceituais, e me estimularam a pensar e a refletir sobre as questões que me acompanharam nesta jornada, e aos membros da banca, por sua disponibilidade em participar dos ritos acadêmicos.

Recebi bolsa da Capes para o curso de doutorado, agradeço a esta agência e a todos os que intermediaram a concessão da bolsa.

“A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutra galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”

João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*

Resumo

Partindo da premissa de que as migrações mundiais contemporâneas estão associadas à crescente mobilidade do trabalho e às transformações que se verificam e atravessam a própria história do capitalismo, realizamos um estudo teórico sobre os fluxos migratórios que vêm se intensificando com a globalização. As análises são feitas em termos dos conflitos e tensões que caracterizam as migrações hoje, que excedem e escapam aos ordenamentos sociais tradicionais determinados pelo desenvolvimento do capitalismo dentro do espaço do Estado-nação. Nossa principal referência é o conjunto de pesquisas e estudos realizados no âmbito das proposições teóricas dos pesquisadores da Autonomia das Migrações, cuja idéia central é de que as pessoas, com suas redes afetivas e familiares, seus sonhos e seu desejo de transformação, é que dão forma às migrações. Privilegiamos a importância da resistência e das lutas como elementos fundamentais à constituição da liberdade, da democracia e da cidadania. Também problematizamos a concepção tradicional de identidade, para podermos repensar os efeitos da crescente mobilidade de pessoas, mercadorias, bens, conhecimentos no terreno das migrações. Como base empírica a essas reflexões sobre a emergência de novas formas de subjetivação e sobre a construção e desconstrução de identidades, fazemos uma análise das revoltas dos jovens descendentes de migrantes moradores das periferias e subúrbios das cidades francesas que explodiram em 2005, além de analisar o processo migratório recente nos Estados Unidos, com ênfase para o ciclo de lutas dos migrantes indocumentados, que vêm se intensificando no país a partir de 2001. Nossa conclusão é de que, ao encarnarem em sua plenitude as dimensões de resistência e do direito de fuga, os migrantes contemporâneos constituem-se em uma nova e potente classe política, sobretudo porque lutam e resistem.

Abstract

Departing from the standpoint that contemporary migrations are interrelated to the increasing mobility of labor as well as to the undergoing changes of historical capitalism, we conducted a theoretical study on the migratory fluxes intensified with globalization. Our analyzes are made in terms of the conflicts and antagonisms perpassing migrations nowadays, which exceeds and go beyond the traditional objective determinations in the domains of modern Nation-states. Our main reference is the set of studies and inquiries developed within Autonomy of Migrations, which core idea is that individuals, with their affective and familiar networks, their dreams and desire to change, are the ones that model and shape migrations. We regard the role of resistance and fights as the fundamental elements for the constitution of freedom, democracy and citizenship. We also problematize the traditional conceptions of identity, in order to rethink the effects of the crescent mobility of persons, goods, markets, knowledges in the terrain of migrations. As an empirical base for these reflections about construction and deconstruction of identities, we analyzed the riot of the *banlieue* youngsters which took place in France in 2005 in response to the “zero tolerance” program of the government and other restrictive and racist measures against maghrebin migrants residing in the outskirts of French cities. We also analyze the recent migratory process in the United States, including the cycle of struggles underun by non-authorized and illegal immigrants in this country. Our conclusion is that, once they incorporate and materialize the dimensions of resistance and the right to exit, contemporary migrants constitute themselves as a new and potent political class – because they fight and resist.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1	
Primeiras questões teórico-conceituais.....	21
1.1 <i>A mobilidade da multidão: uma ontologia do trabalho no mundo pós-fordista</i>	
1.2 <i>Subjetividade como produção</i>	
1.3 <i>Resistência e linhas de fuga</i>	
1.4 <i>Biopolítica e biopoder</i>	
1.5 <i>O estrangeiro, a hospitalidade e o comum</i>	
1.6 <i>Entre o migrante e o nômade – Intermezzo</i>	
Capítulo 2	
Migrações, trabalho e desenvolvimento: as teses da autonomia.....	66
2.1 <i>Migrações, êxodo e desenvolvimento</i>	
2.2 <i>Migrações e capitalismo histórico</i>	
2.3 <i>Autonomia das migrações</i>	
2.4 <i>Novas formas da mobilidade e a economia dos fluxos</i>	
2.5 <i>Uma pequena revolução copernicana</i>	
Capítulo 3	
A luta dos franceses da periferia	90
3.1 <i>A explosão da revolta</i>	
3.2 <i>Um fenômeno francês?</i>	
3.3 <i>Entre o integracionismo republicano e o Multiculturalismo</i>	
3.4 <i>A República nua: estruturas de poder em uma nova ordem global</i>	
Capítulo 4	
Uma só, ou várias identidades?	112
4.1 <i>Identidade e as minorias sociais</i>	
4.2 <i>Sobre a dimensão múltipla e aberta da identidade</i>	
4.3 <i>Identidade, relações de poder e técnicas de si</i>	
4.4 <i>Identidade para o outro</i>	
4.6 <i>O Pós-colonialismo e a identidade</i>	
4.5 <i>Identidade na Relação: da raiz ao rizoma</i>	
4.7 <i>A respeito do entrecruzamento identidade/migrações</i>	

Capítulo 5

Cruzando as fronteiras: migrantes nos Estados Unidos139

- 5.1 *Um pouco de história*
- 5.2 *O regime de tolerância dos Estados Unidos*
- 5.3 *Chicago, a primeira cidade-laboratório*
- 5.4 *Os imigrantes latinos nos Estados Unidos*
- 5.5 *Los Angeles, a cidade desenraizada*
- 5.6 *O ciclo de lutas dos imigrantes*
- 5.7 *As remessas de divisas*

Capítulo 6

Da Cidadania Social à Cidadania Global: como pensar uma nova forma de cidadania no mundo globalizado?..... 174

- 6.1 *Algumas bases filosóficas comuns*
- 6.2 *Cosmopolitismo em Kant*
- 6.3 *Os migrantes – fronteiras e confins da cidadania*
- 6.4 *Os migrantes contemporâneos e as cidades globais*
- 6.5 *As lutas da multidão – rumo a um projeto de cidadania global*

Conclusão 197

Referências..... 203

Anexos 214

Introdução

De acordo com o *Atlas das migrações mundiais* organizado por Catherine Wihtol de Wenden (2005), neste início de século cerca de 200 milhões de pessoas vivem em migração. Este número é evidência de um crescimento bastante acelerado: os 120 milhões de migrantes no mundo em 1990 quase que dobraram em dezesseis anos, ao passo que os números da migração no mundo, ainda de acordo com o *Atlas*, aumentam mais rapidamente do que os da própria população mundial! Dentre os efeitos provocados por esta crescente mobilidade que se intensifica com a globalização, pode-se citar a maior procura por grandes metrópoles – em lugar de países – como destino, o surgimento de novas figuras sociais, o esfarelamento de certas fronteiras geográficas, a intensificação de mecanismos de controle para limitar a mobilidade transfronteira, a hibridização das culturas. Ao mesmo tempo, também as fronteiras institucionais se misturam e não distinguimos mais com tanta nitidez as migrações econômicas das políticas, tampouco podemos discriminar com muita precisão países de acolhida e países de saída, migrações internas e externas. Há que se registrar o impressionante impacto das remessas de dinheiro feitas pelos migrantes a seus países de origem. O BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, estima que no ano de 2006, para ficar com um exemplo dos migrantes residentes nos Estados Unidos, as remessas de dólares para países dos continentes americanos tenham ultrapassado a casa dos 45 bilhões de dólares, dos quais 24 bilhões destinaram-se ao México; 7,6 bilhões entraram no Brasil; 4,6 na Colômbia e 3,6 na Guatemala. Esta entrada de recursos muitas vezes supera o total de exportações desses países em um ano (como é o caso da Guatemala), ou mesmo o total dos recursos recebidos por organismos financeiros mundiais como o FMI ou o Banco Mundial.

Podemos dizer que as migrações estão no cerne das transformações mundiais da

contemporaneidade, renovando e deslocando ao mesmo tempo o papel que já haviam desempenhado na era dos grandes “descobrimientos” continentais; trata-se de um fenômeno que certamente mobiliza todos aqueles que atuam no campo social ou no campo da subjetividade, como psicólogos, assistentes sociais, comunicadores, educadores, sociólogos, etc. Com efeito, existe uma vasta literatura que trata das experiências dos migrantes, tanto no Brasil quanto no mundo, revelando os conteúdos psicológicos e subjetivos de uma nova classe de trabalhadores que vive em constante mobilidade. Os migrantes contemporâneos, ao virem de outro lugar e ocuparem muitas vezes o lugar da exclusão, do “estar fora” ou estar à margem, vivem e encarnam os dramas e as dificuldades que se revelam nas múltiplas formas de exacerbação da exploração: a intolerância, o racismo e o preconceito; mas, por outro lado, eles também resistem e produzem, através de sua luta, estratégias que subvertem essas barreiras, criam e transformam, nos lugares onde chegam, formas de relação, modos de estar no mundo, em um processo de produção de novos laços intersubjetivos. Os migrantes – e junto com eles, os habitantes desses “territórios dos pobres”¹: negros, mestiços, e todos aqueles que são classificados como diferentes, carentes, incapazes e, potencialmente perigosos – revelam-se extremamente potentes, por vezes de maneira microscópica, através de seus pequenos e cotidianos movimentos, em suas lutas por direitos e cidadania.

Na nossa visão, este fenômeno também diz respeito ao trabalho dos assistentes sociais e, mais em geral, aos trabalhos ligados à produção da vida, aos cuidados com o que convencionalmente é designado como “reprodução”. As migrações mundiais, em seus rebatimentos sobre a acelerada mobilidade do trabalho que se intensifica com a globalização, entram como elementos fundamentais numa pauta de discussões e preocupações em torno da

1 Cecília Coimbra utiliza esta expressão no comentário de capa do livro de Ademir Pacelli Ferreira (1999) *O migrante na rede do outro*.

formulação de políticas públicas de saúde, educação, habitação, previdência e assistência que possam dar conta desta questão em toda sua complexidade. Os assistentes sociais têm hoje o desafio de atender às demandas de inclusão e democratização do acesso aos serviços básicos de atenção e cuidado de uma população que é, ao mesmo tempo, cada vez mais móvel e cada vez menos atrelada ao regime de assalariamento, ao pleno emprego e, portanto, a seus dispositivos de proteção social. Com a crise do fordismo e da grande indústria, o trabalho informal dissemina-se, ao passo que o trabalho assalariado fica mais precário. A própria reflexão sobre o mundo do trabalho torna-se mais complexa. A geração de renda e a constituição de formas de cooperação e produção flexível convivem com mecanismos de precarização, marginalização e empobrecimento. Muitos migrantes só conseguem se instalar e produzir sua vida trabalhando em condição de informalidade e de precariedade, engrossando assim as fileiras dos que demandam, para além da assistência social e cuidados de saúde, a construção de novos instrumentos de apoio aos movimentos, organizações, cooperativas e instituições que busquem fomentar a inclusão como forma de promover o desenvolvimento, sob a premissa básica de que a inclusão e a universalização dos direitos e da cidadania são hoje as condições necessárias para um crescimento econômico socialmente sustentável.

Assim, algumas primeiras questões podem ser formuladas: o que é que determina esta entrada na mobilidade de milhões de pessoas, a cada ano? As migrações contemporâneas são uma escolha, ou um contingenciamento? Do ponto de vista da emancipação, constituem algo positivo, no momento em que permitem o desenvolvimento das pessoas, das cidades, dos países, ou negativo, ao acirrar e intensificar as intolerâncias, a exclusão de estrangeiros e seus descendentes, aumentando ainda mais as desigualdades, estimulando a concentração de riqueza para alguns poucos, e a miséria para muitos? As migrações teriam, enfim,

determinações externas e independentes da vontade dos que partem, ou seriam decididas voluntariamente por quem quer deixar seu país, seu lugar de trabalho, seus vínculos com um território?

Essas interrogações iniciais já deixam entrever uma bifurcação, uma tendência a separar em duas vertentes tanto as teorias que vêm sendo desenvolvidas contemporaneamente para dar conta do fenômeno da migração, quanto os próprios métodos que são empregados para dar sustentação às pesquisas sobre o tema. Por um lado, existem as abordagens que interpretam a saída em massa de uma determinada população, em um determinado momento, de um determinado território, como uma resposta às situações de extrema adversidade que, objetivamente, já se encontram lá, como que “empurrando” e “obrigando” a sair. Neste caso, a emigração é apreendida como algo negativo, uma forma de sobredeterminação e exclusão. Por outro, há pesquisas que interpretam os fenômenos migratórios em termos positivos, ou seja, de ruptura e/ou fuga para fora das relações de exclusão e subordinação. Se colocados nesta perspectiva, os migrantes aparecem como sendo os “pobres”, a própria “carne” da multidão, um corpo político revolucionário que empreende, ou ajuda a empreender, o processo de desconstrução das fronteiras nacionais, um dos pilares históricos para a organização e consolidação do capitalismo na modernidade, que é justamente confrontado e colocado em xeque com a globalização. Indo nesta direção, Antonio Negri e Michael Hardt defendem em *Império* (2001) que as migrações teriam uma dimensão inteiramente positiva enquanto “deserção da soberania e dos limites que ela impõe à subjetividade”. Em *Multitude* (2004), os autores reforçam esta abordagem, exatamente através da proposta do conceito de carne, uma corporeidade que não se deixa hierarquizar nem se fazer representar no “corpo” do soberano (cf. Barbara Szaniecki, 2007, p. 120-121).

Na primeira vertente, tende-se a realçar e enfatizar a perspectiva da integração do migrante ao seu novo território, e as tentativas que são feitas, por parte de quem acolhe o migrante, no sentido de capturar o que ele pode oferecer enquanto força de trabalho e de neutralizar ou homogeneizar aquilo que o singulariza, ou seja, sua condição de “estrangeiro”. Na segunda vertente, são valorizadas as disposições subjetivas e ativas do migrante, aquele que exerce o direito de fuga, circunstância em que a migração adquire uma dimensão de resistência, de constituição da liberdade.

Para muitos autores, além disso, o fenômeno das migrações concerne imediatamente à própria história do capitalismo. Nas palavras de Sandro Mezzadra, um dos mais argutos observadores das conseqüências políticas do fenômeno migratório na contemporaneidade, migrações, mobilidade do trabalho e a história do capitalismo são fatos da vida contemporânea que surgem em condições de estreito entrelaçamento. Os trabalhos de Mezzadra e de Yann Moulier Boutang, outro estudioso das inter-relações entre as migrações e o capitalismo histórico, têm apontado a tensão permanente e inerente ao conjunto das práticas subjetivas que se expressam na mobilidade do trabalho na contemporaneidade, tensões que excedem e “escapam” aos ordenamentos sociais tradicionais determinados pelo desenvolvimento do capitalismo dentro do espaço do Estado-nação.

Ao mesmo tempo, sempre no âmbito dessa segunda abordagem, esgota-se ou entra em crise a idéia de que os movimentos migratórios são fluxos manejáveis (idéia que está por trás da teoria do Exército Industrial de Reserva, por exemplo), o que acaba colocando em xeque mais uma vez as políticas migratórias assentadas na perspectiva da integração. Para Mezzadra (2005) e Moulier-Boutang (1998), existe hoje a necessidade de se reinterpretar ou construir

instrumentos metodológicos e teóricos mais adequados à interpretação das características do fenômeno das migrações, enquanto dispositivo complexo que alterna a valorização e, paradoxalmente, a contenção e o “refreamento” da mobilidade dos trabalhadores; a mobilidade como a autonomia da mão-de-obra e, simultaneamente, como nível máximo de heteronomia.

Optamos em nosso trabalho pelo pressuposto dos autores da segunda perspectiva, que defendem que as migrações mantêm uma estreita relação com o trabalho, a produção e a subjetividade, posto que entendemos a opção por migrar como desejo e exercício do direito de fuga, no sentido de resistência. E uma vez que a resistência funciona como o motor da mobilidade do trabalho, então as migrações vão além das sobredeterminações econômicas, políticas, sociais, etc.; elas excedem, como dizem Moulier-Boutang e Mezzadra, suas determinações objetivas (sem com isto desconsiderar que estes fatores econômicos, políticos e sociais estejam também presentes, apresentando-se como terreno fundamental de constituição da liberdade).

Assim, coloca-se mais uma vez a questão da subjetividade. Mas, de que subjetividade estamos falando? Entendemos subjetividade e os processos de subjetivação como absolutamente implicados na dinâmica das relações sociais, uma dimensão da vida que é produtora de si mesma, que diz respeito aos encontros, às diferenças, às escolhas, às trocas e, sobretudo, aos conflitos e às lutas por mudança (porque, uma coisa que podemos afirmar com relação ao migrante é que se trata de alguém que deseja mudar).

Como uma das possibilidades de sair do dilema teórico e metodológico que

mencionamos no início, escolhemos inscrever nosso estudo sobre as migrações numa perspectiva que mantenha o foco na própria dimensão paradoxal do fenômeno das migrações contemporâneas, na ambivalência constitutiva que é, no nosso entender, a condição comum de todo migrante. Para nós o migrante está sempre situado na fronteira, num espaço “entre dois”: o da fuga e o da acolhida; é alguém que ao mesmo tempo que parte e rompe com o território de origem, chega no novo lugar onde terá que construir sua vida, tendo que negociar e reconstruir identidades, redes afetivas, vínculos e pertencimentos. Enfim, o migrante, ao ser portador de todo um conjunto de possibilidades, de variações, de modulações, de virtuais transformações, a partir de seus encontros com o outro que o acolhe, ao ser visto como um outro para quem acolhe, ao afirmar sua diferença, ao estabelecer novos vínculos e negociações, é o sujeito desses fluxos incessantes, dos contínuos movimentos de desterritorializações e reterritorializações que tecem e configuram o espaço do mundo globalizado. O recorte que pretendemos dar à discussão sobre os efeitos das migrações hoje visa, sobretudo, privilegiar a dupla dimensão da experiência do migrante. Pretendemos desenvolver nesta tese uma linha de análise e discussão que mantenha em tela a “própria ambigüidade da condição migratória” (Mezzadra, op. cit., p. 16).

Método e procedimentos de trabalho

A pesquisa que desenvolvemos sobre a temática das migrações em suas interseções com as transformações do trabalho e a produção de subjetividade é basicamente teórica e está referenciada nos estudos e pesquisas realizados no âmbito da vertente da já citada Autonomia das Migrações, cuja idéia central é de que as pessoas, com suas redes afetivas e familiares é que dão forma e movimento às migrações, muito mais do que estados, governos ou políticas econômicas. Assim como a premissa metodológica dos pensadores e militantes da corrente

neomarxista *Autonomia Operaia* – operaísmo e pós-operaísmo – foi a idéia de que as lutas operárias são primeiras com relação ao capital, que elas preexistem às determinações econômicas (a classe operária existe porque luta, ou seja, a luta é constituinte), também na perspectiva dos autonomistas das migrações a dimensão de luta e resistência dos migrantes para se constituírem enquanto cidadãos é privilegiada.

Além da referência de base na *Autonomia das Migrações* e permeando a discussão sobre as dinâmicas migratórias, como um eixo de análise que vai na direção das lutas e da dupla dimensão ou ambigüidade da figura do migrante, mobilizamos alguns conceitos que serão utilizados transversalmente ao longo de todo o trabalho, e serão apresentados no primeiro capítulo desta tese. As ferramentas conceituais apresentadas no Capítulo 1 dizem respeito ao conceito de multidão e discutem a mobilidade do trabalho no mundo pós-fordista; à subjetividade apreendida como produção e relação. Além disso, trabalhamos com as concepções foucaultianas de biopolítica e biopoder; resistência, relações de poder e linhas de fuga. Trata-se de um léxico político-teórico que inclui também as noções de estrangeiro, de hospitalidade, do comum, bem como as novas possibilidades de leitura do êxodo e do nomadismo. Esses conceitos são trabalhados, sobretudo, a partir das contribuições de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Jacques Derrida.

No capítulo 2 apresentamos mais detalhadamente as premissas teóricas da *Autonomia das Migrações* em sua estreita inter-relação com as teses da “*Autonomia Operária*”, movimento neomarxista surgido na década de 70 na Itália. Para efeitos desta tese, serão utilizadas as proposições dos autonomistas sobre o trabalho imaterial, as novas configurações do trabalho e dos fluxos da produção no contexto da globalização, a multidão como classe e

como nova ontologia. Os autores utilizados como referência, serão, além de Antonio Negri e Michael Hardt (basicamente os livros *Império* e *Multidão* de que são co-autores), Yann Moulier-Boutang, Sandro Mezzadra, Paolo Virno e Maurizio Lazzarato.

Na seqüência, o Capítulo 3 trata de um exemplo recente que para nós é emblemático dos postulados dos autonomistas a respeito da resistência e a busca da liberdade: a luta dos jovens franceses moradores das periferias de Paris e outras cidades da França que eclodiu no final de 2005, e que se interconecta também com a questão racial nos Estados Unidos e as manifestações nas ruas de Los Angeles, Califórnia, estado que tem um dos maiores contingente de imigrantes de origem latino americana, muitos deles indocumentados, em sua maioria provenientes do México².

O Capítulo 4 trata do conceito de identidade, cuja problematização parece-nos crucial à nossa proposta de repensar os efeitos da crescente mobilidade de pessoas, bens, mercadorias, conhecimentos que têm lugar no mundo globalizado. Analisamos a questão da identidade a partir de autores que ressaltam sua dimensão de multiplicidade, de produção de possibilidades de construção de novas e diferentes narrativas e sentidos, de proliferação de linguagens e relações. Para efeitos de nosso trabalho, são fundamentais neste capítulo as contribuições de Michel Foucault, Frantz Fanon, Édouard Glissant e Stuart Hall.

O Capítulo 5 fornece uma base empírica a esta reflexão sobre a identidade a partir do fenômeno dos fluxos migratórios contemporâneos nos Estados Unidos, país cuja população

2 O escritor mexicano Octavio Paz conta logo nas páginas iniciais de *El laberinto de la soledad* que, na época em que foi viver nos Estados Unidos (nos anos 1940), Los Angeles era uma cidade onde já viviam mais de um milhão de pessoas de origem mexicana (Paz, 2004).

atinge hoje, segundo projeções demográficas recentes, 300 milhões de habitantes. Ao colocar o foco nas lutas dos migrantes nos Estados Unidos, buscamos ilustrar de maneira adequada as tensões e conflitos que atravessam o fenômeno migratório e o modo como as lutas e os movimentos dos migrantes pela ampliação e consolidação dos direitos e da cidadania vêm se fazendo sentir na vida das grandes cidades globalizadas. A referência será ampliada com o acréscimo de algumas considerações sobre as manifestações mais recentes da luta dos migrantes indocumentados – que são considerados ilegais pela administração Bush, e vêm sofrendo uma série de sanções e restrições no seu direito de circular – tais como o grande protesto organizado para o primeiro de maio de 2005 e os movimentos que continuam a ser articulados contra a construção do duplo muro na fronteira com o México.

O sexto e último Capítulo aborda a questão da cidadania em um mundo globalizado, redefinindo conceitos como fronteira, confins, cosmopolitismo, direitos, cidadania, a constituição do comum nas cidades globais e os desafios que hoje se colocam concretamente a partir da globalização. Fazemos uma análise das relações do migrante contemporâneo e o estatuto da cidadania no sentido da construção e sustentação de um projeto de cidadania global. Os autores utilizados nesta última parte da tese são principalmente Michael Walzer, Abdelmalek Sayad, Sandro Mezzadra, Antonio Negri, Michael Hardt e Saskia Sassen.

Sinteticamente, os objetivos de nosso trabalho estão organizados ao longo dos seguintes eixos:

- 1) articulação do fenômeno das migrações mundiais e a mobilidade do trabalho (ou o trabalho da multidão);

- 2) articulação entre migrações e desenvolvimento;
- 3) reconceitualização/requalificação de elementos considerados fundamentais para a compreensão desta nova e crescente mobilidade, tais como: produção de subjetividade, resistência, linhas de fuga e relações de poder, identidade e performatividade, êxodo, territorialidade, nomadismo, miscigenação, questão racial, confins e fronteiras, tolerância, cidadania e direitos;
- 4) análise das relações com o território no cenário da globalização (novas cartografias, porosidade das fronteiras, desterritorialização/reterritorialização) e com as grandes metrópoles globais como produtoras de novas identidades e de novos sentidos para a cidadania; articulação entre os movimentos e as lutas dos migrantes pelo reconhecimento e acesso aos direitos ao trabalho e à cidadania com os conceitos de biopolítica e biopoder.

Capítulo 1

Algumas questões teórico-conceituais

*“Um espectro assombra o mundo, o espectro da
migração...”*

Michael Hardt e Antonio Negri

Como dar início a esta empreitada de pensar as migrações no mundo globalizado, que se desenhou com a crise do fordismo e a emergência do regime de acumulação pós-fordista? As dimensões do afeto, da cooperação, da interdependência colocam no centro a mobilidade do trabalho. Enfim, as dimensões da subjetividade afirmam-se em toda sua potência e ambigüidade na globalização, redesenhando o território global, desconstruindo fronteiras e soberanias, desestruturando as dimensões espaciais do ciclo de produção e reprodução do capital. Citando Giuseppe Cocco em *Trabalho e Cidadania* (2000), a crise do regime de acumulação fordista abriu a possibilidade de fechar o período de dominação do paradigma industrial, e este deslocamento permitiu também a instalação de um processo de metropolização e desterritorialização que se determina em um terreno de constituição de novas subjetividades e novos conflitos sociais.

No pós-fordismo o trabalho torna-se abstrato e imaterial e, ao mesmo tempo, concretiza-se, encarna-se, na produção de uma subjetividade que é produtora de subjetividade, que é autopoietica, produtora de si mesma, fazendo convergir num mesmo plano o material e o imaterial, o objetivo e o subjetivo. Assim, podemos pensar os fluxos migratórios dentro da própria mobilidade do trabalho, entendida como o terreno privilegiado de produção de subjetividade. Ora, essa mobilidade é cada vez mais marcada e acelerada no cenário pós-

fordista de um capitalismo globalizado organizado a partir das redes de circulação. Para nós, falar de migrações passa por falar das desterritorializações e da mobilidade do trabalho.

As migrações contemporâneas que pretendemos estudar desenrolam-se, portanto, em um mundo pós-fordista, pós-nacional, pós-soberanista, um mundo atravessado por crises e marcado pelas possibilidades de transformação que acompanham essas crises. Essas possibilidades traduzem-se em novas subjetividades, ou melhor, em novas formas de subjetivação e de estar no mundo que dizem respeito, por sua vez, aos novos modos de agir e interagir, que se recompõem em redes de comunicação, de produção, de troca de informações, de relações, nos muitos mundos possíveis que compõem o nosso real.

Por isto, escolhemos começar apresentando alguns conceitos que, mesmo não estando diretamente vinculados à temática das migrações, irão funcionar como os “fios condutores” do nosso estudo; serão nossas ferramentas de trabalho que por sua vez dialogarão, de maneira transversal, com os exemplos e reflexões sobre os desafios e as lutas dos migrantes. Além de explicitar o que entendemos por multidão, subjetividade, nomadismo, resistência, linha de fuga, biopolítica, faremos neste primeiro capítulo o encaminhamento de algumas questões que serão a base destas articulações.

1.1 A mobilidade da multidão: uma ontologia do trabalho no mundo pós-fordista

Para Antonio Negri (2004) o conceito de multidão dá conta de um conjunto absolutamente imanente de singularidades, singularidades estas que cooperam entre si enquanto tais, mantendo-se múltiplas e heterogêneas. Trata-se de um conceito particularmente adequado em um momento em que, na transição do fordismo para o pós-fordismo, o

pensamento predominante da modernidade entra em crise, colocando em xeque seus pilares tradicionais: a soberania, a representação, a propriedade privada e o contrato social. Segundo Negri, o pensamento filosófico-político da modernidade retirava toda multiplicidade das singularidades, unificando transcendentalmente a multiplicidade para forjar o conceito de povo; por outro lado, dissolvia o conjunto de singularidades da *multitudo*³ para formar uma massa de indivíduos. Ao afirmar que a multidão é um conjunto absolutamente imanente de singularidades (“a multidão é o nome de uma imanência”), Negri se preocupa em esboçar uma outra possível definição ontológica para “o que sobra da realidade no momento em que o conceito de povo é libertado da transcendência” (Negri, 2004, p. 15). A auto-organização da multidão já traz embutida em si mesma sua própria causa e finalidade, que desde Spinoza (e também em Maquiavel), dirige-se no sentido de um governo dos muitos, isto é, de uma democracia radical. Portanto, a multidão tem uma dimensão política. E como a multidão se move por desejos e afetos, numa movimentação que vai criando redes de cooperação, laços afetivos, ela tem também uma dimensão produtiva, mas uma produtividade que ultrapassa a produção de valor estritamente econômico do trabalho assalariado: é a vida que produz formas de vida.

Negri também postula que a multidão é um conceito de classe, uma nova classe

3 Tanto Negri quanto Paolo Virno, outro intelectual oriundo do operaísmo em quem nos referenciamos, desenvolvem o conceito de multidão a partir do pensamento filosófico de Spinoza que, no século 17, definiu a multidão de uma maneira distinta da de Hobbes e outros pensadores antes dele. Para Spinoza, a multidão ou *multitudo* seria uma forma de organização política de muitas pessoas, que se constitui a partir de suas necessidades, desejos, e busca da liberdade, e nunca a partir de forças ou poderes externos a ela. É, portanto, uma visão imanentista (contra qualquer transcendência, ela porta seu próprio fundamento, ela é sua causa e sua finalidade, seu telos), materialista (movidada pelos desejos e pelas condições materiais da existência), não contratualista (nega a delegação de poderes a um soberano) e absolutamente democrática (num sentido não representacionista, o governo dos muitos construído e conduzido por eles mesmos).

sempre produtiva e em movimento, que continua sendo explorada⁴ em sua capacidade de cooperação para produzir, mas que deve ser vista de um ângulo diferente do conceito de classe trabalhadora.

'Classe trabalhadora' é um conceito limitado, tanto pelo aspecto da produção (já que necessariamente inclui operários de fábrica), quanto pelo lado da cooperação social (uma vez que compreende apenas uma pequena parcela de trabalhadores que operam no conjunto da produção social). A polêmica levantada por Rosa Luxemburgo contra o trabalhismo estreito da Segunda Internacional e contra a teoria da aristocracia trabalhista foi uma antecipação do nome da multidão (Negri, 2004, p.16).

Finalmente, a multidão é uma potência, uma potência que precisa não só se expandir, mas que quer se corporificar, possuir um corpo. Este corpo – a carne da multidão – funde-se no corpo do *General Intellect*, a atividade de produção através da cooperação das subjetividades que o próprio Marx já havia antecipado nos *Grundrisse*.

General Intellect, o intelecto em geral, é uma expressão criada por Marx para designar a dimensão coletiva e social que caracteriza a atividade intelectual quando esta é a fonte da produção de riqueza. O conceito aparece no texto “Fragmento sobre o sistema automático de Máquinas” no Caderno VII dos *Grundrisse* e refere-se à inteligência social e partilhada que é criada a partir da acumulação dos conhecimentos, técnicas e know-how. (Cf. Virno, 2004, p. 37-38 e Negri e Hardt, 2000, p. 364-367).

Paolo Virno (2004) também analisa a genealogia da multidão *vis-à-vis* o conceito político de povo que predominou na modernidade e define a multidão contemporânea como uma combinação ou um “*composite*” de indivíduos sociais, em que social deve ser entendido

4 Negri (2004) diz que não se trata mais da exploração de indivíduos trabalhadores, mas “do conjunto de singularidades, das redes que compõem o conjunto e do conjunto que abarca estas redes e assim por diante” (op. cit., p.16).

como pré-individual e individual como último resultado de um permanente e incessante processo de individuação. Trata-se para Virno de uma rede de singularidades que é mais do que o ponto de partida: é um ponto de chegada dos múltiplos e simultâneos processos de individuação⁵ que compõem a multidão. A multidão não é composta nem de cidadãos nem de produtores individuais: ela fica na interseção entre o individual e o coletivo, ou seja, é uma forma de vida cuja premissa básica é o *comum*. O *comum* é, na análise de Virno, uma redefinição do Uno, uma unidade que não é mais a do Estado ou do Soberano, como no caso do povo na modernidade; trata-se de uma unidade que é expressão de multiplicidade, que aponta para um incessante movimento (uma força centrífuga) do Um para os Muitos, que acontece a partir da linguagem, do intelecto, condições comuns e biológicas da vida humana. Esse comum, inspirado no *General Intellect* de Marx, é o horizonte, a condição de possibilidade para a própria existência dos Muitos da Multidão.

Se, como dissemos no início, as migrações estão estreitamente relacionadas ao trabalho e à produção, temos que enfatizar que esta produção hoje é o fato de um conjunto de singularidades que cooperam sem se fundir em uma massa homogênea. Podemos falar de uma dinâmica coletiva de indivíduos em cooperação, uma ação concertada, *autopoiética* (produtora de si), política, cognitiva e afetiva. Negri e Hardt (2000) afirmam a esse respeito que o tecido ontológico do mundo globalizado é construído pela atividade “sem medida” desta nova classe produtiva que é a multidão e que são justamente as migrações que conferem

5 Paolo Virno utiliza o termo individuação no sentido que lhe dá Gilbert Simondon, que se refere aos processos que permitem ao animal humano, a partir de uma bagagem físico-biológica genérica, fazer emergir uma singularidade única através das operações de comunicação. Para Virno, a individuação (que se distingue de individualização) tem a ver com processo de singularização e é uma categoria que, mais do que nenhuma outra, é inerente ao conceito de multidão (Cf. Paolo Virno, “Multitude et le principe d'individuation”, 2001; e Jacques Garelli, “Introduction à la problématique de Gilbert Simondon”, 1995).

materialidade à nova ontologia da globalização ao tornar o espaço comum. “O poder de circular é a determinação primeira da virtualidade da multidão, e a circulação é a primeira ação ética da ontologia contra-imperial” (op. cit., p. 363). Portanto, a circulação de pessoas em fluxos contínuos de desterritorializações e reterritorializações é lida como expressão de uma nova dinâmica produtiva que emerge em nosso tempo através da resistência (entendida como força positiva) e da diferença. Isto porque a produção no mundo pós-fordista, com seus constantes movimentos de desterritorialização e reterritorialização, com os encontros e acontecimentos que suscita, com a diluição ou flexibilização de fronteiras, não se dá sem disputas e estranhamentos. Em suma, a mobilidade e a circulação das pessoas em fluxos expressa uma nova dinâmica produtiva e relacional que acontece nos processos de apropriação de novos territórios, processos estes atravessados por conflitos entre interesses econômicos, religiosos e políticos, por embates entre os poderes constituídos e a potência criadora e transformadora dos fluxos migratórios.

Assim, o migrante surge como figura emblemática de uma ontologia da produção, em que a resistência, a fuga, a defecção, são primeiras. Esta dimensão de resistência que vem primeiro, que antecede à própria individuação dos sujeitos que a exercem, permite uma aproximação inovadora com a questão da subjetividade. Esta pode ser entendida como uma dinâmica das relações, uma dimensão da vida que é produtora de si mesma, que diz respeito aos encontros, às diferenças, às escolhas, às trocas e, sobretudo, aos conflitos e as lutas. Neste sentido, poderíamos pensar não só em uma subjetividade migrante, mas também no migrante como produtor de subjetividade.

1.2 Subjetividade como produção

A subjetividade de que falamos não está atrelada a um sujeito já dado a priori, ou mesmo a uma teoria do sujeito herdeira da tradição filosófica da modernidade que apresentava o sujeito como indivíduo constituído nos domínios de uma suposta natureza humana. De acordo com Maurizio Lazzarato (2004), de Kant até Husserl, passando por Hegel e Marx, a constituição do mundo e do si mesmo era explicada através da ontologia da relação sujeito/objeto e através das trocas intersubjetivas. Porém, na passagem da modernidade para a pós-modernidade, no momento em que todos os fenômenos importantes passaram a implicar diretamente dimensões de desejo, de antagonismo e de diferença, começou a ganhar força a idéia de uma subjetividade dissociada de conceitos como indivíduo ou individualidade. É uma subjetividade da ordem da produção e que produz, dentre outras coisas, o próprio sujeito, num processo contínuo, imprevisível e aberto. É o próprio conceito de produção que muda: a relação sujeito/objeto (que a tradição da razão instrumental define como sendo produtiva) desloca-se passando a constituir uma relação produtiva enquanto relação de sujeito a sujeito.

Em nosso trabalho adotamos a perspectiva de subjetividade defendida por filósofos como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault, embora seja importante ressaltar que Deleuze e Guattari entendem a subjetividade e as formas de subjetivação de maneira distinta da de Foucault⁶ e preferiram falar de “hecceidade”, um conceito construído pelo filósofo do século XIII Duns Scott, que se refere às singularidades, ao excesso, àquilo que antecede e

6 Em Foucault a subjetividade será construída a partir das técnicas de si: o cuidado, o saber sobre si mesmo, constituindo modos de subjetivação que se referem a um sujeito que se constitui no encontro e na relação com um outro, sob o regime do saber (saber de si), da sexualidade e da verdade (conhecimento). Deleuze e Guattari, por sua vez, entendem a subjetivação como sujeitamento, sujeição social: “... o capital age como ponto de subjetivação, constituindo todos os homens em sujeitos, mas uns, os ‘capitalistas’ são como os sujeitos da enunciação que forma a subjetividade privada do capital, enquanto os outros, os ‘proletários’, são os sujeitos do enunciado, sujeitados às máquinas técnicas onde se efetua o capital” (*Mil Platôs* vol. 5, p. 157).

ultrapassa o indivíduo, que é da ordem do pré-individual.

Na concepção de Deleuze e Guattari, hecceidade é um “modo de individuação muito diferente daquele de uma pessoa, um sujeito, uma coisa ou uma substância” (1997a, p. 47). Trata-se, segundo os autores, de um processo de individuação impessoal que diz respeito às singularidades pré-individuais. Seguindo a explicação de Zourabichvili (2004), as singularidades impessoais, heterogêneas e nômades não convergem para um indivíduo, não são predicados atribuíveis a um único sujeito; ao contrário, elas **atravessam** os sujeitos, os acontecimentos e as coisas, sendo cada coisa “não mais do que uma singularidade que se abre ao infinito dos predicados pelos quais ela passa, ao mesmo tempo em que perde seu centro, isto é, sua identidade como conceito e como eu” (Deleuze, citado por Zourabichvili, op. cit.)

Félix Guattari por sua vez analisa as subjetividades maquínicas, propondo que se fale, no lugar de um *sujeito* da enunciação ou das instâncias psíquicas de Freud, de agenciamentos coletivos de enunciação, que corresponderiam a uma “subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida”, subjetividade que seria sempre “fabricada e modelada no registro do social” (Guattari e Rolnik, 1996, p.25 e 31). Esta subjetividade coletiva, porém, não surgiria do simples aglomerado de subjetividades individuais, ou do somatório de sujeitos portadores de identidades fixas e definidas a partir de oposições binárias (homem/mulher, adulto/criança, capital/trabalho, natureza/sociedade; trabalho/lazer, etc.). Guattari parte da idéia de processos de subjetivação que supõem a afluência de certo número de singularidades (singularidades que são sempre múltiplas), que explodem o âmbito da pessoalidade, dos sujeitos individuados. Trata-se então de pensar em processos de individuação e de produção de múltiplas subjetividades resultantes

de “entrecruzamentos de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia etc.” (ibidem, p. 34).

Assim, a constituição do mundo e das subjetividades que o habitam pode ser pensada como uma produção incessante que não tem mais como ponto de partida um sujeito definido a priori, mas que parte das diversas possibilidades de ser, de existir, que se abrem a partir dos encontros entre as múltiplas e diferentes subjetividades e das relações com o Outro (entendido como lugar ou ser da diferença) e com o mundo. É neste sentido que podemos situar o processo de produção de subjetividade – os agenciamentos coletivos de enunciação propostos por Guattari – nos domínios da produção, da expressão e da linguagem.

Retornando a Lazzarato (2004, 2006), lemos que toda produção torna-se imediatamente produção de serviços, ou seja, transformação das condições de atividade e das capacidades de ação futura dos clientes, usuários, públicos e que visa, em última análise, produzir formas de vida. Além disso, o autor nos lembra que, ao contrário dos tempos fordistas, em que o ponto zero era o chão de fábrica, cada vez mais devemos partir do consumo, invertendo assim a lógica da relação entre a oferta e a demanda: os clientes são agora os pivôs da estratégia da empresa. “Consumir não se reduz mais a comprar e a 'destruir' um serviço ou um produto, [...] significa sobretudo pertencer a um mundo, aderir a um universo” (op. cit., p. 100). Finalmente, citando Mikhail Bakhtin, Lazzarato vai pontuar que esta produção também acontece em um território de expressão (de enunciações) permeado pela luta, que traz à reboque no momento em que se constitui e se organiza, confrontos entre forças sociais e políticas.

1.3 Linhas de fuga e resistência

Tradicionalmente, uma das principais formas de resistência e luta dos movimentos operários consistia na paralisação do trabalho, incluindo greves, boicotes, operações tartaruga etc. Ou seja, armas de luta que supunham uma organização a partir do tempo (tempo dedicado ao trabalho) com base na separação – típica da relação salarial – entre tempo de vida e tempo de trabalho. E hoje, a partir do momento em que trabalho e vida se confundem, em que não mais se distingue tempo de trabalho de tempo de não-trabalho e onde a própria noção de tempo é subvertida, quais seriam os instrumentos de pressão, quais seriam as formas de resistência? Caberia pensar em um novo tipo de resistência?

Seria necessário, antes de mais nada, precisar o que entendemos por resistência. De acordo com Tatiana Roque (2002), vulgarmente entende-se a resistência como uma força ou energia que se opõe reativamente à outra, um bloqueio que impede um fluxo natural. A resistência, nesse sentido, teria uma dimensão negativa, de oposição, de contrariedade. Contudo, a resistência também pode ser pensada como uma existência que se volta sobre si mesma, sobre outras possibilidades de existir que ficam em suspenso, num plano virtual, entre parênteses, o que conferiria à resistência uma dimensão que não é em si mesma nem totalmente negativa, nem essencialmente positiva. Resistir, nesse caso, incluiria simultaneamente (e não contraditoriamente) uma porção afirmativa e uma porção negativa da ação; re-existir, experimentar outras possibilidades que já se encontram virtualmente presentes: “a resistência é a dobra da existência” (op. cit., p. 26). Colocando em termos negrianos, poderíamos dizer que é o fato de “insistir na ontologia”.

Essa maneira de pensar a resistência está também afinada com as concepções de

Albert O. Hirschman (1973) acerca de “*exit*”, opção saída e a “*voice*”, o protesto. Para Hirschman, os sistemas sociais, políticos e econômicos apresentam por vezes falhas ou disfuncionalidades que podem ser revertidas. Quando se ativa a opção *exit*, buscam-se novas maneiras de reverter essas falhas. Alternativamente, a opção *voice* expressa, através do protesto, a insatisfação com a situação. À medida que modifica as condições determinantes do conflito, a opção *exit* pode se configurar como resistência. Hirschman situa *exit* e *voice* no contexto das organizações, e sua reflexão toma por base os preceitos da economia e da psicologia dos comportamentos, especialmente do mercado (concorrência, lealdade, etc.). O autor observa, por outro lado, que as opções *exit* e *voice* não se apresentam totalmente dissociadas, em estado puro; muitas vezes elas se mesclam, se conjugam; este é o caso do boicote, que está no limiar entre voz e saída. Além disso, a própria opção *exit*, de saída, apresenta simultaneamente uma dimensão de transformação e ruptura e uma dimensão de negação, defecção, desistência.

1.3.1 Relações de poder, resistência e linhas de fuga

De acordo com Judith Revel (2005), filósofa francesa que tem se especializado no pensamento pós-68 e, especificamente, no pensamento foucaultiano, o termo resistência vai aparecer na obra de Foucault primeiramente articulado à noção de transgressão. Esta argumentação em termos de transgressão seria posteriormente abandonada para favorecer uma idéia de resistência que não privilegiasse apenas as práticas discursivas e o nível da ação individual, mas que passasse também a contemplar as práticas não-discursivas e a ação coletiva. Assim, o termo reaparece, a partir dos anos 1970, com um sentido bastante diferente: a resistência se dá necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de

poder (op. cit., p. 74).

Para Foucault, o poder é difuso, está em toda parte, funciona através de relação de forças, ou melhor, da ação de uma força sobre outra força. Além de um campo de forças, o poder constitui um conjunto de tecnologias (mecanismos e procedimentos) ou modalidades de poder que participam de todas as relações sociais. A resistência é proposta então como uma relação estratégica capaz de inventar ou subverter as modalidades do poder. Em “Sujeito e Poder” (1995) Foucault sugere uma outra direção a ser dada aos estudos sobre as relações de poder, mais diretamente relacionada às situações vividas, fazendo um gancho entre teoria e a prática. Este novo direcionamento consistiria, justamente, em “usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida”. Assim, “mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, esta nova direção permitiria analisá-las através do antagonismo das estratégias” (op. cit., p. 234). Portanto, na perspectiva de Foucault, para haver resistência, é necessário haver uma relação de poder, e para existir uma relação de poder, devem, ambas as partes envolvidas na relação ser livres. “Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar” (ibidem, p. 244).

Também o conceito de linha de fuga em Deleuze e Guattari define, como diz Zourabichvili (2004, p. 57), uma orientação prática da sua filosofia. Trata-se de “linha abstrata de causalidade específica ou criadora” (MP 4, p. 78), ou “vetores de desorganização ou de desterritorialização” (Zourabichvili, op. cit., p. 59) que apontam simultaneamente duas igualdades: linha = fugir e fugir = fazer fugir. A linha de fuga não supõe apenas a fuga, ir para

fora de algum lugar, mas a possibilidade de fazer fugir, de embaralhar os códigos, de abrir-se aos devires⁷. Se os devires possuem uma relação privilegiada com a feminilidade ou com a infância, por exemplo (devir-mulher, devir-criança), é porque essas relações “fazem fugir” uma situação constituída de dicotomias que se organizam a partir de um estado de maioridade (qualitativa) definida pelo **macho adulto** (ibidem, p. 58).

Ao fazer fugir, a linha de fuga rompe com o reino das alternativas como lei do possível (sim **ou** não), da linearidade do pensamento dialético, para entrar no da indiscernibilidade, da disjunção inclusiva (sim **e** não), a partir de seu traçado em diagonal. Recorremos, mais uma vez, a Zourabichvili: é efetivamente na diagonal que a linha de fuga é traçada, e este é outro aspecto da dupla igualdade (fugir e fazer fugir) “o transversal é como o corte da univocidade nas formas constituídas” (ibidem, p. 62). Surge assim uma terceira dimensão dentro desta igualdade, que é fazer equivaler o ato de traçar uma linha de fuga a pensar em termos de linhas. Como lemos em *Mil Platôs* (vol. 3, 2004b),

7 O devir é um dos conceitos mais complexos e importantes na obra de Deleuze e Guattari, tendo importantes derivações também na clínica esquizoanalítica. É da ordem da produção e do desejo “é o conteúdo próprio do desejo (máquinas desejantes ou agenciamentos): desejar é passar por devires” (Zourabichvili, 2004, p. 48). O devir diz respeito a encontros e alianças entre dois termos diferentes que não se reduz à semelhança. Não é imitar, não é se tornar outra coisa, não é parecer com esta outra coisa; é antes a potência da afetar e ser afetado que transforma reciprocamente os termos que se encontraram. No quarto volume de *Mil Platôs* Deleuze e Guattari (1997b, p.11-113) tratam extensamente da questão do devir: ele é sempre molecular, porque supõe uma proliferação que mina as grandes potências molares (como família, profissão, conjugalidade, etc.); é também a instauração de um agenciamento, uma irresistível desterritorialização (grifo nosso). O que interessa, no devir, não são as características do que devém alguma coisa, e sim os modos que o devir comporta: expansão, propagação, ocupação, contágio, povoamento, proliferação. Além disso, no devir o elemento preferencial é o anômalo, o excepcional, que abriga apenas afetos, não comporta nem sentimentos familiares ou subjetivados, nem características específicas ou significativas. Sendo os devires agenciamentos, Deleuze e Guattari dizem que podemos pensar em uma 'política dos devires', ou seja, agenciamentos que não são os das formações majoritárias: família, religião ou Estado; referem-se antes aos grupos minoritários, oprimidos, revoltados, que estão à margem das instituições, anômicos.

[...] se atribuímos à palavra “linha” um sentido muito geral, vemos que não há somente duas linhas, mas três linhas efetivamente: 1) uma linha relativamente flexível [ou molecular] de códigos e de territorialidades entrelaçados; 2) uma linha dura [molar], que opera a organização dual dos segmentos, a concentricidade dos círculos em ressonância, a sobrecodificação generalizada: o espaço social implica aqui um *aparelho de Estado*; 3) uma ou algumas linhas de fuga, marcadas por quanta, definidas por descodificação e desterritorialização (há sempre algo como uma *máquina de guerra* funcionando nessas linhas) (MP 3, p. 102).

No entanto, como o próprio Deleuze reconhece em um texto de 1994 intitulado “Desejo e Prazer”, os conceitos de resistência como pensado por Foucault e de linha de fuga, tal como proposto e desenvolvido por ele e Guattari, apesar de partirem de um horizonte comum – um horizonte imanentista de potência do ser – não são concebidos da mesma maneira. Esta divergência tem como pano de fundo a tensão entre um postulado dos prazeres e das formações de poder (em Foucault) e um postulado dos agenciamentos do desejo, das máquinas desejanças (Deleuze e Guattari). Por um lado, Foucault privilegia a resistência enquanto relação entre poderes, embate de forças, de uma ação que esbarra em outra ação, bem como das estratégias aplicadas a partir da lógica intransitiva do uso dos prazeres. Deleuze e Guattari, por sua vez, preferem falar de agenciamentos de desejo e de diagramas de poder. Estes agenciamentos de desejo marcam que o desejo jamais é uma determinação “natural”, nem “espontânea”. É um desejo que se afirma no ser do devir, na experiência ontológica (Adriana Zambrini, 2000). Assim, as linhas de fuga, enquanto vetores de desterritorialização, de desconstrução “nos precipitam em uma espécie de inconsciente molecular das máquinas desejanças, nas formações moleculares ou micro-formações” (Deleuze, 2005, p. 75). Negri e Hardt (2000, 2001) encontram uma saída para esta tensão conceitual ao forjarem a idéia do êxodo constituinte na figura da multidão, esta poderosa horda nômade que expressa, ao mesmo tempo, uma resistência que é primeira, e a dimensão constituinte da deserção, da desterritorialização, da linha de fuga.

1.3.2 Direito de fuga

Sandro Mezzadra (2005) vai desenvolver sua argumentação sobre a importância política e social dos migrantes nas novas composições geopolíticas em consonância com a idéia de que a resistência e as lutas têm um papel constitutivo nestas novas composições, e não o capital ou os estados nacionais. Mezzadra enfatiza a tensão permanente que atravessa a condição do migrante entre seu desejo de liberdade e uma realidade freqüentemente adversa e opressiva. Com isso, evita cair nas armadilhas da “vitimização” ou da “heroificação” do migrante. A própria mobilidade que está na base da experiência migrante seria um processo que tem a ver ao mesmo tempo com condições de coerção e com a busca de liberdade, e estaria simultaneamente na base de muitos movimentos sociais, mesmo os que não têm uma relação direta com a migração. Para ilustrar esta idéia Mezzadra lembra o movimento dos *piqueteros* da Argentina, que explodiu entre 19 e 20 de 2001 em Buenos Aires, interrogando: “que relação pode haver entre o desenvolvimento dos piquetes no complexo metropolitano da grande Buenos Aires – o *conurbano bonaerense* – e a história de deslocamentos que está na base mesma da constituição da geografia humana deste *conurbano*?” (op. cit., p. 17).

Acreditamos que, de maneira semelhante, poderíamos articular os movimentos dos sem teto e sua luta por moradia no centro de São Paulo com todas as deslocalizações que estão na origem e na história de vida dos agentes desta luta: migrantes nordestinos, majoritariamente, mas também provenientes de outras regiões do Brasil e de outros países da América do Sul, sobretudo da Bolívia⁸.

8 O documentário *À Margem do Concreto* de Evaldo Mocarzel (Brasil, 2006. 24VPS Filmes/Casa Azul Produções) é bem ilustrativo desta composição, ao focalizar o movimento das ocupações de prédios na cidade de São Paulo e das estratégias de sobrevivência das pessoas que vivem à margem

Mezzadra lembra que deixar um país, uma cidade ou uma região por conta de condições de desestruturação social extrema implica reconstruir uma vida de maneira nova e diferente que acaba produzindo efeitos tanto no lugar de saída quanto no lugar de acolhida. Isto porque, na maioria dos casos, a “migração não implica um corte total e abrupto com as condições de origem, e o próprio tecido social do país de origem acaba sendo modificado a partir das novas relações que se estabelecem com o país de chegada” (ibidem, p. 18). Uma situação ilustrada pelo fenômeno dos sistemas de remessas de divisas por parte dos emigrados. Aliás, os fluxos bilionários dessas remessas percorrem cada vez mais canais informais, fora do sistema bancário oficial, movimentando um impressionante fluxo de dinheiro, “muitas vezes mais importantes para os países de origem que a própria ‘ajuda’ que os países mais ricos, através dos organismos e agências internacionais de desenvolvimento concedem” (idem)⁹. Com efeito, os fluxos migratórios, a multidão de migrantes que cruzam e tornam a cruzar fronteiras no espaço cada vez mais transnacional da globalização, mesmo que não sejam conscientemente animados por uma “crítica direta” ao modelo econômico e de desenvolvimento tanto de seus países de origem quanto dos países de chegada, determinam um outro tipo de “deslocalização” – uma nova geografia econômica – da produção (idem). Mezzadra não deixa de considerar que estes migrantes, muitas vezes, vêm de situações de extrema desigualdade, subdesenvolvimento e precariedade, e que existem importantes diferenças entre as experiências e as condições de migração de um profissional francês que parte para viver em uma cidade como Nova York, e um marroquino que luta para construir

da grande cidade. A situação dos imigrantes bolivianos na América do Sul está também muito bem retratada em “Bolivia” (Argentina, 2002), premiado filme de Adrián Israel Caetano que conta a saga de Freddy, boliviano sem documentos em Buenos Aires que luta para ter o direito de trabalhar para sustentar a família que havia ficado na Bolívia. A cidade de Buenos Aires não é tão amigável quanto Freddy havia imaginado em seus sonhos: em várias cenas do filme são documentados os problemas – que afligem não só a Freddy, mas a milhões de migrantes como ele – de comunicação, racismo, xenofobia, intolerância e, sobretudo, da naturalização da tragédia como algo inevitável.

9 Voltaremos a tratar da questão das remessas de divisas no capítulo 5.

sua vida em Roma – permanentemente às voltas com a possibilidade de ser expulso e de perder o que conquistou. A premissa de Mezzadra em suas pesquisas sobre as migrações é, pois, de que este é um processo complexo, entrecortado por linhas de dominação e de exploração que se reconstituem social, política e economicamente. Neste cenário, o que está em discussão são as possibilidades políticas de resistência dos homens e mulheres que vivem “a migração como experiência social concreta” (ibidem, p. 25) fazendo emergir a figura de um migrante não vitimizado, um migrante que têm diante de si enormes dificuldades e necessidades mas também um mundo de possibilidades, um grande potencial de transformação.

Mezzadra fala de direito de fuga não em uma perspectiva jurídica do direito, mas no sentido das práticas sociais concretas subjacentes aos fluxos migratórios que envolvem, ao mesmo tempo, a busca de igualdade e a recusa da integração ou assimilação. Trata-se, em outras palavras, da recusa de uma cidadania por via da inclusão subordinada, que é uma outra maneira de se entender as políticas de integração. Porém, o migrante recusa esta cidadania da integração e da subordinação, desconstrói a cidadania baseada em identidades prévias, luta para construir um outro espaço de “cidadinização” – uma cidadania de fronteira – que, no caso dos migrantes, têm ressonâncias com outras formas de cidadania. Neste sentido, seguindo as pesquisas de Mezzadra, podemos apreender uma linha de continuidade entre a fuga dos migrantes e a recusa ao trabalho e fuga das fábricas que caracterizaram a crise do fordismo.

1.4 Biopoder e biopolítica

1.4.1 Biopoder – direito e poder sobre a vida

O biopoder é o poder que se exerce sobre a vida, e é através dos agenciamentos deste poder sobre a vida que Foucault vai definir um regime discursivo instituído no final do século XVII, que veio substituir o regime do poder soberano. Este novo regime, também designado como sociedade disciplinar, é caracterizado por dispositivos, técnicas e modalidades de controle bastante específicos, que têm como objetivo o controle e a gestão da vida.

No primeiro volume da História da Sexualidade (2001) Foucault nos explica que o direito de vida e morte do soberano era relativo e limitado, e também assimétrico.

O direito que é formulado como de vida e morte é, na verdade, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver. [...] O poder era, antes de tudo, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la (Foucault, 2001, p. 128).

Com a entrada na modernidade, esse confisco da vida (fazer morrer e deixar viver) tendeu a não ser mais a principal forma de exercício do poder, mas apenas um dentre outros mecanismos que tinham a função de controlar, vigiar, organizar e sujeitar as forças sob seu governo. Com esse deslocamento, o direito de morte passou a se apoiar nas exigências de um poder de gestão e ordenamento da própria vida. O biopoder inscreve-se assim em uma lógica diferente daquela do poder soberano, que o precedeu historicamente, ativando uma outra concepção de vida, de morte e de corpo. Trata-se então de fazer viver e deixar morrer: “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (ibidem, p. 131).

O biopoder foi também, segundo Foucault, um elemento indispensável ao desenvolvimento do próprio capitalismo, que só pode acontecer a partir da inserção

controlada dos corpos no aparelho de produção. Tornara-se fundamental desenvolver métodos capazes não só de majorar, potencializar as forças da vida em geral, mas também de garantir o sujeitamento dessas forças. Assim, desenvolveram-se os grandes aparelhos de Estado como instituições de poder (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual, a administração das coletividades), cujas técnicas foram capazes de agir no nível dos processos econômicos e também de operar como fatores de segregação, de hierarquização social, de disciplinamento. Mesmo que em suas formulações iniciais biopoder e disciplina se misturem, nos trabalhos subsequentes Foucault chega a definir, no âmbito da sociedade disciplinar, dois pólos específicos de poder, não antitéticos e sobrepostos:

Um dos pólos, o primeiro a ser formado, centrou-se no corpo como máquina: no adestramento, na ampliação das aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (Foucault, 2001, p. 131. Os grifos são do autor).

Retomemos, então, as diferentes formas de poder que, na perspectiva de Foucault, irão caracterizar diferentes tecnologias ou dispositivos de exercício de poder. Em primeiro lugar, o dispositivo da soberania – marco jurídico-legal das sociedades arcaicas, que vai da Idade Média até o séc. XVII. O soberano arcaico exercia seu poder sobre os limites do território e sobre a vida de seus súditos a partir da prerrogativa de exigir sua morte. Assim, o direito que é formulado como de vida e morte é, na verdade, o “poder” de “causar a morte ou de deixar viver” (ibidem, p. 128).

No período que vai do final do século XVII até o século XX consolida-se o dispositivo disciplinar, em que a lei se associa a mecanismos de vigilância e punição/correção. O formidável poder de morte, restritivo e confiscatório exercido pelo soberano passa a se apresentar como complemento de um poder que precisa ser exercido positivamente sobre a vida, permitindo sua majoração e multiplicação a partir de controles precisos e regulações de conjunto. Populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver, sob o princípio de poder matar para poder viver que acabou se tornando um princípio estratégico entre Estados: “a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população” (ibidem, p. 129). O paradigma neste momento é o **panóptico**, um tipo de arquitetura que permite a visibilidade de todos e de tudo, e os instrumentos disciplinares por excelência são a fábrica, a prisão, a escola etc. Trata-se de transformar a vida humana em produção, e a sociedade disciplinar pode ser considerada uma “máquina de produzir” o trabalhador de fábrica. A sociedade disciplinar é ainda uma máquina centrípeta ao concentrar e circunscrever o espaço, fazendo convergir ao centro, ao interior. Assim, a disciplina é exercida, como dissemos, sobre os corpos dos indivíduos: operários, detentos, presos, estudantes, num espaço vazio que precisará ser construído e hierarquizado. A sociedade disciplinar realiza-se historicamente na sociedade industrial que chegou ao auge com o fordismo/taylorismo.

A partir do declínio da era fordista de produção, com a organização da sociedade se dando a partir da fábrica e da relação salarial, entramos no tempo da sociedade de segurança ou, como propõe Deleuze (1996), em uma sociedade de controle. O poder sai do centro e se espalha, integrando e revelando continuamente novos elementos, ao passo que a produção se difunde nos territórios e em suas redes de circulação que, desta maneira, tornam-se

produtivas. Os mecanismos de disciplinamento e sujeição não incidem mais sobre o “interior” dos espaços de confinamento (prisão, hospital, fábrica, escola, família, etc.). Enquanto o confinamento opera por moldagem, o controle opera por modulação, “como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente a cada instante, ou uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (op. cit., p. 221).

Para exemplificar, Deleuze diz que na sociedade disciplinar a fábrica era um instrumento disciplinador ao constituir **um só corpo** de trabalhadores através do salário e ao administrar a resistência mobilizada pelos sindicatos; na sociedade de controle a fábrica será substituída pela empresa que, por sua vez, “se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário (...) introduz o tempo todo uma rivalidade inexpiável (...) excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (idem). É o dispositivo do biopoder, de um poder que se utiliza de probabilidades e cálculos a fim de definir níveis médios ou aceitáveis de segurança da população. Trabalha-se com fluxos, não mais em termos de exclusão e inclusão, mas considerando o espaço real, em todas as suas modulações. A segurança é exercida sobre o território e sobre o conjunto da população, organizando a esfera da vida (bios) em função dos direitos e em um espaço multifuncional.

1.4.2 Biopolítica e resistência

O termo biopolítica que, segundo Peter Pál Pelbart, aparece pela primeira vez na obra foucaultiana na conferência proferida em 1974 no Rio de Janeiro sob o título “O Nascimento da Medicina Social” (Pelbart, 2003, p. 55), refere-se inicialmente ao conjunto de técnicas e saberes específicos para tratar a população, prevenir as epidemias, fazer baixar as taxas de

endemias, impor normas de alimentação, higiene, organização das cidades, enfim, para assegurar que a população seja gerida de forma a afirmar e a aumentar a potência do Estado (Foucault, 1997, p. 81-86).

Foucault, ao analisar a gênese de um saber político voltado à população, e entendendo por população tudo o que constitui as condições mais elementares da vida humana: nascimento, saúde, segurança, questões de raça etc., assinala com o conceito de biopolítica o momento que tudo isto entra em uma estratégia política. Essas estratégias políticas vão dizer respeito à vida, ao ser humano não como indivíduo, mas como espécie, e a espécie humana passando a ser vista, por sua vez, como o meio ambiente (*milieu*) da política.

A análise foucaultiana da gênese da biopolítica – do saber político e do estabelecimento de diferentes mecanismos e técnicas que garantem a sua regulação – teve como questão de fundo a noção de “governo”: sua genealogia segue os fios que vão do governo dos homens ao governo das almas através do poder pastoral, até a constituição de uma “governamentabilidade” política, ou seja, a arte de governar que faz emergir a “razão de Estado” (op. cit., p. 82). Sempre buscando saber o que tornava necessário haver um governo e com quais metas este governo se justificava perante a sociedade, Foucault pode identificar nas teses dos liberais alemães, também conhecidos como *Ordo-liberais*¹⁰, por exemplo, uma articulação entre o homem como espécie (biopolítica) e a idéia de homem como mercado

10 A tese dos Ordo-liberais alemães era de que a única ordem econômica compatível com a liberdade humana seria a ordem econômica regulada por mercados e preços livres. Assim, já desde antes da II Guerra Mundial, combatiam o nacional socialismo e defendiam a economia de mercado (cf. Nascimento da Biopolítica, *Resumo dos Cursos do Collège de France 1970-1982*, 1994).

(neoliberalismo)¹¹.

Judith Revel (2007) observa que, no início dos anos 70, Foucault falava indistintamente de biopoder e biopolítica. Porém, segundo a autora, ele finalmente teve que distinguir e ampliar os dois conceitos: biopoder seria efetivamente o poder sobre a vida, enquanto a biopolítica também poderia ser vista como resposta resistente da vida diante deste poder. Com efeito, esta segunda acepção está indicada nas páginas finais do primeiro volume da *História da Sexualidade (A vontade de saber, 2001)*, onde Foucault diz que contra o poder aplicado sobre a vida, as forças que resistem vão se apoiar exatamente naquilo sobre que ele investe: no corpo, na vida do homem enquanto ser vivo. Ou seja, a biopolítica teria também uma dimensão de réplica política da vida a todos os procedimentos de controle e captura do poder:

Já não se espera mais o reino dos pobres, nem o reino dos últimos dias, nem mesmo o restabelecimento apenas das justiças que se crêem ancestrais; o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. [...] Temos aí um processo bem real de luta: a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la (Foucault, 2001, p. 136).

Negri e Hardt observam em *Império* (2000, 2001¹²) que, embora Foucault tenha deixado indicado neste momento da sua obra as linhas em formação da sociedade de controle em um horizonte de imanência e de poder ativo (uma biopolítica social), ele manteve de certa maneira alguns resquícios de uma epistemologia estruturalista que não consegue apreender adequadamente a dinâmica real de produção na sociedade biopolítica (op. cit., p. 47). É a

11 Noções como desenvolvimento e capital humano e capital social estão na base teórica do neoliberalismo.

12 Os números das páginas referem-se à edição brasileira, de 2001.

partir da interpretação pós-estruturalista do biopoder de Deleuze e Guattari que os autores encontram elementos de renovação do pensamento materialista, deslocando o foco para a substância ontológica da produção social. Reconhecendo a potência da produção biopolítica e devolvendo-a a uma ontologia da produção, Negri e Hardt delineam a nova figura do corpo biopolítico coletivo, um corpo que se torna, afirmativa e paradoxalmente, uma base de criação, ao tornar-se linguagem (ibidem, p. 49).

Encontramos um bom exemplo de como as migrações podem ser lidas em um contexto biopolítico no Brasil de finais do século XIX e início do século XX, período em que se verificou uma segunda leva de imigração maciça de europeus – provenientes sobretudo da Itália – fortemente subvencionada pelo Estado e pelo baronato do café¹³. Os grandes fazendeiros do Império intensificaram o recurso à imigração para poder superar ou “soldar” a “brecha camponesa”¹⁴ deixada pelos escravos. O principal objetivo naquele momento era o de equacionar o problema da fixação da mão-de-obra e da formação de uma força de trabalho nacional, que havia se mostrado difícil, senão impossível, com os ex-escravos, em razão das numerosas fugas e dos quilombos. A saída foi dirigir-se ao exterior para encontrar a categoria de homens que os fazendeiros necessitavam em suas fazendas. Apesar de poder parecer à

13 Voltaremos a esta questão mais detalhadamente no segundo capítulo, no qual fazemos a apresentação das teses da autonomia das migrações.

14 Acolhendo as proposições de Sidney Mintz sobre as transformações das *plantations* coloniais no Caribe e de Ciro Flamarion Cardoso sobre um “protocampesinato escravo” e a “brecha camponesa”, Moulrier Boutang (1998) explica como uma verdadeira força de trabalho constituiu-se no interior da condição escrava, em particular na cidade, com a expansão considerável dos escravos de locação ou de ganho, enquanto que no campo, foi-se consolidando uma verdadeira economia informal de subsistência e de produção para o mercado. Esta força de trabalho era composta de quilombolas, escravos cativos, lavradores arrendatários dos engenhos, trabalhadores em sistema de “parceria”, que obtinham ao fim dos contratos negas de terras. Criaram-se assim as condições para a transição para o mercado “livre” em moldes muito diferentes dos da proletarianização tradicional. Como já havia acontecido no mundo medieval, o camponês escravo liberta-se sozinho e, ao mesmo tempo, cria as condições da sua fixação, facilitando a passagem ao mercado de trabalho livre (op. cit., p. 462).

primeira vista tratar-se de substituição da mão-de-obra escrava pela exploração de um exército de reserva que aceitaria passivamente salários de miséria – o que, em última instância reforçaria a idéia da passagem para a liberdade como mero apêndice das atividades econômicas, na interpretação de Moulier-Boutang (1998) e também na de Cocco e Negri (2005) – o que aconteceu no Brasil constitui um paradoxo, uma anomalia, em comparação com outros países que utilizaram intensivamente mão-de-obra escrava: aqui, a transição para um mercado de mão-de-obra livre foi fortemente marcada por um lado pelas transformações efetuadas no interior da escravidão, que já havia sido desmantelada pelos próprios escravos e, por outro, pela entrada sistemática de um grandes contingente de imigrantes europeus destinados aos cafezais. Ou seja, não teríamos como explicar a “não-proletarização” dos escravos libertos, a não ser levando em conta as linhas de fuga que foram desenhadas por suas lutas e por sua resistência. Linhas de fuga que têm um conteúdo biopolítico, uma resistência que envolve a própria dinâmica da vida de determinadas populações.

1.4.3 Fronteira de sangue, mestiçagem, migrações

Foucault assinala no último capítulo de *A vontade de saber* (2001) que por muito tempo o sangue constituiu um elemento importante nos mecanismos do poder. Para uma sociedade onde predominavam os sistemas de aliança e a forma política do soberano, a diferenciação se dava em termos de ordens e castas; para as sociedades em que a fome, as epidemias e as violências tornavam a morte iminente, o sangue constituía um dos valores essenciais. “Sociedade de sangue: honra de guerra, medo das fomes, triunfos da morte, o poder falar através do sangue” (op. cit., p. 138).

Foucault diz que no momento em que passamos a viver em uma sociedade do “sexo”

ou da “sexualidade”, os mecanismos do poder passam a se dirigir ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, sua aptidão para ser utilizada, capturada. Porém, apesar de a analítica da sexualidade e a simbólica do sangue pertencerem, em princípio, a dois regimes de poder bem distintos, o sangue acaba absorvendo o sexo. “De diferentes maneiras, o sangue e a lei têm obcecado há quase dois séculos a gestão da sexualidade” (ibidem, p. 139-140). O racismo pode ser visto, nesta perspectiva, também como uma política de povoamento, da família, do casamento, da hierarquização social, da propriedade, e toda uma série de intervenções ao nível do corpo e das populações, das condutas, da saúde, da vida cotidiana se dão a partir das modulações da cor da pele.

Peter Pál Pelbart (2003) lembra que o próprio Foucault já tinha sublinhado que os mecanismos de controle que passam pela discriminação racial aparecem freqüentemente conectados ao funcionamento moderno do Estado, e que o racismo se aparenta justamente a “um corte entre o que deve viver e o que deve morrer; a consigna de que para viver é preciso morrer (...) torna-se biológica: a morte do outro, da raça ruim, inferior, degenerada é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais pura” (op. cit., p. 59). Ou seja, o racismo pode ser pensado enquanto dispositivo do biopoder. E não seria dentro do mesmo princípio que vemos, ontem e hoje, os governos exercerem o confinamento, a restrição, e mesmo a suspensão, de direitos de muitos migrantes que não conseguem se inserir nos países de emigração pela via da relação formal de trabalho?

Para ilustrar esta questão, trazemos mais uma vez as considerações feitas por Negri e Cocco (2005) a propósito das diferentes dinâmicas de desenvolvimento e formação social na América colonial. Os autores observam que, no processo de formação dos Estados latino-

americanos, evidencia-se uma dupla fronteira – um “motor” de mão dupla que possui uma dimensão continental e uma dimensão de sangue. Esta dupla fronteira, em sua mobilidade e porosidade, está ligada à construção, através da mestiçagem, dos diferentes níveis e estratos funcionais e hierárquicos nas colônias espanholas e portuguesas: no topo da hierarquia, uma oligarquia relativamente branca; um segundo nível de mestiços designados às funções de comando e administração; e uma massa de escravos indígenas e africanos que, progressivamente, hibridam-se reciprocamente (Negri e Cocco, 2005, p. 77).

A mestiçagem na América colonial revela-se um dispositivo de biopoder baseado na gestão dos fluxos do trabalho, no horizonte de uma fronteira absolutamente imbricada com a constituição do proletariado latino-americano, através das migrações. Esta fronteira é, simultaneamente, uma fronteira de sangue, na perspectiva dos autores. Sob a aparência de sociedades mestiças, os Estados latino-americanos constituíram-se com base numa perene modulação social e étnica que perpetuou por séculos as estratificações escravistas coloniais, tornando-as mais flexíveis e, justamente por isso, mais duradouras. (ibidem, p. 92).

1.5 O estrangeiro, a hospitalidade e o comum

Os migrantes são os “sujeitos” das constantes desterritorializações e reterritorializações que caracterizam os fluxos da mobilidade produtiva na contemporaneidade. Ora, a figura do migrante nos remete, por associação, a uma outra, a do estrangeiro. Todas as vezes que falamos das lutas e conflitos que estão por trás da constituição da subjetividade migrante, desta subjetividade em fluxos, estamos nos referindo às lutas pelos direitos (inclusive o de fuga), pela liberdade, pelo reconhecimento, e não podemos deixar de lembrar dos movimentos dos migrantes clandestinos e indocumentados, dos que são

discriminados por serem estrangeiros, que os poderes de Estado, com base na ameaça constante de deportação, visam manter em condição de inferioridade e de subalternização. Hoje, por baixo de medidas governamentais que tentam impedir ou conter o acesso de imigrantes indocumentados aos benefícios públicos e sociais destinados aos cidadãos locais, assistimos ao recrudescimento da intolerância, do racismo e da xenofobia. Para exemplificar, citamos uma recente declaração do ministro do interior britânico John Reid de que planeja adotar uma série de medidas para tornar a vida dos imigrantes ilegais na Grã-Bretanha desconfortável e restrita, já que, segundo o ministro “esses estrangeiros estão roubando injustamente nossos benefícios e nossos serviços públicos, como o sistema público de saúde”¹⁵.

Por que esta tendência a repelir, a expulsar o estrangeiro? O que é que amedronta, o que “assombra” o mundo globalizado, fazendo com que práticas e políticas de confinamento e suspensão de direitos estejam cada vez mais presentes nos governos dos países mais procurados para migração, a ponto de configurar uma espécie de *apartheid* pós-colonial?

Poderíamos começar interrogando, como o faz Jacques Derrida ao falar da hospitalidade (2003): o que quer dizer “estrangeiro”, o que é um estrangeiro ou uma estrangeira, de onde vêm, o que os torna estrangeiros? Derrida convida-nos a refletir sobre a

15 BBC Brasil, 07/03/07, disponível em <http://www.bonde.com.br/bondenews/bondenewsd.php>. Devemos enfatizar que se trata de um ministro oriundo de um governo de centro esquerda e que este tipo de postura (defesa dos interesses dos trabalhadores “nacionais”) constitui uma verdadeira esteira de alimentação da xenofobia e do racismo nas sociedades avançadas. Assim, por exemplo, vastos setores operários das periferias francesas “acostumaram-se” aos tons nacionalistas da retórica do Partido Comunista Francês, quando este entrou no governo Mitterand (1981-1988) e passaram a compartilhar suas políticas anti-racistas. No momento em que o emprego industrial tornou-se objeto de crescente precarização, esses mesmos setores colocaram suas preferências eleitorais em favor da retórica nacionalista, desta vez abertamente racista e xenófoba, da Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen.

condição do estrangeiro para além da acepção corrente que entende o estrangeiro a partir do habitat, de um *ethos* circunscrito às instâncias determinadas pelo direito e pela filosofia do direito, a saber, a *família*, a *sociedade burguesa* ou *civil* e o *Estado* (op. cit., p. 39). De acordo com sua análise, ao dizermos “estrangeiro” enunciamos, ao mesmo tempo, várias outras questões que se interconectam: a questão da constituição do sujeito a partir do outro, a questão da língua, do território, da constituição da vida social, questões estas que são apresentadas em uma dimensão paradoxal posto que, para Derrida, a questão do estrangeiro é uma “questão da questão”, que faz emergir alguns paradoxos.

O primeiro desses paradoxos diz respeito à língua: o estrangeiro fala com um sotaque particular, expressa-se de uma maneira muito singular no idioma falado no lugar que escolheu para viver. Ele é estranho a essa língua e ao conjunto de normas que a constituem, mas dele se espera uma compreensão, uma adaptação a esse conjunto de códigos e regras que lhes são estranhos. Ora, se ele já falasse essa língua, com tudo o que isto implica, se já compartilhasse com quem o acolhe tudo o que se compartilha em uma língua, ainda assim continuaria sendo um estrangeiro? (Derrida, 2003, p. 15).

O segundo paradoxo diz respeito à relação entre o que Derrida define como a hospitalidade absoluta e a hospitalidade do pacto e da lei (ou do direito). Por um lado, a hospitalidade absoluta supõe que se ceda lugar a um outro desconhecido, anônimo, “que o deixe vir, que o deixe chegar e ter um lugar no lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome” (ibidem, p. 23). Mas, por outro, o estrangeiro que tem direito à hospitalidade na tradição cosmopolítica – cuja expressão filosófica se traduz na proposta de Kant de uma sociedade supra-nacional, da qual que

trataremos no capítulo 6 – é alguém que é levado, antes de mais nada, a declinar e garantir sua identidade, seu nome. O pacto da hospitalidade subverte assim a idéia da hospitalidade absoluta ao exigir que se interrogue aquele que chega antes de se lhe oferecer acolhida.

Mas será, outra pergunta, que a hospitalidade ao estrangeiro começa pela acolhida inquestionável, incondicional do outro, ou só pode ser estendida a um sujeito identificável pelo nome, “um sujeito de direito”? O que funda a hospitalidade, senão este pacto? Citando Benveniste, Derrida conclui que *Ksénos* (o Estrangeiro) só existe em *ksenía* (no pacto), um pacto de acolhimento mediante a identificação, que subverte, perverte a concepção de hospitalidade absoluta: “não se oferece a hospitalidade ao que chega anônimo e a qualquer um que não tenha nome próprio, nem patronímico, nem família, nem estatuto social, alguém que logo seria tratado não como estrangeiro, mas como mais um bárbaro” (Derrida, 2003, p. 23). Assim, a hospitalidade que é dada a quem se identifica, a quem se apresenta como um sujeito¹⁶, um sujeito de direito, nominável por seu nome de família, por sua linhagem, etc. é condicional: para que o estrangeiro possa se sentir “em casa”, mesmo não estando em sua casa, para que o pacto de hospitalidade seja mantido, o estrangeiro ou estrangeira precisa permanecer um “outro”.

Do ponto de vista do direito, o hóspede, mesmo quando bem recebido, é antes de tudo um estrangeiro, ele deve continuar estrangeiro. É devida uma hospitalidade ao estrangeiro, claro, mas ela continua, como o direito, condicional, portanto condicionada em sua dependência à incondicionalidade que funda o direito. [...] Não apenas aquele ou aquela no estrangeiro, no exterior da sociedade, da família, da cidade. Não é o outro, o outro inteiro relegado a um fora absoluto e selvagem, bárbaro, pré-cultural

16 Ao homenagear Emmanuel Lévinas, Derrida discorre sobre o acolhimento, a hospitalidade, o habitar, como domínios da existência, da subjetividade, mas lembra que este sujeito de que ambos falam não é um sujeito pré-determinado, passivo, que toma uma decisão, reativamente. Derrida crítica e questiona uma teoria do sujeito que, segundo ele, é incapaz de dar conta da menor decisão (Derrida, 2004, p. 41).

ou pré-jurídico, fora e aquém da família, da comunidade, da cidade, da nação ou do Estado. A relação com o estrangeiro é regulada pelo direito, pelo devir-direito da justiça¹⁷ (Derrida, 2003, p. 63-65).

Derrida considera que qualquer reflexão sobre a questão da hospitalidade pressupõe que sejam delimitados os limiares, as fronteiras, entre o familiar e o não-familiar, entre o cidadão e o não-cidadão, entre o estrangeiro e o não-estrangeiro, entre o privado e o público, fronteiras que são traçadas justamente para preservar este sentido de “estar em casa”. Ora, os próprios mecanismos e dispositivos normativos invocados a partir da intervenção do Estado e dos governos para garantir a integridade dessas fronteiras são, paradoxalmente, os mesmos que acabam gerando uma turbulência, uma desarrumação: toda vez que este “em casa” é ameaçado, podem-se prever ações privatizantes, familiaristas, xenófobas, dirigidas, sobretudo, à ameaça que vem do anônimo. Assim, o estrangeiro pode acabar também sendo considerado indesejável, um inimigo virtual que ameaça a ipseidade, a soberania do hospedeiro, evidenciando um constante “conluio” entre a hospitalidade tradicional, que passa pelo pacto, e o poder: o hospedeiro precisa escolher, eleger, filtrar, selecionar seus convidados e hóspedes, aqueles a quem decide oferecer asilo, direito de visita ou hospitalidade (Derrida, 2003, p. 51). Em *Adeus a Emmanuel Lévinas*, Derrida (2004) voltará a tratar da política da hospitalidade como uma política do poder [do hospedeiro] quanto ao hóspede, estabelecendo distinções entre uma *ética* da hospitalidade (ou a *ética como* hospitalidade) e um *direito* ou uma *política* da hospitalidade (op. cit., p. 35-37, grifos do autor).

Ainda dentro da idéia de reforçar a dimensão jurídica da condição do estrangeiro, mas indo em outra direção, Julia Kristeva, em *Estrangeiros para nós mesmos* (1994), oferece-nos

17 Na análise de Derrida, a justiça é ao mesmo tempo indissociável do direito, e é heterogênea no direito, estabelecendo-se assim, entre justiça e direito, uma relação de co-extensividade.

um mapeamento dos diferentes estatutos jurídicos dos estrangeiros até os dias de hoje, em que também são destacadas as dimensões de poder político, de direitos e de cidadania envolvidas na questão: “a noção de estrangeiro possui um significado jurídico: ela designa aquele que não tem a cidadania do país em que habita.” (op. cit., p. 47). O mapeamento histórico feito por Kristeva irá revelar as figuras arcaicas e mitológicas, duas vezes estrangeiras das Danaides – vindas do Egito, exiladas em Argos e depois exiladas, na condição de guerreiras Amazonas, do casamento e da vida em sociedade –; passa pelos bárbaros da Antiguidade Clássica (o termo “Bárbaro” era então usado para designar os não-gregos); analisa as vicissitudes do êxodo do povo escolhido, que, tendo como base um nacionalismo sacro e religioso, acaba imprimindo uma marca originária universalista na condição de estrangeiro¹⁸.

Finalmente, fazendo uma inflexão com a psicanálise, Kristeva apresenta a genealogia da idéia do estrangeiro como Outro, percorrendo uma linha vai do cosmopolitismo de Kant, passando pelo romantismo de Herder, até chegar ao inconsciente, o estrangeiro de nós mesmos, aquilo que em nós mesmos provoca estranhamento, aversão, repulsa, medo. Esta inflexão tem como ponto de partida o texto de Freud de 1919 *O Estranho* (1976).

Apesar de no texto *O Estranho* Freud não ter endereçado diretamente a questão do estrangeiro, é dele que Kristeva vai retirar essa idéia do estrangeiro como o outro de nós mesmos. Acompanhando a argumentação de Freud a propósito do estranho ou do estranhamento na literatura e na arte em geral, Kristeva constrói sua tese de que tudo o que provoca em nós inquietação e que é sentido como perigoso e assustador é projetado para fora,

18 O povo que faz uma aliança com Deus e se compromete a acolher o diferente dele mesmo, como igual: “Não ofenderás o estrangeiro, nem o oprimirás, pois fostes estrangeiros nas terras do Egito” (Êxodo, XXII, p. 21, citado por Kristeva, 1994).

como um *duplo* que às vezes se configura demoníaco. Esta projeção no duplo é tão freqüentemente acompanhada de uma sensação de sobrenatural, que poderia ser associada à ‘compulsão de repetição’ própria ao inconsciente¹⁹.

Na interpretação de Kristeva, Freud, ao ressaltar a problemática da alteridade e da repetição como mecanismo de defesa diante do desamparo constitutivo da condição humana, faz emergir um “cosmopolitismo de tipo novo que, transversal aos governos, às economias e aos mercados, trabalha para uma humanidade cuja solidariedade está fundada na consciência do seu inconsciente – desejante, destruidor, medroso, vazio, impossível” (Kristeva, 1994, p. 202). De acordo com esta leitura, o desamparo constitutivo da condição humana é estrutural – ou metapsicológico, colocando em termos psicanalíticos. No entanto, a insistência na idéia do estranhamento derivado do recalque é, justamente, o ponto mais problemático para um postulado do estrangeiro ou do migrante em sua potência de desterritorialização, como produtor de diferença. De fato, o inconsciente freudiano, enquanto pensado apenas em termos de recalque, apresenta-se despotencializado; e se pensamos o estrangeiro de nós mesmos de maneira articulada a um inconsciente do recalque, este estrangeiro que emerge é também uma figura despotencializada. Acreditando existirem outras possibilidades de se olhar a

19 Segundo a argumentação de Freud, numa primeira análise, o incômodo provocado pelo não-familiar dispararia um mecanismo inconsciente de proteção diante do desconhecido: a repetição. Porém, à medida que avança no texto, Freud considera que nem sempre esse estranhamento tem a ver com situações desconhecidas ou inusitadas: em alguns momentos o estranho adquire uma tonalidade assustadora justamente por remeter a algo bastante conhecido e há muito tempo familiar. Freud assinala então como o próprio termo “*heimliche*” – o estranho – no alemão e no léxico de várias outras línguas, reveste-se de uma característica paradoxal e ambivalente, podendo significar tanto o desconhecido quanto o familiar: “Em geral, somos lembrados de que a palavra '*heimliche*' não deixa de ser ambígua, mas pertence a dois conjuntos de idéias que, sem serem contraditórias, ainda assim são muito diferentes: por um lado significa o que é familiar e agradável e, por outro, o que está oculto e se mantém fora da vista” (1976, p. 282). Mas, em uma segunda acepção, o sentimento de inquietação diante do ‘estranho’ estaria menos relacionado ao medo do desconhecido do que a um súbito reconhecimento de algo que deveria ter sido mantido em segredo e oculto, mas acabou vindo à tona – “o estranho provém de algo familiar que foi reprimido” (ibidem, p. 307) .

questão da repetição e da diferença, do mesmo e do outro, para além do desamparo estrutural e do recalque, preferimos explorar a idéia do estrangeiro e do estranhamento em termos das dinâmicas do encontro e da produção, essa “usina de possibilidades” para usar uma expressão de Gregório Barenblit (1998), o que estaria mais próximo da dimensão nitscheana do eterno retorno e do estranhamento produzido **na** diferença: aventura, devir, viver perigosamente²⁰.

Paolo Virno, em suas análises das vicissitudes da multidão pós-fordista, a nova classe política e produtiva que emerge na contemporaneidade, recupera em sua *Gramática da Multidão* (2004, p. 40-41) tanto as idéias de Freud a respeito do princípio da diferença e da alteridade como condição última de nosso ser com os outros – a imanência constitutiva do psiquismo como um elemento “comum” da existência – quanto a articulação entre não-familiaridade e estranhamento, tal como formulada por Heidegger²¹. A forma de vida ou experiência da multidão estaria, segundo Virno, conectada com o estranhamento porque um dos sentimentos que também poderiam lhe ser atribuídos é o de não-familiaridade, “não se sentir em casa”. O estranhamento em sua heterogênesse vai ser também nomeado por Virno ao explicitar os eixos temáticos ao longo dos quais ele apóia sua análise sobre a experiência da multidão:

1) A multidão é um modo ou forma de vida ambivalente, que contém em si mesma paradoxos e conflitos;

2) Em consonância com o niilismo heideggeriano, ela não está atrelada a **uma**

20 Citamos Deleuze (2002): “O eterno retorno não faz o mesmo retornar, mas o retornar constitui o único mesmo do que devém. Retornar é o devir idêntico do próprio devir. Retornar é, pois, a única identidade, mas a identidade como potência, segunda, a identidade da diferença, o idêntico que se diz do diferente” (p. 79).

21 A idéia da angústia do “ser-no-mundo” heideggeriano, uma inquietante estranheza que para Heidegger significa também “não-estar-em-sua-casa” (Kristeva, 1994, p.198).

comunidade substancial de referência, não dispõe de referentes específicos ou universais. Por isso, segundo Virno, os referentes, o léxico da multidão, precisam ser continuamente construídos, a partir daquilo que é comum (a linguagem, os afetos, os desejos, as necessidades de proteção e segurança, e assim por diante);

3) Ela é constitutivamente heterodoxa e múltipla (por isso a necessidade de uma “gramática”), e se utiliza da repetição como estratégia de proteção diante dos conflitos e choques provocados pelo novo e pelo inesperado.

A dimensão pública e coletiva da mente, do comum, do *General Intellect*, seriam manifestações dessas estratégias movidas pela necessidade de proteção que, no entanto, se não estiverem atreladas a um espaço político, à esfera pública, à forma república, correm o risco de produzir cada vez mais dependência e mecanismos de sujeição, de maneira análoga à que foi descrita por Freud em *O Estranho*, quando a projeção no exterior, no outro, através da onipotência do pensamento, pode acabar gerando angústia e visões aterrorizantes.

1.6 Entre o migrante e o nômade – Intermezzo

1.6.1 Podemos considerar o migrante um nômade?

Gostaríamos aqui de tensionar um pouco a questão do nomadismo *vis-à-vis* as migrações. O nomadismo, formulado como “máquina de guerra” por Deleuze e Guattari, excluiria, à primeira vista, as migrações do âmbito desta reflexão: o nômade é um viajante que não sai do lugar e não tem, por princípio, um desejo ou necessidade anterior de conquistar um território. Como os autores afirmam no volume 5 de *Mil Platôs*:

Diremos, por convenção, que só o nômade tem um movimento absoluto, isto é, uma velocidade; o movimento turbilhonar ou giratório pertence essencialmente à sua máquina de guerra. É nesse sentido que o nômade não tem pontos, trajetões, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o nômade não pode ser chamado de o Desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz depois, como no migrante, nem em outra coisa, como no sedentário (...) Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização (op. cit., p. 53).

Entretanto, vemos em várias passagens do Tratado de Nomadologia de Deleuze e Guattari que nômades e migrantes acabam se misturando em alguns momentos. Parafraseando Jorge Luis Borges, podemos entrever aí uma ambigüidade que pode constituir também uma riqueza, uma possibilidade de abertura. Se vimos com Negri e Hardt que as migrações e o êxodo adquirem toda a sua relevância e força no cenário do mundo globalizado, no tecido do Império, e que este êxodo, em sua dimensão micropolítica, irá construir novos âmbitos relacionais, afetivos, lingüísticos, comportamentais, corporais, encontramos nos conceitos e idéias presentes em todo o Tratado de Nomadologia uma série de elementos que ajudam a “ler” e a interpretar os movimentos das migrações de uma maneira nova. Além disso, a articulação entre nômades e migrantes abre espaço para autores como Édouard Glissant, que materializa essas possibilidades em sua proposta da *Poética da Relação*.

Primeiramente, vamos analisar a questão do movimento. Deleuze e Guattari admitem que o nômade do movimento absoluto ou turbilhonar²² (que faz explodir os códigos) em algum momento possa também tornar-se um migrante, ou seja, que estas duas condições –

22 O modelo turbilhonar pressupõe espaços abertos, as “coisas-fluxo” se distribuem num espaço aberto, em contraste com os espaços fechados, feitos para coisas lineares e sólidas. O modelo turbilhonar ou hidráulico consiste em fazer expandir por turbulência num espaço liso, em produzir um movimento que tome o espaço e afete simultaneamente todos os seus pontos, ao invés de ser tomado por ele como no movimento local, que vai de um ponto a outro. Assim, o mar, espaço liso e aberto, é claramente um problema específico da máquina de guerra. O *fleet-in-being* proposto por Paul Virilio trata da ocupação do espaço liso e aberto do mar por movimentos turbilhonares, cujos efeitos podem surgir em qualquer ponto (MP 5, 1997a, p. 25-28).

nômade e migrante – podem se entrecruzar e se misturar. Os autores continuam enfatizando que os movimentos característicos dos fluxos migratórios só aparecem como efeitos, sempre depois. Aí encontramos uma primeira distinção importante: os movimentos nômades não seguem traçados que vão de um ponto a outro; são “vetores de bando” que se dão em fluxos, “enxames”. Para ilustrar esta idéia Deleuze e Guattari vão contrastar os movimentos *itinerantes/ambulantes*, que seguem fluxos com os movimentos *transumantes*, que traçam e percorrem circuitos circulares, para concluir: o nômade não se define primeiramente nem como transumante nem como migrante, ele só o será por consequência: “A determinação primária do nômade, com efeito, é que ele ocupa e mantém um espaço liso [...] Só será transumante ou itinerante, em virtude das exigências impostas pelos espaços lisos” (ibidem, p. 92).

Com relação ao espaço, também surgem distinções importantes: o espaço homogêneo (o *logos*) – que assume a forma de um espaço estriado, entrecortado pelo cruzamento de linhas verticais e horizontais que estabelecem as distâncias entre os pontos – distingue-se do espaço liso (o *nomos*), no qual esta homogeneidade só se dá entre pontos infinitamente próximos, por conexões de vizinhança, de adjacência, que não seguem qualquer via determinada (ibidem, p. 38). No espaço estriado do *logos* os caminhos devem ser seguidos de um ponto a outro. Mas, no espaço liso do movimento nômade há tão somente “revezamentos, *intermezzi*, relances” (ibid., p. 47).

Em *Mil Platôs*, vemos ainda que o nômade é definido como uma máquina de guerra absolutamente exterior aos aparelhos de captura do Estado: “A máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irredutível ao aparelho de Estado, exterior a sua soberania,

anterior a seu direito: ela vem de outra parte” (1997a, p.12). Com efeito, esta máquina de guerra efetua-se no espaço liso, é o *nomos* que se coloca em guerra contra a *polis*, “consolidando esse território através da construção de um segundo território adjacente, desterritorializando o inimigo através da ruptura interna de seu território, desterritorializando-se a si mesmo, renunciando, indo a outra parte” (idem). O nômade é portanto o habitante do *nomos*, é o homem de guerra, o excêntrico, o bárbaro. O Estado por si só não possui uma máquina de guerra, esta terá de ser apropriada por ele sob a forma de instituição militar que, como assinalam os autores, nunca deixará de lhe criar problemas.

Para postular o movimento nômade, a nomadologia como máquina de guerra, Deleuze e Guattari retomam criticamente a fórmula de Clausewitz: “A guerra é a continuação das relações políticas por outros meios” (ibidem, p. 105), propondo um conceito de guerra absoluta, incondicionada, a guerra como Idéia, que assim difere das guerras reais, das relações políticas, que visam abater ou “derrubar” um inimigo. Esta distinção é apontada pelos autores como de grande importância, mas desde que se utilize de um outro critério que não o de Clausewitz (ibidem, p. 106). Porque, no caso das máquinas de guerra, não se tem a guerra como objeto, não se trata de uma guerra real entre outros, mas da invenção da Idéia, com seus objetos próprios, espaço e composição. Assim, os nômades continuam sendo uma abstração, uma Idéia, algo real e não atual, em que os elementos do nomadismo misturam-se aos elementos de migração, de itinerância, de transumância, introduzindo objetos sempre mistos, combinações de espaço, efetuando uma relação suplementar com a guerra real contra a forma-Estado (idem). A questão importante então passa a ser o momento em que o aparelho de Estado se apropria da máquina de guerra, subordinando-a a fins políticos, dando às máquinas nômades a guerra como objeto direto. Estabelece-se uma guerra perene entre os nômades e o

Estado, entre as máquinas de guerra que se constituem contra os aparelhos que se apropriam da máquina, e que fazem da guerra sua ocupação e seu objeto: elas exaltam conexões em face da grande conjunção dos aparelhos de captura ou de dominação.

Por último, a questão dos movimentos de desterritorialização e reterritorialização, bem como a noção de territorialidade que lhes é subjacente. Se o princípio de residência ou de repartição territorial é algo que vai se constituir a partir do aparelho de Estado, a figura do nômade surge nas sociedades primitivas **antes** que se constitua o aparelho de Estado para, antecipadamente, combatê-lo e conjurá-lo. Essa questão já tinha sido antecipada por Deleuze e Guattari em *O Anti-Édipo* (1972). No capítulo “Selvagens, bárbaros e civilizados” os autores ressaltam que, nas sociedades primitivas, a constituição do território do socius se dá a partir de uma divisão da terra em que ainda não se vê uma territorialidade propriamente dita. A máquina social primitiva não é ainda nem territorial nem geográfica, terá que produzir um socius que “ordene e controle o processo produtivo-desejante, que tende permanente à desterritorialização absoluta” (Barembliit, 1998). Esta territorialidade vai se constituir no socius primitivo a partir das linhagens de alianças e filiações, dos fluxos de extrações e deslocamentos no espaço. O espaço “nômade” é assim o corpo pleno do socius, um socius que estabelece uma relação de contigüidade, de adjacência com a produção, mas que ainda não se rebateu sobre ela:

O espaço do acampamento adjacente ao da floresta é constantemente reproduzido no processo de produção, mas ainda não se apropriou deste processo. O movimento objetivo aparente da inscrição não suprimiu o movimento real do nomadismo (Deleuze e Guattari, 1972, p.152-153).

Este tipo de formulação da história que é proposta em *O Anti-Édipo* nos é bastante útil ao permitir deslocar as análises sociológicas, antropológicas, jurídicas e psicológicas da

constituição e das formas de sociedade, de governo e de Estado dos eixos explicativos codificados e hierárquicos (familiar/patrilinear, representação, transcendência, contrato social etc.), que têm predominado no pensamento moderno ocidental de matriz judaico-cristã, abrindo, ao mesmo tempo, para uma perspectiva imanente do campo social e da própria produção.

1.6.2 Êxodo

Negri e Hardt vão retrabalhar a idéia de nomadismo em um sentido que destaca a potência política do êxodo (enquanto vetor de desterritorialização), dos movimentos de deserção em massa. Em *Império* (2000, 2001) os autores propõem que a circulação – o nomadismo no sentido estrito – equivale ao êxodo global, ao passo que a miscigenação constitui um êxodo corporal (op. cit., p. 364). A experiência viva da multidão se expressa no desejo de ser contra, de recusar a autoridade, os poderes constituídos, o comando imperial. Este comando, porém, que se traduz em formas difusas de exploração, de dominação e alienação, nem sempre pode ser localizado ou circunscrito a lugares específicos, embora nem por isto deixe de existir e ser exercido. A globalidade do comando imperial apresenta-se na razão inversa da produtividade sem medidas da multidão – o comando imperial é como uma “imagem em negativo” da potência produtiva da multidão – o que contudo não indica uma homologia, já que o poder imperial não pode mais disciplinar os poderes da multidão, pode apenas impor um controle e tentar capturar suas capacidades produtivas e cooperativas (ibidem, p. 211).

Por sua vez, também a mobilidade da força de trabalho e os movimentos migratórios manifestam-se de maneira totalmente difusa, difícil de capturar. Negri e Hardt interpretam

este fenômeno como uma nova invasão de bárbaros, a horda nômade que surge para invadir e evacuar o Império. Para os autores, o êxodo massivo de trabalhadores altamente qualificados do leste europeu que acabou provocando o colapso do Muro de Berlim seria um exemplo concreto deste novo tipo de nomadismo, que possui uma dimensão absolutamente positiva. Negri e Hardt citam Walter Benjamin para aproximar o poder subversivo e renovador dos que são “contra” a uma espécie de barbarismo pós-moderno: “[o bárbaro] não vê nada como permanente. E por esta mesma razão, ele vê saídas em toda parte. Onde outros encontram muros ou montanhas, ele enxerga saídas. Mas, justamente por ver saídas em toda parte, ele se coloca sempre na encruzilhada” (Benjamin, citado por Negri e Hardt, op. cit., p.215).

Aqui enxergamos uma possibilidade de aproximar esta interpretação do êxodo contemporâneo que se expressa nos movimentos e nas dinâmicas dos migrantes com a concepção de Deleuze e Guattari dos bárbaros e nômades que vivem entre dois, cruzando e tornando a cruzar fronteiras: “a vida do nômade é *intermezzo*” (MP vol 5, 1997a, p. 51). Desta maneira, poderíamos imaginar a multidão de Negri e Hardt como uma máquina de guerra que acabou provocando a desconstrução das rígidas fronteiras identitárias, econômicas, políticas e jurídicas que foram a base de sustentação dos Estados-nacionais.

1.6.3 Entre a dialética da totalidade e a poética da relação

Édouard Glissant, escritor, poeta e filósofo caribenho, desenvolve um trabalho que também se aproxima de muitos dos conceitos e proposições de Deleuze e Guattari a respeito do nômade. Glissant inicia seu belo e poético livro *Poetics of Relation* (1997) com uma interrogação: o nômade é sobredeterminado pelas condições de sua existência? Mais do que fruto de um desejo de liberdade, o nomadismo não seria uma forma de obediência à

contingências e restrições que lhe são impostas? Para responder a estas questões, Glissant descreve e contrasta dois tipos de nomadismo: por um lado, um nomadismo circular, praticado pelas populações que geralmente vivem no deserto ou em outras regiões inóspitas, que se movimentam de uma parte a outra, em constante peregrinação, movidos pela necessidade de mudar ou de buscar proteção. E, por outro, um nomadismo flecha (*arrowlike*), o praticado pelos invasores bárbaros, cuja meta é sempre conquistar territórios exterminando todos os seus ocupantes.

Essas duas categorias de nômade podem se misturar, se entrecruzar, da mesma maneira que os bárbaros migrantes e os nômades se encontram e fazem alianças, como vemos em Deleuze e Guattari:

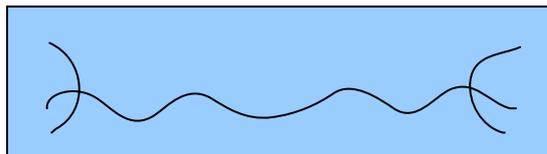
Os Bárbaros migrantes estão efetivamente entre os dois: eles vão e vêm, cruzam e tornam a cruzar as fronteiras, pilham e extorquem, mas também se integram e se reterritorializam. Às vezes eles penetram no império, atribuindo-se uma parte dele, tornam-se mercenários ou confederados, fixando-se, ocupando as terras ou talhando eles mesmos seus próprios Estados (os sábios Visigodos). Outras vezes, ao contrário, passam para o lado dos nômades e associam-se a eles, tornando-se indiscerníveis (os brilhantes Ostrogodos) (*Mil Platôs* vol. 3, 2004b, p.103).

De qualquer maneira, o nomadismo-flecha descrito por Glissant seria sempre movido por um desejo irresistível de territorialização. Mas, como em nenhum dos dois casos (tanto no nomadismo *arrowlike* quanto no circular) a idéia de raiz é válida para o autor, poderíamos confirmar a hipótese de aproximação do nômade (tanto o invasor quanto o do deserto) e do migrante a partir da experiência de desenraizamento e da desterritorialização.

As teses de Glissant podem ser consideradas revolucionárias, em muitos aspectos. Em primeiro lugar, a desconstrução dos vínculos identitários e de pertencimento, da possessão do

território que, na sua concepção, integram-se num contexto particular e relacional com o espaço. Em seu lugar da possessão identitária, a poética, a Relação. Nas palavras da pesquisadora Patrícia Mazeau de Fonseca (s/d) “Glissant propõe-se a tecer entre o homem e a terra relações privilegiadas e imprescritíveis, sobre um esquema que não funcione como a legítima possessão do território, mas como uma entrada na Relação do homem e da terra”. Este processo de desconstrução é gestado no interior do navio negreiro, o lugar de invenção, ou de digênese – a gênese pelo avesso, como prefere Glissant – da *créolização*.

Assim, a Créolização emerge como um processo de desterritorialização que se expressa na língua e na literatura – mas não apenas – e que diz respeito aos “encontros, aos choques, a um novo tipo de mestiçagem ilimitada que permite que cada pessoa esteja ao mesmo tempo lá e em outro lugar, enraizada e aberta, perdida nas montanhas e livre sob o mar, em harmonia e em errância” (Glissant, 1997, p. 34). Tudo começa no barco, este barco aberto que é o navio negreiro, metáfora e experiência concreta do processo de desterritorialização. O espaço onde esta experiência se dá é o mar, o oceano entre dois continentes – África e América – que marca de maneira indelével aqueles que o atravessaram, que experimentaram a profundidade abissal acorrentados, presos aos grilhões. Não parece casualidade que a frase do também poeta caribenho Derek Walcott “O Mar é História” tenha sido escolhida como uma das epígrafes que abrem *Poetics of Relation*.



A Fibra²³ é usada por Glissant para simbolizar a trágica experiência do navio negreiro, entre África e Américas

23 Deleuze e Guattari também usam a figura da fibra (Fibra de Universo) para caracterizar o limiar, o

As línguas africanas desenraizadas, arrancadas e levadas para as Américas nos navios negreiros – uma desterritorialização forçada – permaneceram e foram “traduzidas” em solo americano no “*créole*”, o que marca também um importante confronto entre o poder da palavra escrita e a potência da oralidade (ibidem, p. 5). “O que eu chamo Créole (e talvez contrariando algumas regras) é uma linguagem cujo léxico e cuja sintaxe pertencem a dois corpos lingüísticos heterogêneos: Créole é um compromisso” (Glissant, 1997, p. 118).

Tanto a tese da poética como uma prática lingüística que desconstrói tudo o que é imposto, que vem a priori e que é herdado como original, quanto a idéia de *creolização* remetem a dois conceitos fundamentais em Deleuze e Guattari: devir (vide nota de rodapé n. 7) e rizoma²⁴. O *créole*, ao mesmo tempo que conserva, de certa maneira, uma dimensão de sua matriz cultural (como o Sul profundo de William Faulkner), é, já em sua origem, uma língua desenraizada, uma identidade-rizoma apontada para o acaso, para a incerteza, para o trágico.

Glissant destaca que na tradição do pensamento ocidental a identidade²⁵ se consolida a partir da idéia de uma raiz cultural e lingüística, uma origem que se transforma em valor (“o valor de uma pessoa é determinado por suas raízes”). Esta operação de transformar a origem

devir entre duas multiplicidades (Mil Platôs, 1997b, v. 4, p. 33)

24 O rizoma, outro conceito fundamental da obra de Deleuze e Guattari, é um modo de crescimento para todos os lados. Fazer rizoma é, segundo os autores, se estender em todas as direções, ir e voltar de um meio a outro, recusar o sentido único das formações de poder. No rizoma existe sempre a criação de novas segmentações e ele se caracteriza principalmente pelos princípios de conexão, heterogeneidade e multiplicidade (imanência). Os rizomas são feitos de linhas: linhas de segmentação, de estratificação, mas sobretudo de linhas de fuga ou de desterritorialização, que proliferam de uma forma multidimensional, incluindo inúmeras singularidades geopolíticas, históricas e culturais (cf. Deleuze e Guattari, 1995).

25 As proposições de Glissant com relação à identidades, errância, desenraizamento, serão retomadas no capítulo 4 desta tese.

em valor é descrita como a “dialética de realocização” ou de “totalização”, uma operação através da qual o mito (a origem) e o espaço (o território) são sintetizados e ultrapassados por uma racionalidade política transcendente. É neste sentido que Glissant conclui que a trajetória de descolonização dos africanos, sua desterritorialização, mesmo forçada, faz erodir, faz romper as tentativas dialetizantes e totalizadoras do poder colonial; as errâncias dos exilados e dos migrantes expressariam, desta maneira, a recusa de um universal.

De qualquer maneira, acreditamos que pensar o nômade como o habitante do espaço liso (*nomos*) em seus contínuos movimentos de desterritorialização/reterritorialização, máquina desejanse em permanente guerra com o Estado, pode abrir novas possibilidades de análise e reflexão sobre o significado e a importância, não só da mobilidade do migrante, mas também das lutas contra as muitas formas de discriminação, intolerância e limitação da liberdade. Glissant faz uma aproximação entre o africano escravizado e o nômade a partir da apropriação dos conceitos de devir e rizoma, e também ao aplicar o conceito de nomadismo – enquanto recusa das estratégias de captura do poder – no sentido de uma forma de luta não-dialética, com características novas, uma luta animada pelo antagonismo permanente e que não é passível de síntese entre poder e contra-poder.

Capítulo 2

Migrações, trabalho e desenvolvimento: as teses da autonomia

Fixar, sedentarizar a força de trabalho, regradar o movimento do fluxo de trabalho, determinar-lhe canais e condutos, criar corporações no sentido de organismos e, para o restante, recorrer a uma mão-de-obra forçada (...) essa foi sempre uma das principais funções do Estado.

Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*

Neste capítulo analisaremos de forma mais detalhada os nexos que podemos estabelecer entre o movimento das migrações em termos globais, a mobilidade do trabalho, o processo de desenvolvimento do capitalismo e a própria globalização, que, como ressalta Stuart Hall (2003) não é algo novo, é um processo histórico secular.

2.1 Migrações, êxodo e desenvolvimento

Vários autores, como por exemplo Michael Walzer em *Exodus and Revolution* e Albert O. Hirschmann em *Exit, Voice and Loyalty* redefinem o Êxodo bíblico²⁶ como um acontecimento e um discurso político. Virno (1995) retoma esta referência e propõe o Êxodo como uma metáfora para a saída em massa do Estado a partir de uma aliança entre o *General Intellect* e a ação política, um movimento em direção à esfera pública do intelecto. Este tipo de recuperação do Êxodo traz em si uma idéia de exceção, de anomalia, que Virno aponta como tendo importância fundamental quando se transforma em ação política da multidão. “Insurreições, deserções, invenção de novas organizações democráticas, aplicações do

²⁶ O episódio da fuga do povo hebreu do Egito é descrito nas Sagradas Escrituras como um milagre: o mar se abriu para dar passagem ao povo em fuga, fechando-se, em seguida sobre os seus perseguidores.

princípio do *Tertium Datur*: eis o princípio dos Milagres da Multidão, e esses milagres não cessam mesmo que o soberano os tenha proibido” (Virno, 1995, p. 286). Milagre aqui é entendido no sentido de uma ação política anti-Estado, uma ação que interrompe e contraria uma ordem constituída e os processos automáticos de delegação de poderes consolidados através do contrato social, e esta interpretação está convergente com a concepção de ação política de Hannah Arendt – “um novo começo, que interrompe e contraria processos automáticos que se consolidaram como fatos” (ibidem, p. 285).

Em *Império* (2000), Antonio Negri e Michael Hardt desenvolvem a idéia de que os processos de globalização são também uma resposta a um ciclo de lutas e de movimentos sociais – nos quais poderiam ser incluídos os migrantes – que colocaram em xeque e destruíram materialmente a arquitetura dos estados nacionais. Com efeito, segundo os autores, o tecido ontológico do mundo globalizado é construído pela atividade “sem medida” da nova classe de trabalhadores que eles denominam multidão, e as migrações vão conferir uma materialidade a esta ontologia da globalização ao tornar o espaço comum. “O poder de circular é a determinação primeira da virtualidade da multidão, e a circulação é a primeira ação ética da ontologia contra-imperial” (op. cit, p. 363).

Por trás desta nova concepção da globalização e da nova composição de classe²⁷ que se traduz na idéia do trabalho da multidão, encontram-se conceitos como o de trabalho imaterial, construído a partir da releitura feita pelos operaístas italianos²⁸ do *General Intellect* de Marx.

27 Segundo Mezzadra (2005), a definição de uma nova composição de classe, e o estabelecimento de uma relação entre a composição técnica e a composição política de classe em lugar da clássica relação de “classe em si” e “classe para si” está entre as inovações introduzidas pelo operaísmo.

28 O operaísmo – corrente de pensamento neomarxista que começou a se desenvolver na Itália a partir das décadas de 1960 e 1970 tendo, entre seus fundadores, o próprio Antonio Negri além de Mario Tronti e Raniero Panzieri – abarca um conjunto de trabalhos teóricos e de pesquisa empírica que

Assim, a recusa ao trabalho, a desobediência, o êxodo, a deserção em massa, são elementos reveladores de resistência e indicam também as novas facetas de exploração da força de trabalho que continuam sendo determinadas pelo fato de que esta força de trabalho está sempre em situação de “excedência” ou de “excesso”. Estas novas concepções dos operáistas baseiam-se no princípio de que primeiro vêm as lutas operárias e proletárias, depois o desenvolvimento capitalista e que a inovação, antes de ser técnica é sempre social (Negri e Cocco, 2005).

Em *Glob(AL) – Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*, Negri e Cocco retomam e aplicam este princípio às análises do processo de desenvolvimento de três países latino-americanos, especificamente Brasil, Argentina e México, indicando que

(...) a transição para a industrialização e para o desenvolvimento não se reduz ao deslocamento das bases da acumulação dos setores agro-exportadores mais dinâmicos em relação à acumulação industrial. (...) A libertação vem (ou acontece) antes através das mil formas do êxodo: êxodo dos escravos e dos camponeses pobres (em condições servis e/ou semi-servis) e êxodo dos imigrantes europeus (Negri e Cocco, 2005, p. 82)

De acordo com esta argumentação, o impacto da imigração internacional foi crucial

não se limita a uma escola de pensamento, uma vez que sempre contou com o importante envolvimento social e político de seus militantes nos movimentos que tiveram lugar na Itália naquele período. Os operáistas viram a necessidade de aplicar novos princípios conceituais e metodológicos que dessem conta dos igualmente novos processos de subjetivação que surgiam com o esgotamento da organização taylorista do trabalho. Uma nova figura, o “operário social” viria substituir a do “operário massa”, um trabalhador massificado não apenas pelos níveis de mobilização promovidos pela produção em série, mas também pelo nivelamento “por baixo” de suas qualificações: os operários eram desqualificados e adequados a uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas cada vez mais simples e repetitivas. A partir de 1973-74, as transformações do regime de acumulação provocaram mudanças também nos conflitos de classe. Uma nova dinâmica de lutas vai desembocar na emergência do “operário social”, que recusa a separação entre setores produtivos e setores improdutivos e articula a centralidade de figuras sociais, cujas dimensões produtivas não dependem mais da inserção na relação salarial e no trabalho industrial. A partir dessas mudanças e sempre com base na releitura do *General Intellect* marxiano, surgem novas definições para o trabalho autônomo, que se referem à produção lingüística, afetiva, cognitiva, e cujo cerne não é mais a relação salarial, mas a “forma renda” (Cocco, 2000, p.16-19 e Lazzarato, 2001, p. 92-96. Ver também em Altamira, 2006).

para o desenvolvimento do trabalho assalariado no Brasil; no caso da Argentina, o acesso dos imigrantes internacionais à propriedade da terra também foi um dos fatores determinantes para a consolidação da industrialização e para a entrada em uma economia de mercado nacional. Já no México, embora a dinâmica tenha sido completamente diferente por não terem existido fluxos comparáveis de imigração internacional, a questão agrária, o êxodo interno, a mobilidade das forças produtivas essencialmente camponesas acabaram funcionando como propulsores das forças revolucionárias que estariam no cerne do processo de independência e desenvolvimento econômico do país.

Nesta dinâmica dos fluxos migratórios e da fixação dos trabalhadores a partir da proletarização, também desempenham um papel primordial a migração interna (êxodo rural) e as lutas operárias. Foi o mesmo processo que caracterizou a acumulação nos países centrais, em que os migrantes e as minorias sociais passaram a ser incluídos a partir da regulação salarial e da disciplina da fábrica.

No entanto, no caso dos países latino-americanos analisados por Negri e Cocco, verificam-se algumas especificidades. Uma delas é a constituição de uma fronteira de regulação e controle da mestiçagem – uma fronteira baseada na cor da pele e, por isto mesmo, como já vimos, verdadeiramente biopolítica. Os autores propõem que o processo de constituição da força de trabalho sobretudo no Brasil, mas também, com algumas variações, no México e na Argentina, seguiu duas vertentes: por um lado, a escravidão, as lutas e a resistência à fixação na terra – a “marcha da liberdade”; por outro, a grande presença dos imigrantes europeus, imigrantes que já chegavam livres e que vinham em busca de melhores condições de vida e de trabalho foi, em grande medida, a responsável pelo processo de

proletarização na América Latina.

A imigração européia constitui uma força enorme na América Latina: o imigrante, que constrói entre as fileiras das culturas do café as suas primeiras hortas e nelas colhe os produtos que serão colocados nos nascentes mercados urbanos, é o símbolo de uma nova potência que rompe a partir do interior o latifúndio capitalista e constrói contrapoder no mercado. Desse esforço, assim como da continuidade das revoltas dos escravos e, sobretudo, da mestiçagem, surge a constituição de um novo terreno de recomposição a partir de baixo das lutas e de uma possibilidade material de democracia (Negri e Cocco, 2005, p. 201).

Considerando que as migrações e a mobilidade dos trabalhadores sempre tiveram um papel crucial no desenvolvimento do capitalismo, sendo inclusive funcionais à sua lógica interna, na perspectiva do operário a relação entre a força de trabalho e o capital, em seus movimentos erráticos e oscilantes (entre liberdade e contenção) é marcada pelo antagonismo e pelo conflito, o que obriga à adoção de variados dispositivos de controle e de soluções de compromisso. Moulier-Boutang (1998), por exemplo, desenvolve a este respeito a tese de que o recurso à mão-de-obra exógena nos sistemas nacionais de mercado de trabalho, com todas as variações institucionais e especificidades dos países tidos como de migração de instalação, acabou se tornando um componente estrutural do funcionamento global do mercado de trabalho, sistêmico em relação aos modos de regulação das economias globalizadas (op. cit, p. 74). Desta maneira, em um mercado hierarquizado, segmentado, a importação do trabalho através das migrações acabou se transformando, segundo o autor, em uma etnização da divisão do trabalho, em que a mão-de-obra estrangeira é incluída em condição de excepcionalidade, dando origem à constituição de minorias bem como de novas formas de organização e segmentação que acabam por “inferiorizar” o trabalho exógeno (ibidem, p. 75). Vejamos como isto se passa especificamente na América colonial acompanhando as argumentações deste autor.

2.2 Migrações e capitalismo histórico

Em *De l'Esclavage au Salarial. Économie historique du salariat bridé* (cuja tradução poderia ser *Da escravidão ao assalariamento. Uma Economia Histórica do salariado refreado*²⁹), Moulrier-Boutang formula algumas questões: como explicar o estatuto particular da mão-de-obra estrangeira no cerne dos grandes centros de acumulação capitalista de hoje? Por que milhões de homens são submetidos a autorizações prévias de trabalho, a salvo-condutos internos, sob pena de caírem na “clandestinidade”, ou, colocando em termos mais precisos, na “invisibilidade”? Por que esses trabalhadores são excluídos por definição da vida cívica enquanto estrangeiros? Por que eles não têm o direito, mesmo que mínimo, de abandonar o emprego sem perder seus documentos e o direito de permanência? Por que o livre fluxo de capitais e mercadorias, um dos mais sólidos pilares do “pensamento único” no quadro da globalização, não possui como seu equivalente lógico, a livre circulação dos homens?

Moulrier-Boutang se inscreve, juntamente com Sandro Mezzadra e outros pesquisadores e intelectuais afinados com a corrente operaísta italiana no quadro conceitual da Autonomia das Migrações, que estabelece um nexos constitutivo entre o movimento e as lutas dos migrantes (com seus elementos subjetivos de autonomia e excedência) e a exploração do trabalho vivo e os decorrentes dispositivos de contenção e “refreamento”. Os autonomistas defendem que, partir do momento em que os impressionantes fluxos migratórios que têm lugar no mundo globalizado não podem mais se reduzir às leis lineares da oferta e da procura que têm governado a divisão internacional do trabalho, as migrações ou a mobilidade dos

29 Buscando articular o funcionamento dos mercados de trabalho com o trabalho internacional, Moulrier-Boutang cunhou o termo salariado refreado, uma relação de trabalho dependente que é só parcialmente livre.

trabalhadores constituem a própria condição de possibilidade do capitalismo.

Para Moulier-Boutang (1998) o movimento em massa dos trabalhadores em direção à liberdade em escala mundial – denominado o **continente da fuga**, uma terra a ser sistematicamente conquistada, que é delineada a partir da fuga do trabalho dependente, da escravidão e da servidão – acaba tendo um caráter positivo nos países de imigração ao criar as condições que favorecem a acumulação (op. cit., p. 16). Porém, à medida que o trabalho opera apenas parcialmente através do mercado oficial, as externalidades positivas produzidas pelo afluxo de mão de obra exógena³⁰ às economias nacionais ultrapassam largamente os paradigmas econômicos tradicionais. Assim, as versões simplistas da concorrência clássica (segundo a qual um número maior de trabalhadores migrantes faria diminuir os salários dos trabalhadores locais), a própria teoria marxiana do Exército Industrial de Reserva e as análises econômicas keynesianas precisariam ser analisadas de outra maneira.

Como lemos em *De l'Esclavage au Salarial Bridé*: “São precisamente as migrações internacionais de mão-de-obra as formas mais distantes do assalariamento ‘canônico’” (Moulier-Boutang, 1998, p. 64). Para o autor, o trabalho assalariado livre é uma espécie particular de trabalho dependente. Historicamente, o trabalhador dependente levou muito tempo para conquistar sua liberdade, e isto tem a ver com o fato de que os diferentes tipos de

30 No sentido estrito da economia, o caráter exógeno de uma variável pode ser entendido como um elemento extra-econômico. Exemplificando, no caso das relações de trabalho, o racismo ou a discriminação em relação aos negros por parte de operários e empregadores seria uma variável exógena. Moulier-Boutang, ao preferir o termo “mão-de-obra exógena” à “mão-de-obra estrangeira” faz referência ao fato de que os migrantes internacionais pertencem a um mercado distinto e até mesmo anômalo em relação ao estatuto jurídico e institucional dos trabalhadores locais. Esta distinção tem certamente a ver com uma particularidade da França e de outros países centrais que aboliram há muito tempo a carteira de trabalho como documento de identificação do trabalhador, embora continuem a exigir autorizações de trabalho e permanência dos imigrantes estrangeiros.

empregadores ou patrões procuraram equilibrar a relação conflitual entre patrões e empregados sobretudo através da **inclusão** por contrato salarial das diversas modalidades de trabalhadores dependentes (escravos, servos, meeiros, arrendatários); trabalhadores livres sem corporação; assalariados de aluguel ou de ganho, vinculados a contratos; trabalhadores submetidos ao trabalho forçado ou penal; e os trabalhadores imigrantes contratados. Como mesmo assim não foi possível limitar a fuga desses trabalhadores, principalmente os escravos e ex-escravos, outros elementos foram sendo incluídos para evitar a ruptura das relações de trabalho, tais como os direitos à propriedade de terra, direitos de moradia, direitos cívicos e políticos. Contudo, o trabalho assalariado livre não foi uma norma progressivamente imposta pelo capital; ele se constituiu em um processo anômalo, essencial ao modo de produção capitalista, que teve como resultado uma configuração do **trabalho dependente** que admite em seu interior formas livres, parcialmente livres ou não livres.

Uma das principais hipóteses de trabalho de Moulher Boutang é de que o trabalho exógeno – do qual a migração internacional é uma das formas – é o elemento fundamental na constituição do assalariamento. Desde a gênese do mercado de trabalho, as políticas da mão-de-obra voltaram-se, sobretudo, para o aprovisionamento regular de trabalhadores dependentes. No final do séc. XVIII, a política de fixação através do trabalho escravo conheceu uma crise sem precedentes: com a eclosão das Revoluções Americana e Francesa, de Connecticut, Estados Unidos, a Santo Domingo (colônia parte francesa e parte espanhola no Caribe) e Minas Gerais, no Brasil, teve início a contagem regressiva para a libertação dos negros emigrados à força para o Novo Mundo. A partir daí o autor propõe inverter a ordem das coisas: os acontecimentos abertos pela crise devem ser lidos no sentido dos movimentos da periferia colonial em direção ao Velho Mundo, e não ao contrário.

Moulier-Boutang reinterpreta nesta sua extensiva pesquisa histórica e econômica uma série de conceitos cardinais da economia política clássica: os cercamentos (*enclosures*), a proletarianização, a eliminação das corporações de ofício, as leis sobre os pobres, o surgimento do mercado de trabalho, a articulação dos modos de produção, etc.³¹ O argumento central é de que existe uma estreita interrelação entre as primeiras migrações de colonização inglesas; as dinâmicas constituídas pelo Tratado Atlântico – circuito de tráfico de escravos que envolvia triangularmente a Europa, a África e as Américas –; as guerras pela independência das colônias inglesas, francesas, hispânicas e portuguesas nas Américas; as lutas pela extinção do regime escravocrata (uma abolição que foi conquistada pelos próprios escravos³²) nas ex-colônias e as emigrações de europeus e asiáticos ao Novo Continente. Este argumento é também a confirmação da sua hipótese de que a história avança pela fuga. No caso das Américas, isso se materializa na transição interminável entre a abolição da escravidão e

31 Moulier Boutang destaca o vínculo existente na economia Atlântica entre a questão dos pobres na Inglaterra, a crise constitucional de 1640-1660 e a primeira onda de emigração europeia de colonização. As leis dos pobres inglesas abarcam uma série de medidas e dispositivos governamentais que visavam reduzir em 50 anos a indigência e a miséria provocadas pelo processo de industrialização na Inglaterra através de estímulo à educação e medidas assistenciais que previam a devolução à paróquia de origem de qualquer indivíduo sem mínimas condições de subsistência (Lei do Assentamento ou *Settlement Act* de 1661); de garantir uma renda mínima para aqueles cujos rendimentos fossem inferiores ao mínimo considerado necessário para o seu sustento e o de sua família (*Speenhamland*, de 1795 e 1834). Após numerosas comissões, avaliou-se que a lei de renda mínima, nos moldes em que vinha sendo implementada, acabava por aviltar ainda mais os salários dos que trabalhavam de maneira constante. Procedeu-se então a uma revisão da lei com o intuito de tornar o auxílio indesejável, através de uma série de obrigações e restrições ainda maiores: a renda mínima ficaria bem abaixo do salário mínimo, ou então, para receber a ajuda, os beneficiários teriam que ser obrigatoriamente encaminhados às *workhouses*, onde prestavam serviços para a comunidade praticamente sem remuneração (Nunes, 2003). Como desdobramento desta revisão da Lei dos Pobres de 1834 teve início uma segunda onda de imigração inglesa em direção aos Estados Unidos, muito mais massiva que a anterior e que teve como efeitos facilitar a imigração de instalação (desde que os migrantes fossem brancos) e abrir o país às populações estrangeiras. Assim nasceu o mito épico da constituição dos Estados Unidos como país de migrantes que, para Moulier Boutang nutriu toda a mística da Estátua da Liberdade (Moulier Boutang, 1998, p. 382).

32 No caso brasileiro, por exemplo, a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel, apenas após um selo oficial sobre um texto que já havia sido escrito pelos escravos. “Sem a fuga e a força do número, os escravos fariam uma transição muito mais longa para sua emancipação, o que teria favorecido a prática da peonagem” (ibidem, p. 520).

também na instalação de um salariado refreado a partir da progressiva extinção do Tratado Atlântico.

O historiador John Hope Franklin (1999) também aponta que, no caso dos Estados Unidos, o regime escravista foi solapado por dentro: anos antes da guerra civil que opôs o sul escravocrata ao norte abolicionista, já existia, especialmente no estado de Carolina do Norte, um número significativo de escravos praticamente livres. Nesse processo de emancipação foram fundamentais, segundo o autor, as fugas sistemáticas dos escravos para estados onde já tinha sido abolida a escravidão, bem como a ajuda dos negros emancipados aos ainda escravos e dos Quakers³³ organizados em Sociedades libertárias (como a Sociedade dos Amigos):

Quando os Quakers começaram a comprar escravos e libertá-los, os senhores de escravos da Carolina do Norte alarmaram-se com o rápido crescimento do número de negros livres e começaram a registrar seus protestos em várias localidades. Em diversos casos, os Quakers, temendo que os negros recém-libertos fossem presos ou expulsos do estado, apanharam-nos eles próprios e ou os conservaram ou os venderam a outros [membros da Sociedade dos] Amigos, a fim de prevenir qualquer perturbação (Franklin, 1999, p. 103).

Não poderíamos deixar de lembrar também do emblemático líder revolucionário do Caribe Toussaint L'Ouverture, que teve um importante papel nas lutas pela extinção da escravidão nas *plantations* coloniais daquela região. Toussaint, nascido escravo em 1744, tornou-se livre aos 33 anos, conseguindo arrendar uma pequena nesga de terra onde passou a cultivar café. As notícias sobre a Revolução Francesa chegaram até Santo Domingo³⁴, e,

33 Moulner Boutang observa que a ideologia libertária dos Quakers americanos do século XVIII progressivamente deu lugar à ideologia do sujeitamento ao trabalho assalariado (1998, p. 393).

34 Em 1793, após o advento da Revolução Francesa, França e Espanha entraram em guerra, o que fez com que os comandantes abolicionistas negros da porção francesa de Santo Domingo se juntassem aos espanhóis oriundos dos dois terços orientais da ilha de Hispaniola, território onde hoje se

como observam Negri e Hardt em *Império* (2000, 2001), os ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade foram absorvidos integralmente por Toussaint, que concluiu que os “negros, mulatos e brancos da colônia também deveriam estar incluídos no largo guarda-chuva dos direitos dos cidadãos franceses. A vitória sobre a aristocracia feudal e a exaltação dos valores universais na Europa foi interpretada como uma vitória também sobre a 'aristocracia racista' e o regime escravagista” (op. cit., p. 116). Toussaint dirigiu cartas e relatórios aos líderes do governo revolucionário em que deixava claro que se os ideais da Revolução Francesa não fossem colocados em prática de maneira ampla, geral e irrestrita, estariam traindo ou revelando-se hipócritas nos próprios fundamentos. Segundo declara no relatório dirigido ao Diretório em 14 Brumário (5 de novembro de 1797), qualquer retorno à escravidão, qualquer tentativa de estabelecer uma solução de compromisso neste sentido, seria impensável. A mensagem não poderia ser mais contundente: “Vocês acreditam que os homens que conheceram as bênçãos da liberdade aceitarão tranquilamente que elas lhes sejam roubadas desta forma?” (ibidem, p. 117).

Retornando ao caso brasileiro, Moulrier Boutang enfatiza que o trabalho livre **não** foi importado do exterior para uma sociedade feudal – e este é um argumento muito forte do autor – ele foi conquistado graças à verdadeira revolução desencadeada pelos trabalhadores escravos e ex-escravos, no interior de um capitalismo agrícola que era já industrial, em uma sociedade ao mesmo tempo livre e escravagista, negra e branca. Este é um processo que se repete em todas as economias escravistas da era moderna, mas em um grau muito menos pronunciado do que no Brasil. A conclusão a que chega Moulrier Boutang, que depois será retomada também por Negri e Cocco em *Glob(AL)* (2005), é de que o recurso às migrações

externas, no modo como se deu no Brasil do fim do Império e início da Primeira República, não foi uma manobra do Estado em aliança com os barões do café visando a expulsão pura e simples dos escravos e ex-escravos do trabalho nos cafezais para promover o “branqueamento” da massa de trabalhadores³⁵. Na verdade, os escravos recusaram **antes**, através da mestiçagem, da fuga sistemática e dos quilombos, sujeitarem-se ao trabalho dependente nas fazendas de café. Este seria, na nossa interpretação, um excelente exemplo e confirmação material da tese compartilhada por vários autores que usamos como referência, de Foucault a Negri, de que a resistência é primeira, sobretudo em relação ao capital.

Já desde antes da abolição final do regime escravocrata o Brasil havia recebido 90.000 imigrantes europeus (naquele mesmo ano, contavam-se 107.000 escravos registrados como tais). Esta primeira tentativa de empregar mão-de-obra livre tinha se dado a partir de uma iniciativa particular, quando o Senador Vergueiro, através da Vergueiro & Cia., trouxe para a Fazenda Ibicaba, em Limeira, Estado de São Paulo, famílias de colonos suíços, alemães e portugueses. O sistema adotado para promover a vinda desses imigrantes foi o “sistema de parceria”, através da qual os colonos tinham suas despesas de viagem e de transporte até a fazenda pagas até o momento em que começassem a produzir, quando deveriam pagar ao fazendeiro a amortização deste “empréstimo” mais os juros. A experiência acabou não dando certo, já que o endividamento prendia os colonos ao fazendeiro quase como se fossem escravos. Os colonos estrangeiros eram então juridicamente livres, mas não o eram economicamente. O descontentamento dos colonos veio a se manifestar numa agitação em fevereiro de 1857 na fazenda Ibicaba. Eram muitas as reclamações tanto por parte dos colonos quanto dos proprietários, que exigiam o cumprimento dos contratos estabelecidos, habituados

35 A hipótese do branqueamento através das migrações é muito difundida, inclusive entre alguns intelectuais e militantes do Movimento Negro no Brasil.

que estavam à rotina do trabalho escravo e encontrando por esta razão dificuldades em aceitar os padrões de comportamento do trabalho livre (Rosane Bertolazzi de Carvalho, 2001).

Os conflitos existentes naquelas colônias particulares repercutiram negativamente nos países de origem dos colonos. Assim, tornou-se necessário reiniciar a imigração estrangeira, com nações européias menos exigentes do que Suíça e Alemanha. Missões de recrutamento na Itália foram organizadas intensivamente a partir de 1870, conseguindo trazer, entre 1870 e 1900, uma leva anual de 151.500 imigrantes provenientes da Itália do norte e 86.500 provenientes do centro e do Mezzogiorno³⁶. A maior parte deste fluxo foi canalizado na direção das grandes fazendas de café do interior paulista, dando origem a uma nova relação de trabalho denominada “colonato”. Esse segundo sistema caracterizou-se pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meio de vida comercializáveis pelo trabalhador. O rendimento anual do trabalhador dependia do grau de intensificação do trabalho que podia impor à família. “O Conselho Municipal de Rio Claro votou assim, a partir de 1870, a constituição de um fundo de 600.000 Mil-réis, acordando empréstimos a 6 %, reembolsáveis em doze anos, aos proprietários, para reiniciar o colonato de meiação por empreitada” (Moulier Boutang, 1998, p. 512-513). Assim, entre 1887 e 1890, um enorme e contínuo fluxo de imigrantes italianos, concentrados principalmente no estado de São Paulo, salvou os cafezais da falência certa.

36 Nos três primeiros meses de 1888, foram introduzidos 33.163 italianos, e 52.964 durante o restante do ano. “A grande imigração transatlântica para o Brasil debutava e mudava completamente de escala. Até 1904, o Governo Federal e o Estado de São Paulo gastariam 42 milhões de Mil-réis em custos de transportes para imigrantes em família (pois celibatários não tinham direito à passagem grátis para evitar as migrações de retorno anual). Durante os anos de 1887-1890, o enorme e contínuo fluxo de imigrantes, concentrados essencialmente na província de São Paulo, salvou as plantações de café de uma bancarrota que teria sido certa” (Moulier Boutang, 1998k,m, p. 522-523).

Na perspectiva de Moulrier Boutang, o caso onde o nexa entre a abolição da escravidão feita por dentro – com todos os desgastes que esta luta infringiu à pujante economia cafeeira local – e as imigrações manejadas e subvencionadas pelo Estado se revela de maneira mais paradigmática é o Brasil. Paradoxalmente, esta que talvez tenha sido a abolição da escravidão mais pacífica da história – quando comparada com as sangrentas lutas que tiveram lugar em Santo Domingo, na Jamaica ou nos Estados Unidos – tampouco permitiu aos afro-descendentes terem acesso às pequenas propriedades agrícolas, ao trabalho independente ou a estágios superiores de assalariamento. Diferentemente do que aconteceu na Jamaica, por exemplo, aqui os barões do café não ficaram arruinados com a abolição, suas propriedades não foram confiscadas ou vendidas, o que teria permitido uma verdadeira reforma agrária e o surgimento de pequenos empreendimentos agrícolas. Os negros ex-escravos e seus descendentes, longe de terem sido absorvidos pela força de trabalho imigrante convocada a substituí-los antes da abolição, viram-se lançados aos níveis mais baixos de pobreza e de imobilidade social. Os escravos no Brasil, após terem conquistado o direito ao trabalho livre, assistiram a consolidação de uma nova e poderosa barreira hierárquica e biopolítica: a cor da pele.

2.3 Autonomia das migrações

Fazendo uma leitura análoga à de Moulrier Boutang, Mezzadra (2004, 2005) diz que o capitalismo pode ser caracterizado como uma tensão estrutural entre, por um lado, o conjunto de práticas subjetivas a partir das quais se expressa a mobilidade do trabalho e, por outro, a tentativa do capital de exercer sobre essas práticas um controle despótico, através da mediação do Estado. Mezzadra também acredita que não poderia haver capitalismo sem migrações, e que as subjetividades produzidas a partir da tensão permanente entre o desejo de

mobilidade e as tentativas de controle e captura por parte do Estado constituem a chave analítica para reconstruir de forma paradigmática as formas gerais de submissão do trabalho ao capital (2004, p. 18).

Na base das teses da Autonomia das Migrações encontra-se a idéia de que os movimentos migratórios na contemporaneidade não são redutíveis às leis de oferta e procura ou aos fatores do tipo *push & pull*³⁷ que presidiram historicamente a divisão internacional do trabalho. Muito mais do que os governos, são as pessoas que dão forma às migrações, pressuposto que coloca em xeque os modelos teóricos neoclássicos assentados em determinações econômicas e/ou demográficas. Adotando um enfoque teórico e investigativo em que se destaca a nova economia formada pelo conjunto de comportamentos, redes e práticas sociais, os migrantes para Mezzadra não devem mais ser vistos como vítimas do sistema ou dos efeitos nefastos de uma globalização neoliberal, mas como “sujeitos que expressam resistência e práticas de luta inovadoras” (op. cit., p. 147). Não se trata, como o autor faz questão de frisar, de uma apologia estetizante do nomadismo: o que se procura ressaltar é a riqueza dos comportamentos subjetivos, dos elementos de “turbulência” que “escapam” ou “excedem” às relações de equilíbrio que tradicionalmente governam o mercado de trabalho. É preciso assim sair de uma posição de simples exaltação teórica da mobilidade

37 Literalmente *empurrar e puxar*. Um dos mais antigos modelos teóricos sobre as causas dos movimentos migratórios em articulação com as determinações econômicas e do mercado de trabalho procura explicar a saída das pessoas como decorrência de fator de repulsão, algo que “empurra”, que força a saída, como por exemplo, um alto índice de desemprego ou dificuldades estruturais para obter uma ocupação remunerada. Em contrapartida, os mercados que oferecem melhores salários ou boas perspectivas laborais funcionariam como pólos de atração da força de trabalho em disponibilidade. Mezzadra diz que as teorias neoclássicas que entendem os fluxos migratórios como derivados desta combinação de fatores objetivos e externos foram já bastante criticadas, sendo raras as pessoas que ainda adotam esta perspectiva de forma linear. Hoje privilegia-se um enfoque multidisciplinar, um entrecruzamento da teoria dos “sistemas migratórios” defendida por autores como Saskia Sassen, por exemplo, e as pesquisas etnográficas sobre a formação de novos espaços transnacionais. Portanto, a ortodoxia neoclássica deu lugar a uma “nova economia das migrações” (Mezzadra, 2005, p. 145).

já que toda migração revela, no final das contas, linhas de fuga, outras perspectivas (Mezzadra et al., 2004, p. 14).

Essas idéias estariam relativamente convergentes com teorias e pesquisas contemporâneas sobre as migrações internacionais, como a teoria dos sistemas migratórios, defendida entre outros autores, por Saskia Sassen. Contudo, uma perspectiva sistêmica das migrações – que as situam analiticamente dentro de sistemas que possuem características geopolíticas e sócio-econômicas determinadas – em que pese o mérito de tentar captar as demandas de cidadania e as subjetividades que as atravessam, vem sendo colocada em xeque por diferentes elementos intervenientes e imprevisíveis, além da multiplicação e aceleração das dimensões de interconectividade que caracterizam o mundo da globalização (Mezzadra, 2005, p. 110).

Por outro lado, a abordagem da “nova economia das migrações” que vem se impondo no debate internacional sobre o tema como uma nova ortodoxia tem ressaltado o papel fundamental das redes familiares e comunitárias na determinação de cada uma das etapas do processo migratório, dando inclusive um novo impulso a um conjunto de pesquisas sobre as dimensões étnicas que se delineiam no interior dos espaços diaspóricos e transnacionais construídos pelas migrações.

A crítica feita por Mezzadra a esta nova ortodoxia parte do princípio que essas abordagens estão bastante alinhadas à perspectiva da integração social como fundamento da mobilidade social ascendente, característica do modelo capitalista e de cidadania em vigor nos Estados Unidos. Elas apresentam o problema de reduzir processos como exclusão social, estigmatização ou discriminação a meros efeitos colaterais de um tipo de capitalismo cujo

código fundamental continua sendo a integração social que, por sua vez, é sistêmica e continuamente retroalimentada e reconstruída a partir do próprio movimento migratório (Mezzadra, 2004, p. 19-20).

Em busca de uma outra abordagem que dê conta do fenômeno das migrações contemporâneas em toda a sua complexidade e potência, Mezzadra visa resgatar o aspecto constituinte do movimento social dos migrantes, com todos os elementos de autonomia e de “excedência” que o caracterizam. Devem ser agora colocadas em primeiro plano as lutas dos migrantes, tanto pelo aspecto dos elementos que determinam essas lutas ao longo da experiência de desterritorialização, quanto para funcionar como referência fundamental a uma nova conceitualização do “racismo”. Isso porque, se é verdade que as migrações expressam processos desagregadores, elas evidenciam, ao mesmo tempo, uma permanente capacidade de recomposição.

2.4 Novas formas da mobilidade e a economia dos fluxos

Como já vimos anteriormente, a globalização e as transformações que ela suscita não acontecem de forma linear. Com efeito, a constituição de uma economia em escala mundial, em que tudo converge para as leis do capital, favorece a instalação de processos em que as fronteiras e a soberania dos estados nacionais se diluem e “a economia passa a operar através de atores transnacionais, oportunidades de mercado, orientações, identidades e redes” (Ulrich Beck, apud Andrioli, 2003). Embora alguns críticos apontem as conseqüências nefastas de um processo de globalização que se instala de cima para baixo, enquanto efeito de uma política internacional de cunho neoliberal (tais como o risco de homogeneização, de subordinação a um único modelo de consumo e de massificação cultural), podemos pensar com Hardt e Negri

(2000) na globalização como processo que também se constitui desde baixo, um “território” onde emergem as lutas pela liberdade, pela igualdade e pelo estabelecimento de um espaço comum. Nesta perspectiva, a globalização acaba igualmente favorecendo a constituição de uma “cultura da mobilidade e da mudança”, de processos de intercâmbio de saberes e de culturas, de novas formas de territorialidade (Capron, Fournier, Guillon e Miret, 2004). Estas criações e mudanças conferem uma materialidade ao conceito-imagem de Deleuze e Guattari de movimentos contínuos de desterritorialização e reterritorialização que, de acordo com Moulier-Boutang (1998), atestam a “potência da multidão em fuga” .

Novas territorialidades se constituem a partir de dinâmicas que amplificam progressivamente a importância da esfera da circulação e multiplicam os fluxos materiais e imateriais, locais e globais, intra ou extra-empresas, intra ou extra-setoriais, levando progressivamente a um cenário de desterritorialização ou indiferenciação territorial. As estratégias de multi-localização da produção, de formação de blocos regionais e a emergência de novos pólos industriais estimulam o dinamismo de um comércio internacional que há décadas vem crescendo em ritmo mais acelerado do que o da própria produção mundial global.

A abertura das fronteiras, as assim chamadas novas tecnologias da informação e da comunicação – NTICs – bem como o desenvolvimento dos sistemas logísticos e de transportes, possibilitaram que os agentes econômicos passassem a organizar a produção de forma reticular, multi-escalar, segundo lógicas muitas vezes bastante complexas que atravessam as fronteiras nacionais. Neste sentido, a economia da circulação não é mais, portanto, o fato do desaparecimento dos territórios, mas a sua rearticulação segundo lógicas

econômicas e sociais que acabam por alterar sua própria dimensão política.

Os efeitos da desterritorialização e os processos de reterritorialização colocam assim em evidência as dimensões sociais de uma economia cuja produtividade depende da integração cada vez maior da produção e da circulação. Para dar um exemplo, em uma pesquisa recente sobre as migrações na região conhecida como Bacia do Rio da Prata – formada por Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil – Capron et al. (2004) assinalam o surgimento de novas práticas e modalidades de circulação de pessoas entre estes países que reforçam ainda mais a idéia de fluxos trans-fronteira. O Mercosul se realiza assim materialmente, horizontalmente, a despeito da lentidão de acordos e tratados governamentais inoperantes, ainda em vias de se consolidarem, entre os países que integram o bloco regional (inoperantes sobretudo no que diz respeito à circulação de pessoas). Apesar de dados estatísticos insuficientes ou escassos, pesquisas como esta vêm apontando a emergência de novas formas de mobilidade – tanto migratórias quanto circulatórias – entre trabalhadores qualificados.

Certamente, trata-se aqui de circulação de pessoas no interior do Mercosul, ou seja, estamos falando de um fluxo sul-sul. Neste caso, a migração e a circulação de quadros qualificados poderiam ser indicações ou elementos de uma construção regional, onde a mobilidade se transforma em trabalho e o trabalho em capital fixo. De fato, os migrantes internacionais no plano da globalização valorizam cada vez mais diferentes estilos de vida, o uso das NTICs com fins sociais e econômicos, os conhecimentos relativos ao direito ao trabalho, à moradia ou à nacionalidade. À medida que menos trabalhadores trabalham nas grandes unidades de produção fabril, aumenta proporcionalmente o número de trabalhadores precários e empreendedores autônomos, cuja origem não se situa mais necessariamente nas

antigas colônias ou zonas de influência geopolítica de países como Inglaterra, França ou Alemanha. E, se as migrações sul-norte ainda continuam a constituir os grandes “batalhões” de mobilidade, os fluxos norte-sul, à medida que se amplificam, devem necessariamente tornar-se objeto de uma importante requalificação.

Fluxos migratórios crescentes em escala mundial têm obrigado os governos e poderes locais a se interrogarem sobre suas causas e a refletir sobre suas conseqüências. Algumas destas conseqüências, como o fenômeno do *brain drain*, ou fuga de cérebros, costumam ser vistas como extremamente negativas (Ceriani, 2005). No entanto, se considerarmos as novas formas de vida e os novos padrões de consumo induzidos por esta mobilidade migratória no quadro da globalização, podemos positivar o processo e podemos introduzir, como contrapartida, noções como a de *brain gain*, circulação ou intercâmbio de cérebros (Capron et al., 2004).

Lazzarato (2002) aponta a dinâmica da circulação de fluxos de desejos e crenças, onde estes últimos operam como “forças, à medida que circulam como correntes entre os cérebros”, funcionando como verdadeiros “relés” em uma rede de trocas. Poderíamos assim pensar em uma nova ontologia do trabalho, do conhecimento e da invenção, onde a experiência migratória desempenharia um papel extremamente importante. Na verdade, de acordo com Ceriani (2005), a circulação de pessoas pode ser considerada como riqueza à medida que é fonte de mobilidade social, de aprendizagem de novas competências, de processos de amadurecimento e crescimento pessoal bem como de dispositivos que disparam novas formas de subjetivação.

2.5 Uma pequena revolução copernicana

O número 19 da revista francesa *Multitudes* (dezembro de 2004) traz um dossiê com reflexões muito interessantes sobre a questão das migrações em articulação com as fronteiras, com as práticas de restrição da liberdade e com o racismo, no modo como isto se expressa hoje. Já no artigo de abertura, Thomas Atzert, Sandro Mezzadra, Yann Moulier Boutang, Isabelle Saint-Saëns e Raúl Sanchez (“Fronteiras e fronts: as cadeias migratórias”, p. 9-16) enfatizam a necessidade, no momento das recomposições geopolíticas que têm lugar na União Européia, de se retomar as reflexões sobre a figura do Outro, o Estrangeiro, desta vez não mais com o olhar na questão da aceitação e da tolerância deste Outro – sem dúvida questões importantíssimas – mas de ir além e analisar até que ponto não se trata de um Mesmo que bate às portas da Europa. Ao retomar e ao falar sobre esses outros, sem documentos, clandestinos, excluídos, à margem da cidadania e dos direitos, não estaria a sociedade falando dela mesma, como se tratasse de uma imagem que ela não quer reconhecer como sua? (op. cit., p. 10).

Os autores consideram que o racismo e o antisemitismo sempre estiveram presentes na história política tanto da França quanto de outros países imperialistas. O alvo preferencial das políticas de contenção das migrações tem sido historicamente o intruso, o que chega, o forasteiro, o imigrante – em outras palavras, o pobre. E o pobre é indesejável justamente por sua mobilidade, pelo poder de circular, pelo seu desenraizamento, por não ter uma pátria, uma linhagem, nem de solo, nem de sangue. Ele se torna o verdadeiro inimigo a conjurar, no momento em que empreende sua marcha da liberdade, em busca da terra prometida, do novo mundo, das luzes da cidade, nas suas tentativas de “furar” os muros do racismo de Estado.

Esse racismo revela-se de forma subterrânea, por baixo de medidas que visam restringir

e, até mesmo eliminar, a entrada de novos imigrantes, sobretudo os refugiados e solicitantes de asilo. Como dizem Moulrier Boutang e Mezzadra, o que está em jogo neste momento, tanto na França quanto em outros países tradicionais de imigração, são os empregos qualificados, cada vez mais escassos para brancos e nacionais. Os novos migrantes, somados aos descendentes dos migrantes mais antigos, vêm sendo severamente atingidos pelo desemprego, em proporções muito maiores do que as que se abatem sobre o restante da população. Diante do problema, o verdadeiro “elevador” social representado pelas migrações, que permitia a entrada regular nos países europeus de novos trabalhadores não-nacionais acabou sendo bloqueado. Este bloqueio foi feito não porque os trabalhadores autóctones ou os migrantes antigos sofreriam a concorrência direta dos novos, o que poderia ser contornado, desde que estes novos fossem mantidos em um estatuto discriminado – para proteger o “arroz com feijão”, como se diz no Brasil – dos franceses. O bloqueio deveu-se sobretudo ao fato de existirem cada vez menos empregos qualificados para os brancos e para trabalhadores estrangeiros.

Na França, o governo vem criando sucessivas leis e medidas jurídicas que tornam a permanência dos migrantes cada vez mais difícil, tornando-os dependentes de um número crescente de documentos, permissões e vistos – muito mais do que os franceses autóctones. O atual ministro do interior Nicolas Sarkozy encampa e defende obstinadamente a idéia que começou a ser veiculada pela Frente Nacional de Le Pen de uma “França para os franceses”, além de propor a criação de um Ministério da Imigração e Identidade Nacional³⁸. O que no fundo essas políticas restritivas recusam nos novos imigrantes que, potencialmente, irão engrossar as fileiras dos clandestinos e indocumentados, não é a possibilidade deles

38 Nos anexos da tese encontra-se uma matéria sobre as propostas de Sarkozy e a sua repercussão no debate das eleições presidenciais deste ano na França.

concorrerem diretamente naqueles empregos que ninguém quer. O verdadeiro problema é quando esses migrantes, uma vez deixando sua condição de clandestinidade, e seus filhos, forem disputar o mesmo mercado de trabalho dos brancos.

Moulier Boutang (2004, p. 32) considera que uma proposta como essa de Sarkozy é a atualização das práticas escravagistas dos tempos coloniais, que se expressam também de maneira contundente na proliferação “campos” de internamento nas fronteiras do espaço Schengen³⁹. Segundo o autor, os países europeus continuam a marcar as populações migrantes com o mesmo ferro em brasa com que eram marcados os escravos “sem direitos” nas *plantations* coloniais. Sua conclusão é de que os ideais republicanos da constituição europeia não foram ainda efetivamente cumpridos: torna-se urgente, prioritário (uma questão de saúde pública, como diz) promover o abolicionismo europeu, libertar o migrante de práticas de controle e dessa “legislação infame, que se abate sobre a vida do estrangeiro, ao estatuto do estrangeiro no trabalho, que limita sistematicamente seus direitos, direitos de sangue, direitos de viver com seus familiares, e que lhes impõe humilhantes percursos para obter a cidadania” (op. cit., p. 33).

Para os autonomistas, a cadeia das migrações revela as cadeias que entravam a própria liberdade. E a marcha da liberdade necessita também de uma marcha pela igualdade, porque sem igualdade de direitos não poderá haver libertação do novo *apartheid* pós-colonial e pós-

39 O Espaço Schengen é um território formado pelos países europeus signatários de um acordo que trata de uma política comum de imigração e do controle compartilhado de suas fronteiras. Hoje são 24 países da União Europeia (Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo, Holanda, Itália, Portugal, Espanha, Grécia, Áustria, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Chipre, República Checa, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia), mais outros três países europeus não-membros da UE (Islândia, Noruega e Suíça). Os postos de fronteira foram abolidos entre esses signatários, e criou-se um visto comum que dá acesso a toda a área, mas que não abarca permissões de trabalho ou residência para cidadãos não-europeus. (Wikipedia, http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_de_Schengen)

nacional que se manifesta nos tradicionais países de imigração de instalação, na Europa e também fora dela. A luta dos migrantes passa assim pela luta contra esta nova forma de racismo e escravidão, que os países da União Européia não querem reconhecer. Ao “espectro das migrações” vem se somar o “espectro do racismo”.

Por fim, as restritivas políticas migratórias européias, depois de traçar fronteiras e estabelecer campos de internamento, giram agora em torno dos impressionantes fluxos das populações migrantes, de sua potência numérica, e não o contrário. Eis a pequena revolução copernicana de que falam os autores da *Multitudes*: a potência dos numerosos migrantes desafiando o poder do Estado:

Na França, um coletivo de indocumentados chineses atribuiu-se o nome de “Multidão”. E por que? Porque eles queriam mostrar que eram muitos, em uma quantidade que desafia a imaginação do poder (*Multitudes* n. 19, 2004)

Em suma, o elemento que se revela extremamente potente nas propostas dos teóricos da Autonomia das Migrações, é a marcha da liberdade. A mobilidade humana, que tem sido o motor do desenvolvimento do capitalismo, não pode ser explicada apenas a partir de fatores econômicos e exógenos; o desejo de liberdade, de autonomizar, que faz romper fronteiras territoriais e jurídicas, enfrentar barreiras, furar os cercos, é uma força constituinte e imanente. E nos desafia também a entrar em contato com nossos próprios limites, com as nossas fronteiras internas. A revolta das periferias francesas no final de 2005 que iremos discutir no próximo capítulo é bastante ilustrativa dessas idéias.

Capítulo 3

A luta dos franceses da periferia

A República também está nua [como o Imperador da famosa fábula de Andersen] porque a nossa republicana ideologia assimilacionista jamais foi capaz de entender a integração trans-comunitária da Multidão, em tempos de globalização.

Yann Moulier Boutang

Neste capítulo iremos analisar a revolta que eclodiu nas ruas das periferias francesas entre os meses de outubro e novembro de 2005, também conhecida como a revolta das *banlieues*. Este acontecimento será articulado com as questões do racismo, da intolerância e da discriminação com que se defrontam, como já vimos, os migrantes em suas lutas pela liberdade e pela autonomia. Acreditamos que a revolta das *banlieues* é um acontecimento emblemático e que se liga a nossa discussão sobre as lutas dos migrantes por uma série de razões. Em primeiro lugar, embora os incidentes que dispararam a onda de manifestações nas ruas não envolvessem diretamente estrangeiros, a revolta das periferias colocou em relevo em toda sua extensão e magnitude o intenso debate que se trava hoje sobre o controle mais rígido dos fluxos migratórios no interior da União Européia, e sobre o próprio destino da constituição européia⁴⁰. Para os franceses, isto se coloca nos seguintes termos: de um lado, as forças de

40 A propósito do fenômeno das periferias nas grandes cidades, Mike Davis (2006) analisa, a partir de uma pesquisa muito bem fundamentada, o crescimento das periferias em articulação com um gigantesco processo de favelização e empobrecimento nas metrópoles globais, visível sobretudo nas grandes cidades do chamado Terceiro Mundo. Com base em dados da UN-Habitat, Davis aponta que a população das favelas no mundo cresce à taxa de 25 milhões de pessoas a cada ano, ao passo que as mais altas taxas de urbanização são ainda observadas nos países pobres. Os moradores de favela no mundo constituem espantosos 78,2% da população urbana dos países menos desenvolvidos e um terço da população urbana global; pelo menos metade desta população favelada tem menos de vinte anos. Esta associação entre grandes contingentes de migrantes que ocorrem às cidades européias, crescimento das favelas e empobrecimento, fenômenos que se verificam inclusive nos países centrais, tem sido a justificativa para medidas que vão desde a

direita, ultra-conservadoras, racistas e xenófobas, que tentam preservar uma suposta identidade nacional através da retrógrada ilusão de uma “França para os franceses”; e, de outro, a constatação de que a França é hoje, irreversivelmente, um país de imigrantes⁴¹.

3.1 A explosão da revolta

O 27 de outubro de 2005 entra para história recente como o dia em que teve início um ciclo de violentos protestos nas ruas das periferias de Paris e outras grandes cidades da França como não se via na Europa em muitos anos. Iniciada em Seine-Saint-Denis, distrito que reúne vários municípios com uma população majoritariamente constituída de imigrantes – principalmente mulçumanos e negros originários do Magreb (Marrocos, Argélia, Tunísia, ex-colônias francesas) e de outras partes da África – as violentas manifestações estenderam-se até Toulouse, Lyon, Nice, Marselha, Rennes, Nantes, Lille e Rouen, deixando um saldo de milhares de carros incendiados, num período de nove semanas de manifestações quase diárias.

Tudo aconteceu depois que dois adolescentes **franceses**⁴², Ziad Benna, de 17 anos e

proibição da entrada de novos migrantes até o confinamento dos que já entraram em bairros e regiões de periferia, que ficam às margens também dos mecanismos de proteção social.

41 O mundial de futebol de 2006 foi uma interessante confirmação de como a França se configura um país de imigrantes, além de possuir uma população negra importante. Nove dos vinte e dois jogadores que integraram a seleção francesa de 2006 eram de origem estrangeira, ou descendentes de imigrantes: Jean-Alain Boumsong (Camarões); Patrick Vieira (Senegal); Claude Makélélé (República Democrática do Congo); Florent Malouda (Guiana Francesa); Lilian Thuram e Pascal Chimbona (Guadalape); Zinedine Zidane, filho de argelinos; Franck Ribéry, descendente de marroquinos e David Trézéguet, filho de argentino. Além dos estrangeiros ou descendentes, havia no time vários jogadores negros, como Boumsong, Vieira, Louis Saha, Makélélé, Abidal, Malouda e Thierry Henry. Na ocasião, o líder da extrema direita Jean-Marie Le Pen declarou-se profundamente incomodado, reclamando que aquela não podia ser uma seleção francesa de futebol, ao que o capitão do time Thuram respondeu: Le Pen não conhece a história do seu país, e se esqueceu que a população da França é formada por franceses negros e franceses com cabelo louro ou castanho (cf. Wikipédia, Seleção Francesa de Futebol, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Sele%C3%A7%C3%A3o_Francesa_de_Futebol).

42 Esse é um aspecto que achamos importante destacar: os moradores das *banlieues* que compõem a “escória” que vem sendo alvo preferencial das políticas repressivas do ministro Sarkozy são nascidos na França, têm o francês como língua materna e mantêm poucos vínculos culturais com os

Bouna Traoré, de 15, morreram eletrocutados numa subestação abandonada da EDF⁴³ em Clichy-sous-Bois, subúrbio de Paris. Um terceiro jovem, Metin Altun, de 21 anos, ficou gravemente ferido. As circunstâncias do acidente estão ainda pouco esclarecidas, sabe-se apenas que os meninos fugiam porque achavam que estavam sendo perseguidos. A polícia, por sua vez, alega que não perseguia os jovens e o sobrevivente (Metin Altun) diz ter perdido a memória do incidente⁴⁴.

À morte dos dois jovens seguiu-se uma onda de protestos diários, duramente reprimidos pela polícia de choque. Milhares de carros foram queimados pelos manifestantes, além de prédios públicos, algumas escolas e estabelecimentos comerciais. Na noite de 29 de outubro – um domingo, dia mais sagrado do sagrado mês dos muçulmanos, o Ramadã – uma bomba de gás lacrimogêneo foi lançada dentro da mesquita de Bousquets. A polícia, após ter negado a participação no lançamento da bomba, reconheceu que o artefato era de uso exclusivo das forças policiais.

A crise foi bastante agravada pelas declarações e pela política repressiva do ministro do interior, já desde antes do início da revolta. Um dia antes da morte dos adolescentes, Sarkozy havia dito durante um despejo em Argenteuil que era preciso “se livrar desta escória”. A declaração evidentemente ofendeu os moradores do subúrbio, e a situação tornou-se ainda mais explosiva quando, logo após a morte dos jovens o ministro declarou que considerava as

países de origem de seus pais e avós imigrantes. Mesmo assim, ainda são vistos e mantidos por essas políticas oficiais em uma condição de inferioridade em relação a outros cidadãos franceses. São franceses “fixados” em um estatuto inferiorizado (e demonizado) de “estrangeiros” em seu próprio país, que nunca foram de fato incluídos – evidenciando mais uma vez a fragilidade das políticas baseadas na integração.

43 Concessionária de energia elétrica da França.

44 Cf. *Continuam os protestos na França*, Jornal Midia Independente, disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/336850.shtml>.

ações realizadas pela polícia “exemplares”.

As notícias que circularam na imprensa sobre as *banlieues* contabilizam que só nos dez primeiros meses de 2005 mais de 28 mil carros tinham sido queimados na França (incendiar carros é uma prática comum no país como forma de protesto). Mas, mesmo neste contexto, a queima de 4500 carros entre os dias 2 e 7 de novembro configura-se excepcional.

3.2 Um fenômeno francês?

Na avaliação de alguns analistas e também da mídia, a revolta das periferias da França em 2005 foi um fenômeno especificamente francês ou mesmo europeu. Em primeiro lugar, porque os jovens que morreram em consequência da ação da polícia de Sarkozy eram franceses *beurs*, descendentes de imigrantes da região do Magreb, África do Norte. As reais circunstâncias das mortes são desconhecidas, mas sabe-se que eles fugiam da polícia que os havia parado para exigir documentos de identificação, uma prática que aterroriza cada vez mais aqueles que são marcados pela “ilegalidade” e pelo racismo. Tratada, pelo governo francês e pela maioria da imprensa mundial como “vandalismo” promovido por gangues de “delinquentes”, a revolta das *banlieues* é, em primeiro lugar, consequência da ação do atual e de sucessivos governos franceses – à esquerda e à direita, socialistas ou conservadores – que, há décadas, confinam os imigrantes e seus descendentes em verdadeiros guetos.

Esta parece ter sido a posição do sociólogo Michel Wieviorka⁴⁵, por exemplo, para

45 Wieviorka, diretor de estudos na EHESS e colaborador de Alain Touraine, coordenou e publicou, dentre outros trabalhos, *Racisme et modernité*, Éditions la Découverte: Paris, 1993. É também considerado um dos maiores especialistas franceses em violência urbana. Lorenzo Macagno (*Revista Lugar Comum* n. 18, 2002-2003) ressalta que Wieviorka e outros intelectuais franceses vêm manifestando uma posição de desconfiança com relação à perspectiva do multiculturalismo

quem a violência das manifestações da periferia francesa foi uma expressão de desespero, cólera, raiva, provocados por uma enorme sensação de injustiça. A juventude francesa vive nas periferias em estado de guerra, em oposição a um sistema altamente repressivo e hostil⁴⁶. Este sentimento é, por sua vez, bastante real: nas periferias francesas e nos subúrbios parisienses, o índice de desemprego atinge 21%, o dobro da média nacional, chegando a 40% entre a população mais jovem. Segundo um relatório do próprio governo, nestes bairros, “o fato de ser jovem, mulher ou imigrante aumenta o risco de ficar desempregado”. No caso das mulheres imigrantes, por exemplo, a taxa de desemprego sobe para 38%. Conseqüência direta desta situação, as condições de vida fazem com que estas regiões se assemelhem a bolsões terceiro-mundistas encravados no Primeiro: os prédios lembram cortiços de concreto, um enorme déficit de serviços básicos, como escolas, hospitais e serviços de assistência social. Outros dados reforçam as evidências de como o racismo e a discriminação contra migrantes e seus descendentes é um componente estrutural do conflitos: de acordo com o Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos, a taxa de desemprego de “franceses” que cursaram a universidade é de apenas 5%, mas no caso de diplomados originários do Magreb, o índice salta para 26,5%.

3.2.1 Perfil da imigração na França

Como já dissemos, a revolta das *banlieues* é emblemática de diversas maneiras.

Vejamos agora mais detalhadamente a situação na perspectiva das especificidades da França

norteamericano, na sua visão um debate já esgotado ou, no mínimo, datado e suspeito, além de tudo, de veicular uma “astúcia da razão imperialista”. Na leitura de Macagno, a própria origem nacional estadunidense ou canadense do multiculturalismo teria provocado, entre os defensores de uma tradição assimilacionista própria do republicanismo francês, essa previsível desconfiança. Voltaremos à questão do multiculturalismo no fechamento do capítulo.

46 Citado por Daniela Fernandes em reportagem para a BBC de 3 de novembro de 2005.

quanto à situação dos imigrantes e seus descendentes.

Sendo o segundo maior país europeu de imigrantes (o primeiro é a Alemanha⁴⁷), a França conta atualmente com 3,2 milhões de estrangeiros e uma população de imigrantes de cerca de 4 milhões de pessoas (possuindo ou não a nacionalidade francesa)⁴⁸ vivendo em seu território. Isto significa algo em torno de 7% da população total. A população estrangeira é fortemente magrebina, resultado das lutas de independência e dos processos de descolôniação dos países que formam a região do Magreb: Argélia, Marrocos e Tunísia. Somam-se a estes imigrantes as gerações de descendentes nascidas na França, que estão na base dos grupos predominantemente jovens que são designados como “beurs”. No entanto, a nacionalidade predominante entre os estrangeiros da França é a portuguesa – 553 mil pessoas, ou 17% do total de estrangeiros, segundo o Censo de 1999.

Os fluxos migratórios de característica familiar continuam sendo os mais importantes, mas devem ser também incluídos os pedidos de asilo político (a França, junto com a Grã-Bretanha e a Alemanha, tornou-se um dos países mais procurados, com 47 mil pedidos em 2002 e 55 mil em 2003); estudantes, que, a partir de janeiro de 2000, estão sendo autorizados a se estabelecer na França desde que encontrem trabalho depois de concluírem os estudos; e os migrantes em situação irregular (categoria em que se incluem os “sans-papiers”). Ainda de acordo com o Atlas, o perfil destes migrantes transformou-se bastante no curso dos últimos vinte anos: os operários estrangeiros deram lugar a um novo cidadão, geralmente de nacionalidade francesa mas, muitas vezes com dupla nacionalidade e de origem urbana. É

47 Os dados e estatísticas que serão apresentados a seguir foram extraídos do *Atlas de Migrations dans le monde. Réfugiés ou migrants volontaires*, de Catherine Wihtol de Wenden (2005, p. 28-31).

48 As estatísticas atuais fazem a distinção entre estrangeiros (não nacionais) e imigrantes – aqueles que, nascidos em solo estrangeiro, efetuam um percurso migratório, quer sejam estrangeiros ou de nacionalidade francesa, não contabilizando origem étnica ou pertencimento religioso.

uma população predominantemente feminina e também em processo de envelhecimento e fortemente globalizada, com novas entradas de oriundos de países como Índia, Paquistão e Sri-Lanka, por exemplo, qualificados ou não.

Por outro lado, o perfil dos indocumentados ou em situação irregular também vem se modificando desde o ano 2000. Os “*sans-papiers*” contemporâneos confundem-se com os exilados políticos, compartilhando com este grupo sua condição “*sans*”: “sem” nacionalidade, por estarem em fuga da guerra ou da pobreza; “sem” moradia, por não poderem oferecer garantias aos potenciais senhorios; “sem” trabalho declarado, por falta de documentos; e, sobretudo, “sem” estatuto de cidadãos franceses, não tendo acesso a serviços de assistência social (salvo em situações emergenciais), à escolarização para os filhos, que fica atrelada à residência fixa, e impedidos de circular livremente da França para outros destinos. Mas, mesmo com todas estas variações, é possível, segundo Wenden estabelecer uma tipologia de migrantes “*sans-papiers*”, que fica entre duas condições: nem regularizáveis, nem expulsáveis, seja por terem filhos franceses, por serem beneficiários do direito de asilo ou por se incluírem nos grupos de viajantes e migrantes pendulares que, paradoxalmente, estão instalados na mobilidade do trabalho, de cujo pressuposto fundamental – a liberdade de circulação – não podem se beneficiar. Este migrante indocumentado do tipo “nem regularizável, nem expulsável” é que vai engrossar as fileiras de trabalhadores da sombra, das redes de exploração que aparecem hoje como uma nova escravidão, um verdadeiro *apartheid* pós-colonial, como diz Moulier-Boutang.

Contudo, muitos indocumentados conseguem permanecer na França por uma série de fatores: razões humanitárias, no caso dos que vivem sob o risco de serem presos ou mortos ao

retornarem aos países de origem; razões políticas ou diplomáticas, quando se trata de países com os quais a França tem interesse em manter uma política de “boa-vizinhança” (este é o caso da Argélia, por exemplo); e também por razões econômicas, já que a repatriação custa caro aos cofres nacionais. Com efeito, as repatriações e expulsões que em 2003 somaram 30 mil, implicam, além dos custos das próprias operações, um grande desgaste na imagem da França – paradigma do republicanismo – por conta da recusa por parte dos expulsados em embarcar para deixar o país o que, muitas vezes, provoca situações que ferem os princípios constitucionais da própria União Européia e os direitos humanos.

Por trás destas tensões permanentes entre abertura/flexibilização e enrijecimento/fechamento das fronteiras da França à migração internacional, dinâmica que vai se tornando cada vez mais intensa com a constituição – ainda problemática – do espaço transnacional da União Européia, existe uma trajetória de decisões governamentais e legislações que se traduzem em políticas públicas que partem das premissas da assimilação, passando pela integração até o conceito mais empregado atualmente de “viver junto”.

Wenden (op. cit.) destaca ainda que a França viu-se exposta mais cedo do que os demais países europeus aos fluxos migratórios. Já desde a metade do século XIX o país precisou traçar as primeiras políticas voltadas para as necessidades de integração das populações imigrantes. Entre finais do século XIX até a metade do século passado, estas políticas passaram a prever a assimilação total dos novos cidadãos ao modo de vida francês como condição de permanência, ou seja, os imigrantes deveriam ser culturalmente assimilados à população autóctone, homogenizando ou abandonando suas especificidades e sua língua, ou pelo menos relegando-as à vida privada.

O termo integração é mais recente, foi introduzido a partir de 1974 quando a França decidiu suspender o afluxo de mão-de-obra assalariada estrangeira para se ocupar com a fixação daqueles que já estavam dentro. Este termo é, muitas vezes, substituído pelo de “inserção”, cuja idéia central é de limitar a integração à uma bagagem mínima necessária para poder trabalhar em território francês, sempre com a perspectiva de retorno ao país de origem. Hoje o termo de uso corrente é o de “viver junto”, mais adaptado à diversidade de hábitos lingüísticos, culturais, e de modos de vida. Ao invés de opor as raízes culturais do país de origem às do país de acolhida, a idéia é de compor uma negociação entre vínculos e compromissos religiosos, familiares, culturais e identitários. Mas, este seria um processo muito longo, sinuoso e complexo que, como já vimos, mascara a tendência etnocêntrica, autoritária, derivada de uma ideologia universalista e assimilacionista que desconsidera sistematicamente as disposições subjetivas, singulares e autônomas dos migrantes.

O caso da proibição, em 1989, do uso dos véu que identifica a origem islâmica de jovens estudantes descendentes de imigrantes – que ficou conhecido como “*affaire du foulard*” – é bastante revelador neste sentido. As discussões a propósito da pertinência ou não da proibição do véu nas escolas tomaram conta de todo o país, provocando veementes manifestações em diversos setores da vida política e cultural francesa, evidenciando as tensões que permeiam as relações entre nacionais e estrangeiros, que sempre foi uma questão muito importante para os franceses (Rossana Rocha Reis, 1999 e Moulier-Boutang, 2005b). Uma das implicações deste episódio é de, para além de uma suposta recusa à integração aos ideais republicanos, revelar uma dificuldade muito grande por parte dos franceses não-islâmicos de reconhecerem as jovens muçulmanas como francesas como eles. A propósito destas tensões entre aceitação e rejeição do imigrante enquanto diferente, Julia Kristeva

(1994) lembra que em nenhum outro país se é mais estrangeiro do que na França:

Sem a tolerância dos protestantes anglo-saxões, nem a tendência à despreocupação dos latinos do sul, ou a curiosidade tão excludente quanto assimiladora dos alemães ou dos eslavos, os franceses opõem ao estrangeiro um tecido social compacto e de um orgulho nacional imbatível. [...] No entanto, em nenhum lugar se é melhor estrangeiro do que na França. Uma vez que permaneça irremediavelmente diferente e inaceitável, você é objeto de fascinação: é observado, falam de você, odeiam-no ou admiram-no, ou as duas coisas ao mesmo tempo. Mas você não é uma presença banal e negligenciável, um fulano ou um sicrano. Você é um problema, um desejo positivo ou negativo, jamais neutro. (Kristeva, 1994, p. 44-45)

3.3 Entre o integracionismo republicano e o Multiculturalismo

3.3.1 Entrelaçamento dos conceitos de nação e povo e os ideais republicanos

Muitos autores defendem que o nascimento da idéia de nação está assentado sobre uma estreita interrelação – ou mesmo um isomorfismo – entre língua, território e soberania, e que, a partir desta correspondência é que foram sendo construídas as identidades nacionais. Desta maneira, a língua de uma dada comunidade, mas também suas tradições, sua produção literária e artística, teria operado uma espécie de mediação entre a cultura e o Estado. Ao processo de invenção da nação seguiu-se o esforço para construir o povo, da mesma maneira uma noção construída artificialmente (Étienne Balibar fala do povo produzido⁴⁹, uma entidade supostamente homogênea e ordenada, instrumento político essencial para a constituição do moderno Estado-nação).

49 Étienne Balibar diz que a condição de possibilidade para que exista uma nação é que ela seja capaz de “produzir um povo”. Tudo o que não faz parte do “nós” da nação é expelido dela como “estrangeiro”, sendo a oposição irreduzível entre estes dois termos o elemento a partir do qual todas as outras diferenças internas de uma sociedade nacional tornam-se relativas (Balibar, 1993, p. 93-94).

Por outro lado, existem os que relativizam a utopia isomórfica presente neste tipo de etnologia, apostando mais no caráter essencialmente heterogêneo e híbrido das “comunidades nacionais”. O pensador francês Ernest Renan foi, por exemplo, um defensor desta segunda concepção, tendo se pronunciado, quase cem anos depois da Revolução Francesa, nos seguintes termos:

A consideração etnográfica não nos tem sido de muita ajuda para compreender a constituição das nações modernas. A França é celta, ibera e germânica; a Alemanha é germânica, celta e eslava. A Itália é o país onde a composição etnográfica está mais embaralhada. Gauleses, etruscos, pelagos e gregos, sem mencionar diversos outros elementos, cruzam-se em ramificações indecifráveis. As Ilhas Britânicas, em seu conjunto, oferecem uma mescla de sangue celta e germânico, cujas proporções são particularmente difíceis de definir. (...) A verdade é que não existe raça pura, e fazer assentar a política sobre a análise etnográfica é fazê-la apoiar-se em uma quimera” (Ernest Renan, citado por Macagno, 1999).

Neste mesmo texto de Macagno lemos que o debate sobre o que constitui uma nação, o que determina a identidade nacional foi sendo delineado, historicamente, a partir de um certo antagonismo entre dois pólos: 1) um pólo universalista, que opera uma abstração a partir dos atributos culturais concretos dos indivíduos que constituem a comunidade; 2) um pólo particularista, segundo o qual esta comunidade se define a partir de uma série de critérios (lingüísticos, “raciais”, religiosos) que atuariam como elementos de pertencimento, para além da vontade dos indivíduos que dela participam.

Já na interpretação feita por Moulier-Boutang, ao apostar num modelo universalista, reforçado pelos ideais igualitários e fraternos que balisaram a Revolução Francesa, a França acreditou ter construído um sistema altamente evoluído, que teria permitido ao país tornar-se o paraíso dos imigrantes de todo o mundo. Os ideais republicanos franceses junto com o modelo universalista de povo iriam com vantagem, neste sentido, na contramão do conceito

do “Volk” alemão, assentado na comunidade do idioma e nos laços de sangue. Ao mesmo tempo, distinguia-se favoravelmente do modelo de integração multicultural anglo-saxão, modelo que vem desembocando em conflitos étnicos e raciais que assolam países como Estados Unidos e a Inglaterra ao longo da história: “acreditou-se que a República seria uma salvaguarda de ter de confinar nossas minorias nos guetos, ao estilo americano” (Moulier Boutang, 2005b). Assim, criou-se um modelo de integração à francesa – o assimilacionismo francês – que é, na interpretação de Moulier Boutang, completamente daltônico (*color blind*).

Um modelo daltônico por não conseguir enxergar neste e em outros conflitos recentes para além da dimensão cultural e religiosa: só se consegue falar dos agitadores magrebinos e do islamismo. Por trás da retórica de uma integração à francesa, os governantes não “enxergam” os jovens negros, na maioria das vezes franceses ou oriundos das antigas colônias africanas, a quem tem sido sistematicamente negado o direito de uma integração realmente cidadã, até mesmo nas *banlieues* (Moulier-Boutang, 2005a, p. 41). O daltonismo é também responsável pela recusa vigorosa da implantação de um sistema de políticas afirmativas através de quotas como forma de combater a discriminação e a desigualdade. A hipótese das quotas é rechaçada por não estar em conformidade com uma concepção francesa e republicana de integração (ibidem, p. 43, nota de rodapé 12)

Na perspectiva de Moulier-Boutang, o verdadeiro conflito, a verdadeira disputa de forças acontece entre um modelo racista europeu de migração, que nega às populações estrangeiras o direito de se estabelecer e viver nos novos países, e as políticas públicas nacionais, que tratam estes migrantes como forasteiros indesejáveis que precisam ser primeiro adaptados para depois terem o direito de se estabelecer. Na verdade, os jovens das periferias

francesas poderiam estar se tornando a contrapartida local dos *US-style blacks*. “Los Angeles é o nosso amanhã. E a República, que supostamente deveria nos proteger de um tal destino, nos está levando cada vez mais rápido para lá” (Moulier Boutang, 2005b).

Não temos mais como disfarçar que a França está completamente alheia à dimensão racial e à dimensão sexual da questão social, do modo como se apresenta hoje, com a globalização. [...] Na verdade, foi o próprio modelo francês de integração que ardeu nas ruas, durante a revolta das periferias, muito mais do que um punhado de carros e latas de lixo (Moulier Boutang, 2005a, p. 41).

A imagem que está sendo utilizada por Moulier-Boutang de maneira precisa e certa para ilustrar este jogo entre visibilidade e invisibilidade do racismo que se revela nas políticas de integração francesas é a das novas roupas do imperador⁵⁰. O autor recria o famoso conto de Hans Christian Andersen⁵¹ para construir uma espécie de parábola moderna que denuncia como os sacrossantos e inatacáveis “mantos” republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade são as (quase) invisíveis evidências do fracasso, tanto dos vários modelos de multiculturalismo – seja na versão anglo-saxônica, alemã ou americana – quanto da proposta de integração à francesa, de acolher os migrantes respeitando suas diferenças e singularidades

50 Yann Moulier-Boutang, *La révolte des banlieues ou Les habits nus de la République*, Éditions Amsterdam, 2005a.

51 Em *As Roupas Novas do Imperador* Andersen narra a história de um imperador vaidosíssimo, cujo único interesse era desfilar vestes luxuosas e muito caras. Um belo dia, chegam à capital dois pilantras muito habilidosos em aplicar golpes. Assim que ficam sabendo da fraqueza do imperador, espalham a notícia de que eram especialistas em tecer um pano único no mundo, de cores e padrões deslumbrantes. E, o mais impressionante, as roupas confeccionadas com aquele tecido teriam o poder de ser invisíveis para as pessoas tolas, ou que ocupassem um cargo sem merecê-lo. O imperador logo se entusiasmou com a idéia de ter roupas não só bonitas, mas também úteis para desmascarar os bobos e os que não mereciam cargos na corte. E tratou de mandar chamar os tecelões colocando-os a seu serviço a peso de ouro. Quando as roupas invisíveis ficaram prontas, o imperador vestiu-se para desfilar com elas na praça dos torneios. A princípio, ninguém ousou falar nada, até que a notícia de que estava vestido apenas com as roupas de baixo foi se espalhando pela multidão. O imperador está nú! O imperador está nú!, todos gritavam. Mesmo convencido de que tinha sido redondamente enganado, o imperador continuou seu desfile, como se nada de estranho tivesse acontecido, acompanhado pelas gargalhadas cada vez mais intensas de seus súditos (extraído de Logos Library, disponível em <http://www.logoslibrary.eu/pls/>).

e reconhecendo seus direitos como cidadãos. E o quê o daltonismo republicano da França teria em comum com as propostas do multiculturalismo?

Tentaremos encaminhar esta reflexão a partir da proposta de Michael Walzer para pensar a tolerância (1999). No entendimento de Walzer, a França constitui um estudo de caso extremamente útil por ser uma das principais sociedades imigrantes do mundo contemporâneo. Também em virtude desta característica, o caso francês é analisado junto com o de outros dois países (Israel e Canadá), no capítulo que trata dos regimes que, em vista de uma composição mista e bastante dividida internamente, são tidos como complicados pelo autor (op. cit., p. 51).

Se a França é um país de migrantes, a extensão desta imigração tem sido ofuscada pelo extraordinário poder assimilador, que promoveu a imagem do país como uma sociedade homogênea, possuidora de uma cultura muito singular. A consequência disto foi que, até bem pouco tempo, os numerosos imigrantes que chegavam do leste e do sul (poloneses, russos, judeus, italianos e africanos do norte) nunca se organizaram em movimentos de minorias. Assim, a França, uma sociedade de migrantes, é tudo menos uma sociedade pluralista. As razões para este fenômeno podem ser encontradas, segundo Walzer, na própria história moderna da nação francesa, “a construção revolucionária de um Estado-nação republicano” (op. cit., p. 52).

O nacionalismo que se criou no decurso de uma luta política contra a Igreja e o antigo regime tinha caráter populista e político; exaltava o povo como um corpo de cidadãos comprometidos com uma causa. Embora a causa fosse francesa bem como republicana, não se tratava neste caso de uma francesidade que se pudesse definir religiosa, étnica ou historicamente. Alguém se tornava francês, neste novo sentido da palavra, tornando-se republicano (ibidem, p. 53).

O que sempre foi vedado aos imigrantes legalmente recebidos na França era que se organizassem em qualquer espécie de comunidade étnica paralela (e, potencialmente antagônica) à comunidade dos cidadãos. Walzer destaca que a hostilidade francesa contra associações secundárias fortes que poderiam potencialmente “dividir” ou “hierarquizar” os cidadãos já estava prevista na teoria política de Rousseau, tendo se expressado com absoluta clareza em 1791, no debate da Assembléia Legislativa sobre a emancipação dos judeus, onde o deputado de centro Clermont-Tonnerre falava em nome da maioria que apoiava a emancipação: “Deve-se negar tudo aos judeus como nação, e dar tudo aos judeus como indivíduos” (ibidem, p. 53).

Porém, a chegada massiva de novos fluxos de imigrantes provenientes das antigas colônias na América e no norte da África mudou bastante este quadro de uma tolerância condicionada, lançando um novo desafio ao modelo assimilacionista e republicano: os novos imigrantes, embora também desejassem tornar-se cidadãos franceses, já não estavam tão dispostos como os precededores a confiar seus filhos às escolas estatais francesas, bastante dedicadas ao “afrancesamento” dos estrangeiros.

Este fenômeno pode ser lido como a confirmação da hipótese de um entrelaçamento muito estreito entre a mobilidade provocada pelo processo de descolonização das antigas colônias de potências imperialistas como Inglaterra, França, e Portugal e a emergência de um cenário global multicultural. Para Stuart Hall (2003, p. 51) o mundo multicultural pode ser qualificado como o mundo em que as diferentes comunidades culturais passam a conviver, tentando construir uma vida em comum mas, ao mesmo tempo, retendo algo de sua “identidade” original. Na perspectiva de Hall, o multiculturalismo se afirma um conjunto de

estratégias e políticas para governar ou administrar os problemas da diversidade e da multiplicidade inerentes a estas sociedades multiculturais (ibidem, p. 52).

Mas, estas sociedades multiculturais não são, segundo o autor, algo novo ou especificamente pós-coloniais. Bem antes da expansão europeia (a partir do século XV) e com a intensificação cada vez maior dos movimentos migratórios, foram sendo produzidas sociedades étnica ou culturalmente “mistas”. Assim, a proposta é de analisar as condições sócio-econômicas e políticas que permitiram o surgimento de diferentes versões de multiculturalismo na transição para o mundo pós-colonial.

3.3.2 As condições de emergência do multiculturalismo

Na perspectiva de Stuart Hall não existe uma relação linear entre as sociedades multiculturais nos tempos da expansão colonial – que, de certa maneira, “fluidificou” o quadro étnico do mundo colonial – e o quadro ainda mais misto e heterogêneo que caracteriza o mundo pós-colonial. Embora admita uma estreita relação entre o ressurgimento da questão da diversidade cultural e o fenômeno pós-colonial, para o autor não existe uma relação contínua entre o colonial e o pós-colonial. Desta forma, as condições especiais que permitiram a emergência do multiculturalismo teriam que ser buscadas a partir da segunda guerra mundial, no contexto de mudanças decisivas que promoveram “uma reconfiguração estratégica das forças e relações sociais em todo o globo” (idem).

São três os elementos que, na visão de Hall, determinaram a emergência do multiculturalismo tal como se apresenta hoje: 1) o fim do sistema imperial europeu e do ciclo de lutas pela descolonização e independência das novas nações; 2) o fim da Guerra Fria,

marcado pela ruptura da URSS enquanto formação transétnica e transnacional; e 3) a globalização que, nos termos de Hall também não é algo novo.

Junto com as tendências homogeneizantes da globalização observou-se também uma paradoxal “proliferação subalterna da diferença”, que dá lugar a uma composição marcada por muitas diferenças “locais” às quais o eixo vertical do poder é obrigado a considerar (Hall, 2003 e 1997). Inspirado no conceito de *différance* de Derrida, que diz respeito ao movimento, ao jogo que produz diferenças e efeitos diferenciantes, Hall aponta um deslocamento da oposição entre o tradicionalismo do mundo pré-colonial e a modernidade do colonial/pós-colonial por um conjunto de modernidades, “modernidades vernáculas” na sua definição, que expressariam uma nova forma de diferença cultural; “não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente 'Outro', mas de uma 'onda' de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas” (Hall, 2003, p. 60)

Por outro lado, como afirma Macagno (1999) existem autores que fazem também uma distinção entre por um lado, um multiculturalismo “relativamente integrado” e, por outro, um multiculturalismo “fragmentado”. O primeiro modelo foi estimulado por algumas experiências em países como Canadá, Austrália e Suécia. O chamado multiculturalismo fragmentado, por sua vez, vem sendo associado aos Estados Unidos, cuja auto-imagem nacional se alimentou, num primeiro momento, do mito do *melting pot* e mais tarde da idéia de “mosaico cultural”.

No Canadá, o ponto de partida foi o conflito surgido no Quebec de língua francesa e a contrapartida anglófona. Desde 1965, o multiculturalismo aparece no Canadá como um

horizonte alcançável a partir das recomendações do *Informe da Comissão de Bilingüismo e Biculturalismo*. Neste documento, sugeria-se substituir a política bicultural por uma política que leve em consideração a diversidade étnica de toda a sociedade canadense, e não apenas dos seus dois principais grupos (o britânico e o francês). Portanto, o biculturalismo vai cedendo lugar ao multiculturalismo, até que, em 1971, é adotado oficialmente e em 1982 incorporado à constituição.

Hall, por sua vez, chama a nossa atenção para a necessidade de, mesmo ao criticar as práticas do multiculturalismo enquanto estratégias políticas, sair das lógicas binárias que opõem dicotomicamente o universalismo ao particularismo, tradição e modernidade, individualismo e republicanismo, assimilacionismo e diversidade multicultural. Se, como diz, estamos inevitavelmente implicados nas práticas que caracterizam e definem as sociedades da globalização, ainda “há algo no multiculturalismo que vale a pena continuar buscando” (Hall, 2003, p. 70). Seria preciso, segundo o autor, reconhecer as tensões existentes entre igualdade e diferença, desejo de reconhecimento do singular e do particular e afirmação de princípios comuns e universais de convivência como questões que atravessam coextensivamente a questão multicultural no cenário contemporâneo (ibidem, p. 86).

3.4 A República nua: estruturas de poder em uma nova ordem global

Como já dissemos anteriormente, os pensadores autonomistas analisam de maneira particular os acontecimentos que impressionaram a França e mundo no final de 2005. Michael Hardt, por exemplo, chama a atenção para as semelhanças daqueles acontecimentos com as igualmente violentas manifestações nas ruas de Los Angeles em 1992, desencadeadas pelo brutal espancamento de Rodney King – um jovem motorista de taxi negro – por três policiais

brancos. Apesar do crime que aconteceu na rua ter sido registrado em vídeo, apenas um dos policiais pegou pena de 2 anos, e os outros dois foram absolvidos pela Justiça, o que provocou quatro dias de violentos distúrbios e manifestações de rua que deixaram um total de 55 mortos e 2.400 feridos.

Segundo Hardt (2005), nos dois casos o que está em jogo não é mais uma questão de soberania nacional ou de ordem pública, mas de estruturas de poder que perpetuam a pobreza e a exclusão nos dois países:

Parece-me um erro interpretar os acontecimentos atuais na França em termos de nacionalismo cultural. Isso não é um “choque de civilizações”. São os jovens franceses que estão se rebelando contra sua exclusão e subordinação na sociedade francesa. É por isso que a comparação com as revoltas de Los Angeles ajuda a compreensão. [...] Sim, há diferenças culturais e raciais que demarcam a linha dos conflitos nos dois casos. Mas o essencial em ambos é a existência de pobreza e exclusão social. Não é um paradoxo que esse tipo de conflito chegue na era da globalização. Esse tipo de pobreza e exclusão é resultado do neoliberalismo também em Paris, Nova Orleans e São Paulo (Michael Hardt para o Diário Vermelho, disponível em http://www.vermelho.org.br/diario/2005/1114/1114_hardt.asp).

Além desta ligação com os acontecimentos de Los Angeles em 1992, podemos identificar uma linha de continuidade entre o ressurgimento na França de um discurso político xenófobo e nacionalista, que explora e exalta a oposição entre imigrantes “desejáveis” e “não-desejáveis” (estes últimos designando categorias que se apresentam como uma ameaça para nação em função de sua “raça” – como os muçulmanos) e o recrudescimento da violência e intolerância contra os imigrantes que vem sendo sistematicamente alimentada pela guerra dos Estados Unidos ao terrorismo islâmico após o 11 de setembro de 2001⁵².

52 Cf. Gérard Noiriel, *Mouvements*, março de 2007, disponível em <http://www.mouvements.asso.fr/spip.php?article44>.

Moulier-Boutang também compartilha da opinião de que os acontecimentos de outubro de 2005, embora tenham deixado uma mensagem clara da crise que está instalada no interior da República, ultrapassam as fronteiras da França ou da União Européia, e dizem respeito diretamente às questões que estão hoje colocadas nas lutas e manifestações ao redor do mundo contra a intolerância, a discriminação e o racismo. No contundente livro-manifesto escrito a propósito da revolta das periferias (*La révolte des banlieues ou Les habits nus de la république*, 2005a) o autor expressa toda sua indignação pela deplorável postura das autoridades do governo e o silêncio e a perplexidade dos intelectuais franceses, à direita e à esquerda, bastante reveladores da hipocrisia republicana, de uma República que tem sido absolutamente cega às dimensões raciais e de gênero da questão social que se torna cada vez mais crucial a partir da advento da globalização.

Desta maneira, na avaliação de Moulier-Boutang, os eventos de outubro e novembro de 2005 teriam três desdobramentos fundamentais:

1) em primeiro lugar, a criminalização das ações dos jovens revoltosos, tratados de delinquentes e baderneiros, revela uma tentativa por parte dos governantes de destituir, de esvaziar o movimento de sua dimensão política. Mesmo que não se possa considerar os acontecimentos da periferia francesa um movimento social *stricto sensu*, com uma organização em torno de uma pauta de reivindicações, com ações coordenadas como as dos estudantes e das enfermeiras em 1995, o autor diz que seria total absurdo negar à violenta revolta de 2005 a reivindicação característica de um verdadeiro movimento social. E mais, este acontecimento teve o mérito de colocar a nú, e de maneira extremamente eficaz, “o discurso tautológico e vazio de um Estado que quer defender a ordem e restaurar sua

autoridade sob o universalismo da lei”. Moulier Boutang é enfático: “é preciso defender nossa sociedade desta ordem!” (op. cit., p. 34);

2) possibilitam, ao mesmo tempo, fazer um resgate do que há de tipicamente europeu no protesto das *banlieues*, no qual as periferias avançam e reclamam uma centralidade. Na França hoje 85% da população vive nas periferias, fora dos centros das cidades, e também fora da zona rural. “A 'não-cidade' que é a *banlieue* torna-se majoritária na vida urbana [...] em Paris, em Dijon, Pau, Tours, Caen, Rennes. Todas estas cidades têm suas barras, seus bairros difíceis”. E não só, na França: Romano Prodi, em seu retorno à vida política italiana, declarou que a revolta na França colocou em evidência uma situação européia, e que as periferias italianas são ainda piores do que as francesas (ibidem, p. 29);

3) denunciam as extraordinárias manobras do poder público para “isolar” a revolta e os revoltosos do restante da sociedade. Este isolamento opera, em vários níveis, através da faixa etária e pela cor da pele, uma outra segregação no interior dos condomínios das *banlieues* e no interior dos grupos migrantes: o isolamento incide diretamente sobre *beurs*, negros e africanos, todos extremamente **jovens**, todos tornados os visíveis protagonistas do acontecimento de 2005 (ibidem, p. 30).

O governo, em suas investidas contra os moradores das periferias que estão completamente vulneráveis em termos de falta de oportunidades, de acesso a educação, ao trabalho decente, tem-se mostrado não só insensível a esta dura realidade, mas também cego ao componente racial do conflito: “a França é perversamente ‘daltônica’”, insiste mais uma vez Moulier-Boutang (ibidem, p. 41). Se em Stuart Hall vemos que um dos efeitos transruptivos ou de perturbação do multiculturalismo é o de privilegiar o racismo biológico –

a cor da pele – e não uma diferenciação cultural ou étnica, negligenciando a dimensão religiosa, Moulrier-Boutang por sua vez sugere que a ênfase na questão cultural e religiosa (os magrebinos, o Islã) oculta o racismo e as práticas racistas.

Enfim, as reflexões desenvolvidas até aqui indicam a necessidade de pensar os desafios colocados pelas migrações no mundo globalizado, bem como as tentativas da parte dos governos dos países mais procurados por migrantes e refugiados de integrar esses migrantes a uma institucionalidade Estado-nacional que entrou em crise com a globalização, para além das dicotomias entre sistemas universalistas ou particularistas, integracionistas ou multiculturalistas. Analisar as migrações e os desafios que o fenômeno coloca passa, no nosso entendimento, por repensar e desconstruir, colocando entre parênteses – sob “rasura”, como diz Stuart Hall – alguns conceitos que funcionaram como os pilares da construção de noções como povo, nação, cultura. A identidade é um deles e faremos, no próximo capítulo, uma revisão deste conceito a partir de algumas perspectivas teóricas que poderão ser úteis para ajudar a entender como a identidade, ou melhor, as identidades, se articulam com as migrações.

Capítulo 4

Uma só, ou várias identidades?⁵³

“[...] quero dizer, admitir como princípio, que a essência e a substância de toda realidade é a de ser outra, diferente de toda outra, que ela nasce apenas porque é diferença, que ela apenas se realiza alterando-se, que Existência e Diferença são idênticas, e que a Diferença diferenciada, a mudança mutante, são, no fundo, a fórmula da vida universal.”

Gabriel Tarde, *Estudos de Psicologia Social*

“O outro não existe: tal é a fé racional, a crença incurável da razão humana. Identidade = realidade, como se, no fim das contas, tudo tivesse que ser absoluta e necessariamente uno e o mesmo. Mas o outro não se deixa eliminar; subsiste, persiste; é o osso duro de roer em que a razão afia os dentes. Abel Martín, com fé poética – não menos humana que a fé racional – acreditava no outro, nesta 'essencial heterogeneidade do ser', esta incurável outridade de que padece o uno.”

Antonio Machado

O nosso propósito neste capítulo é articular o conceito de identidade à temática das migrações, e para isso utilizaremos como nossos primeiros norteadores as concepções de multiplicidade e diferença. Nosso ponto de partida será, portanto, pensar a identidade em termos de multiplicidade, de relação e de produção de diferença.

53 O título é uma alusão ao texto de Deleuze e Guattari “1914 – Um só ou vários lobos?” (2004a) em que os autores criticam o reducionismo de Freud a partir da análise do famoso caso clínico do “Homem dos Lobos”, Sergei Pankejeff, um paciente que Freud acompanhou durante muitos anos, tendo sido inicialmente diagnosticado como um caso de neurose infantil, e posteriormente encaminhado a outros psiquiatras e psicanalistas como maníaco-depressivo. O relato deste primeiro tratamento com Freud foi publicado em 1914 com o título “História de uma neurose infantil”. A referência aos lobos deriva de um sonho infantil do paciente que acordava aterrorizado com a visão de seis ou sete lobos brancos postados imóveis sobre os ramos de uma árvore, fitando-o atentamente (Freud, 1976, p. 46). Deleuze e Guattari, ao mesmo tempo em que reconhecem o mérito de Freud por ter descoberto o inconsciente e o que denominam a “arte das multiplicidades moleculares” (op. cit., p. 40), criticam-no por ter logo em seguida retornado às unidades molares. No caso do Homem dos Lobos, as imagens de lagartas, borboletas, vespas e lobos são sempre reconduzidas aos temas edípicos: o pai, o pênis, a castração, etc. “Na iminência de descobrir um rizoma, Freud retorna sempre às simples raízes” (ibidem, p. 41). Nossa proposta é fazer o caminho inverso do de Freud, que foi das multiplicidades ao Uno, e tentar recuperar elementos de multiplicidade e intensidade no conceito de identidade.

Ainda que tenhamos que concordar e não descartemos as críticas que são feitas às categorias identitárias⁵⁴ quando colocadas em uma perspectiva binária e determinista, consideramos que o conceito de identidade e muitos dos sub-conceitos derivados, como identidade cultural, identidade negra, etc., mantêm ainda hoje sua relevância, podendo ser úteis, quer seja em uma dimensão filosófica – desde que a pensemos em termos de processo, de produção de diferença –, quer seja na perspectiva dos fenômenos sociais – ajudando-nos a nos situar nos contextos das nossas relações.

4.1 *Identidade e as minorias sociais*

A identidade como conceito pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas teóricas, que vão desde os processos psicodinâmicos de construção do self às relações intergrupais e sociais. No entendimento da psicanálise, de acordo com Ferreira, (1999 e 2005), a identificação consiste em um processo complexo e de mão-dupla através do qual o sujeito vai assumindo desde seu nascimento várias facetas. A identificação é sempre inconsciente, e para ser desvendada, torna-se necessário que ela seja espelhada e interpretada pelo outro (Ferreira, 1999, p. 81). Na perspectiva psicodinâmica, a identidade poderia ser definida como um produto não acabado, “um artefato complicado, tecido no tear espaço-temporal, com os fios da cultura investidos pelo desejo do sujeito” (ibidem, p. 82).

54 Aqui fazemos mais uma vez referência a Deleuze e Guattari, especialmente na sua crítica da idéia do sujeito portador de uma identidade fixa e binária. Estes autores partem do princípio de que o indivíduo não é primeiro na ordem do sentido, ele vai sendo engendrado no processo de individuação que supõe a convergência de um certo número de singularidades (singularidades que são sempre múltiplas), determinando uma condição de fechamento sob a qual se define uma identidade (Zourabichvili, 2004, p.101). Fazendo um paralelo entre o que Deleuze e Guattari dizem a respeito da singularidade, poderíamos supor a existência de não apenas uma, mas muitas identidades, que emergem nas relações; no caso dos relacionamentos amorosos, Deleuze e Guattari afirmam que tanto homens quanto mulheres são seres bissexuados que estabelecem comunicações transversais, conexões que fazem emergir “n” posições identitárias possíveis, ou “n” sexos (cf. para mais detalhes *O Anti-Édipo* (1966) e *Mil Platôs*, Vol. 1 (2004)).

Por outro lado, a questão da identidade tem, historicamente, conexões com os estudos sobre as chamadas minorias sociais. O termo surgiu ao redor dos anos 50 em estreita relação com o individualismo e o pragmatismo norte-americano, tratando inicialmente das crises enfrentadas por negros, judeus e minorias religiosas⁵⁵. No campo da Psicologia Social, autores como Henry Tajfel (1978)⁵⁶ e Willem Doise (1984) por exemplo, acreditam que a identidade tem a função de permitir que membros de um determinado grupo percebam-se como minoria através da comparação, entendendo que a consciência de pertencer a uma minoria só se desenvolve quando o fato de nos incluírem e/ou de nos incluirmos numa determinada condição ou categoria social conduz à percepção de que existem determinadas conseqüências sociais indesejáveis, traduzidas nas atitudes negativas e discriminatórias por parte dos integrantes dos outros grupos. Assim, os indivíduos pertencentes a um grupo minoritário teriam, pelo fato dessa discriminação ter sido feita com base em princípios externos ao seu grupo de pertencimento, menos independência individual; o movimento dos indivíduos que se identificam como pertencentes a um grupo ou categoria social considerado minoritário estaria na razão direta da maior consciência de que sua definição foi imposta de fora para dentro, nos termos do grupo dominante.

Também na Sociologia encontramos autores que problematizam a questão do racismo e

55 Os estudiosos do campo das migrações consideram fundamentais as contribuições dos sociólogos da Escola de Chicago, cujo trabalho fundamental é a obra de W. Thomas e F. Znaniecki *The polish peasant in Europe and America*, bem como as pesquisas de Max Weber sobre os trabalhadores rurais alemães nos últimos anos do século XX. Retomaremos às idéias da Escola de Chicago no capítulo 5.

56 A Teoria da Identidade Social formulada por Henry Tajfel refere-se ao processo através do qual definimos a nós mesmos em termos do pertencimento ou afiliação grupal. Contrastando com a identidade individual, a identidade social assume uma dimensão de comunalidade. A identidade social pode incluir identificação com um grupo religioso, com um país, uma associação, e não necessariamente implica que tenhamos de conhecer ou interagir com todos os outros membros do grupo ao qual pertencemos. Significa apenas que acreditamos possuir várias características em comum com este mesmo grupo (Corsini, 2002).

das minorias em interseção com a identidade. Citamos Colette Guillaumin (1972, 1992), que sustenta que o racismo e a discriminação contra as mulheres teriam origem em uma predisposição natural e inconsciente para a hostilidade entre grupos de “diferentes” que ultrapassa a questão biológica. Guillaumin parte do princípio de que “a raça não aparece como realidade biológica mas, sobretudo, como forma biológica utilizada como SIGNO” (1972, grifo da autora). Esta perspectiva de que o processo de naturalização da raça é uma construção em torno da qual se organiza um sistema de poder, de exploração e de exclusão – o racismo – está convergente com a argumentação de Stuart Hall a respeito da lógica do racismo que, para este autor, é uma tentativa de justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, da natureza:

Esse “efeito de naturalização” parece transformar a diferença racial em um “fato” fixo e científico. [...] Essa referência discursiva à natureza é algo que o racismo contra o negro compartilha com o anti-semitismo e com o sexismo (em que também “a biologia é o destino”), porém, menos com a questão de classe (Hall, 2003, p. 69).

No entanto, a idéia de que o que caracteriza e define os grupos “racializados” como minorias é a idéia de ser menos, de perceber-se em desvantagem, sentir-se em “minoridade” tem sido hoje criticada por varios autores estudiosos da questão das mulheres e de outros grupos colocados à margem do padrão hegemônico. Judith Revel lembra que quando se trabalha a partir do conceito deleuziano de “devenir minoritário” para propor um devir-mulher do trabalho (cf. Negri, 2001), este minoritário não tem qualquer ligação com uma idéia quantitativa ou de “ser menos”: é antes, uma acepção do minoritário que significa estar fora do padrão majoritário que reproduz os mecanismos do poder. “Devenir minoritário supõe uma redefinição do que seja política através da potência da subjetivação, a qual se opõe às relações de poder investidas sobre a vida” (Revel, 2007). Apesar de abordagens sociológicas que

referimos estarem congruentes com a idéia de produção de subjetividade, acreditamos que, para articular a mobilidade do migrante em seu desejo de liberdade às novas territorialidades do trabalho e às tentativas do Estado de conter e bloquear este “êxodo” temos que ir além da idéia essencialista de uma “natureza”, de uma predisposição à hostilidade determinada pelo reconhecimento (negativo) da diferença e da condição de minoria social.

Precisamos lembrar, além disso, que a afirmação da identidade em grupos minoritários funciona, muitas vezes, como instrumento de resistência, neste caso entendendo a resistência como relação estratégica para inventar ou subverter modalidades de poder, como diz Foucault (1994b). Nesta dimensão de estratégia relacional libertadora e emancipatória que foi valorizada por Foucault e outros pensadores, a dinâmica identidade/diferença faz parte de um conjunto de processos que apontam para a criação de novos modos de relação, de vida, de subjetividade. É neste sentido que pretendemos privilegiar a dimensão política da identidade, qualificando-a como prática de produção de novos agentes de transformação.

4.2 A dimensão múltipla e aberta da identidade

Para fazer a articulação entre migrações e identidade adotamos como ponto de partida a concepção da identidade sempre em uma perspectiva dinâmica e aberta, um conjunto de possibilidades, e não um dado a priori e invariante, uma categoria homogênea, socialmente determinada e determinante dos comportamentos e das disposições subjetivas dos indivíduos. Desta maneira, pretendemos acompanhar a argumentação de Foucault de que as identidades (enquanto processos de subjetivação) são construídas no interior das relações de poder, poder este que precisa ser analisado para além da hipótese repressiva que foi o sustentáculo das

concepções jurídico/psicanalíticas do pensamento moderno⁵⁷.

Na concepção foucaultiana do poder, o que ganha importância não é nem o recalque nem a repressão, mas o poder como relação de forças, sempre plural e heterogêneo. Para Foucault, a função do poder não é proibir e sim produzir, e acreditamos ser também possível estudar a identidade em uma dimensão produtiva e positiva – identidade como uma dentre muitas possibilidades de estar no mundo.

Para proceder a uma análise do conceito de identidade nestes termos, utilizaremos como referência autores cujas proposições podem oferecer elementos teóricos para ajudar ampliar o conceito para além de uma dimensão estrutural que hoje não se sustenta mais. Seleccionamos as contribuições teóricas de Foucault, que destaca as relações de poder, a resistência e a produção de modos de vida; de Frantz Fanon, que analisa a dinâmica relacional da identidade negra (o negro com seu igual, o negro na relação com – e para – o branco); de Édouard Glissant, que contrapõe à identidade-raiz, uma identidade construída na relação, uma identidade-rizoma. E, para finalizar, as contribuições dos estudos pós-coloniais com a proposta das identidades híbridadas de Stuart Hall.

4.3 Identidade, relações de poder e técnicas de si

Em primeiro lugar, devemos lembrar que Foucault também recusa a teoria de um sujeito

57 Em “As malhas do Poder”, conferência realizada na Faculdade de Filosofia da UFBA em 1976, Foucault faz uma análise do poder que pretende não apenas contornar a oposição freudiana entre instinto e repressão, instinto e cultura – o que, segundo ele, vários psicanalistas depois de Freud, como Melanie Klein, Winnicott e Lacan, já haviam feito – mas desenvolver uma linha de análise do poder que não fosse tributária da proibição do incesto como matriz da cultura e tampouco da concepção jurídica de submissão à lei e à norma. A proposta de Foucault seria a de desenvolver a idéia de uma tecnologia do poder que evidenciasse sua dimensão produtiva e positiva (*Dits et Écrits*, vol. VI, 1994a, p. 182-183).

constituído a priori. No lugar de um sujeito já constituído, prefere falar de formas de subjetivação, de possibilidades de criação de formas de vida, de novas modalidades de relação, novas culturas (não **uma** cultura, ou **a** cultura), ressaltando que a criação e a invenção sempre ultrapassam a dimensão identitária. Esta concepção de identidade estaria muito mais próxima de um devir – um jogo, um plano de imanência onde as relações (sociais, de amizade etc.) podem ser construídas e onde o corpo é utilizado como possibilidade de uma “multidão dos prazeres” (1994b).

A problematização feita por Foucault sobre a identidade costuma vir articulada a dois outros temas presentes em seus ditos e escritos: o poder e a sexualidade. No caso do poder, Foucault justifica a importância do estudo deste tema, que permite “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”, ou ainda, discorrer sobre “os três modos de objetivação que transformam seres humanos em sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231). Após definir os motivos pelos quais acreditava ser importante estudar o poder, ou melhor, estudar como se exerce o poder, a maneira pela qual o exercício do poder afeta os indivíduos, as modalidades de poder no presente e as conseqüências das relações de poder na subjetividade, Foucault coloca o foco na questão das lutas que emergem nas relações de poder, que segundo ele seriam

[...] lutas que questionam o estatuto do indivíduo: afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo (ibid., p. 234).

Quando fala do estatuto do sujeito, Foucault está indicando dois significados que o termo pode ter: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria

identidade por uma consciência ou autoconhecimento”, em suma, **sujeito a** (ibid., p. 235). E, com relação à pergunta “quem somos nós”, afirma que, mais importante do que descobrir o que somos, seria **recusar** o que somos (ibid. p. 239). Ou seja, a identidade serve como instrumento de controle, de coerção, mas também pode e deve, segundo Foucault, ser recusada, para poder funcionar como elemento de mudança e transformação.

Assim, ao problematizar tanto a dimensão coercitiva da identidade quanto a idéia de uma regra ética universal para as relações entre indivíduos, Foucault enfatiza a liberdade e a dinâmica da resistência nas relações de poder. Como lemos na *Hermenêutica del sujeto* (1990), a condição para que existam relações de poder é a liberdade de ambas as partes: para toda relação, é preciso existirem dois sujeitos. Além disso, da mesma maneira que não se pode falar de relações de poder onde não há estratégias de resistência, a condição para existirem relações de poder em todo o campo social é a possibilidade de liberdade em todas as partes envolvidas na relação (op. cit., p. 127). O processo de subjetivação permite portanto a criação de novas formas de existência, de novas modalidades relacionais, abrindo um campo de possibilidades para os homens livres, onde a própria liberdade aparece como condição de existência do poder: “não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece), mas um jogo muito mais complexo” (Foucault, 1995, p. 244).

A dinâmica poder/resistência foi predominante no pensamento de Foucault em suas problematizações sobre a sexualidade. Como diz Judith Butler (2003), para Foucault a idéia de um verdadeiro sexo não seria necessária, e em lugar do “sexo” como causa e significação original e contínua dos prazeres corporais, ele preferia falar de uma “sexualidade” que não

existe em si, e que é sempre produzida no interior das matrizes de poder. Deleuze (1995) observa a este respeito que transpor a linha de poder oferece algumas dificuldades: “Se o poder é constitutivo de verdade, como conceber um ‘poder da verdade’ que não seja mais verdade de poder, uma verdade decorrente das linhas transversais de resistência e não mais das linhas integrais de poder?”.

Deleuze afirma que um novo eixo de análise seria necessário, que fosse ao mesmo tempo distinto e complementar aos eixos do saber e do poder, e que a eles se somasse. Este terceiro eixo seria apresentado no *Uso dos Prazeres*, volume II da *História da Sexualidade* de Foucault como a relação com o fora – a relação absoluta que pode ser traduzida como pensamento ou, quando força dobrada sobre si mesma, como subjetividade. São assim introduzidas as noções de “dobra” – força que se verga sobre si mesma – e do “fora” – o lugar da imanência. Assim, se em *A Vontade de Saber*, livro I da *História da Sexualidade*, Foucault explora a sexualidade em torno da articulação poder/saber, enfatizando que o sexo como identidade, como norma, é sempre coextensivo ao poder, em o *Uso dos Prazeres*, ele descobre a relação consigo mesmo, articulando-a à questão da sexualidade. A relação consigo continua tendo a ver com as relações de saber e com as relações de poder, mas é através da dobra, ou das várias dobras⁵⁸ que estas forças se vergam para fazerem emergir a subjetividade, uma interioridade produzida, paradoxalmente, pelo fora. Em o *Uso dos Prazeres*, o sujeito vai ser então definido como derivado do fora, da imanência, e vai se constituir em termos do afeto de si para consigo (o prazer, segundo Foucault, ou o desejo, como prefere Deleuze). Delinea-se então uma sexualidade sem sexo, que resiste à instância do Sexo que solda o desejo à lei.

58 Deleuze enumera quatro dobras: a primeira, o corpo e seus prazeres, ou a carne e seus desejos; a segunda, relação de forças; a terceira, o saber; a quarta, o fora, a interioridade de espera (Deleuze, 1995, p. 109-112).

Na leitura deleuziana de Foucault não existe lugar para a identidade ou qualquer idéia de uma interioridade, uma personalidade. Trata-se aqui de uma proposição de subjetividade sem sujeito, ou pré-pessoal. Mas, retomando a articulação da subjetividade com o postulado das técnicas ou tecnologias de si – conjuntos de práticas reflexivas através das quais os indivíduos são levados a se reconhecerem como sujeitos, em que “não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular, fazendo de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e respondam a certos critérios de estilo” – encontramos em *A vontade de saber* que as práticas de si não são invenções individuais de um sujeito, são esquemas que se encontram na cultura, propostos pela sociedade e pelos grupos sociais e pressupõem a atividade incessante dos indivíduos, ocupados consigo mesmos e com os outros. Como diz Birman (2000):

[...] formular a existência das técnicas de si é enunciar, ao mesmo tempo, que a subjetividade não é um dado nem tampouco um ponto de partida, mas algo da ordem da produção. A subjetividade não estaria na origem, como uma invariante encarada de maneira naturalista, mas como ponto de chegada de um processo complexo, isto é, um devir. Portanto, a subjetividade deveria ser considerada no plural, pois que seria produzida por tecnologias, também no plural. A subjetividade seria múltipla e plural, perdendo então qualquer fixidez no seu ser. Enunciar enfim a categoria tecnologia de si é formular ao mesmo tempo que a concepção de subjetividade se teria transformado ao longo da história ocidental, a partir do enunciado de determinadas técnicas de produção de si mesmo (Birman, op. cit., p. 80).

Desta maneira, podemos concluir dessa leitura de Foucault que tanto quanto o poder, a identidade, pensada em termos de produção de subjetividade, também deve ser sempre pensada em termos plurais, como processo em construção, algo que vai se transformando através das relações e dos encontros, não sendo um invariante que já existe a priori. É reforçado assim o aspecto de mobilidade, de produção em processo, da identidade. Em lugar de considerar a identidade, quer seja sexual, étnica, cultural ou racial, como tendo sua origem

marcada pela submissão à lei e à norma, preferimos entender que ela vai sendo construída em espaços abertos, de possibilidades, derivada das experiências e trocas dos afetos: é uma invenção, invenção de si mesmo, feita na base das relações consigo e com os outros.

E qual seria o interesse para nós, do ponto de vista das questões abertas pelos conflitos e lutas surgidos no campo das migrações, das articulações feitas por Foucault entre resistência, relações de poder, sexualidade e identidade? Um dos aspectos importantes da perspectiva foucaultiana é o de colocar a resistência sempre em primeiro lugar; igualmente importante é a sua visão das relações de poder como embates incessantes, em que o desejo de dominar, de submeter esbarra sempre na possibilidade de ação intransitiva do outro – no lugar de antagonismo, *agonismo* –, uma luta contínua sem solução final, “uma perpétua e recíproca provocação” (Foucault, 1995, p. 245). Foucault reafirma a dimensão produtiva do poder, o que nos permitiria, por aproximação, resgatar uma dimensão também positiva e afirmativa da identidade, quando ela aparece como estratégia de resistência.

4.4 Identidade para o outro

Frantz Fanon foi um psiquiatra, pensador e escritor revolucionário nascido em Fort-de-France, na colônia francesa da Martinica, que influenciou profundamente através de sua obra e de seu pensamento político toda uma geração de movimentos radicais pelos direitos civis e pela descolonização que eclodiram nos Estados Unidos e na Europa nos anos sessenta. Como ativista antilhano e negro, seu pensamento e sua visão política tiveram grande penetração e audiência em toda a região do Caribe, espalhando-se depois pelas Américas, Europa e África.

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, Fanon migrou para a Europa, tendo combatido na França e participado voluntariamente das lutas contra as forças pró-nazistas do governo de

Vichy. Fanon estudou medicina e psiquiatria em Paris e em Lyon, e posteriormente foi para a Argélia, onde exerceu o cargo de diretor no hospital psiquiátrico de Blida-Joinville. Na Argélia engajou-se no movimento contra o regime colonial francês e teve participação ativa na sangrenta guerra de independência, que deixou um saldo de mais de um milhão de mortos. Após os anos vividos nos centros de repressão das forças coloniais – que utilizavam contra a população argelina de origem árabe métodos duramente repressivos, incluindo torturas, espancamentos e assassinatos – escreveu *Os condenados da terra* (1961), no qual expôs e sistematizou a “sociologia da violência”, uma tentativa de entender a dinâmica das lutas revolucionárias e anticoloniais. Fanon foi expulso da Argélia em 1957, mas permaneceu até o fim da vida ligado aos dirigentes da frente de libertação argelina GPRA. Lamentavelmente ele, que dedicou grande parte de sua vida à luta contra o imperialismo francês, morreu pouco antes da independência da Argélia, em 1961.

Fanon, ao mesmo tempo que rejeitava o conceito de “negritude” enquanto expressão de uma identidade negra homogênea, acreditava que a revolução violenta era o único caminho para por fim aos anos da repressão colonial e ao trauma cultural no Terceiro Mundo. “A violência”, argumentava, “é uma força de libertação, de limpeza. Ela liberta o nativo de seu complexo de inferioridade, de seu desespero e de sua paralisia; faz com que ele se torne destemido e recupere a auto-estima”⁵⁹. A violência tem para Fanon um sentido bastante particular: é referida ao processo de resolução de conflitos através da ação, da luta, do empoderamento. No contexto em que Fanon a coloca, a violência não tem como objetivo

59 Ver em <http://www.kirjasto.sci.fi/fanon.htm>. As teses da sociologia da violência de Fanon tiveram repercussão em vários países coloniais que lutaram pela sua independência; a idéia de que o colonizado só se torna realmente livre através da violência a[parece, por exemplo, descrita no romance *A geração da utopia* de Pepetela (2000), escritor angolano que participou da luta contra o colonialismo português.

atentar pura e simplesmente contra a vida; trata-se de um processo em que a própria vida se regenera, produzindo governantes e governos responsáveis (Hage, 2001), ou, nos termos colocados por Negri e Cocco (2005), a apologia da resistência como ato de liberdade.

Para Fanon, os ex-colonizados, ex-oprimidos, devem ser os verdadeiros e legítimos agentes de sua própria emancipação. E esta estratégia de resistência revela também uma dimensão micropolítica, onde são valorizadas as pequenas lutas cotidianas, encontros e acontecimentos do dia-a-dia no espaço das ruas, das cidades, apresentados em uma narrativa entremeada por anedotas; nas palavras de Homi Bhabha (citado por Pile, 1996, p.195), Fanon delinea um “grotesco psicodrama da vida cotidiana nas sociedades coloniais”.

Para um grande número de autores, a obra de Fanon continua sendo importantíssima para se entender a dimensão psicológica das relações de dominação e submissão entre colonizadores e colonizados, entre negros e brancos, entre não-europeus e europeus. *Peau noire, masques blancs*, escrito em 1952, é considerado o trabalho fundamental de Fanon, onde ele vai analisar o impacto deformador do colonialismo no psiquismo dos colonizados, sobretudo dos negros. Seu argumento é de que o colonialismo branco impôs uma existência falsa e degradante aos negros, exigindo deles, além da submissão, uma conformação a valores distorcidos, uma existência **para** o outro (*pour autrui*); os brancos construíram para os negros uma identidade falsa que precisa ser desconstruída, recusada. O colonizado não parecia ser visto pelo colonizador como um ser humano, e este era o cenário que o colonizado via-se forçado a aceitar. Fanon busca demonstrar como o problema da raça e da cor interconecta-se com uma infinidade de palavras e imagens carregadas de simbolismo negativo, e questiona o porquê de a brancura corresponder simbolicamente aos universais de Justiça, Verdade,

Pureza. Ele examina o preconceito racial de uma perspectiva filosófica, lingüística e psicológica, apesar de também considerar a influência das realidades sociais e econômicas.

Fanon atribui uma importância fundamental ao fenômeno da linguagem, acreditando que os estudos lingüísticos fornecem elementos para apreender esta dimensão “*pour autrui*” do homem negro. “O homem que possui uma linguagem, possui também o mundo que se expressa e está implicado nesta linguagem” (Fanon, 1952, p. 14). A questão da linguagem é problematizada da seguinte maneira: se falar é existir para o outro, o negro antilhano, ao tentar falar como um branco, situa-se em função da linguagem da nação colonizadora, em outras palavras, através da identificação com a cultura da metrópole, do colonizador.

Seguindo a avaliação de Pile (1996), uma outra qualidade de *Peau noire, masques blancs* é a virada em uma linha de argumentação até então marcadamente dialética. O negro está ao mesmo tempo fora do lugar e ocupando vários lugares (um lugar de negro em sua cultura de origem, um lugar de submissão ao mundo dos brancos...); a sua movimentação por estes diferentes espaços produz modulações, múltiplos conteúdos subjetivos que explodem a relação dual e a possibilidade de síntese: para cada espaço, três ou mais conteúdos. Por outro lado, o poder colonial opera através dos corpos por sobre a identidade inferiorizada do homem negro, graduando-os de acordo com a cor da pele. A relação colonizador/colonizado acompanha assim uma grade de significações coextensivas preto/branco, identidade/poder, identificação com/contra, que vão se inscrevendo nos movimentos, nas ações, pensamentos e afetos, conferindo ao corpo do negro uma visibilidade tecida pelo homem branco (poderíamos aqui fazer um paralelo com o regime de visão e as práticas discursivas de Foucault). Ao apresentar as idéias de corpo visível, corpo marcado pelo encontro com o outro (máscara),

historicidade do corpo, Fanon antecipa-se de certa maneira aos que vão propor a concepção de identidade como repetição de “*performances*” estilizadas (como faz Judith Butler⁶⁰, por exemplo); a “*performance*” definitiva do self estaria situada na região de fronteira de uma dialética real entre o self com o seu corpo (visível) e as intervenções do mundo (colonial) externo.

“Trata-se de uma dialética real à medida que acompanha os movimentos, as flutuações, as derivas do negro pelo mundo que, através do olhar do branco é fixado em seu lugar, em seu corpo, para além de qualquer essencialismo, de qualquer Razão” (Pile, op. cit., p. 252). A reflexão de Pile focaliza sobretudo o capítulo “*L’expérience vécue du Noir*” – o encontro do homem negro com o homem branco levando ao encontro do negro com sua raça –, no qual Fanon narra uma experiência vivida por ele mesmo. Os gritos de um menino branco, aterrorizado ao cruzar seu olhar com o dele, obrigam-no a entrar subitamente em contato com

60 Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista norte-americana que tem se destacado nos estudos sobre gênero e sobre a construção de identidade. Refutando as concepções binárias das diferenças entre os sexos baseadas no biológico, Butler argumenta que a noção de um “verdadeiro sexo” como Foucault colocava de maneira irônica, é produzida no interior das práticas regulatórias que geram identidades coerentes com uma matriz de normas de gênero. Sua perspectiva do gênero, que tem como base os estudos e escritos de Foucault sobre sexualidade, discursividade e poder, recebe também influências da psicanálise, dos estudos das feministas pós-estruturalistas como Teresa de Lauretis, Luce Irigaray, Monique Wittig, do desconstrucionismo de Derrida e da noção de interpelação de Althusser. Os trabalhos de Butler inscrevem-se no âmbito da Teoria e do Movimento *Queer* (em um primeiro momento, *queer*, que quer dizer bizarro, estranho, foi o nome dado aos homossexuais. Em seguida, passou a designar um novo fenômeno que se refere e denomina o bissexualismo em sua ambivalência transruptiva). Para Butler, o gênero é performativo, ou seja, é sempre um fazer, que não é uma ação de um sujeito que preexiste a este feito. Trata-se de um fazer constitutivo, de repetir a lei dos diagramas do poder para, justamente, deslocar este poder. A sexualidade como performance é desenvolvida em termos de repetição e redistribuição das possibilidades deixadas em aberto pelas normas hegemônicas, como a heterossexualidade e o falocentrismo, através da operação subversiva das “identificações” que são inevitáveis no campo do poder. Assim, a performance é uma repetida estilização do corpo, um conjunto de ações reiteradas que produzem um efeito de corporificação dessas mesmas normas, formando a figura de um corpo que não é um corpo em particular, mas um ideal morfológico que permanece como padrão regulador da performance (Butler, 1990, p. 16-34). A performance, neste sentido, funciona como uma interpelação ao revés, que abre um espaço para desconstruir e rearticular os termos da primeira interpelação do poder (Butler, 1993, p. 132).

seu corpo em uma tripla dimensão, como se passasse a ser, naquele momento, uma tripla pessoa – ou uma pessoa ocupando três lugares. Fanon sentiu-se três, ao tornar-se simultaneamente responsável pelo espaço ocupado por seu corpo (visto e temido pelo menino: “Olhe um negro mamãe, estou com medo, ele vai me comer!”); responsável pela sua raça (“negro sujo, negro malvado”); e por tudo o que a raça de seus ancestrais significava para o outro, o branco: canibalismo, fetichismo, tara, delinquência, voodoo... Esta experiência permitiu a Fanon se reconectar com os diferentes sentidos que sua identidade poderia ter, para ele mesmo e para o outro:

Naquele dia, desorientado, incapaz de estar do lado de fora com o outro, o Branco, que impiedosamente me aprisionava, transportei-me para longe, bem longe dali, como se fosse um objeto. Que experiência seria aquela senão um descolamento, um desenraizamento, uma hemorragia que drenava o sangue negro de dentro de minhas veias? Enfim, eu não queria perder tempo reconsiderando a questão. Eu queria apenas ser um homem no meio de outros homens. Queria poder chegar liso e jovem em um mundo nosso, a ser construído coletivamente.

Contudo, eu recusava qualquer tentação afetiva. Queria ser um homem, nada mais que um homem. Em alguns momentos, aquilo tudo me fazia reconectar com meus ancestrais, escravizados, linchados: decidi assumir. Ao fundo, o apito do trem dissipava-se rapidamente...

Na América, os negros são segregados. Na América do Sul, são fustigados nas ruas, grevistas negros são metralhados. Na África ocidental, o negro é um animal. E lá, bem perto de mim, bem ao meu lado, meu colega de faculdade que veio da Argélia me dizia: enquanto não fizermos do árabe um homem como nós, nenhuma solução será viável (Fanon, 1952, p. 91)

Uma das reflexões importantes que a leitura de *Peau noire, masques blancs* pode proporcionar é a indicação de como, e através de que instrumentos, o negro oprimido, colonizado, pode construir sua estratégia de resistência, recusando ser alguém “para” o outro, o branco (encontramos aqui uma ressonância com o que Foucault diz a respeito das tentativas do poder de transformar o sujeito em objeto, fixando-o coercitivamente em sua identidade). Fanon retoma desta maneira a proposta, já formulada na introdução do livro, de que é preciso

libertar o homem negro dele mesmo, libertá-lo da armadilha colocada pela resistência do outro, o branco, desencarcerá-lo do duplo narcisismo de ter que viver em um mundo em que os brancos consideram-se superiores aos negros, e os negros querem demonstrar, custe o que custar, a riqueza de seu pensamento, a potência de seu espírito. A saída para o dilema, a linha de fuga, é recusar a existência de um único e autêntico lugar, uma posição identitária pura, verdadeira, tentando descobrir e compreender as diferentes posições adotadas pelo negro diante da civilização branca. Como diz Pile (1996), Fanon muda continuamente de lugar, exercitando uma proposta política feita de posições, movimentos, direção, onde o movimento é perpétuo e a direção é tudo, menos uma linha reta, apontando para algum distante e idealizado objetivo.

4.5 Identidade na Relação: da raiz ao rizoma

Édouard Glissant (1997), que já citamos no capítulo introdutório, acredita que a identidade hoje não se vincula mais tão fortemente ao “sagrado mito da raiz” e que a aceleração das relações e das mudanças trazidas pela globalização, que se apresentam de maneira mais concentrada e intensa nas grandes cidades, repercute na maneira como o conceito de identidade é apreendido. Esta repercussão pode se manifestar nos diferentes modos pelos quais a sociedade contemporânea participa da relação global, pelas maneiras com que registra e controla (ou não) a confluência destas relações. Identidade não é mais permanência; é, antes de tudo, a capacidade de variação. E a variabilidade da relação é evidência de que um princípio ontológico “fixo”, estático, não funciona mais.

A premissa de Glissant, que fundamenta sua análise nos estudos lingüísticos e na literatura, é de que não é mais possível pensar em termos de identidades puras, matrizes

originais para o pensamento, para a linguagem, para a produção de subjetividade – ou, como ele refere, para uma identidade-raiz⁶¹. Sua tese é de que o encontro, a relação com o outro produz novas identidades a partir da relação e de uma linguagem comum (no caso, o *créole* a língua-resistência que se forjou nos países onde a escravidão alimentou o sistema de Plantations⁶² e que se expande rizomaticamente para o mundo). Ao invés de uma síntese entre a língua do colonizador e a do colonizado (no caso da Martinica, entre o francês da metrópole e o francês das ilhas), a *créolização* é a mestiçagem infinita, uma produção lingüística híbrida e nunca acabada que vai se amplificando e proliferando a partir do encontro entre elementos de uma e de outra língua.

Segundo Glissant, tem-se tornado cada vez mais difícil, ou mesmo impossível, no mundo contemporâneo justificar ou manter a identidade raiz de uma determinada comunidade; à medida que isto acontece, tem-se partido para a generalização, para a universalização, para a validação de uma identidade homogênea e universal que representa um valor em si mesma. Isto fica bastante claro no modo característico com que as elites dos países do sul reagem buscando preservar suas raízes como valor. Contrastando com esta identidade-raiz, a proposta do autor é que se conceba a identidade como um sistema

61 A própria idéia de uma identidade negra que precisa se afirmar como instrumento de luta pela liberdade e pela conquista de direitos (como a *negritude* defendida por Aimé Césaire, por exemplo) é desconstruída por Glissant.

62 A Plantation foi um sistema que se desenvolveu ao longo dos séculos XVIII e XIX nas Américas, abrangendo o Sul dos Estados Unidos, as ilhas do Caribe, a América Central e o nordeste do Brasil, estendendo-se pelos territórios destes países até constituir o que Patrick Chamoiseau denomina como o território da “creolidade” (*créolité*), um território onde se constitui um ritmo característico de produção econômica, apesar das divergentes dinâmicas políticas e dos diversos domínios lingüísticos envolvidos. O sistema era organizado como uma pirâmide social fechada, tendo em sua base uma massa de escravos e trabalhadores dependentes; no meio, os gerentes, administradores, supervisores, de origem européia que por vezes eram substituídos por pessoas de cor; e no topo, os donos das plantações, os “senhores de engenho” como eram denominados no Brasil, ou os *békés* das Antilhas, que lutavam para constituir uma pseudo-aristocracia (Glissant, 1997, p. 64).

relacional, como uma aptidão para “com-partilhar” (*donner-avec*⁶³) que se apresenta como força transruptiva que desafia o universal generalizante e demanda, paradoxalmente, que se esmiuce cada vez mais as especificidades culturais e as singularidades (Glissant, 1997, p. 142).

Hoje podemos perceber como a interdependência que marca as relações entre as comunidades e as culturas vem substituindo as antigas ideologias identitárias e de independência nacional que caracterizaram as lutas pela descolonização no mundo ocidental. Esta interdependência, entretanto, pode ter conseqüências nefastas para os migrantes se a concepção de identidade é determinada por uma raiz: o emigrante é condenado (principalmente na segunda geração) a uma cisão, e a um achatamento. “O fato de nossa cidadania francesa, não impediu que a maioria de nós, antilhanos que vivem na França, fôssemos incorporados como estrangeiros ao amplo movimento de emigração para aquele país, junto com norte-africanos, portugueses, senegaleses, etc.” (op. cit. p. 143).

Glissant apresenta resumidamente as possíveis variações da identidade:

Identidade Raiz

- ancorada no passado distante, em um mito da criação do mundo;
- homologada pela violência oculta de uma filiação que segue estritamente este episódio de fundação;
- ratificada por uma aspiração à legitimidade, que permite a uma comunidade intitular-se dona de uma terra, que se torna assim um território;

63 *Donner-avec* é um neologismo criado por Glissant que se refere ao avesso de compreender (*Comprendre*), que tem uma dimensão de apropriação (*prendre*). Optamos por traduzi-lo como “Compartilhar”, que seria denotativa da idéia de generosidade, de um dar-se a conhecer.

- é preservada ao se projetar sobre outros territórios, o que confere legitimidade à conquista.

Identidade na Relação

- liga-se não ao mito da criação do mundo, mas às experiências contraditórias dos contatos entre as diferentes culturas;
- é produzida no âmbito da rede caótica da Relação;
- não aspira a nenhuma legitimidade ou garantia de posse; ela circula, cada vez mais ampliada;
- não concebe a terra como um território que se projeta sobre outros territórios, mas como um lugar onde se pode *donner-avec* (compartilhar) mais do que apreender ou com-preender.

Assim, a identidade na Relação exalta, para Glissant, a idéia de errância e de desenraizamento. Citamos, para concluir, as belas palavras de Maryse Condé, que parecem convergir para esta concepção de identidade: “Há que ser ser absolutamente errante, múltiplo, dentro e fora. Nômade... Se se está por demais enraizado em um lugar, não se pode escrever com verdade sobre este lugar. Mistifica-se” (apud Patrícia Mazeau de Fonseca, s/d).

4.6 O Pós-colonialismo e a identidade

Nos últimos cinquenta anos as migrações mundiais adquirem uma característica eminentemente “pós-colonial” a partir do fato de que, após a II Guerra Mundial, países com um longo passado colonial como Inglaterra e França, com a independência de suas antigas colônias, começam a ser o destino escolhido por migrantes oriundos destas ex-colônias. Como efeito deste fenômeno, os países imperiais vão enfrentar as problemáticas relativas à diversidade cultural, ao pertencimento, e à necessidade de redefinir suas identidades

nacionais. O campo dos estudos pós-coloniais é, na verdade, multidisciplinar e bastante vasto, abrangendo um conjunto de estudos e linhas teóricas que percorrem transversalmente a filosofia, a psicanálise, a antropologia, a sociologia e a literatura. Muitos estudiosos consideram o livro de Edward Said *Orientalism* o marco fundante das teorias pós-coloniais.

Enquanto teoria literária, o pós-colonialismo trata da literatura produzida em países que um dia foram, ou ainda permanecem sendo, colônias de outros países, incluindo além disso os autores que analisam criticamente as regras e as práticas coloniais, focalizando os dilemas do multiculturalismo, da afirmação das identidades nacionais do colonizador a partir da negação da identidade do colonizado – o oriental, o outro do homem ocidental branco – e a conseqüente subalternização⁶⁴ da produção cultural e de conhecimento destas comunidades. No conjunto de autores pós-colônias podemos incluir os já citados Frantz Fanon, Édouard Glissant, Abdelmalek Sayad, além de, mais recentemente, o escritor Salman Rushdie. Desta maneira, os países colonizados respondem ao legado colonial desenvolvendo uma escrita própria, que culminou em uma produção literária que tem como foco construir sua própria narrativa da história. Em outras palavras “as perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste, Oeste, Norte e Sul” (Bhabha, 1998).

Sandro Mezzadra observa que a experiência colonial representa um elemento constituinte da progressiva construção de uma identidade comum européia e ocidental, mesmo em países com passado imperial mais modesto e menos “glorioso” do que os da

64 Uma instância análoga de renovação da concepção da história que também é muito presente nos debates latino americanos sobre as problemáticas do escravismo e do racismo está no centro do projeto de pesquisas conhecido como *Subaltern Studies*, animado por autores e pesquisadores de origem hindú como Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak (Mezzadra, 2005, p. 136).

Inglaterra e da França (2005, p. 123). Assim, o “sujeito moderno e, portanto, o universalismo ocidental nascem “geopoliticamente diferenciados” (Gayatri Spivak, citado por Mezzadra, op. cit.) e categorias aparentemente neutras como a de “etnia”, geralmente utilizada para designar a identidade dos migrantes contemporâneos no Ocidente, ficam profundamente imbricadas com a própria história do colonialismo.

4.6.1 Para que precisamos do conceito de identidade?

Esta é a pergunta feita por Stuart Hall, que tem se destacado no campo dos estudos culturais pós-modernos, tendo várias publicações e pesquisas nas áreas da cultura, política e questões raciais. Segundo Hall (1997), nas últimas décadas tem ocorrido uma verdadeira explosão de discursos a respeito do conceito de identidade, ao mesmo tempo em que este conceito continua sendo alvo de numerosas críticas. O conceito de identidade vem sendo submetido a um processo de desconstrução no interior de várias disciplinas, todas, de uma maneira geral, rejeitando as suas acepções essencialistas, integrais e unificadas. Estas críticas são, na análise de Hall, em seu conjunto, marcadamente influenciadas pelo feminismo na vertente de Judith Butler, que vê o self como resultado de um incessante processo de produção e de repetição de “performances”; pelo desconstrucionismo de Jacques Derrida, que coloca em suspensão alguns conceitos que se não mais úteis em suas acepções originais, ainda assim são importantes para se continuar pensando “com eles”; e pelas idéias foucaultianas a respeito das formações discursivas.

Desta maneira, o interesse em continuar estudando o conceito de identidade hoje alinha-se com a proposta de pensá-lo no limite, ou seja, a mesma linha que critica o conceito é a que paradoxalmente permite que se continue a pensar com ele. Uma outra razão para se utilizar o

conceito de identidade é a sua ressonância política. Concordando com Habermas que afirma que a identidade de um indivíduo está sempre entrelaçada às identidades coletivas e só pode ser estabilizada em uma rede cultural não-apropriável como propriedade privada (Habermas, apud Hall, 2003, p. 81), Stuart Hall enfatiza a dimensão dialógica – não no sentido binário de um diálogo entre dois sujeitos já constituídos – mas no sentido de uma relação constituinte com o outro: as experiências compartilhadas intersubjetivamente (ou dialogicamente) são constitutivas de identidades (op. cit., p. 80). As múltiplas significações do conceito de identidade articulam-se com uma política da localização (todos nós nos originamos e falamos a partir de “algum lugar”: somos, portanto, localizados). Em suma, esta proposta de pensar o conceito de identidade é não-essencialista; é, ao contrário, estratégica, posicional e resgata as características paradoxais do conceito: “Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é um efeito do poder. Deve haver algo “exterior” a uma identidade, algo que é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja “ausência” ou falta é constitutiva de sua “presença” (Hall, 2003, p. 85).

4.6.2 Identidades múltiplas, identidades híbridas: entre a tradição e a tradução

Em *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2000) Stuart Hall diz que um dos efeitos da globalização é o de “contestar e deslocar as identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional”, o que acaba tendo um efeito pluralizante e multiplicador de novas identidades, ou nos termos em que coloca, novas posições de identificação que conferem à identidade um caráter mais político, posicional, plural e diverso (op. cit.). O autor destaca a tendência à homogeneização como uma dos efeitos do fenômeno da globalização que, paradoxalmente, deixa subsistir uma fascinação com a diferença e a alteridade. Nestes termos,

a globalização, ao explorar a diferenciação “local” sem eliminar a tendência à homogeneização “global” acaba produzindo uma nova articulação entre as duas instâncias, em que pese continuarem existindo relações desiguais de poder cultural entre o Ocidente e o Resto (*The Rest is in the West*). Assim, mais do que homogêneas, as identidades na globalização são contraditórias, cruzando-se e deslocando-se mutuamente.

A idéia da comunidade étnica como um lugar “fechado”, puro, culturalmente tradicional e intocado pelas práticas coloniais da modernidade significaria, segundo Hall a permanência de uma “‘fantasia colonial’ sobre a periferia muito cara ao pensamento ocidental, que tende a gostar de seus nativos apenas como ‘puros’ e de seus lugares exóticos apenas como ‘intocados’” (Hall, op. cit., p. 80). Percebe-se assim uma linha de continuidade entre a maneira de pensar a identidade no contexto colonial e hoje, com a globalização, em que são conservados alguns aspectos da dominação global ocidental, mas que, ao mesmo tempo, foi favorecida a formação de “enclaves” étnicos minoritários no interior dos países centrais do Ocidente⁶⁵. Estes enclaves permitiram a produção de “novas” identidades, que “escapam” à oposição binária entre o branco colonizador e o negro colonizado. Estas novas identidades híbridas, misturadas, mestiçadas, marcam uma ruptura e colocam também em cheque a perspectiva da pureza das identidades tradicionais, ao mesmo tempo em que problematizam a própria categoria de identidade: “(...) o que significa ser europeu, num continente colorido não apenas pelas culturas de suas antigas colônias, mas também pelas culturas americanas e agora pelas japonesas?” (Hall, op. cit., p.81). Em suma, um dos efeitos do processo de globalização, ao invés da temida neutralização das diferenças ou de homogeneização cultural,

65 Nas palavras de Stuart Hall: “Em 1980, um em cada cinco americanos tinha origem afro-americana, asiático-americana ou indígena. Em 1990, essa estatística era de um em cada quatro.” (op. cit., p. 81).

foi o de provocar, com a proliferação de novas posições de identificação, o alargamento do campo das identidades.

Verifica-se assim o fortalecimento das identidades locais como resposta à experiência do que Hall denomina “racismo cultural”, bem como da exclusão social, a partir de estratégias que reconduzem a uma identificação com as culturas de origem, o que confirma que identidade e diferença são termos que se encontram inextrincavelmente articulados ou entrelaçados na produção de novas posições identitárias, mas sem que um anule completamente o outro:

Um bom exemplo é o das novas identidades que emergiram nos anos 70, agrupadas ao redor do significante ‘*black*’, o qual, no contexto britânico, fornece um novo foco de identificação *tanto* para as comunidades afro-caribenhas *quanto para* as asiáticas, que são vistas e tratadas como ‘a mesma coisa’ (isto é, não-brancas, como o ‘outro’) pela cultura dominante (ibidem, p. 82).

A este processo, Hall, acolhendo a proposição de Homi Bhabha (2005) dá o nome de “tradução”, uma descrição de formações identitárias que atravessam e “seccionam” as fronteiras estabelecidas para aqueles que estão fora para sempre de seu lugar de origem. Apesar de continuarem a manter importantes vínculos com estes lugares e algumas tradições familiares, os migrantes que se estabeleceram em novos países e seus descendentes não vivem absolutamente a ilusão de um retorno e estão em permanente negociação com as culturas em que vivem, “sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades” (ibidem, p. 87). Estas pessoas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a dois mundos ao mesmo tempo, foram transportadas e transferidas de um mundo a outro, por isto pode-se dizer delas que foram

“traduzidas”⁶⁶. Stuart Hall observa que escritores migrantes como Salmon Rushdie são pessoas que pertencem a dois mundos ao mesmo tempo; são homens “traduzidos” por terem que aprender a negociar entre diferentes linguagens culturais, entre diferentes modos de habitar – ou, poderíamos acrescentar, de “vestir”⁶⁷ – identidades. Sua conclusão é de que as culturas híbridas constituem um tipo absolutamente novo de identidade, produzido e intensificado com a globalização.

4.7 A respeito do entrecruzamento identidade/migrações

A questão da identidade costuma ser levantada sempre que o assunto é migrações, tanto do ponto de vista das preocupações com uma possível perda de vínculos afetivos e de pertencimento por parte de quem migra, quanto das medidas de contenção dos governos nacionalistas que pretendem barrar ou limitar o fluxo de imigrantes pelo fato deles ameaçarem a integridade ou a segurança do Estado (quando o migrante é identificado à figura do terrorista) ou colocarem em risco uma suposta “identidade nacional”. Nossas reflexões até aqui permitem ver que há diferentes e novas maneiras de se abordar a questão da identidade hoje, e que uma nova abordagem se faz necessária no âmbito das recomposições geopolíticas provocadas pela globalização, reforçadas, por sua vez, por uma também nova configuração do

66 Stuart Hall observa que etimologicamente “traduzir” significa “transferir” ou transportar entre fronteiras.

67 Esta idéia de identidade que pode ser “vestida” e “desvestida” como uma roupa foi inspirada pelo filme de Radu Mihaileanu *Va, vis et deviens* (no Brasil traduzido para *Um herói do nosso tempo*). É a história de Salomão, um menino cristão negro nascido na Etiópia que vive em um campo de refugiados no Sudão até ser entregue aos 9 anos de idade para adoção, no âmbito de um programa do governo de Israel, numa tentativa desesperada de sua mãe para salvá-lo da miséria e da fome. Salomão vai então viver com uma família de judeus de origem francesa em Tel Aviv, sendo obrigado a usar os mais variados recursos para se passar por judeu e órfão e se adaptar a esta nova vida. Ele acaba conseguindo, mas não deixa de guardar lembranças e recordações de sua infância e de sua mãe, com quem secretamente “conversa” nas noites de lua (ele vive esta experiência de transferência entre dois mundos). Nos momentos em que se reconecta com suas lembranças, Salomão simbolicamente retira os sapatos e pisa descalço no chão, gesto que se repete quando retorna à África já adulto e consegue reencontrar sua mãe.

trabalho.

Porém, como vimos com os autores utilizados como referência neste capítulo, discutir o conceito de identidade pode ser útil se o estudamos no contexto das relações com o outro (ou do outro da relação, como propõe Édouard Glissant), de produção de diferença (fazendo aqui a ressalva de que não devemos confundir “diferença entre” – que seria o oposto de “identidade” – com o processo de produção de diferença). Ficou também evidente que atribuir à identidade o mesmo papel afirmativo e positivo com que Foucault concebe o poder supõe pensar a identidade no interior dos conflitos e embates, em uma dimensão de estratégia, de luta, de resistência.

Além disso, para poder de fato reencontrar a dimensão positiva da identidade, em algum momento teremos que recusar ou desconstruir identidades já estabelecidas e validadas socialmente, ou ainda colocá-las em um caráter de provisoriedade, entre parênteses, sempre abertas à incerteza e ao devir. A identidade que vai nos interessar é, portanto, “provisória”, múltipla e híbrida – um campo de possíveis para a produção de si, para a produção da própria vida – constituindo um dos elementos necessários para a compreensão dos incessantes movimentos e permanentes transformações que caracterizam os fluxos migratórios.

Capítulo 5

Cruzando as fronteiras: migrantes nos Estados Unidos

“e pluribus unum”⁶⁸
Eneida, Virgílio

*“Não somos nós que atravessamos a fronteira, é a
fronteira que nos atravessa”*
Frase atribuída aos “Chicanos”
da fronteira com os Estados Unidos

Neste capítulo trataremos do fenômeno das migrações para os Estados Unidos, país considerado por vários autores como um exemplo-chave de sociedade imigrante, a qual, desde os primórdios coloniais e de maneira significativa ao longo de todo o século XIX, recebeu e continua recebendo imigrantes estrangeiros. Acreditamos que o modo especial como as migrações se conjugam na história deste país com crescimento e riqueza, sendo ao mesmo tempo marcadas e atravessadas por lutas e tensões, é bastante ilustrativo das nossas hipóteses da dimensão constituinte e positiva das migrações.

Michael Walzer observa, a propósito do regime característico de tolerância que se desenvolveu naquele país que já as primeiras levas de imigrantes que desembarcavam nas terras da América não vinham por obra de um planejamento deliberado por parte dos colonizadores ingleses. Foram sucessivas e intermitentes levas de pessoas que vieram individualmente ou com suas famílias para a nova terra e depois nela se dispersaram, misturando-se com outros grupos similares em cidades, estados e regiões, o que conseqüentemente impossibilitou qualquer autonomia territorial (Walzer, 1999, p. 42).

68 Lema nacional dos Estados Unidos que quer dizer: “De muitos, um” e se refere à natureza pluralística da sociedade norte-americana em virtude das migrações.

Este movimento não cessou mais e isto, aliado ao fato de que o nascimento em solo americano confere imediatamente a cidadania americana, vem contribuindo para reforçar ainda mais esta imagem dos Estados Unidos como terra de imigrantes. De fato, estatísticas recentes apontam que em 40 anos (desde o censo de 1967), a população norteamericana aumentou em 100 milhões de habitantes, uma impressionante taxa de crescimento de 50%. E dos 100 milhões de novos americanos, 53% são imigrantes de primeira ou segunda geração. Assim, confirmando a tendência mundial que já apontamos no início de nosso trabalho, o componente mais expressivo do crescimento demográfico nos Estados Unidos é a migração⁶⁹.

5.1 Um pouco de história

Catherine de Wenden (2005, p. 54-57) também defende a idéia de que os Estados Unidos são um país moldado pelas migrações. Segundo a autora, no período colonial, a população branca e protestante (WASP) garantiu sua supremacia, primeiramente eliminando as populações ameríndias que foram gradativamente dizimadas pelo massacre dos bisões⁷⁰, sua principal fonte de subsistência, sendo depois levadas a viver em reservas; e em seguida sobre os negros africanos, importados como escravos para trabalhar nas Plantations do sul durante o longo período que vai dos séculos XVII a XIX até a abolição da escravidão (que aconteceu em 1865 no país).

Uma segunda onda migratória aconteceu por volta dos anos 1850 com a chegada dos asiáticos, sobretudo chineses, que vinham trabalhar nas minas da Califórnia. Estes trabalhadores foram depois dispersados para a construção das ferrovias do Oeste Americano

69 Dorrit Harazim, *Jornal O Globo*, 8 de outubro de 2006.

70 Até mais ou menos 1870 havia 50 milhões de bisões nas pradarias americanas. No final do século XIX, os Estados Unidos promoveram a maior matança de animais de que se tem notícia, massacrando milhões de bisões em cerca de 20 anos (“Estados Unidos e o bisão americano”, disponível em http://www.mingaudigital.com.br/article.php?id_article=473).

(a *Southern Pacific Railroad*). Em 1886, a percepção de um “perigo amarelo” levou à interrupção por dez anos da imigração dos *coolies*, que foram substituídos, na virada do século, por mexicanos e pessoas originárias da América Central e Caribe, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial. Assim, as ondas migratórias anteriores a 1930 se intensificaram no período entre 1850 e 1924, data do refreamento desta imigração massiva, que cai então de 1 milhão de novos imigrantes por ano a 150.000 migrantes anuais, por conta da crise econômica e moral da grande depressão.

Enquanto os negros ex-escravos foram migrando para as as cidades industriais do norte e do oeste do país, uma outra ameaça se delineava, desta vez, vermelha: os bolcheviques e outros ativistas russos, junto com todos aqueles imigrantes provenientes da Europa Oriental e do Sul que eram considerados como possíveis ameaças à nação – os LPC (*liable to become a public charge*). Começaram a ser feitas triagens sistemáticas desde a chegada dos navios ao porto de Nova York, na *Ellis Island*.

A interrupção do fluxo migratório nos anos 1920 institucionalizou a “porta de serviço” como característica da política de imigração americana. Um sistema de imigração temporária foi ativado em 1940 através do *Bracero Program*, sistema de contratação de trabalhadores mexicanos que vigorou até 1965. A fisionomia atual da imigração americana é fruto, por um lado, da retirada em 1968 da proibição de imigrantes asiáticos e do estabelecimento de um sistema de cotas anuais de 170.000 de pessoas provenientes do mundo não-americano (Europa, Ásia e África), sem considerar país de origem, com um teto máximo de 20.000 pessoas por país e prioridade para a imigração de reagrupamento familiar e de asilo político (especialmente os *boat people* vietnamitas no final dos anos 1970). Com isto, verificou-se um

aumento considerável de imigrantes latinos e asiáticos.

Como reflexo deste crescimento foram se intensificando gradativamente medidas de combate à imigração clandestina: uma lei de 1986 (Simpson-Mazzoli) sancionava os empregadores e regularizava trabalhadores sem visto, assim que o sonho americano de incorporação dos imigrantes foi deixado ao sabor das leis do mercado. O governo também facilitava o acesso à cidadania (como no caso dos porto-riquenhos em 1971) e a escola obrigatória possibilitou transmitir aos imigrantes a língua e os valores americanos.

O movimento dos direitos civis das décadas de 50 e 60 também contribuiu, por sua vez, para o surgimento de uma classe média negra, o que de certa maneira alterou as imagens estereotipadas que eram veiculadas na mídia. Porém, a “guetoização” étnica nos bairros e os desníveis socioeconômicos extremos são ainda preocupantes e, sem dúvida, podem ser arrolados entre os elementos que conduziram à explosões de violência urbana como a de Los Angeles, em 1992.

5.2 O regime de tolerância dos Estados Unidos

De acordo com Walzer (1999), dadas as suas características de sociedade imigrante, o Estado norte-americano é de certa maneira neutro com relação às singularidades e demandas particulares dos grupos que o integram, não se comprometendo com nenhum deles e tolerando a todos, ao mesmo tempo que exerce autonomia em relação a seus próprios objetivos. A tolerância, na visão de Walzer, assume uma forma radicalmente descentralizada, onde cada um tem de tolerar todos os demais.

O Estado reivindica exclusivos direitos de jurisdição, considerando todos os cidadãos como indivíduos, e não como membros de grupos. [...] Os objetos

da tolerância, rigorosamente falando, são as escolhas e atitudes individuais: atos de adesão, participação em rituais de culto e associação, práticas de diferenças culturais, e assim por diante (op. cit., p. 43)

Este regime de tolerância reflete-se também nas escolas, no processo de construção dos parâmetros curriculares que têm mantido como padrão o ensino da história e da cultura anglo-saxônica, remontando à Grécia e Roma antigas e incluindo as línguas e as literaturas clássicas. Este padrão manteve-se mesmo após as imigrações de meados do século XIX (quando chegaram os alemães e irlandeses) e da virada para o século XX, (quando vieram os imigrantes do sul e do leste da Europa). Com a terceira grande onda migratória, basicamente não-européia, foram envidados esforços no sentido de incorporar a história e a cultura de todos os diferentes grupos, buscando assegurar uma espécie de cobertura igualitária e criar escolas “multiculturais” (ibidem, p. 44).

O sistema norte-americano de acolhimento de imigrantes tem sido governado pela idéia de integração na pluralidade e está assentado sobre os princípios do multiculturalismo. Não se trata, contudo, de um sistema fixo e imutável, ele apresenta ao longo do tempo variantes que vão da pura assimilação cultural, ilustrada pela metáfora do “*melting pot*”, até a fórmula mais recente de convivência e tolerância das diferenças que se traduz na imagem do “*salad bowl*”, fortemente influenciada pela “tradução” americana do multiculturalismo. Walzer analisa o que poderia ser considerado uma deriva desta perspectiva de salada étnica, racial e cultural: o fenômeno da construção de identidades hifenizadas ou duplas, que hierarquizam posições políticas ou culturais: *afro-american*, *asian-american*, *euro-american*, *indian-american*, *latino-hispanic* etc.⁷¹ Para Walzer, o hífen que une ítalo-americano, por exemplo, denota a

71 Estas são as cinco classificações étnico-raciais oficiais norte-americanas, daí o nome “pentágono étnico-racial” (Hollinger, citado por Martes, 2003).

aceitação de uma “italianidade” por parte de outros norte-americanos, ao mesmo tempo que indica que “americano” é uma identidade política sem pretensões culturais fortes ou específicas. Ao mesmo tempo, o “italo” reconhece uma identidade cultural sem pretensões políticas. O autor sugere ainda que esses grupos híbridos sobrevivem no que considera uma versão duplamente hifenizada: a cultura de um grupo pode ser, por exemplo, américo-italiana, significando que ele adota uma forma americanizada e se transforma em algo distinto da cultura italiana no país de origem: ao mesmo tempo, a política é italo-americana, implicando a adaptação a estilos e práticas políticas locais (Walzer, 1999, p. 46).

Mas, por outro lado, as formas de diferenciação entre os grupos em sociedades imigrantes como a dos Estados Unidos ainda estão se definindo. Em função da própria lógica do multiculturalismo, o apoio do Estado deveria ser dado igualmente aos grupos sociais que constituem a sociedade civil, o que nem sempre acontece, uma vez que a organização dos diferentes grupos continua se dando de forma bastante desigual, com comunidades mais fortes do que outras, que já começam com mais recursos e passam a reunir melhores condições para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Estado. Walzer conclui que, dadas suas características de sociedade imigrante, nos Estados Unidos, apesar disto, as opções se ampliam, já que os indivíduos são tolerados especificamente como indivíduos, com seus nomes próprios, e suas escolhas são entendidas em termos pessoais, e não em termos estereotípicos (ibidem, p. 48).

Esta conclusão pode sugerir, à primeira vista, que por ser uma sociedade imigrante que se constituiu em um regime de tolerância individual, os Estados Unidos são um país aberto aos migrantes de todo o planeta que encontrariam ali todos os meios para se organizarem,

produzirem suas vidas e serem enfim tolerados, desde que aceitem as classificações e posições que lhes são designadas⁷². Mas não é bem isto o que a história dos movimentos e dos fluxos migratórios para os Estados Unidos revelam e sabemos que existem em muitos momentos medidas e políticas governamentais altamente intolerantes para com os migrantes, discriminando-os, barrando sua entrada, negando-lhes vistos e autorizações de trabalho⁷³. A intolerância para com os imigrantes é a outra face da moeda, e tem sido a face mais visível da administração do Presidente George W. Bush, que se revela nas diversas tentativas de expulsar e criminalizar imigrantes indocumentados, além de impedir que novos imigrantes entrem no país, principalmente depois do 11 de setembro. Aliás, este seria um exemplo contundente da desigualdade da balança: um dos efeitos mais terrivelmente perversos do atentado foi o de ter atingido um número expressivo de trabalhadores imigrantes não-documentados, empregados sem carteira assinada e que não deixaram nenhuma pista documental sobre seus empregos e suas vidas (Margolis, 2003).

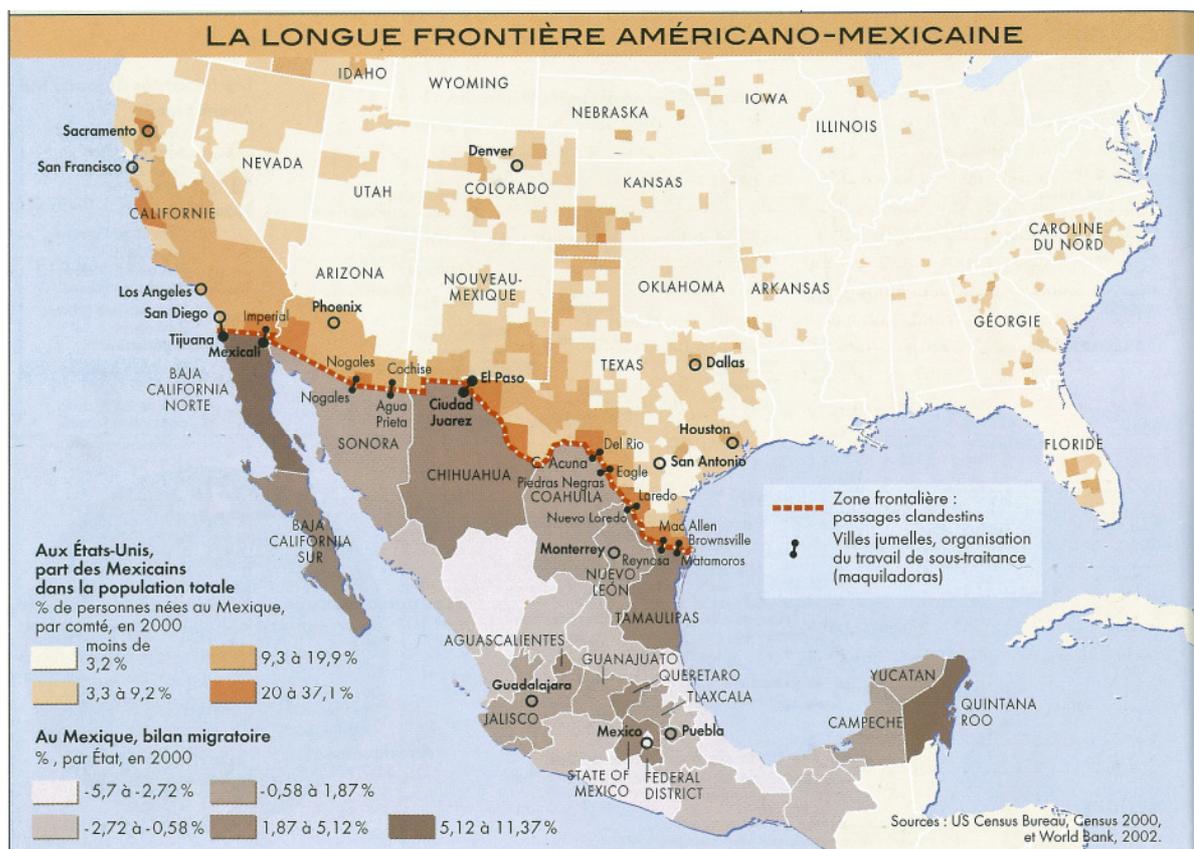
As várias levas de demissões que se seguiram ao ataque e o subsequente declínio das viagens significaram que milhares de pessoas perderam seus

72 É importante observar que nos Estados Unidos, a idéia de assimilação cultural (conformidade com a supremacia anglo-saxã) engloba apenas os imigrantes europeus *brancos* e nunca foi estendida aos negros e “mestiços” asiáticos ou índios. Isto seria indicativo da construção de uma “nacionalidade mixofóbica” na denominação usada por Taguieff (citado por Martes, 2003, p. 81, nota de rodapé 17).

73 O filósofo e ativista político Brian Holmes em entrevista ao coletivo 16Beaver cita o caso da Halliburton, empresa envolvida em negócios escusos no Iraque que recebeu recentemente do governo americano 385 milhões de dólares para construir centros de detenção para imigrantes. De acordo com o site oficial da empresa, “o contrato, que já foi efetivado, prevê o estabelecimento de um aparato de detenção temporária e a ampliação das atuais instalações do Programa de Operações de Detenção e Remoção ICE (*Immigration and Customs Enforcement*) no caso de um influxo repentino de imigrantes para os EUA, ou para apoiar o rápido desenvolvimento de novos programas”. O caso Halliburton agrega-se a outros programas que vêm sendo desenvolvidos no sentido de restringir as liberdades civis e individuais como o *Military Commissions Act* sancionado em 2006 depois de ter recebido inclusive votos dos democratas. Trata-se de uma lei de exceção que suspende o *habeas corpus* e o direito a um julgamento justo de qualquer pessoa suspeita de terrorismo ou de ser inimiga ilegal do governo americano (Brian Holmes e Coletivo 16Beaver, 2007).

empregos nas indústrias de linhas aéreas, hotéis e restaurantes, todas que empregam grandes quantidades de trabalhadores imigrantes. [...] oficiais do Sindicato Internacional dos Empregados de Hotéis e Restaurantes relataram que, em nove importantes cidades americanas, entre 25 e 40% da força de trabalho pesado imigrante foi despedida (op. cit., p. 65).

O professor e pesquisador Helion Póvoa Neto (2005), que coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro – NIEM-RJ, observa que um outro efeito do 11 de setembro foi o de homologar, ou de oferecer uma justificativa, à responsabilização e à criminalização dos migrantes, materializadas na adoção de medidas discricionárias por parte dos governos de diversos países desenvolvidos, que costumam ser pólos atratores de migrantes no mundo todo: “o 11 de setembro funcionou como justificativa 'conveniente' para a adoção e o aprofundamento de medidas assumidas, já a algum tempo, como inevitáveis ou desejáveis” (Póvoa Neto, 2005, p. 298).



Fonte: Catherine de Wenden, *Atlas des migrations dans le monde*, 2005, p. 56.

Com efeito, as estratégias governamentais e as políticas voltadas para a imigração alternam continuamente entre momentos de abertura e contenção, como em movimentos de sístoles e diástoles que, por sua vez, provocam tensões e curtos-circuitos para os que querem entrar, e os que já entraram, mas encontram-se em situação ilegal perante o governo e lutam para defender seu direito de pertencer àquela comunidade. As estratégias tributárias do paradigma da segurança de Estado têm sido impostas nas políticas estadunidenses de controle dos fluxos migratórios, estabelecendo fronteiras sempre porosas de controle e regulação. Isto tensiona de certa maneira a idéia de uma resolução através de categorias hifenizadas que, justamente por estarem ancoradas em negociações permanentes e alternâncias de lugar, como sugere Michael Walzer, não demarcam fronteiras fixas, contínuas: há uma fluidez, um constante “atravessamento” destes espaços de identificação e de resistência.

5.3 Chicago, a primeira cidade-laboratório

O empirismo que marca a Escola de Chicago – uma escola de sociologia que se aproxima da antropologia, pelos métodos qualitativos de pesquisa e pela própria abordagem: a cidade de Chicago passa a constituir um “laboratório social” – deriva do interesse em buscar soluções concretas para uma cidade caótica marcada por um intenso processo de industrialização e urbanização na virada do século XIX para o XX. Seu crescimento demográfico espantoso, o impressionante fluxo migratório, os guetos de diferentes nacionalidades gerando segregação e precarização da qualidade de vida urbana favoreceram a formulação, pelos pesquisadores desta Escola, da cidade como “problema” sociológico. Pode-se dizer que a Escola de Chicago inaugura uma reflexão inédita ao tomar a cidade como seu objeto privilegiado de investigação, tratando-a como variável isolada (Maria Josefina Sant'Anna, 2002).

Apesar de não pretendermos analisar de maneira exaustiva as teses dos sociólogos da Escola de Chicago, até porque para isso teríamos que percorrer toda uma vasta literatura e um amplo conjunto de pesquisas sociológicas que foram realizadas entre os anos de 1915 e 1940, acreditamos ser importante fazer aqui um breve mapeamento, a partir da leitura de Alain Coulon (1995), de algumas das questões levantadas no âmbito desses estudos, que dizem diretamente respeito ao processo de migração nos Estados Unidos.

Com efeito, as questões abertas pelas sucessivas tentativas de integrar ou de assimilar os imigrantes são fundamentais para compreender um país que constitui um verdadeiro mosaico cultural e étnico, que foi sendo construído a partir de vários sedimentos migratórios, particularmente importantes ao longo do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX. Instalou-se nesse período um intenso debate político sobre a questão da americanização dos imigrantes antigos, por um lado, e acerca do interesse em se continuar autorizando a entrada em massa de novos imigrantes.

Coulon (1995) observa que os pesquisadores de Chicago identificaram-se com uma ala progressista na intelectualidade americana, que sempre apostou na capacidade daquela sociedade em “assimilar” as minorias étnicas. Assim, seus trabalhos compõem em seu conjunto o ponto culminante da tradição assimilacionista, e as primeiras tentativas feitas no sentido de apontar e circunscrever os limites desta tradição (op. cit., p. 29-30).

Atribui-se ao interesse da sociologia de Chicago pela questão da assimilação dos migrantes a existência de vários conceitos muito presentes na sociologia americana, dentre os quais a marginalidade e a aculturação. Assim, esses e outros conceitos correlatos, como atitudes individuais, valores sociais, desorganização social, desmoralização e o ciclo das

relações étnicas, foram sistematicamente desenvolvidos nos trabalhos de William Thomas e Florian Znaniecki (co-autores do estudo clássico *The polish peasant in Europe and America*, de 1927, obra que é considerada fundamental no desenvolvimento dos estudos sobre migrações nos Estados Unidos), além de Robert Park⁷⁴ e Ernest Burgess.

Um bom exemplo é a constituição de uma comissão de pesquisas para estudar e tentar responder às causas dos tumultos raciais que irromperam em Chicago, entre julho e agosto de 1919, deixando um saldo de 38 mortos, 23 dos quais americanos negros. Estas pesquisas foram coordenadas por um pesquisador negro, Charles Johnson, diplomado em sociologia e ex-aluno de Park e Burgess.

Coulon ressalta que a influência Park e Burgess ficou particularmente visível nos métodos de pesquisa que foram utilizados naquele caso: observações de campo, entrevistas de negros e brancos, histórias de vida de dezessete famílias negras consideradas típicas, questionários e entrevistas voltados ao mapeamento dos tipos de emprego encontrados pelas duas comunidades, análise de conteúdo de artigos e matérias publicados em jornais no ano precedente à revolta. As pesquisas concluíram finalmente que os negros consideravam a imprensa como diretamente responsável pelos conflitos sociais, uma vez que os episódios que envolviam negros eram relatados de maneira parcial.

O mesmo Robert Park recebeu a incumbência, em 1923, de assumir a direção de uma pesquisa sobre as tensões raciais entre a população americana e as comunidades asiáticas, em

74 Robert Park utilizava-se de conceitos como competição, processos de dominação e sucessão, e postulava a existência de uma analogia entre o mundo vegetal e animal e o mundo dos homens. A cidade era apreendida através de um referencial analógico que toma por base a ecologia animal, daí a Escola de Chicago ser também muitas vezes referida como Escola Ecológica.

especial os japoneses que viviam na costa oeste dos Estados Unidos. Os americanos queixavam-se de uma “concorrência desleal” dos japoneses obcecados pelo trabalho, que trabalhavam todos os dias da semana, nunca tiravam férias, em jornadas bastante estendidas. A opinião pública pressionava para que os asiáticos, especialmente os japoneses, fossem banidos do país, o que acabou resultando na proibição da entrada de novos imigrantes japoneses através do *Japanese Exclusion Act* de 1924. Por esta época, a pesquisa de Park e seus associados encontrava-se na metade e teve que ser interrompida por falta de recursos financeiros, o que fez “abortar um projeto de diagnóstico de uma sociedade enferma de seu racismo” que se transformou, segundo os termos usados por um dos pesquisadores do grupo, em uma “autópsia” (1995, p. 50).

Park, contudo, já havia recrutado, ainda na fase preparatória da pesquisa, alguns sociólogos de universidades da Califórnia, dentre os quais Emory Bogardus, para ajudá-lo a colher as histórias de vida de japoneses de segunda geração (os *nissei*) desde Vancouver, na fronteira do Canadá, até a fronteira mexicana no sul. Os estudos exploratórios desenvolvidos por Bogardus com base no conceito de Park do ciclo de assimilação dos imigrantes, permitiram delinear as sete etapas sequenciais pelas quais passam as relações entre uma comunidade de imigrantes e aquela que os acolhe:

- 1) uma fase de curiosidade neutra, em que os migrantes recém-chegados são observados;
- 2) o imigrante, que precisa vender sua força de trabalho, torna-se interessante porque pode ser contratado a baixo preço;
- 3) esta aceitação provoca a hostilidade dos trabalhadores locais, que se sentem ameaçados. Ao mesmo tempo, outros imigrantes continuam chegando e, com suas

elevadas taxas de natalidade, ameaçam a comunidade local com uma “invasão”. É o nascimento do mito do “perigo amarelo”;

4) exigências e pressões por parte da população por medidas legislativas anti-imigração;

5) os americanos mais liberais e progressistas reagem e apóiam os migrantes, lembrando os valores de liberdade e igualdade que formam a base da sociedade americana;

6) diminuição da hostilidade após a adoção das medidas anti-migratórias;

7) segunda geração de imigrantes enfrenta os problemas decorrentes de terem se transformado em *híbridos culturais* (“traduzidos”, como diriam Homi Bhabha e Stuart Hall).

Bogardus, em suas conclusões, divergiu de Park quanto ao encerramento do ciclo de transformações dos imigrantes com a completa assimilação destes à cultura americana. Ele previa uma finalização do ciclo que assumiria formas variadas, indo desde a assimilação completa, que contemplava casamentos inter-étnicos, por exemplo, passando pela elaboração de um sistemas de castas semelhante ao da Índia, até a manutenção de uma minoria diaspórica, como é o caso dos judeus na Europa (Coulon, 1995, p. 52).

Além do fato de a metodologia desenvolvida e empregada pelos sociólogos de Chicago ter aberto todo um campo de trabalhos de pesquisa que permanece atual e importante para as ciências sociais e humanas, os temas preferenciais daquela escola coincidem com as temáticas consideradas fundamentais para os estudos contemporâneos das migrações: pobreza, exclusão, discriminação das minorias, racismo, relações interétnicas e interculturais.

Neste ponto, gostaríamos de abrir um parênteses e apresentar o “pachuco”, personagem símbolo de Octavio Paz (2004), uma anti-identidade mexicana nos Estados Unidos, uma

anomalia em relação a esse imaginário de integração e assimilação dos estrangeiros ao sistema de vida americano que continua sublinhando as pesquisas sociológicas, desde a Escola de Chicago até os nossos dias.

Octavio Paz narra sua própria experiência como imigrante em Los Angeles, cidade onde residiu durante alguns anos na década de 40. O poeta narra as vicissitudes de ser mexicano em uma cidade que possui, segundo diz, uma atmosfera vagamente mexicana, uma “mexicanidade” que paira, que flutua no ar. E flutua porque esta “mexicanidade” não se mescla nem se funde com o outro mundo, o mundo norte-americano, feito de precisão e eficiência. Flutua, mas não se lhe opõe: “Flutua, não acaba de ser, não acaba de desaparecer” (op. cit., p. 15). Algo semelhante acontece, conta Paz, com os mexicanos que encontra nas ruas de Los Angeles: apesar de viverem na cidade há anos, de usarem as mesmas roupas, de falarem inglês, de terem se adaptado perfeitamente aos hábitos e costumes americanos, ninguém os confundiria com norte-americanos autênticos. Um certo ar furtivo e inquieto, de seres que se disfarçam, que parecem temer o olhar do outro envolve o “pachuco”⁷⁵:

Rebeldes instintivos, fizeram despertar mais de uma vez atitudes racistas nos norteamericanos. Mas os “pachucos” não reivindicam nem a raça nem a nacionalidade de seus antepassados. Apesar de sua atitude revelar uma obstinada e quase fanática vontade de ser, esta vontade não afirma nada concreto, a não ser a decisão – ambígua, como veremos – de **não** ser [o grifo é nosso] como os outros que o rodeiam (Paz, 2004, p. 16).

O que os mexicanos parecem querer assinalar, na interpretação de Paz, é a injustiça e a extrema incapacidade de uma sociedade – que se considera tolerante com o diferente – em

75 O autor diz que não se conhece ao certo a origem do termo, sabe-se apenas que os “pachucos” são bandos de jovens, geralmente de origem mexicana, que vivem nas cidades do sul dos Estados Unidos, que se singularizam pelas roupas, comportamentos e uma linguagem peculiar (Paz, 2004, p. 16).

aceitá-los. Mas, ao mesmo tempo, afirmam uma vontade, uma disposição inquebrantável de continuarem sendo “diferentes”. Assim, o “pachuquismo” parece encarnar a liberdade, a desordem, o proibido, algo que deve ser, em suma, suprimido. E seu gesto é um gesto suicida, porque o “pachuco” não afirma nada, não defende nada, exceto sua exasperada vontade de não-ser.

Para nós, o que fica sugerido na narrativa poética de Octavio Paz (e que, de resto, permanece bastante atual), é que as diferenças entre norte-americanos e latinos vão além da dimensão econômica, vão além do fato deles serem ricos e nós, latinos, os pobres, de que eles nasceram na Democracia, no Capitalismo e na Revolução Industrial, e nós, na Contrarreforma, no Monopólio e no Feudalismo⁷⁶. As diferenças entre americanos e latinos, que às vezes se tornam semelhanças, teriam a ver com o próprio processo de colonização: o sonho ibérico de fazer duplicar em terras americanas sua própria imagem cambiante, em permanente metamorfose. Paz nos fala do devir, de homens que amanhecem “outros” homens: “Em cada homem existe a possibilidade de ser ou, mais exatamente, de tornar a ser, outro homem” (op. cit., p. 31). Vejamos agora quais são as experiências vividas hoje pelos imigrantes latinos nos Estados Unidos que, como já vimos, são as comunidades imigrantes mais numerosas e que mais crescem no país.

76 Néstor García Canclini também problematiza em *Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade* (1989), a hipótese de que a América Latina foi capaz de alcançar nas artes e na literatura um modernismo exuberante, sem ter contudo conquistado a modernização de seus países em termos de alfabetização da população, educação, saúde, distribuição de riqueza etc., ou seja, a hipótese paradoxal e muito difundida, principalmente entre a intelectualidade européia, do modernismo sem modernização da América Latina.

5.4 Os imigrantes latinos nos Estados Unidos

Os dados do Censo de 2000 evidenciam que os latino-americanos constituem a mais numerosa população de imigrantes estrangeiros Estados Unidos, que, naquele ano, atingiam a cifra de 31.107.900 pessoas, ou 11,1% da população total do país. Deste total de imigrantes, 51,7% (mais da metade dos nascidos no exterior) são latinos, e dentro deste grupo, a nacionalidade preponderante é a mexicana (29,5%). Os mexicanos começaram a chegar em massa a partir de 1942, quando teve início o programa *Bracero* que já mencionamos; a este fluxo seguiu-se o dos haitianos (ano de início 1957); cubanos (1960); dominicanos (1962); salvadorenhos, nicaragüenses e guatemaltecos (1980); e brasileiros, a partir de 1985. Hoje Miami, que mais do que uma metrópole americana já é conhecida como “capital da América Latina”, abriga em sua população residentes de pelos menos doze países latino-americanos (Boswell e Skop, apud Rosana Resende, 2003).

Na perspectiva do pesquisador Christopher Mitchell (2003), as experiências desses diferentes grupos imigrantes são esclarecedoras do processo de desenvolvimento de idéias e comportamentos, da emergência de identidades transfronteiriças, e têm sido estudados sistematicamente em diversos cenários metropolitanos dos Estados Unidos, o que permitiu que se produzisse um importante conhecimento sobre a evolução das atividades e as conexões transnacionais no interior destes fluxos⁷⁷. Na avaliação do autor, as cidades americanas com comunidades imigrantes mais numerosas tendem a desenvolver redes transnacionais mais efetivas do que as que possuem menos imigrantes. Para ilustrar, cita o exemplo dos

77 Segundo Mitchell, são sete os fatores determinantes para moldar este padrão de conectividade transfronteiriça: renda e capital social, tamanho da comunidade, densidade da comunidade, estatuto legal dos imigrantes, assistência de grupos de interesse, políticas do governo do país de origem e tempo decorrido desde o início da emigração (2003, p. 32).

dominicanos estabelecidos em Nova York que puderam desenvolver na metrópole organizações comunitárias vigorosas e ativas, como igrejas e partidos políticos (Mitchell, 2003, p. 39). Poderíamos acrescentar como um outro exemplo o de Los Angeles, onde entidades e organizações ligadas à Igreja Católica e à Teologia da Libertação, como La Placita e Mision Dolores, são ainda hoje bastante atuantes na defesa dos imigrantes indocumentados salvadorenhos e também de outras nacionalidades.

Por outro lado, na interpretação de Mitchell, os grupos imigrantes estabelecidos há mais tempo nos EUA tendem a se beneficiar mais da colaboração com grupos de interesse organizados por não-imigrantes, como é o caso de organizações americanas de apoio a imigrantes como igrejas, agências de serviço social, sindicatos, grupos de direitos humanos etc. Por exemplo, os haitianos têm podido se beneficiar do auxílio de líderes comunitários afro-americanos, da bancada afro-americana na Câmara dos Deputados, bem como de advogados voluntários que atendem causas de imigrantes (Mitchell, 1994).

Os pesquisadores se interrogam também se seria factível supor a emergência de um sistema de afiliação latino-americano, ou um pan-latinismo. Esta questão tem sido fonte de debates, e apresenta, dentre outras dificuldades, a de incluir os brasileiros, que têm língua e cultura bastante diferenciadas em relação às outras comunidades hispânicas. Além disso, como ressalta Resende (2003), é pouco provável que o imigrante latino-americano já chegue aos EUA com uma auto-imagem de “hispânico” ou “latino”, que são termos criados dentro de um sistema de identificação americano para descrever os imigrantes que vêm ou têm ascendência latino-americana (e, geralmente, os imigrantes tendem a se identificar por nacionalidade) (op. cit., p. 140).

Em diversos estudos sociológicos feitos a respeito da questão da imagem do migrante latino nos Estados Unidos que comparam especificamente os imigrantes brasileiros com os oriundos de outras comunidades hispânicas, vem sendo apontado que os brasileiros rejeitam definitivamente qualquer identificação com o termo “hispano”, enquanto se pode supor que “latino” seja mais aceito, uma vez que o Brasil de fato faz parte da América Latina. Apresentaremos a seguir algumas das questões levantadas por esses pesquisadores, ressaltando que a nossa posição é um pouco diferente: acreditamos que as lutas pelos direitos é que constituem o elemento de convergência entre os imigrantes latinos nos Estados Unidos.

Embora os intercâmbios comerciais e culturais venham aumentando expressivamente entre imigrantes brasileiros e outros imigrantes de fala hispânica (existem vários exemplos disso em determinadas áreas de San Francisco, Nova York e Boston, mas este tipo de intercâmbio se faz notar principalmente na região de Miami⁷⁸), existe ainda um baixo número de casamentos entre brasileiros e outros latinos, e o idioma inglês ainda é considerado a chave de acesso à integração na cultura americana, não obstante nossa proximidade lingüística e cultural com os hispânicos (cf. Mitchell, Margolis, Martes; Resende, 2003)⁷⁹.

78 A maioria dos imigrantes em Miami é ainda composta por cubanos, apesar do importante influxo de imigrantes de outros países latino-americanos a partir de 1980. Como observa Resende, “os pioneiros da comunidade cubana fizeram de Miami o centro ideal para o comércio entre Estados Unidos e América Latina, [...] e este comércio latino-americano inclui o Brasil”. Aliás, alguns dados indicam que o Brasil ocupa posição privilegiada no âmbito do comércio exterior do estado da Flórida: De acordo com a BACC – Câmara de Comércio Brasileira-Americana, em 2000 o Brasil importou US\$ 7 milhões, enquanto a Venezuela, segundo maior parceiro comercial da Flórida, importou menos da metade desta cifra. No mesmo ano, em contrapartida, foram mais de US\$ 3 milhões de importações de produtos e bens brasileiros (Resende, 2003, p. 144).

79 Encontramos em *As raízes e o labirinto da América Latina* de Silviano Santiago (2006) uma outra perspectiva interessante para analisar a diferenciação entre brasileiros e outros imigrantes latinos. A proposta de Santiago é distinguir de forma literária as duas formas de colonização ibérica nas Américas: a dos portugueses e a dos espanhóis. De acordo com esta interpretação, trata-se de uma diferenciação que possibilita ao mesmo tempo muitas aproximações; e para proceder ao contraste das culturas e as origens de brasileiros e mexicanos (que ocupam assim o lugar de “representantes” da cultura hispânica), Santiago elege as obras de Octavio Paz, *El laberinto de la soledad*, e de

Os brasileiros emigrados para os Estados Unidos constituem uma comunidade considerada quase invisível em comparação com outros grupos de imigrantes latino-americanos estabelecidos no país. Este fenômeno poderia ter muitas explicações. Margolis, Fletcher e Martes (2003) indicam a existência de uma enorme discrepância entre os números oficiais do censo dos Estados Unidos de 2000, que contabilizaram 212.428 de brasileiros vivendo nos EUA, em contraste com os dados obtidos no mesmo ano pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil em pesquisa feita junto às missões consulares nas principais cidades americanas: os resultados da pesquisa do Itamaraty apontam um número estimado de cerca de 800.000 brasileiros no país em 2000. Uma das possíveis razões para esta grande discrepância seria a expressiva porcentagem de imigrantes indocumentados (sobretudo em Nova York).

Uma outra possível causa da pouca visibilidade é atribuída à dificuldade colocada pela presença da categoria “*hispanic/latino*” nos formulários do Censo, uma definição que os brasileiros recusam. Estas categorizações hifenizadas, que têm sido o principal foco de pesquisas como a de Ana Cristina Braga Martes (2003), que analisa os diferentes sentidos que podem adquirir as denominações “*hispanic*” ou “*latino*” para os brasileiros que vivem nos EUA, têm ajudado a construir a hipótese de que os brasileiros rejeitam o rótulo “*hispânico*”

Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil*, como duas máquinas textuais de diferenciação. Ao longo do ensaio é resgatada a idéia da *sobranjería* como elemento de convergência entre as duas colonizações, que se tangenciam e se separam; culmina na eleição justamente da figura do “Barão” do Brasil colônia como a melhor tradução da *sobranjería* espanhola. São apresentados vários “deslocamentos” entre uma cultura do *zelo* (do cuidado), e do desleixo, entre “ladrilheiros” de cidades e “semeadores” de territórios, ou entre os personagens desterritorializados que vieram reduplicar nas colônias americanas a tradição ibérica do personalismo e da autonomia: o barão – navegante, fundador e civilizador –; o *pachuco* – deserdado, migrante e pária –; e seu correlato, o retirante nordestino personificado por João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida Severina*. Nas palavras de Silvano Santiago: “É ali e lá que se pode encontrar e ser analisada a singularidade do latino-americano em relação ao colonialismo europeu e ao neocolonialismo norte-americano” (Santiago, 2006, p. 30).

por não quererem ser identificados com os outros imigrantes latinos, afirmando sua identidade ou origem brasileira. Ao mesmo tempo, ao fazer um corte de classe social e de renda, a autora verifica uma tendência desses brasileiros em se aproximarem dos grupos latinos sempre que isto representa um maior acesso a direitos e serviços de assistência social, comportamento que se repete em outras grandes cidades americanas com grande número de imigrantes brasileiros, como Miami, ou mesmo em Nova York.

Martes identifica em suas pesquisas uma tendência à instrumentalização, como um processo de negociação de identidades (que a autora utiliza no sentido de afiliação, de pertencimento ao grupo) o que, ao mesmo tempo, implicaria menos autonomia. Mas, a recusa dos brasileiros em aceitar a classificação de *hispanic/latino* parece indicar antes de mais nada uma “cegueira” dos americanos que não diferenciam os brasileiros pela sua origem geográfica, classe social ou nível de escolaridade. Estes, em contrapartida, vão procurar se distinguir, se separar dos hispânicos, identificados como trabalhadores inferiores e menos capacitados⁸⁰.

Rosana Resende (2003) também faz alguns questionamentos interessantes, como por exemplo, se o ser latino significa ter acesso a uma elite cultural, política ou econômica, o que tornaria os brasileiros mais dispostos a aceitar esta classificação (op. cit., p. 141). Neste caso, que tipo de conseqüências poderiam ser esperadas? União política com o *lobby* latino? Passar

80 Em um estudo sobre as *housecleaners* brasileiras em Boston, a pesquisadora Soraya Fleischer nota que elas destacam a origem brasileira valorizando e comparando favoravelmente sua própria ética de trabalho em relação às mulheres hispânicas que fazem o mesmo trabalho. Segundo dizem, as brasileiras trabalham duro, de forma mais perfeita e são mais confiáveis do que as faxineiras hispânicas. No fundo, de acordo com a pesquisadora, os brasileiros acabam se rendendo a alguns dos mesmos estereótipos sobre imigrantes hispânicos sustentados por muitos americanos, de que estes últimos não gostam de trabalhar e preferem viver de benefícios (citado por Margolis, 2003, p. 63).

a fazer parte e ter condição de minoria nos Estados Unidos? Uma demanda subjacente por direitos de minoria? Algumas possíveis respostas: os brasileiros estão incluídos no que é considerado o mercado latino dos EUA e, sendo o maior país da América Latina, aquele com a maior economia, logo um discurso de inclusão ao invés de exclusão seria o mais estratégico para essa comunidade. Por outro lado, muitos eventos e organizações culturais no Sul da Flórida – como o Festival de Cinema Hispânico, evento anual de Miami, o próprio Festival de Cinema Brasileiro em Miami, o Festival de Teatro Hispânico – procuram abrir para produtos brasileiros não só por uma simples postura inclusiva, mas porque, em termos de políticas de difusão cultural “quanto mais gente melhor”. Ou seja, visa-se ampliar a clientela dos produtos e bens culturais voltados para o mercado latino.

5.5 Los Angeles, a cidade desenraizada

As políticas americanas de admissão de estrangeiros acompanham as determinações do Congresso que a cada ano vota o número de imigrantes que poderão ser admitidos em solo americano. De um total de um milhão de migrantes permanentes que entraram no país em 2001, 63% foram admitidos à título de reagrupamento familiar, 17% para trabalhar e 10% como refugiados políticos. O número de imigrantes indocumentados é estimado em 12 milhões, e praticamente dobrou de 1990 até os dias atuais. Porém, depois do 11 de setembro, as possibilidades de os imigrantes obterem emprego legal e usufruírem de seus direitos de cidadania nos Estados Unidos são cada vez mais reduzidas. A situação torna-se ainda mais agravada pelas sucessivas tentativas dos congressistas republicanos em fazer aprovar medidas que criminalizam os imigrantes indocumentados, que teriam um certo respaldo da maioria da população autóctone, como aponta a reportagem “El año de 'los invisibles'” de Jaime Hernández, correspondente do jornal *El Universal* (2/1/2007).

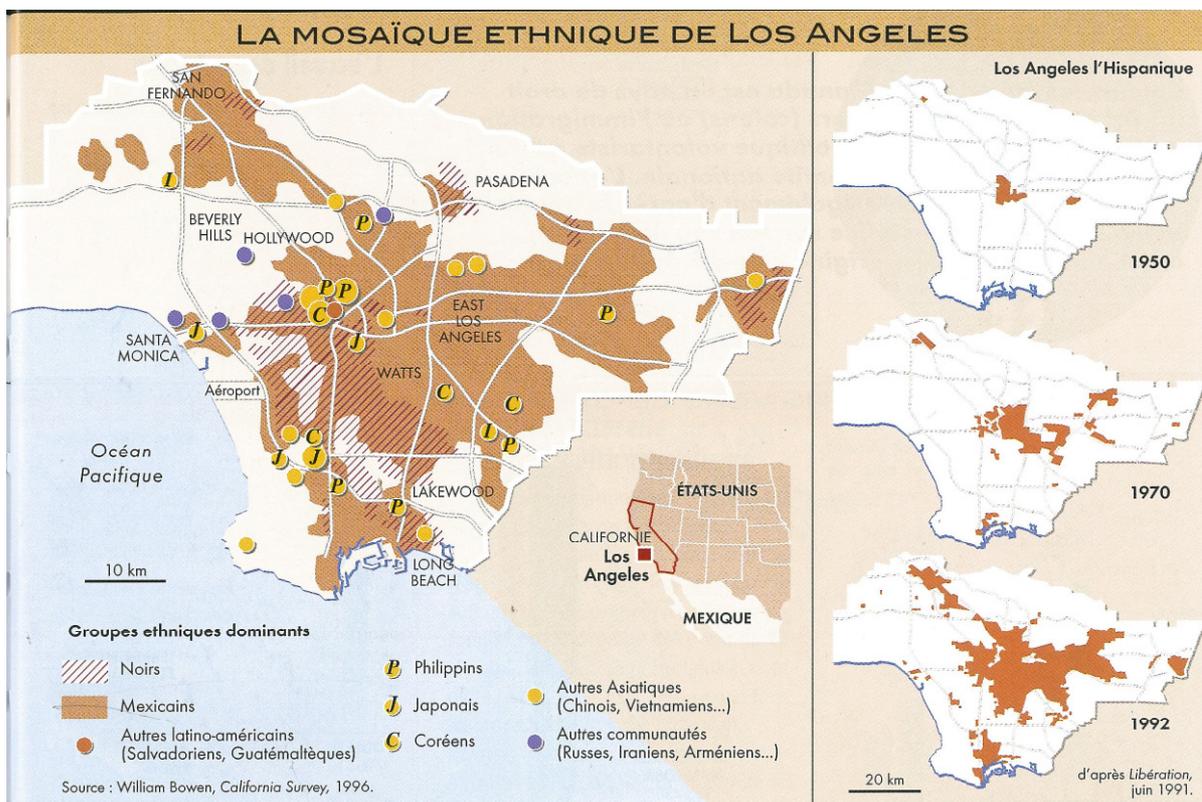
Embora os 28,4 milhões de estrangeiros residentes nos Estados Unidos concentrem-se em seis estados: Califórnia, Nova York, Flórida, Texas, New Jersey e Illinois, que recebem em suas capitais e cidades 2/3 de todos os migrantes, é a cidade de Los Angeles que a nosso ver personifica de maneira exemplar todos os movimentos, contradições, desencontros e ambigüidades vividos por esses migrantes nos Estados Unidos ao longo de sua história. Los Angeles é uma metrópole construída **na** migração.

Como nos informa Mike Davis em *Cidade de Quartzos* (1993), a galáxia urbana que é hoje dominada por LA é a área metropolitana que mais rapidamente cresceu no mundo industrial avançado: sua população em 1990 girava em torno de 15 milhões de pessoas agrupadas em torno de dois super-núcleos – Los Angeles e San Diego-Tijuana – e uma dúzia de centros metropolitanos principais em expansão, ao passo que, em 1914, a cidade tinha uma população de 300 mil habitantes e seus limites urbanos concentravam-se no subúrbio de Hollywood. Está previsto, além disso, um crescimento de outros sete ou oito milhões para as próximas gerações, sendo que a maioria absoluta destes novos habitantes será composta de não anglo-saxões, deslocando assim ainda mais o equilíbrio étnico da hegemonia WASP para a diversidade poliétnica. Os anglo-saxões tornaram-se minoria na Cidade e no Condado de Los Angeles durante os anos oitenta, da mesma maneira que se tornarão minoria no estado antes de 2010 (op. cit., p. 20). Assim, Los Angeles pode funcionar como uma “vitrine” de um fenômeno que é visível em todas as grandes cidades e regiões dos Estados Unidos.

Davis acrescenta que nenhuma outra cidade americana encarna como Los Angeles a confluência de porosidade social, anti-semitismo de elite, internacionalização da formação de classes e uma extrema fragmentação política dos guetos e das periferias. Los Angeles é “tudo

isso ao mesmo tempo”, segundo seu slogan oficial, tendo-se tornado ainda, na interpretação de Davis, uma cidade essencialmente “desenraizada” e de imigrantes. Esta polarização étnica e racial, que culminou na década de 1990 em intensos conflitos e numerosas manifestações de uma população revoltada, já se prefigurava desde a década de 20 (Davis, 1993).

Diferentemente da maioria das metrópoles do Oeste e do Meio Oeste, as quais eram divididas entre americanos nativos e europeus imigrantes, Los Angeles era dividida entre uma esmagadora maioria de brancos nativos e uma significativa minoria de cor. Em nenhum lugar da costa do Pacífico, nem mesmo na cosmopolita San Francisco, havia, nos anos vinte, uma mistura tão variada de grupos raciais, um contraste tão visível e uma separação tão pronunciada entre as pessoas (op. cit., p. 110).



Fonte: Catherine de Wenden, *Atlas des migrations dans le monde*, 2005, p. 57

Com relação aos migrantes, Los Angeles tem sido também uma cidade dual, ambígua: ao mesmo tempo em que foi se tornando a capital de uma imensa Indústria Cultural atraindo,

desde 1920, “miríades dos mais talentosos escritores, diretores de cinema, artistas e visionários” vindos de todos os cantos do planeta e passando a apresentar, a partir da década de 40, uma também impressionante concentração de cientistas e de engenheiros pós-graduados de diversas nacionalidades, por conta das indústrias de alta tecnologia com suas instituições de pesquisa (sobretudo na área de Engenharia Aeroespacial e da Informação), constituiu-se também como uma metrópole militarizada, uma “cidadela empresarial da nação” que segrega os bairros pobres com barricadas nas ruas, como parte da “guerra contra as drogas”. É a “Fortaleza LA” dos tempos pós-liberais, onde se assiste a uma incrível proliferação de novas e ubíquas formas de repressão – que, obviamente atingem a comunidade migrante – a partir da onipresente “resposta armada” diante de qualquer manifestação (op. cit., p. 205). Assim, consolidou-se um modelo de gestão das instalações e do espaço público, através de uma arquitetura da vigilância que multiplica shoppings panópticos e condomínios gradeados e cercados por sub-delegacias do LAPD (*Los Angeles Police Department*), cujo objetivo maior é o controle da multidão (Davis, 1993, p. 230).

Davis descreve três grandes influxos de imigração em direção à baixa Califórnia, ao longo da fronteira com o México. Um primeiro momento, que ele define como o dos *Incrementadores* (período que vai de 1900 a 1925), foi marcado por um fluxo de migração interna em massa da classe média conservadora do Meio Oeste. Naquela época, Los Angeles era uma cidade de cerca de 300 mil habitantes e seus limites urbanos situavam-se no então novo subúrbio de Hollywood. Uma segunda onda importante migratória contribuiu para o desmascaramento do mito da centralidade da violência de classe para a construção da cidade. É o momento dos *Desmascaradores*, em que o sindicalismo emergente junta-se à imigração em massa de católicos e judeus pobres do leste europeu, além de chineses, vietnamitas,

filipinos, japoneses, coreanos, iranianos etc.

Finalmente, a segunda leva massiva, a partir dos anos 1970, dos imigrantes hispânicos vindos do México e também de países como El Salvador e Guatemala – os chamados “povos caminhantes” da era Reagan – que haviam presenciado como ativistas comuns ou como membros das comunidades de base católica a perseguição à Igreja da Libertação, teve um impacto muito grande na economia e na vida das grandes cidades americanas, sobretudo na Califórnia⁸¹. Desde então, têm se agravado os problemas das comunidades hispânicas que vivem em grande parte em condições de muita precariedade, não encontrando trabalho ou vivendo em condições de super-exploração em empregos que pagam salários abaixo do mínimo, refugiando-se em atividades informais, não tendo acesso a moradia, não recebendo documentos e autorizações para trabalhar.

Milhares de adolescentes mexicanos e centro-americanos continuam chegando a Los Angeles após a reforma da imigração de 1987, não encontrando nem trabalho nem abrigo. Este verdadeiro exército de “*olvidados*” como diz Davis, resiste, reunindo suas habilidades para sobreviver numa cidade que se apresenta mais violenta e dura do que a Cidade do México ou San Salvador. Em 1993 as projeções bastante sombrias de Davis com relação aos

81 Provenientes de países majoritariamente católicos como México, Guatemala, El Salvador, estes imigrantes estão conseguindo quebrar um dos pilares do imaginário americano, a categoria WASP (*White Anglo-Saxon Protestant*) a ponto de se pensar em uma irreversível “catolicização” americana. Mike Davis (1993) assinala o fenômeno lembrando a visita do papa Karol Wojtyła à América em 1979, quando multidões de fiéis tomaram as ruas de Los Angeles: “no momento em que o cortejo papal entrou no distrito de Westlake – o maior bairro centro-americano dos Estados Unidos, o cenário ficou drasticamente diferente. “De repente as calçadas tornaram-se densamente povoadas de fiéis que esperava há horas por sua chegada. [...] Estavam reunidos em multidões entusiasmadas tão densas e fervorosas quanto as que ele havia encontrado na sua procissão triunfal pelos bairros de poloneses americanos de Chicago. Enquanto a maioria dos saxões católicos ficaram em suas casas nos subúrbios, os imigrantes mexicanos e centro-americanos aglomeravam-se em torno dele, ao som dos sinos que repicavam na pequena Igreja de Nuestra Señora La Reina de Los Angeles” (Davis, 1993, p. 287).

problemas enfrentados por esta população fazem ecoar as perguntas levantadas em uma matéria do *Los Angeles Times*:

Que cidade será Los Angeles no ano 2000 se não conseguirmos atender às necessidades de habitação? Uma cidade segregada entre regiões de riqueza e de pobreza, como o Rio de Janeiro? Uma cidade de comunidades sitiadas e de grupos de pessoas sem teto, vagando pelas ruas como os milhões de meninos de rua no Brasil? Continuaremos a ver crianças dormindo nas esquinas das ruas, forçadas a sobreviver da caridade e de pequenos roubos? (Davis, 1993, p. 320).

Podemos ver que, assim como o espectro que assombra os franceses com a possibilidade de Los Angeles vir a ser a França de amanhã, o medo de se tornar uma cidade cada vez mais polarizada, fragmentada e impossível, como as grandes cidades brasileiras, é o fantasma que atormenta os americanos e os leva a apostar em políticas cada vez mais rígidas e antidemocráticas – muitas vezes claramente racistas – de contenção da mobilidade dos migrantes.

5.6 O ciclo de lutas dos imigrantes

Nos últimos anos, têm se intensificado as articulações e as lutas do movimento de imigrantes nos Estados Unidos, em que estes emergem como força política e como poder constituinte. As imagens de milhares de pessoas desfilando nas ruas de Los Angeles, Chicago, Dallas ou Nova York dão mostras de uma frustração cada vez mais multitudinária, corolário de uma política de Estado que tenta incessantemente manter no limbo os milhões de estrangeiros indocumentados que migram para o país para trabalhar, estudar, fazer poupança para remeter aos familiares nos países de origem, ou simplesmente para dar um novo rumo às suas vidas. O movimento dos indocumentados que emergiram das sombras criou uma rede espontânea de solidariedade e cooperação para rechaçar as tentativas feitas pelo governo americano de criminalizá-los, e também para exigir o reconhecimento de seus direitos

cidadãos em um país onde, apesar de ocuparem alguns dos quase 500 mil postos de trabalho criados a cada ano, não perderam o estatuto de cidadãos “politicamente invisíveis”⁸². Este movimento foi sendo constituído no que poderíamos considerar um ciclo de lutas, em que as demandas dos imigrantes intersectam-se com as lutas contra o racismo e com as lutas contra a super-exploração do trabalho⁸³.

Demonstrações de racismo contra os imigrantes latinos nos Estados Unidos têm alcançado as páginas dos jornais e vídeos da internet como Youtube com denúncias de que os mexicanos e outros estrangeiros hispânicos estariam promovendo uma invasão ilegal do país. Em março de 2007, uma campanha conservadora iniciada em Nova York pelos estudantes membros da juventude republicana incitava os estudantes a participarem de um “jogo” em que deveriam sair à procura de imigrantes ilegais nas ruas e praças próximas ao campus da Universidade com base na aparência física, recebendo uma recompensa de \$50 pela identificação do imigrante “ilegal” (que traria nas costas uma placa identificando sua situação de indocumentado). Pelo conteúdo claramente racista e xenófobo, a campanha provocou uma onda de protestos e denúncias de racismo na imprensa (ver nos anexos da tese a reportagem “Jogo da caça ao imigrante ilegal”).

5.6.1 A paralisação do primeiro de maio de 2005

A convocação massiva de paralisação do trabalho, organizada e convocada pelos

82 Jaime Hernández, *El Universal*, 2/01/2007.

83 O cineasta britânico Ken Loach mostrou isto muito bem no filme “*Pão e Rosas*” de 2000, em que trabalhadores ilegais empregados como faxineiros do turno da noite de um edifício de escritórios em Los Angeles protestam pelos salários humilhantes que recebem, pela pressão e péssimas condições de trabalho, e para defender o direito de se organizarem e constituírem um sindicato. Os protagonistas – mexicanos da cidade fronteiriça de Tijuana – lideram uma campanha contra as corporações dos empregadores, enfrentando ameaças às suas vidas e às de seus familiares e, inclusive, o risco de serem deportados.

imigrantes em 2005, sacudiu os Estados Unidos e constituiu uma das maiores ações de trabalhadores no país desde os anos 30, quando milhões de operários participaram de marchas, greves e ocupações de fábricas para apoiar a organização sindical e programas nascentes de proteção ao trabalhador como o *Social Security* (Seguridade Social) e seguro-desemprego.

Em 2005, o objetivo da paralisação era de refutar a proposta de lei 4437 (Lei de Proteção da Fronteira, Antiterrorismo e Controle de Imigração Ilegal proposta pelo congressista republicano James Sensenbrenner e sancionada pelo governo federal em dezembro de 2005) que prevê a criminalização de todos os imigrantes sem visto, bem como os que os ajudam. Foi feita a convocação para que no dia primeiro de maio – dia internacional da luta dos trabalhadores – nenhum imigrante fosse trabalhar, consumir, sobretudo nas grandes lojas de departamentos ou cadeias comerciais americanas, ou ir à escola, para fazer com que o país “enxergasse” a importância dos migrantes para a maior economia do mundo. Em Nova York formou-se uma coalizão (*May First Coalition*), que contou com a participação de grupos de imigrantes latino-americanos, sul-asiáticos, africanos, haitianos, além de sindicatos e ONGs. Mesmo reconhecendo que talvez nem todos os trabalhadores imigrantes pudessem efetivamente ficar sem trabalhar naquele primeiro de maio, o objetivo da manifestação era promover a conscientização dos imigrantes para a necessidade de se engajarem nesta luta, participando do maior número possível de ações, juntando-se também às lutas dos trabalhadores americanos e dos ativistas da comunidade afro-americana.

Desde então, vêm se multiplicando as ações coordenadas de mobilização dos imigrantes e de ativistas dos direitos de cidadania que os tiram cada vez mais da sua “invisibilidade”. O

ano de 2006 ficou marcado como o momento em que os migrantes se deram conta de sua força e capacidade de mobilização, que passou do plano regional ao nacional, como lembra Emma Lozano da organização *Centro Sin Fronteras*, uma das artífices da primeira marcha que congregou em Chicago mais de 100 mil imigrantes e que marcou o início de uma longa lista de convocatórias que culminaram, em 25 de março daquele ano, em Los Angeles, com mais de um milhão de imigrantes ocupando as ruas para protestar pela lei 4437, cujo principal objetivo é criminalizar todos os trabalhadores indocumentados no país.

Os estudantes também emergem como uma força nesta onda de protestos. Aproximadamente 100 estudantes nascidos nos Estados Unidos e filhos de imigrantes sem documentos saíram em passeata neste ano de 2007 em Los Angeles para protestar contra a ameaça de deportação de seus pais: “Se o governo não aprovar essa lei, nós teremos que forçá-lo” declarou Roberto Vera, 14 anos, cidadão americano, durante a marcha.

Em seqüência às marchas de Chicago – metrópole onde também um entre cada cinco residentes é imigrante, e mais de 580 mil estrangeiros são mexicanos – a multidão começou a ocupar as ruas de Nova York, Dallas, Phoenix, Washington, Houston e Los Angeles, pressionando pelo reconhecimento de seus direitos e exigindo uma reforma urgente nas políticas migratórias em vigor nos Estados Unidos. Estas comunidades estão hoje empenhadas em deixarem de ser “politicamente invisíveis”. Graças à sua luta, o tema das migrações tem estado obrigatoriamente presente na pauta dos candidatos às eleições deste ano – dos Estados Unidos à França – bem como nos debates legislativos entre democratas e republicanos. Na nossa leitura, esta seria uma confirmação material da dimensão ontológica da multidão de que fala Negri: os imigrantes, que são muitos, se constituem enquanto lutam; eles existem e são

“visíveis” porque lutam.

5.7 As remessas de divisas

A migração de latino-americanos para os Estados Unidos dobrou no período de dez anos, e continua em ritmo ascendente. Apesar de não haver um consenso global quanto aos impactos fiscais e econômicos do grande afluxo de trabalhadores de baixa qualificação, sobretudo em termos da precarização cada vez maior da remuneração de trabalhadores de pouca qualificação, efeitos extremamente positivos se fazem sentir com relação às remessas do dinheiro poupado aos países de origem, bem como do dinheiro que os trabalhadores imigrantes fazem circular no país, na forma de impostos e consumo. Pesquisas recentes sugerem uma significativa atividade econômica derivada das migrações, que beneficia não só os locais de origem dos migrantes, mas também as regiões de destino, mesmo em se tratando de cidades americanas cuja experiência com migrações é mais recente⁸⁴.

Em 2005, 6,6 milhões de famílias de indocumentados foram identificadas através de uma pesquisa do Centro de Estudos Hispânicos que apontou, dentre outras coisas, que a renda média mensal dessas famílias era de U\$ 29,5 mil, representando um volume de dinheiro em circulação em torno de U\$ 200 milhões ao ano, cifra cuja tendência seria de continuar crescendo. Por outro lado, de acordo com um estudo realizado pelo Conselho de la Raza, 80% das famílias norte-americanas utilizam cartões de crédito, em contraste com apenas 56% das hispânicas. De olho neste grande nicho de mercado, instituições financeiras como Citigroup,

84 Agradecemos ao NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Migrações – e ao professor Helion Póvoa pela disponibilização, através da lista do grupo, de documentos, artigos e reportagens onde pudemos acessar os dados apresentados a seguir. As informações podem ser acessadas na íntegra nos seguintes endereços na internet: *Migration News*, <http://migration.ucdavis.edu>; *Direito do Estado*, <http://www.direitodoestado.com.br/noticias/3196/Remessas>; *The characteristics of unauthorized immigrants in California*, <http://www.urban.org/publications/411425.html>; *Trends in the low-wage immigrant labor force*, <http://www.urban.org/publications/411426.html>.

Wells Fargo e Bank of America saíram à frente e estão testando e disponibilizando cartões de crédito para imigrantes que não possuam documentos como Cartão de Seguridade Social e Carteira de Motorista, documentos fundamentais nos Estados Unidos para o acesso à cidadania. Por conta da iniciativa, o Bank of America tem sido alvo de veementes críticas e boicotes de correntistas e investidores anti-migrantes (alguns clientes, indignados, fecharam suas contas e enviaram seus cartões de crédito cortados em pedacinhos para as agências) revoltados pela instituição estar criando esta facilidade para os imigrantes indocumentados⁸⁵.

O BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, estima que no ano de 2006 as remessas de dólares dos Estados Unidos para países da América Latina tenham ultrapassado os 45 bilhões, sendo que, deste total, 24 bilhões foram enviados para o México, 7,4 bilhões para o Brasil, 4,6 bilhões para a Colômbia e 3,6 bilhões para a Guatemala, mais do que o total das exportações deste país. Ao mesmo tempo, em uma pesquisa realizada em Miami foram entrevistadas 2500 famílias de imigrantes latinos residentes na cidade, dos quais 75% declararam enviar regularmente dinheiro para suas famílias nos países de origem.

Ainda os estudos do BID (através do Fundo Multilateral de Investimentos – Fomin) apontam que as remessas de dólares feitas pelos imigrantes residentes nos EUA aos países da América Latina e Caribe devem ultrapassar a marca dos US\$ 100 bilhões por ano por volta de 2010, sugerindo também que para cada percentual de aumento do produto interno bruto dos

85 A título de curiosidade, lembramos as origens do Bank of America, o maior banco da Califórnia que já ocupou também, nos anos 80, a posição de maior banco no ranking mundial em volume de depósitos. O BofA foi fundado pelo imigrante italiano A.P. Giannini em San Francisco no início do século passado. Giannini pretendia captar recursos e criar um sistema de financiamento popular que beneficiasse os trabalhadores das minas, muitos deles imigrantes residentes na cidade que foi totalmente destruída pelo grande terremoto de 1906. O lema de Giannini era construir um banco dos pobres (*The Bank of the Poor*), praticando a flexibilização do crédito para os que não tinham dinheiro na mão para reconstruir suas casas e negócios.

países que recebem estes recursos, reduz-se em 0,4% o índice de pessoas vivendo na pobreza. Ou seja, existe uma forte inter-relação entre remessas feitas por migrantes e redução de pobreza nos países de origem, outro forte argumento para que as remessas e a abertura de contas-poupança continuem sendo estimuladas pelo BID e outras instituições como estratégia de combate à pobreza nos países em desenvolvimento.

5.7.1 Sistemas informais de remessa de dinheiro

As remessas de dinheiro entre países podem ser feitas através do sistema bancário oficial, ou através de transferências extra-bancárias ou informais. Leonides Buencamino e Sergei Gorbunov informam em um relatório de pesquisa do BID (Documento DESA⁸⁶ no. 26 de novembro de 2002) que os sistemas informais de remessas são antiqüíssimos e, pelo fato de operarem fora do sistema bancário, não envolvem transações como captação de depósitos à vista ou empréstimos⁸⁷. Por isto, não seria correto designá-los como sistemas bancários

86 Relatório do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (*United Nations Department of Economic and Social Affairs*), disponível em <http://www.un.org/paper.htm>.

87 Faremos uma breve apresentação de três dos sistemas mais importantes citados pelo documento. O primeiro é o *Hawala* (que tem o nome de *Hundi*, no Paquistão), e que se desenvolveu no Sul da Ásia (Bangladesh, Índia e Paquistão). Sua operação envolve um *hawaladar* (corretor) de um país *A* que envia dinheiro de sua própria conta a um corretor no país *B*, que entrega a quantia já convertida à moeda local ao cliente mediante um código de identificação. A transação é feita através de telefone, fax ou e-mail; após a entrega da soma combinada ao cliente, o corretor do país de destino reembolsa o corretor do país de origem. Este sistema opera estritamente com base na relação de confiança entre os *hawaladares*. Um segundo sistema informal bastante utilizado é o *Fei ch'ien* (significa “dinheiro com asas”), cuja origem remonta à segunda metade da Dinastia T'ang (618-907 DC) da China. Este sistema desenvolveu-se junto com o comércio de ouro e outras commodities, permitindo que mercadores e representantes comerciais dos governos de cada província pudessem viajar sem o risco de serem assaltados portando dinheiro vivo. Quando os chineses começaram a migrar para várias partes do mundo, o sistema foi se caracterizando como um sistema familiar que possibilitava fazer circular dinheiro entre os que permaneciam em casa e os que iam fixar residência fora. Especula-se que este sistema familiar de remessas tenha sido o precursor dos primeiros serviços bancários na China. Finalmente, o estudo do DESA apresenta o sistema colombiano de *black market*, que muitos acreditam erroneamente ter sido criado para facilitar a lavagem de dinheiro do tráfico de drogas. Ao contrário, o sistema começou a ser desenvolvido nos anos 70 para atender às necessidades dos importadores colombianos, que se viam bastante prejudicados pela altíssima taxaço do governo na compra de dólares e outras moedas

alternativos, já que eles vêm sendo praticados no mundo há muito tempo, antes mesmo que o primeiro banco viesse a existir. Por outro lado, pensar nesses sistemas como clandestinos ou *underground* também não estaria correto, porque eles são praticados abertamente na maioria dos casos (muitos operadores chegam a colocar anúncios em jornal voltados para as comunidades de migrantes).

A denominação “Sistemas Informais de Remessa de Divisas” – SIRD – é a que melhor descreve o processo de transferência de dinheiro que opera fora ou em paralelo aos canais convencionais. As remessas informais permanecem até hoje como o sistema preferido pelas comunidades migrantes ao redor do mundo, por serem um sistema rápido e de baixo custo, utilizado preferencialmente por pessoas de baixa renda. Embora seja difícil precisar com exatidão o volume de dinheiro que circula no mundo através do SIRD, estima-se que cerca de 300 bilhões de dólares passem por estes canais a cada ano. Especula-se que na Índia, por exemplo, os *hawalas* processem algo entre 10 e 20 bilhões de dólares por ano. No Paquistão, mais de cinco bilhões circulariam anualmente através das redes *hundi*. De qualquer maneira, é certo que milhões de trabalhadores migrantes no mundo todo façam remessas de suas poupanças para os países de origem através do SIRD. Por outro lado, embora o volume total de dinheiro em circulação por esses canais seja enorme, geralmente as transações envolvem pequenas quantias por pessoa, o que confirma a idéia de que o sistema se transformou no instrumento bancário particular dos pobres.

Em vários países da Ásia, África e América Latina, as remessas informais são alimentadas basicamente pelo dinheiro dos migrantes. Um indicativo da extensão deste fluxo

fortes. A compra de dólares através deste sistema permitiu aos importadores da Colômbia ter um caixa de moedas fortes ilimitado, o que também exponenciou suas atividades de importação.

é o crescimento do total de remessas registradas de dois bilhões de dólares em 1970 para mais de 100 bilhões em 1999 (de cujo total, as transferências feitas através do sistema convencional representam apenas uma parte). Um estudo feito naquele ano entre os imigrantes mexicanos indicou que entre 28 e 46% das remessas feitas para o México foram informais. Características como simplicidade e anonimato das operações, aliadas ao custo reduzido das tarifas em comparação com as que são cobradas pelas instituições bancárias permitem a agilidade do sistema (há casos em que o dinheiro é entregue em algumas horas ao destinatário).

No entanto, embora o sistema informal de remessa de divisas tenha sido, ao longo da história, considerado o meio mais seguro de transferir dinheiro, após o 11 de setembro começou a ganhar corpo a suspeita de que os canais informais estariam sendo capturados por terroristas, o que tem feito com que muitas organizações e instituições demandem sua proibição. A preocupação dos governos e organizações internacionais tem sido a de aumentar a segurança do sistema, sem coibi-lo (o que, de resto, seria impossível). Estão sendo estudadas pelo sistema financeiro internacional (as pesquisas e os encontros anuais promovidos pelo BID dão mostras disso) maneiras de desviar parte deste fluxo informal alimentado pelas economias dos migrantes para os canais convencionais.

Assim, embora alguns pesquisadores como Martes e Soares (2006), por exemplo, acreditem que as remessas feitas para o país de origem possam indicar menor retenção dos migrantes nos novos países, sugerindo a intenção de retornar ao país de origem, as remessas continuam sendo uma poderosa evidência empírica da força da mobilidade e do desejo de liberdade dos migrantes, pelo volume de recursos que mobilizam e fazem circular e pelos

muitos impactos positivos que esta circulação de recursos proporciona.

As lutas dos migrantes por trabalho e pelo reconhecimento dos direitos e a potente repercussão desses movimentos, cujo impacto econômico, como acabamos de ver, se faz sentir tanto nos Estados Unidos quanto nos países de origem, atravessando fronteiras e reforçando a idéia da interdependência dos países que é subjacente à globalização, constituem elementos centrais para podermos analisar as possibilidades de constituição de uma cidadania transnacional, uma cidadania de fronteira, ou uma cidadania global.

Capítulo 6

Da Cidadania Social à Cidadania Global: como pensar uma nova forma de cidadania no mundo globalizado?

“A pequena Malika, trabalhadora de uma fábrica do porto de Tanger mostra a seu vizinho Azel, desempregado, os seus diplomas.

– E você, ele pergunta, o que pretende fazer agora?

– Partir.

– Partir... mas isto não é um emprego!

– Uma vez que eu tenha partido, terei um emprego.

– Partir para onde?

– Não importa para onde, partir para bem longe.

– Espanha?

– Sim, Espanha, França, já morei nesses países nos meus sonhos.

– E você se sente bem lá?

– Isso depende da noite”.

Tahar Ben Jelloun, *Partir*

Pretendemos neste capítulo analisar o conceito de cidadania – em suas interrelações com a vida nas grandes cidades mundializadas, e com a consolidação e o acesso aos direitos – examinando como a questão dos direitos humanos e da cidadania pode ser articulada com a dos direitos de circulação dos migrantes e a mobilidade transfronteira que se acentua com a globalização. Concordando com a proposta de T.H. Marshall (1967) de uma cidadania que engloba direitos humanos inalienáveis – civis, políticos e sociais – poderíamos formular algumas questões: A mobilidade cada vez maior de pessoas entre cidades, países e regiões, coloca em xeque seus direitos de cidadãos? O que têm feito os imigrantes – de primeira e segunda geração – para dar conta do sentimento de perda ou de “dupla ausência” de cidadania, de acordo com a tese de Abdelmalek Sayad (1999)? É possível pensar em uma cidadania de fronteira?

Com efeito, o conceito de cidadania é polissêmico e pode ser articulado

transversalmente na sociologia, na filosofia do direito, na filosofia política, abrindo muitas possibilidades de reflexão e debate. Como diz Elisa Pereira Reis (1998), são injunções que refletem uma relação peculiar entre história e teoria que perpassa todo o campo das ciências sociais.

O significado e as implicações da cidadania também variam de modo significativo, dependendo da matriz teórica em que o conceito se insere. (...) Apesar das muitas variações do conceito, é possível identificar não apenas suas raízes históricas comuns como também alguns pontos consensuais nas diversas perspectivas teóricas que o embasam (Reis, 1998, p.28).

No âmbito desta multiplicidade do conceito nas diferentes disciplinas e perspectivas teóricas, encontramos alguns aspectos comuns. Ao pesquisar o desenvolvimento histórico da idéia de cidadania, encontramos que a concepção que vigorou no princípio da modernidade, por exemplo, é uma interpretação neoclássica do republicanismo greco-romano. Além disso, a abordagem contemporânea da cidadania como dispositivo legal tem suas bases na Roma imperial e em algumas reflexões modernas sobre o direito romano (Walzer, 1989). Elisa Reis (1998) faz também referência a outros elementos comuns às diferentes teorias que trabalham com cidadania, como a dualidade entre status e identidade e a tensão entre virtudes cívicas (visão republicana da cidadania) e direitos e prerrogativas (o cidadão como consumidor de direitos).

Cidadania pode ser também articulada à noção de território, lugar de referência e de pertencimento – a cidade, o estado, a nação – bem como espaço de constituição de identidades. Walzer (op. cit.) mostra como na Revolução Francesa, especialmente durante o Jacobinismo, a identidade de *citoyen* substituiu o título honorífico de Monsieur, revelando uma tendência a vincular os ideais de cidadania, virtude e espírito público à atividade política

e militar, uma atividade em prol da comunidade, da pátria.

Hoje vivemos um momento de transição – ou interregno, como definem Negri e Hardt – que faz emergir um novo sujeito, a multidão, uma nova classe política que, em sua constante mobilidade, busca transformar o território em espaço de vida, e a circulação em liberdade, reivindicando, enfim, uma cidadania global. Mas a multidão não surge espontaneamente como figura política; de acordo com Negri e Hardt (2004), ela deriva de um ciclo de lutas, uma revolução em rede em que o antagonismo dá lugar à revolta dos oprimidos e explorados de todo o mundo, que constituem em seu movimento as bases da produção de um excedente de riquezas que o capital e o corpo político global não conseguem expropriar e controlar.

Na superfície das mudanças e deslocamentos que marcam a passagem da modernidade para a pós-modernidade, no eixo de uma nova configuração social e geopolítica mundializada (o Império), elementos como as migrações, o nomadismo e as novas territorialidades promovidas pela globalização podem ajudar a pensar numa nova forma de cidadania, mais ampla e abrangente, abrindo caminho para uma proposta de cidadania global.

6.1 Algumas bases filosóficas comuns

Michael Walzer (1989) diz que a inspiração para a idéia de cidadania que prevaleceu nos séculos XVII e XVIII até o auge do pensamento contratualista de Rousseau e Hobbes é clássica, ou seja, deriva da leitura de Aristóteles, Plutarco, Tácito etc., em que a cidade-estado representava para os cidadãos gregos e romanos o ponto focal da vida cotidiana (op. cit., p. 212-213). Os cidadãos, de acordo com os teóricos do contrato social, são, sobretudo, indivíduos livres e autônomos que produzem ou de alguma maneira participam da produção

das leis que obedecem: “a obediência à lei que prescrevemos a nós mesmos representa a liberdade” (Rousseau, *O Contrato Social*, livro 1, capítulo 8, citado por Walzer, 1989). Para Rousseau, o ideal republicano só seria plenamente atingido se cada cidadão pudesse obter a maior parte de sua felicidade nas atividades da esfera pública mais do que na esfera da vida privada.

Porém, como analisa Walzer, com a expansão dos valores burgueses no século XVIII, tudo o que se relacionava ao mercado e à família era visto e desejado como fonte de satisfação individual. Nesse sentido, começou a haver um movimento oposto, de repressão da sociedade civil ou de redução de sua esfera de influência, com vistas a um retorno à cidadania no sentido revolucionário do Jacobinismo da Revolução Francesa, que preconizava a dedicação à vida pública e assembleária, valorizando, sobretudo, a igualdade pública, a lealdade aos princípios e objetivos comuns, a dedicação à vida cívica. Os valores burgueses precisavam ser expropriados e sacrificados, abolindo a exuberância e a corrupção da sociedade civil “da mesma maneira que a propriedade privada foi abolida pela expropriação dos bens” (Marx 1963, apud Walzer, 1989).

No plano das relações internacionais entre os Estados, que também pode ser relacionada às discussões sobre justiça e cidadania na sociedade civil, Michael Walzer propõe uma distinção entre as concepções teóricas dos que defendem o Republicanismo e as idéias dos pensadores do Cosmopolitismo, em que se alinham principalmente Kant e Habermas. A seguir, apresentamos uma breve análise do Cosmopolitismo proposto por Kant.

6.2 Cosmopolitismo em Kant

Kant acreditava que se poderia chegar a uma ordem mundial, uma constituição civil

supra-estatal em que os Estados possuíssem fronteiras mais fluidas, onde os indivíduos se vissem como possuidores de cidadania em uma comunidade global e cosmopolita (além de alcançarem, ao mesmo tempo, o status de cidadãos locais) e onde as várias e poderosas organizações internacionais pudessem limitar a soberania individual de um único Estado-nação (Townsend, 2004). Sua argumentação focaliza as relações legais e morais que mantêm unidos os indivíduos humanos, entre as várias comunidades de pertencimento, demarcando um domínio jurídico-político, por um lado, e de direito internacional, por outro. Como aponta Seyla Benhabib (2004), Kant reconhecia três níveis distintos, porém interligados, de relações com o direito: um nível do “Direito de Estado”, onde se especificam as relações do Direito das pessoas no interior de um Estado; o “Direito das Nações”, que concerne às relações do Direito entre Estados; e o “Direito de todas as Nações”, ou “Direito Cosmopolita” (*Jus Cosmopoliticum*), que diz respeito às relações do direito entre pessoas e Nações estrangeiras, e que se configura para Kant dentro de um projeto de paz perpétua entre as nações do mundo.

A filosofia kantiana ressalta o antagonismo inerente à condição humana, uma “insociável sociabilidade”, uma paradoxal disposição da natureza que se choca inevitavelmente com as leis que regem a ordem social construída pelos homens, cuja superação se dá através da razão transcendental⁸⁸. Segundo Kant, a humanidade deveria

88 Queremos ressaltar que o transcendental em Kant é diferente do transcendente hegeliano. O transcendental é o que está na interseção do imanente e do transcendente, o que permanece no sujeito; transcendente é o que está além. “Kant dirá: não se trata de imanente nem de transcendente, trata-se do transcendental enquanto resultado da inserção, digamos, do real em si – que não é acessível, que não se pode conhecer diretamente como tal – na sensibilidade: o espaço, o tempo e as categorias são as que ordenam o que, de modo bruto, é simplesmente um caos de sensações” (Julián Marías, Conferência do curso “Los estilos de la Filosofía”, realizada em Madri entre 1999 e 2000. Disponível em <http://www.hottopos.com>). Um dos desdobramentos do idealismo transcendental kantiano seria o postulado de um “empirismo transcendental”, um plano do impessoal que dispensa o cogito cartesiano e também a consciência.. Deleuze irá abordar esta questão brilhantemente em seu texto “A imanência: uma vida...” (Gilles Deleuze, “L’Immanence: une vie...”, 1995).

agradecer à natureza pelo fato de não ser dotada de uma planificação natural que predisponha ao trato social. Ao contrário, os humanos seríamos todos dotados de uma “intratabilidade”, uma pouca disposição ao convívio e à aceitação do outro, que só seria superada pela necessidade. “Agradeçamos pois à natureza a intratabilidade, a vaidade que produz a inveja competitiva, pelo sempre insatisfeito desejo de ter e também de dominar!” (Kant, 2003, p.9).

Transpondo para a vida pública as mesmas características do indivíduo humano, Kant afirma

O maior problema para a espécie humana, a cuja solução a natureza a obriga, é alcançar uma sociedade civil que administre universalmente o direito (op. cit., p. 10).

Na perspectiva kantiana, esta sociedade cosmopolita e universalista seria alcançada com o estabelecimento de uma constituição civil a partir da resolução do problema da relação externa entre os Estados, já que a mesma insociabilidade que obriga os homens a se submeterem às leis externas é a causa de cada república. Daí a proposta de um Estado cosmopolita de segurança pública, uma confederação de nações que ultrapasse as fronteiras e antagonismos entre os Estados. Portanto, uma idéia de cidadania cosmopolita, que não tenha a ver diretamente com fronteiras territoriais ou identidades nacionais, mas como um exercício permanente das características que devem ser cultivadas para permitir a superação desta mesma disposição natural à “insociável sociabilidade” presente nas relações entre os indivíduos.

Negri e Hardt, analisando a genealogia ético-jurídica do Império, observam que a própria concepção jurídica da dinâmica do poder imperial comporta duas tendências fundamentais: por um lado, a noção do direito que se afirma a partir da construção de uma nova ordem que envolve um espaço inteiro daquilo que se considera “civilização” – um

espaço inteiro, sem limites e sem fronteiras; e, por outro lado, uma noção do direito que inclui toda e qualquer temporalidade dentro de seus próprios fundamentos éticos. Assim, o Império “engole” e suspende o tempo histórico, e convoca o presente e o futuro em sua ordem ética, apresentado-se como permanente, eterno e necessário. Segundo os autores, esta idéia de “paz perpétua” que reaparece periodicamente no moderno pensamento europeu, e que assume a forma do ideal racional kantiano, capaz de criticar e, ao mesmo tempo, ligar o direito à ética – um pressuposto transcendental, como queria Kant, do sistema jurídico – não coincide com o que os autores entendem como o desejo da multidão de um espaço comum, que se concretiza na mestiçagem e no nomadismo: “Longe de qualquer nuance Iluminista, ou de qualquer idealização kantiana, o desejo da multidão vai além de um Estado cosmopolita, ele aponta para a constituição de um comum. Como num Pentecostes laico, os corpos se misturam e os nômades falam uma língua comum” (Negri e Hardt, 2000, p. 362). A constituição deste espaço comum da multidão, que para Negri e Hardt transborda os ideais cosmopolíticos kantianos, implicam e supõem o constante atravessamento e o desmantelamento das fronteiras do Estado-nação.

6.3 Os migrantes – fronteiras e confins da cidadania

A aventura do migrante diz respeito a uma decisão de sair – a opção *exit* postulada por Albert Hirschman (1973) – que contém simultaneamente um sentimento de perda e um agir afirmativo, situando-se entre o sofrimento e a ilusão. Assim, diz respeito também a um “viver em fronteira” – ou uma vida em movimento, aproveitando a concepção do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (2004), da fronteira como movimento expansivo da sociedade. E o que pode, o que quer dizer uma fronteira? No caso da experiência do migrante, falar de fronteira significa refletir sobre uma multiplicidade de experiências afetivas e

subjetivas que têm a característica de serem concomitantes e não excludentes (embora a migração possa muitas vezes implicar certas dificuldades de inclusão social no novo território). Pode levar a pensar também nos processos que acabam vinculando em um único destino migrantes e refugiados, a partir do fato de que muitos destes novos exilados são pobres e se misturam, por esta circunstância, aos trabalhadores nos países de acolhida. Além disso, como assinala Mezzadra (2005), na sua condição de “estrangeiros”, migrantes e refugiados tornam-se objetos privilegiados das políticas de controle e das técnicas de governo utilizadas pelos Estados europeus, que se homologam precisamente em bases *nacionais* (op. cit., p. 83). Ainda no mesmo parágrafo, o autor observa como o próprio conceito de “estrangeiro” vem sofrendo uma transformação radical, transformando-se em um paradigma de exclusão política, ao mesmo tempo que promove a redefinição dos códigos de “inclusão” (e de cidadania) em bases propriamente nacionais. Esta perspectiva traz à luz um tema clássico da filosofia política, que tem ressonância com as análises feitas por Hannah Arendt sobre a figura do “apátrida” sem direitos da Europa do pós-guerra (idem).

As análises clássicas, ao dissociarem a imigração da emigração e ao colocarem em evidência o lugar do imigrante – a partir da perspectiva de quem acolhe – constituem um dispositivo normativo que não leva em conta as condições de origem dos emigrados, acabando por condenar a análise do fenômeno a uma visão ao mesmo tempo parcial e etnocêntrica. Além disso, a definição do imigrante construída com base na idéia de um trabalhador desempregado, que emigra para deixar esta condição e passar a ter emprego em outro lugar tem ocultado o fato de que toda emigração representa uma ruptura (saída) com um território e com uma população, com uma ordem social, uma ordem econômica, uma ordem política, cultural e moral. Sandro Mezzadra observa a este respeito em *Direito de fuga* (2005),

que a adoção unilateral por parte dos pesquisadores da Escola de Chicago – apesar da pretensão a um pragmatismo progressista – do ponto de vista da “sociedade de acolhimento”, revela sua preocupação central com a problemática das origens étnicas e culturais dos migrantes em seus processos de integração na sociedade norte-americana. Por outro lado, ainda segundo Mezzadra, as pesquisas iniciais de Max Weber sobre os migrantes de origem rural na Alemanha de 1892 mostravam-se livres destas preocupações e identificavam na origem do movimento migratório um gesto individual de recusa, a reivindicação de um direito de secessão e de fuga (op. cit., p. 79-80)⁸⁹.

6.3.1 A fronteira da dupla ausência: entre a ilusão e o sofrimento

O movimento do migrante é sempre um movimento de composição paradoxal ou ambígua: duplo-vínculo, dupla ausência. De acordo com Abdelmalek Sayad (1999), sociólogo e migrante argelino que dedicou sua vida ao estudo dos migrantes, principalmente acompanhando as trajetórias e movimentos dos nômades kabila, o migrante é sempre simultaneamente imigrante e emigrado, alguém que chega para viver em um outro lugar, alguém que desiste de viver em seu lugar, duas faces de uma mesma decisão. Essas duas faces não podem ser dissociadas, estão sempre acopladas, de modo que, apenas por questões analíticas costumam ser consideradas separadamente – de um lado, políticas, economia e

⁸⁹ Mezzadra (2005) faz referência às pesquisas realizadas por Max Weber, logo assim que concluiu seus estudos em direito, a pedido da *Verein fur Sozialpolitik* (Associação para a política social). O foco dessas pesquisas era as condições de trabalho dos trabalhadores migrantes (basicamente polacos e judeus que haviam sido expulsos da Alemanha em 1885) assentados nas províncias agrícolas da Prússia oriental, que teve como desdobramento a constituição de um fluxo massivo de trabalhadores temporários polacos de cidadania não-prussiana, os “exércitos nômades polacos”. Para Mezzadra, o interesse das pesquisas sobre a questão agrária na Alemanha do século XIX reside justamente no fato de Max Weber ter colocado no centro de suas análises as motivações subjetivas dos migrantes alemães, antecipando a tendência de interpretar as dinâmicas migratórias como movimentos sociais, que vão além das leituras “hidráulicas” que reduzem as migrações a reações automáticas a fatores objetivos (op. cit., p. 57-77).

dinâmicas de emigração; políticas, economia e dinâmicas de imigração, de outro. O par emigração-imigração é caracterizado por Sayad como “dois discursos que se fazem eco, que são homólogos, por terem sido definitivamente produzidos, todos os dois, segundo os mesmos esquemas de pensamento e as mesmas categorias perceptivas e de visão de mundo (op. cit., p. 20).

As idéias de Sayad começam, bastante significativamente, a ganhar destaque no momento que se abriram os caminhos para a emergência de um novo cenário geopolítico pós-nacional e pós-colonial, a partir da descolonização e da desconstrução das modernas soberanias imperialistas. E, embutida na sua concepção da migração como par indissociável imigração/emigração, está a idéia de um processo, ou conjunto de processos que, obrigatoriamente, remetem à concepção de nação.

Segundo Sayad, as migrações colocaram em jogo duas *ordens nacionais* (a do país de imigração e a do país de emigração), constituindo desta maneira o lugar onde se realiza o confronto (e a desconstrução desta polaridade) entre o nacional e o não-nacional. À medida que o imigrante põe a descoberto a própria ilusão de identidade nacional, os processos migratórios tornam-se simultaneamente um problema político e um problema nacional, ao colocarem em xeque as duas ordens nacionais referidas. Colocando nos termos do autor: “o imigrante (e com ele o emigrante) é um escândalo para toda ordem política, tanto para a ordem política que fez dele um “imigrante” quanto para aquela que fala dele como seu emigrante (Sayad, 1998, p. 274).

Nesta perspectiva, a “dupla ausência” tem a ver com o processo de tornar visível o processo através do qual o imigrante, na sua condição de “não-nacional”, é excluído (e auto-

excluído) do político. Trata-se de uma exclusão de direito, uma exclusão da ordem nacional do país receptor. Ao mesmo tempo, enquanto “nacional” emigrado, ele é também excluído de fato da ordem do lugar de origem. A dupla ausência implica assim uma simultânea exclusão política: enquanto *imigrante*, excluído da ordem política do país que o recebe, exclusão que pressente quase que intuitivamente; na condição de *emigrante*, se exclui ou é excluído da ordem política do país de onde vem. A dimensão arbitrária de ambas as ordens nacionais fica assim a descoberto, a partir da própria experiência do migrante. É assim que podemos entender, retomando o caso francês, o fato de que para muitos, como já vimos, ser imigrante e ser de nacionalidade francesa não constitui uma contradição entre os termos. Neste caso, poderíamos supor que o francês de origem magrebina será um perpétuo “duplo ausente” e justamente por esta condição peculiar denuncia, coloca a descoberto as ilusões assimilacionistas do republicanismo francês. Esta teoria tem também o mérito, a nosso ver, de ressaltar que a única cidadania que pode existir passa sempre pelo reconhecimento, o respeito e o exercício dos direitos.

As observações de Sayad e Mezzadra têm ressonâncias com outras pesquisas recentes que apontam uma dimensão de “dupla consciência”, do “duplo espaço” político e cultural em que vivem os migrantes enquanto cidadãos da fronteira. Trata-se de uma cidadania não-reduzível a uma relação com o estado. Kymlicka e Norman (1994) sustentam que, em termos teóricos, “o conceito de cidadania parece integrar as exigências de justiça e de pertencimento que estão intimamente ligados, por um lado, à idéia dos direitos individuais e, por outro, à noção de vínculo com uma comunidade particular”.

Como observa García Canclini (1989), as tensões entre desterritorialização e

reterritorialização referem-se ao mesmo tempo à perda da relação “natural” com um território geográfico e a certas realocações territoriais, ou transnacionalizações dos mercados simbólicos e culturais. As migrações possuiriam assim uma característica multidirecional e de permeabilidade (Canclini fala de poderes oblíquos), que poderiam replicar em movimentos de transculturação ou transfronteirização e que estariam na origem da constituição de novos espaços de relações e de trocas culturais.

Canclini faz referência a algumas pesquisas antropológicas realizadas entre populações rurais de Aguililla, na região de Michoacán no México, onde um complexo sistema de relações conecta uma comunidade rural onde não havia mais do que caminhos de terra a cidades do Silicon Valley da Califórnia. O desenvolvimento das redes de transportes e de comunicações permitiu que a experiência daquelas mulheres e homens migrantes literalmente se desdobrasse, tornando problemática uma definição homogênea de seu “pertencimento”.

A declinante economia local se sustenta a partir do fluxo de dólares enviados da Califórnia, especialmente de Redwood City, um núcleo da indústria microeletrônica e da cultura pós-industrial americana no vale do Silício, onde os michoacanos trabalham como operários e no setor de serviços. A maioria permanece por breves períodos nos Estados Unidos, mas o que ficam mais tempo conservam relações constantes com seu povoado de origem. E são tantos os que estão fora de Aguililla, tão freqüentes seus vínculos com os que ali ficaram, que já não se pode mais conceber ambos os conjuntos como comunidades separadas (Canclini, 1989, p. 291-292).

Para Mezzadra (2005), as novas conexões e tramas sociais características tanto das regiões de proveniência dos migrantes como das regiões de destino estendem-se entre e por sobre elas, de tal forma que fronteiras fortificadas e submetidas a duras formas de vigilância acabam se tornando extraordinariamente “porosas” pela experiência cotidiana de seu atravessamento – legal e, sobretudo, ilegal – por parte dos migrantes. É importante destacar

aqui a distinção feita por Mezzadra entre os termos “fronteira” e “confim” empregados a respeito da articulação entre migrações e cidadania com sentidos diferentes. Fronteira diz respeito a um espaço de transição (como o “entre dois” em Deleuze e Guattari), no qual forças e sujeitos diferentes entram em relação, se chocam e se encontram, disparando e modificando as “identidades” de cada um. O confim, cuja acepção original remete àquele sulco traçado na terra que divide os territórios, funciona como protetor dos espaços políticos, sociais e simbólicos constituídos e já consolidados. O debate sobre a problemática colocada pelas práticas de confinamento faz emergir importantes reflexões políticas e filosóficas, sobre a relação entre universalismo e particularismo na democracia.

Podemos supor que a cidadania, tanto quanto as migrações, hospeda em si mesma, nas relações que histórica e conceitualmente mantêm com os migrantes, traços visíveis de algumas ambigüidades. A relação entre as formas modernas de cidadania e o princípio de mobilidade social e dissolução do estatuto representado pelo contrato é um ponto cego no discurso jurídico ocidental (Mezzadra, op. cit., p. 93-94).

Assim, pensar politicamente sobre as migrações e as fronteiras da cidadania implica ao mesmo tempo pensar sobre as crises, as perdas e as tensões que revestem hoje o conceito e a própria prática institucional das relações com o território da subjetividade.

6.4 O migrante contemporâneo e as cidades globais

6.4.1 Novas formas de produção e o direito à cidade

Existe uma vasta literatura que trata do surgimento dos novos atores sociais que emergem com as reconfigurações do trabalho. Tratam-se das mulheres e dos imigrantes, figuras hoje bastante ativas nas instituições de assistência social pública e privada, sendo também muito atuantes nas próprias comunidades e bairros de assentamento de migrantes

(ver, por exemplo, em Mezzadra, 2005; Sassen, 2001 e 1992, Benhabib, 2004). A expressiva incorporação das mulheres ao processo migratório reforça as condições para que esses assentamentos permaneçam e se consolidem, além de contribuir para uma maior participação dos imigrantes em suas demandas ao poder público e ao Estado⁹⁰. Saskia Sassen (2001), diz que isto pode ser lido como uma ruptura das dinâmicas tradicionais, na qual as mulheres e os imigrantes vêm substituir a categoria fordista do salário-família, que tinha nas mulheres e crianças seu objeto.

Por outro lado, Sassen assinala que existem algumas representações dos processos globais ou transnacionais que ainda não foram reconhecidos como tais, ou seja, são representações contestadas; e, dentre essas representações, encontra-se a questão das migrações. Para a autora, existe uma enorme gama de processos que têm a ver tanto com a globalização das atividades econômicas, culturais, de formações de identidades, quanto com a cada vez mais evidente etnização da divisão do trabalho. Existe todo um processo avançado de produção que é resultado do trabalho dos migrantes, mas que não é reconhecido como parte da economia mundializada. Para a maioria dos analistas da globalização, os migrantes e as comunidades étnicas constituem-se periféricamente como os “outros”, embora as desterritorializações e as reterritorializações que estão implicadas na nova divisão internacional do trabalho consistam num aspecto crucial da globalização (op. cit.).

90 A filósofa e feminista Seyla Benhabib argumenta que as lutas e os movimentos contra a opressão no mundo contemporâneo acabaram redefinindo o que antes era considerado privado, não-público, fora da esfera de interesses especificamente políticos, como as questões de justiça, de relações de poder. Os ativistas e militantes desses movimentos, ao tematizarem as relações assimétricas de poder que marcam a divisão do trabalho entre os gêneros, acabaram incorporando questões que eram consideradas adstritas ao domínio da vida privada – os afetos, o cuidado, a educação de crianças, as relações familiares, etc. – em assuntos de interesse da justiça e do direito (ver em Benhabib, *Models of Public Space* 1992, citado em *Journal of Middle East Women's Studies*, disponível em: http://www.un-ngls.org/doc/Restoring_the_Family_to_Civil_Society-Lessons_from_%20Egypt.doc)

Sassen defende a idéia de que a cidade ocupa hoje um lugar central de produção no mundo globalizado, uma produção que ativa uma multiplicidade de práticas econômicas e culturais. Para ela, as cidades globais contemporâneas constituem

[...] espaços muito específicos, à medida que juntam, de um lado os setores mais mundialistas do capital e os novos profissionais transacionais e, de outro, um número crescente de imigrantes e pessoas marginalizadas, em um único espaço complexo. [...] Essas novas formas de política ocorrem em numerosos países e se manifestam sob formas muito diferentes, exatamente porque não estão totalmente formalizadas. O caso da América atual é, no entanto, absolutamente digno de atenção, pois trata-se de uma potência política, econômica e militar dominante no mundo e também porque os Estados Unidos instauraram as restrições mais severas – e sob certos aspectos inconstitucionais – aos direitos civis dos cidadãos e imigrantes (Sassen, 2005, p. 24).

Desta maneira, delineia-se uma nova geografia onde o elemento transnacional – as cidades globais – dá também lugar a novas “políticas transnacionais”. Estas políticas são construídas e defendidas por atores que tradicionalmente ficam às margens do processo, em desvantagem no cenário desta nova configuração econômica. Assim, uma nova geografia de centros e margens reproduz parcialmente desigualdades já existentes mas é, paradoxalmente, o resultado de uma dinâmica específica das atuais modalidades de crescimento econômico. Nesta nova geografia são amalgamados os grandes centros financeiros e de negócios internacionais: Nova York, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdam, Los Angeles, Sydney, Hong Kong, etc., incluindo também cidades como Bangkok, Taipei, São Paulo e Cidade do México (Sassen, 1992)⁹¹.

91 O sociólogo e pesquisador das cidades portuárias na globalização Thierry Baudouin (2006) observa que a cidade contemporânea designa um novo agente produtivo que vem se juntar aos atores que presidiram hegemonicamente a vida econômica e política mundial nos últimos séculos industriais: as empresas e o Estado. Mais do que o fenômeno do aparecimento de algumas cidades globais, trata-se para Baudouin de compreender as dinâmicas que permitem que um conjunto de cidades imponha-se hoje como o lugar privilegiado de produção de riquezas. Estas cidades precisam ser apreendidas como potências em si mesmas: “a governança de cada cidade não se estabelece mais

Mas, as cidades são também o lugar onde pessoas de diferentes países vão se encontrar, onde uma multiplicidade de culturas diversas se interconecta em consequência das migrações. E este caráter internacional das cidades globais não reside apenas nas poderosas infraestruturas de telecomunicações nem na presença de empresas multinacionais. De acordo com Sassen (2001), a dimensão internacional das cidades globais tem a ver também com os vários e diferentes ambientes culturais por onde circulam os trabalhadores. Hoje, as cidades globais são em parte espaços pós-coloniais que portam os elementos necessários para a formação de um discurso pós-colonial. Esses espaços inscrevem-se em uma “cultura empresarial” ainda dominante, mas inscrevem-se, ao mesmo tempo, em um domínio de multiplicidade cultural e étnica. Opera-se assim um deslocamento a partir do qual a cultura das grandes empresas e conglomerados abrange apenas parcialmente a cidade. Ao mesmo tempo que a cultura empresarial subsume as culturas e identidades dos trabalhadores migrantes como “outridades”⁹², desta forma desvalorizando-os, esses “outros” estão presentes em toda parte.

A economia transnacional assim engendradora cria “aberturas” para a constituição de novas demandas, de novas lutas por cidadania, pelo direito de ficar e pertencer à cidade. A cidade global surge como o lugar de constituição das novas demandas dos setores

de cima para baixo; é, antes de mais nada, um processo de invenções (no plural) de seus diversos agentes produtivos, em função das competências do território e das próprias capacidades dos cidadãos” (op. cit., p. 15). Ampliando a idéia de Pierre Veltz da cidade como “externalidade positiva” com relação aos interesses das empresas instalados em seu território, Baudouin diz que a cidade contemporânea transforma-se no lugar por excelência de produção de riquezas, ao se constituir como espaço de afirmação de um novo tipo de democracia – uma democracia diretamente produtiva (ibidem, p. 41).

92 Sassen (2001) considera que as imigrações e a etnicidade constituem uma condição de “outridade”. É preciso entendê-las como um conjunto de processos onde se localizam os elementos centrais da globalização, onde se constituem os mercados de trabalho internacionais, onde as culturas de todas as partes do mundo são desterritorializadas, implica entendê-las como um aspecto fundamental da globalização contemporânea. A nova narrativa dos fenômenos migratórios do pós-guerra é capaz, além disso, de apreender, no processo de globalização, o peso ainda existente das formas imperiais colonialistas e pós-colonialistas, especialmente aquelas formas que conectam os países de imigração aos de emigração.

desfavorecidos da população das grandes metrópoles da globalização, cuja presença é tão internacionalizada quanto o próprio capital. Essas demandas e lutas são feitas por aqueles que querem ser reconhecidos como cidadãos, como titulares do direito à cidade.

Sassen faz uma distinção importante entre, de um lado, uma posição de impotência e, de outro, os processos de empoderamento dos novos sujeitos políticos que, mesmo estando em desvantagem nas relações assimétricas do poder, marcam sua “presença” no espaço estratégico das cidades globais. “Não se pode esquecer”, prossegue a autora, “que as grandes cidades geralmente concentram um grande e crescente contingente de populações em desvantagem social, em grande medida formado pelos imigrantes na Europa e nos Estados Unidos: afro-americanos e latinos nos EUA, massas de moradores em bairros de periferia nas megacidades do mundo em desenvolvimento” (Sassen, 2001). É justamente neste momento que a presença dos migrantes deixa de ser marginal, passando a se revestir de uma importância política mais ampla, que ultrapassa as concepções formais jurídicas do que seja cidadania. A poderosa (e numerosa) presença dos trabalhadores migrantes nos espaços das grandes cidades da globalização é a própria condição de possibilidade de uma política cidadã e de uma democracia radical e direta, alinhada com a concepção de cidadania como “direito a ter direitos”, uma concepção que vai além da idéia de democracia baseada na representação. Como observa Judith Revel (2007), o desafio que se coloca é de definir uma cidadania que não signifique apenas ter acesso a documentos e vistos, mas também – e junto com eles – ter acesso a modalidades de luta e mobilização que recusem ativamente todas as formas de precarização e clandestinização, que afetam não só os migrantes, mas também as gerações subseqüentes, sobretudo os jovens.

6.4.2 Translocalidades – uma geografia pós-nacional

Para o antropólogo e culturalista Arjun Appadurai, a mobilidade humana, reforçada pela emergência de configurações geopolíticas não-nacionais, ou mesmo pós-nacionais, estimula a formação de translocalidades que, na sua definição, são mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados (Appadurai, 1997).

No mundo contemporâneo, a mobilidade do trabalho, o movimento e a circulação de pessoas tornou-se a regra da vida social, não mais uma exceção. Neste contexto, translocalidades são definidas pelo autor como localidades onde os laços de casamento, trabalho, negócios e lazer tecem redes formadas por várias populações circulantes. Muitas das grandes cidades e metrópoles globais estariam assim se transformando em translocalidades (idem).

Por outro lado, acompanhando a argumentação de Appadurai, as concepções modernas de cidadania, com suas demandas de um povo homogêneo, de uma padronização dos direitos, são colocadas em xeque a partir do momento em que a própria ideologia cultural e territorial em que está assentada a concepção do moderno Estado-nação demanda paradoxalmente cada vez mais discriminação entre diferentes categorias de cidadãos. Os Estados são hoje, em grande medida, uma espécie de “árbitros” das várias formas de fluxo global, onde antes eram capazes de conferir legitimidade à organização dos mercados, dos meios de produção e subsistência, identidades e histórias em seus territórios.

Este fenômeno dá ensejo à formação de novas cartografias pós Estado-nação, que

envolvem conjuntos de contra-histórias e contra-identidades que serão usadas para organizar o que Appadurai define como “mapas de fidelidade e afiliação”, construídos em torno de fluxos de mão-de-obra, solidariedades raciais e cartografias contra-nacionais. Esses mapas de fidelidade atravessam fronteiras e admitem uma política de co-presença territorial não-excludente. Além disso, as comunidades em trânsito – os novos migrantes – inserem-se em processos de desterritorialização e reterritorialização cujo cerne não é mais um imaginário⁹³ “nacional”; ao contrário, constituem-se no âmbito de um imaginário de autonomia local, de gestão dos recursos ancorada no esforço de criar e defender várias formas de direitos – o que não se confunde com a produção de nacionalismos separatistas. Tais esforços permitem, antes de tudo, a criação de novos imaginários locais relativamente livres do discurso de patriotismo e nacionalidade, mas ricos enquanto discursos sobre cidadania, democracia e direitos locais.

6.5 As lutas da multidão – rumo a um projeto de cidadania global

Os embates e oposições que se apresentam na análise histórica e filosófica do conceito de cidadania permitem vislumbrar de que maneira cidadania se articula com a organização de um discurso e um projeto políticos, integrando as exigências de justiça, pertencimento e identificação com ideais comuns de liberdade e democracia. De certa maneira, as guerras, as revoluções, a busca de segurança pública e de formas democráticas de governo estiveram sempre na base desses ideais. Em seu último trabalho *Multitude* (2004), Negri e Hardt analisam a crise dos conceitos e da própria prática da democracia no cenário mundial contemporâneo contrastando as diferentes posições, à esquerda e à direita, dos social-democratas, dos liberais cosmopolitas e dos que defendem uma hegemonia global norte-

93 Appadurai postula a idéia de um imaginário social como um domínio da atividade cultural composta por cinco dimensões: 1) *ethnoscapes*; 2) *mediascapes*; 3) *technoscapes*; 4) *finanscapes*; 5) *ideoscapes* (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Arjun_Appadurai).

americana com relação aos benefícios e males da globalização, tendo como pano de fundo a idéia de que a globalização econômica está diretamente atrelada à globalização da democracia.

Negri e Hardt argumentam que, seja qual for a orientação pró ou anti-globalização, o fato é que a globalização e a guerra global colocam a democracia em questão. Poderíamos então tentar analisar de que maneira, neste cenário em que as fronteiras políticas entre os Estados-nação tornam-se não apenas fluidas, mas tendem a desaparecer diante da hegemonia do comando imperial, é preciso pensar numa igualmente nova forma de cidadania.

Se em *Império* Negri e Hardt (2000 e 2001) valorizam o fato de os Estados-nação terem perdido sua centralidade e importância, dando lugar a uma nova forma de soberania pós-nacional, em *Multitude* (2004) são analisadas as possibilidades de trazer para o centro o que estava na periferia, possibilidades estas que se abrem a partir da guerra permanente e inevitável do Império, um estado de guerra global que tomou conta das relações mundiais e que coloca em xeque a própria idéia de democracia e cidadania. A alternativa é oferecida pelo trabalho da multidão – uma rede de redes abertas, expansivas e inclusivas – que pode expressar diferentes e múltiplas singularidades, mas que sempre opera e se manifesta com base no “comum”. Este trabalho se caracteriza por sua dimensão biopolítica, que aponta para a auto-produção e a auto-organização:

(...) não só nos comunicamos, colaboramos e cooperamos para produzir, mas também produzimos comunicação, colaboração e cooperação que permitem ampliar esta comunicação, colaboração e cooperação em uma espiral infinita (Cognitariado, 2005).

A proposta de *Multitude* é de que o **trabalho biopolítico** da multidão (uma proposta

conceitual que é mais abrangente e vai além da idéia de trabalho imaterial), os movimentos poderosos da multidão, obedecem a uma lógica, a uma forma de organização baseada na libertação das singularidades que convergem, como já vimos, na produção do comum. Este elemento comum, que os autores definem como a carne da multidão – em outras palavras, o devir comum do trabalho, a emergência da comunalidade dentro de um conjunto de singularidades – é a condição de possibilidade para a constituição da multidão.

Mas, ao mesmo tempo, existem forças que tentam constantemente transformar esta carne multitudinária em um corpo político, com novas divisões e hierarquias, expropriando o comum de sua riqueza produtiva. Ou seja, a constituição da multidão se dá em meio a uma série de condições ambivalentes que podem levar à liberdade ou podem ser aprisionadas em um regime de ainda mais exploração e controle. Para que isso não aconteça e a multidão possa se constituir, ela necessita de um projeto político.

Nesse ponto, os autores interrogam – que tipo de projeto político pode fazer a multidão existir e se realizar, não mais como virtualidade, mas na materialidade da vida cotidiana? Na avaliação de Negri e Hardt, a potência produtiva da multidão se expressa no trabalho biopolítico – que conjuga simultaneamente produção e reprodução de vida – cuja figura paradigmática é o pobre (e o migrante), não por ser expropriado e excluído da riqueza, mas por estar incluído nos circuitos de produção e por seu potencial produtivo ilimitado, que sempre excede o que o capital pode expropriar e controlar. A privação, a pobreza, geram sentimentos de raiva, indignação, transformando o antagonismo de classes em revolta e dando origem a um movimento que, com a expansão geográfica dos movimentos sociais, assume a forma de um ciclo internacional de lutas que se comunicam entre si em rede e traduzem

condutas, hábitos e performances comuns.

Para ilustrar essa revolta da multidão, Negri e Hardt apresentam os ciclos de lutas iniciados com a insurgência dos escravos no Caribe no início do século XIX, a revolta dos operários de fábrica que se espalhou por toda a Europa e América do Norte entre os séculos XIX e XX, a guerrilha e as lutas anticoloniais que se multiplicaram na Ásia, África e América Latina em meados do século XX e que hoje se expressam nos protestos multitudinários que eclodem em Seattle, em Gênova, na Argentina, no México, contra as reuniões do G8, contra as imposições e ingerências do FMI e do Banco Mundial, contra a guerra do Iraque, as manifestações do *May First* americano e dos Precários europeus em defesa de uma renda universal garantida e os protestos dos migrantes que vivem e trabalham nos Estados Unidos contra as ameaças do governo Bush de promulgar leis anti-migrante. Em cada um destes movimentos existe um elemento comum de mobilização, que vai além do reconhecimento de um inimigo comum – seja ele a escravidão, o capital industrial, os regimes coloniais, o neoliberalismo, a hegemonia norte-americana, ou o próprio Império global – e que aponta para métodos também comuns de combate, modos de vida e o desejo de um mundo melhor. Este ciclo de lutas, que ativa a mobilização global e coordenada da nova classe política que é a multidão não é meramente reativo, mas apresenta uma dimensão ativa e criativa. A idéia de uma cidadania global logo surge como a resposta da multidão, que se manifesta em rede, porém mantendo a singularidade e a especificidade de cada movimento.

Negri e Hardt concluem dizendo que a multidão, ao substituir o par identidade/diferença pelo par comunalidade/singularidade, movimenta-se no sentido da construção da democracia como única maneira de consolidar o seu poder e, ao mesmo tempo, como única possibilidade

de realizar esse mesmo projeto político de democracia. Sem a pretensão de indicar um programa de ação concreto, sua proposta é antes de mais nada a de tentar trabalhar as bases conceituais sobre as quais um novo projeto de democracia – no sentido spinozano, uma forma de governo absoluto de muitos – pode estar assentado. Embora reconheçam a existência de uma grande tensão entre, por um lado o desejo por democracia e produção do comum e, por outro, os comportamentos antagônicos que se expressam no sistema de soberania global através da corrupção, da guerra civil, da violência e do sofrimento, a acumulação histórica deste sofrimento pode, segundo eles, ser transformada pela multidão em um evento potente, uma insurreição radical, um evento que nos lance como flechas em direção a um futuro que já chegou.

Conclusão

Este é o ponto em que começaremos a reunir os muitos “fios” que foram se desenrolando ao longo do trabalho, para podermos, mais do que apresentar respostas, tecer algumas considerações finais. Nosso objeto de estudo foi o fenômeno das migrações, fenômeno histórico da mobilidade humana que se apresenta cada vez mais intenso e crescente no cenário do mundo contemporâneo. Crescente e intenso a ponto de poder ser lido como um verdadeiro êxodo que, na interpretação de Virno, assinala o momento em que se interrompe e se contraria uma ordem constituída. Por isso, acreditamos na pertinência de interpretar as migrações como um êxodo constituinte: o continente de mobilidade e fuga que em Moulier-Boutang aparece como a constituição de uma nova terra e de um novo povo, como um horizonte de libertação.

O ponto de partida de nossa tese sobre as migrações contemporâneas foi articular este fenômeno às mudanças e recomposições sociais, políticas e econômicas que têm lugar com a globalização, a partir da perspectiva dos operaístas e pós-operaístas. Pudemos ver como o “operaísmo” italiano dos anos 60 e 70 oferece, a partir do ponto de vista de uma nova composição de classe, um modelo conceitual e um instrumental teórico que permite lançar um novo olhar tanto sobre os processos de divisão do trabalho – com a decorrente flexibilização e precarização das relações entre produção e capital – quanto sobre as conexões existentes entre migração e controle do trabalho, articuladas pelas políticas de regulação dos fluxos implementados pelos governos dos países mais procurados pela migração: um controle que se exerce pela modulação dos modos de inclusão do trabalho migrante através da multiplicação dos estatutos: legalização, vistos temporários, clandestinização e precarização. Como diz

Mezzadra, autor que se insere no campo conceitual e teórico do operaísmo, as migrações contemporâneas não podem ser reduzidas às “leis” de oferta e procura que historicamente governaram a divisão internacional do trabalho. Por essa razão, ele, Moulrier-Boutang e outros autores, propõem a tese da autonomia das migrações, cuja vantagem específica consiste na possibilidade de reconstruir o quadro das transformações do capitalismo contemporâneo do ponto de vista do trabalho vivo, de sua incomensurabilidade, de sua excedência e de sua subjetividade. A dinâmica das migrações constitui a maior e mais eficaz crítica à mistificação do “mercado” de trabalho, ao tornarem desmedidas por definição tanto a oferta quanto a procura da mão-de-obra. A suposta “liberdade” dos mercados apenas existe por detrás dos muros (físicos e jurídicos) que regulam os fluxos migratórios, que fixam os emigrantes e inferiorizam os imigrantes. O que mantém, por exemplo, o pacto salarial entre os trabalhadores das maquiladoras do norte do México e os operários norte-americanos não é a “docilidade” dos pobres e clandestinos, mas sua repressão. É o muro do Rio Grande que reduz a marcha da liberdade a uma liberdade (mistificada) do mercado.

Por outro lado, se o trabalho se transforma, também se modificam as formas de luta e os tipos de conflitos sociais e políticos decorrentes destas mudanças. Com efeito, os migrantes que participam dos fluxos contemporâneos de mobilidade sinalizam de maneira muito clara os problemas sociais provocados por este novo modo de produção em que a mente e a mão se juntam no corpo de um trabalho que mobiliza a própria vida, em que o cognitariado se junta ao proletariado. Novas formas de racismo são mobilizadas: o racismo contra os migrantes está no coração do debate político nos Estados Unidos e na Europa hoje. O próprio processo de constituição da União Européia anda às voltas com os riscos de novas e velhas derivas totalitárias e identitárias. As polêmicas sobre a ameaça do “encanador polonês” para o

mercado de trabalho francês, a revolta dos jovens franceses de origem africana, as manifestações maciças dos migrantes ilegais nos EUA indicam uma nova pauta para a discussão da democracia e do próprio conceito de cidadania.

Não podemos mais conceber a cidadania, por exemplo, exclusivamente com base na integração de um conjunto social homogêneo (o povo) e no consenso que esta mesma homogeneização poderia proporcionar. A própria natureza do espaço público se transforma e exige uma também nova concepção da política e da cidadania, com base em identidades heterogêneas, desiguais, múltiplas e potencialmente antagonistas. A cidadania no mundo globalizado afirma-se cada vez mais como um campo de luta política em que as demandas pelos direitos e as dinâmicas de produção, de liberdade, de mobilidade, vão além das perspectivas totalizantes. Só uma política de multiplicidades pode dar conta dessa nova dinâmica conflitual e transicional. E, neste sentido, os migrantes exercem um papel fundamental, ao demonstrarem que a potência criadora das multiplicidades, as inúmeras possibilidades abertas pelo seu constante movimento, pelo constante atravessamento de fronteiras na produção de “outros mundos possíveis”, não constituem mais uma exceção: são, como diz Lazzarato, “a própria fonte de constituição do real”.

Acreditamos que podemos e devemos ler o movimento dos migrantes como um movimento de fuga – e de afirmação do direito de fuga – como um movimento constituinte. Dizemos que o movimento migratório é constituinte porque ele tem como pressuposto a prática de deserção e, portanto, de partir para um novo começo; mas, ao mesmo tempo, migrar supõe fazer escolhas, renunciar ao que já está constituído: o migrante lança-se numa aventura incerta, arriscada, imprevisível, para construir tudo outra vez, para fazer o seu

caminho ao caminhar. A desterritorialização (que, no migrante, já inclui um desejo de reterritorialização), a opção *exit*, envolve sempre um risco, porque o migrante terá que renunciar a uma série de vínculos, redes, afiliações, modos de vida já estabelecidos. O migrante vive num “entre-dois”, como vimos, entre as ilusões, os sonhos (o desejo) e a realidade material, que terá de ser produzida e, como se diz coloquialmente, “batalhada”. Mas, fazendo seu caminho caminhando, o migrante trilha as mesmas veredas dos neozapatistas e dos índios Aymaras, mostrando que as linhas constituintes da liberdade atravessam, ao mesmo tempo, todas as fronteiras.

Quase todos os autores que escolhemos como referência – Negri, Virno, Mezzadra, Sayad dentre eles – apontam a ambigüidade da experiência do migrante. Sayad fala da dupla ausência que, na nossa leitura, equivale a dizer que a migração envolve, simultânea e paradoxalmente, ilusão e sofrimento, construção de um sonho, de um projeto, e desconstrução daquilo que já se conquistou. Por isso, nossa opção teórica e metodológica para abordar e discutir a questão das migrações no contexto da globalização ressalta a ambigüidade da experiência migratória. Se pensarmos nos migrantes como os pobres do nosso mundo, os párias da globalização, que são sistematicamente colocados às margens, nas periferias das grandes cidades, excluídos de seus direitos e, inclusive, do reconhecimento de seu direito a ter direitos enquanto cidadãos, não podemos esquecer que, antes de tudo, esses pobres encarnam uma potência criadora e transformadora, eles corporificam, em suas lutas, em suas reivindicações, em sua persistência, este desejo permanente de movimento e mudança que é sobretudo humano. Em sua persistência no ser, na ontologia, eles constituem a pobreza e seu sofrimento como a base de toda a produção.

No debate contemporâneo sobre as migrações, muitas figuras ou personagens aparecem e se perfilam. Não se trata mais apenas dos migrantes convencionais, aqueles exércitos de gente que saíam de um país geralmente subdesenvolvido ou com graves problemas políticos e econômicos para os países centrais e industrializados. Aqueles processos migratórios também constituíram linhas de fuga, cuja potência foi fundamental para o crescimento do mundo industrializado. Mas seus fluxos produtivos foram capturados por processos de homogeneização, massificação e serialização que hoje encontram-se completamente esgotados.

Por sua vez, as migrações contemporâneas implicam e concernem também a todos os que vivem e produzem nas cidades globais – inclusive os sedentários – seja pelo exílio ou pela mobilidade de parentes e familiares, por casamentos, oportunidades de trabalho, por influência de vizinhos, pela transnacionalização dos estilos de vida, etc. Surgem assim, e adquirem grande relevância e importância política, os “novos migrantes”, que não faziam parte das análises tradicionais dos fluxos históricos de mobilidade humana entre regiões, países, cidades: os refugiados que pedem asilo político para fugir dos conflitos, das perseguições, das guerras e dos efeitos dos desastres ecológicos; os migrantes pendulares, os precários, os trabalhadores sazonais, figuras cada vez mais presentes no mundo do trabalho imaterial e cognitivo; as mulheres chefes de família, geralmente de origem urbana e escolarizadas, que aspiram à uma vida com mais autonomia; os trabalhadores qualificados ou super qualificados, que não encontram em suas cidades ou países de origem oportunidades para canalizar sua qualificação e, na sua busca constante por essas oportunidades em outros países, constituem o que se costuma denominar “êxodo de cérebros”, contribuindo para a consolidação de espaços e redes transnacionais de produção e acumulação; e, finalmente,

todos aqueles trabalhadores, com grande ou nenhuma qualificação formal que saem em busca de uma vida melhor, enfrentando toda uma série de desvantagens e adversidades, nem sempre encontrando nos países que escolheram para viver, acolhimento, reconhecimento de seu direito de aí estar: são os migrantes “sem autorização”, sem documentos, clandestinos; são as cada vez mais numerosas e excedentes “minorias” que resistem e desafiam os poderes constituídos.

Embora não tenhamos tratado detalhadamente em nosso trabalho de todas essas novas “versões” de migrante, privilegiamos um aspecto que concerne e que atravessa todas as modalidades de migração que descrevemos acima: a luta e a resistência. Sem querer cair numa tautologia, reafirmamos a nossa crença de que os migrantes – que em seu movimento constituinte são a carne da multidão, como diz Negri – existem e se constituem porque lutam, porque, antes de tudo, resistem e insistem no ser. Essa resistência, esse poder constituinte são a única (e potente) posse dos migrantes hoje.

Por último, uma pequena reflexão sobre o sentido positivo de dizer que os migrantes são os “párias” da globalização: acreditamos que a aproximação dos migrantes aos párias e aos pobres do nosso mundo confere ainda mais vida e corpo ao momento de transição e de passagem da modernidade para a pós-modernidade, em que o pobre (o migrante que se despoja) é o nome comum da diferença e da multiplicidade. Para nós, trata-se de uma confirmação empírica das decisivas palavras de Negri e Hardt (2000): “O pobre é destituído, excluído, reprimido, explorado – e ainda assim, ele vive!”.

Referências

- ALTAMIRA, Cesar. *Los Marxismos del nuevo siglo*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.
- ANDRIOLI, Antonio Inácio (2006). Efeitos Culturais da Globalização. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano III, n. 26, jul. 2006.
- APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional. *Revista Novos Estudos CEBRAP* n. 49, nov 1997.
- ATZERT, Thomas; MEZZADRA, Sandro; MOULIER BOUTANG, Yann; SAINT-SAËNS, Isabelle; SANCHEZ, Raúl. Fronteiras e fronts: as cadeias migratórias. *Multitudes* n. 19, 9-16, dez 2004.
- BALIBAR, Étienne. “The nation form: history and ideology” In: Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein *Race, Nation, Class. Ambiguous Identities*. Londres: Verso, 1993.
- BAREMBLIT, Gregório. *Introdução à Esquizoanálise*. Instituto Félix Guattari. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Cultura, 1998.
- BAUDOIN, Thierry. Ville productive et territoire comum. In: T. Baudouin (coord.) *Ville productive et mobilisation des territoires*. Paris: L'Harmattan, 2006.
- BENHABIB, Seyla. *The Rights of Others: Aliens, Residents and Citizens* (The Seeley Lectures). Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. Models of Public Space: Hannah Arendt, the Liberal Tradition and Jurgen Habermas. In: Craig Calhoun (ed.) *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992. Citado em Journal of Middle East Women's Studies, disponível em: http://www.un-negls.org/doc/Restoring_the_Family_to_Civil_Society-Lessons_from_%20Egypt.doc.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, 3. reimpressão.
- BIRMAN, Joel. *Entre cuidado e saber de si. Sobre Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter. On the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993.

_____. *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidade*. México: Editorial Grijalbo, 1989.

CAPRON, Guénola; FOURNIER, Jean-Marc; GUILLON, Michelle; MIRET, Naïk (2004). *Les mobilités des qualifiés dans la Région du Rio de La Plata*. Artigo apresentado no colóquio “Les intégrations régionales: quelles dynamiques transfrontalières et transnationales?”.

CARVALHO, Rosane Bertolazzi de. *IMIGRANTES ITALIANOS EM UMA NOVA FRONTEIRA Noroeste Fluminense (1896-1930)*. 2001, Dissertação de mestrado em História Social, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Severino Sombra. Disponível em <http://www1.capes.gov.br/bdteses/ficha.asp?intIdTese=78>.

CERIANI, Gorgia (2005). *Mondialisation et mobilité*. Disponível em www.cafe-geo.net/cafe2/IMG/pdf/mondialise.pdf.

COCCO, Giuseppe. *Introdução a Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

_____. *Trabalho e Cidadania. Produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CORSINI, Leonora. *Mulheres no comando. Representações Sociais de mulheres em cargos executivos*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, Sérgio. “Teoria Social, Cosmopolitismo e as Sociedades Pós-Nacionais”. In: Ilse Scherer-Warren; José Maria Carvalho Ferreira (orgs.) *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez, 2002.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papyrus Editora, 1995.

DAVIS, Mike. “Planeta de Favelas” In: Emir Sader (org.) *Contragolpes. Seleção de Artigos da New Left Review*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Cidade de Quartzos. Escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

DELEUZE, Gilles. *Derrames. Entre el Capitalismo y la Esquizofrenia*. Buenos Aires: Cactus, 2005.

_____. *Diferencia y repetición*. Buenos Aires: Amorrortu, 2002.

_____. *Conversações, 1972 – 1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996

_____. *Foucault* (2. edição). Editora Brasiliense, 1995.

_____. “A Imanência: uma vida...”. *Philosophie*, n.47, setembro 1995, Ed. Minuit, Paris, p. 3-7. Publicado no blog *A vida escrita*, disponível em <http://vida-escrita.blogspot.com/2006/04/imanncia-uma-vida.html>

_____. “Desejo e prazer”. *Magazine Littéraire*. n. 325, outubro 1994, Paris, p. 57-65. Disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art07.html>

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1 (3. edição). São Paulo: Editora 34, 2004a.

_____. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 3 (2. edição). São Paulo: Editora 34, 2004b.

_____. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997a.

_____. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997b.

_____. *O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.

DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade*. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

DOISE, W. Las relaciones entre grupos. In: Serge Moscovici (org.). *Psicología Social, Influencia y cambio de actitudes. Individuos y grupos*. Barcelona: Paidós, 1984.

FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Éditions du Seuil, 1952.

FERNANDES, Daniela. *Desemprego e racismo alimentam revolta em Paris*. Reportagem para a BBC, 3 de novembro de 2005. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/11/printable/051103_parisanalisems.shtml.

FERREIRA, Ademir Pacelli. A psicanálise no terreno do Outro. In: Helion Póvoa Neto e Ademir Pacelli Ferreira (orgs.) *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *O migrante na rede do outro*. Rio de Janeiro: TeCorá Editora, 1999.

FONSECA, Patrícia Mazeau de. Algunas reflexiones sobre la Poética de Relación de Édouard Glissant. Disponível em <http://www.monografias.com/trabajos30/reflexiones-poetica-relacion-edouard-glissant/reflexiones-poetica-relacion-edouard-glissant.shtml>, s/d.

FOUCAULT, Michel. *A Vontade de Saber. História da Sexualidade Vol. 1* Rio de Janeiro: Graal, 14a. Edição, 2001.

_____. *Hermenéutica del sujeto*. Madri: La Piqueta, 2000.

_____. O sujeito e o Poder. In: Rabinow, P., & Dreyfus, H. *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *História da Sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1994c.

_____. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. *Les mailles du pouvoir. Dits et Écrits vol. IV (1980-1988)*. Paris: Gallimard, 1994a.

_____. *Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l'identité. Dits et Écrits vol. IV (1980-1988)*. Paris: Gallimard, 1994b.

FRANKLIN, John Hope. *Raça e História. Ensaios selecionados (1938-1988)*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1999.

FREUD, Sigmund. *O Estranho*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas, vol XVII, p. 273-314. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

_____. *História de uma Neurose Infantil*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas, vol XVII, p. 13-152. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

GARELLI, Jacques. Introduction à la problématique de Gilbert Simondon. In: Gilbert Simondon, *L'individue et sa genèse physico-biologique*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 1995.

GLISSANT, Édouard. *Poetics of Relation*. University of Michigan Press, 2003.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996, 4a. Edição.

GUILLAUMIN, Collette. *L'idéologie raciste*. Publications de l'Institut d'Études et de Recherches Interethniques et Interculturelles. Paris: Mouton, 1972.

_____. *Sexe, Race et Pratique du pouvoir. L'idée de Nature*. Paris: Éditions Côté-Femmes, 1992.

HAGE, J. A. O pensamento de Frantz Fanon. *Revista Autor*, Ano III, n.30, dez 2003. Disponível em <http://www.revistaautor.com.br/artigos/2003/30ale.htm>, acessado em 24 de novembro.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. (org. Liv Sovik). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

_____. "Who needs identity?" In: Stuart Hall e Paul du Gay (eds.), *Questions of Cultural Identity*. Londres: Sage Publications, 1997.

HARDT, Michael. "Pensador da esquerda norteamericana avalia os distúrbios na França" (*Folha de São Paulo*, nov. 2005). Disponível em www.vermelho.org.br/diario/2005/1114/1114_hardt.asp.

HERNÁNDEZ, Jaime. "El año de 'los invisibles'". *El Universal*, 2 de janeiro de 2007. disponível em http://www.eluniversal.com.mx/internacional/vi_52683.html.

HIRSCHMAN, Albert O.. *Saída, voz e lealdade. Respostas para o declínio em empresas, organizações e o Estado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

HOLMES, Brian. “Por entre as 'brechas' do poder. Coletivo 16Beaver entrevista Brian Holmes”. *Revista Global Brasil* n. 7, dez/jan/fev 2007.

KANT, Immanuel. *Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste Americano. Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EdUFF, 2004

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayne. "El retorno del ciudadano". *Cuadernos del CLAEH*, Uruguai, vol. 75, p. 81-112, 1996.

LAZZARATO, Maurizio. *Les Révolutions du Capitalisme*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Ronde, 2004. *As Revoluções do Capitalismo*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Puissances de l'invention. La psychologie économique de Gabriel Tarde contre l'économie politique*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2002.

_____. “Trabalho autônomo, produção por meio de linguagem e *General Intellect*”. In: Maurizio Lazzarato e Antonio Negri, *O trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

MACAGNO, Lorenzo. As ilusões etno-genealógicas da nação. In: *Revista Lugar Comum. Estudos de Midia, Cultura e Democracia*, n. 18, nov. 2002 - jun. 2003.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967

MARGOLIS, Maxine L. “Na virada do milênio: a emigração brasileira para os Estados Unidos”. In: Ana Cristina Braga Martes e Soraya Fleischer (orgs.) *Fronteiras Cruzadas. Etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MARÍAS, Julian. Curso *Los Estilos de la Filosofía*. Madri, 1999-2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com>.

MARTES, Ana Cristina Braga; SOARES, Weber. *Remessas de Recursos de Imigrantes*. Revista de Estudos Avançados da USP, vol. 20, n. 57, maio de 2006.

MARTES, Ana Cristina Braga. “Raça e etnicidade. Opções e constrangimentos”. In: Ana Cristina Braga Martes e Soraya Fleischer (orgs.) *Fronteiras Cruzadas. Etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MENGUE, Philippe (1994). *Gilles Deleuze ou Le Système du Multiple*. Paris: Éditions Kimé.

MEZZADRA, Sandro. *Derecho de fuga. Migraciones, ciudadanía y globalización*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

_____. Capitalisme, migrations et luttes sociales. Notes préliminaires pour une théorie des migrations. *Multitudes* n. 19, 17-30, dez. 2004.

MITCHEL, Christopher. “Perspectiva comparada sobre transnacionalismo entre imigrantes brasileiros nos Estados Unidos” In: Ana Cristina Braga Martes e Soraya Fleischer (orgs.) *Fronteiras Cruzadas. Etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

_____. “U.S. policy toward Haitian boat people, 1972-93” In: *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* (534), 1994.

MOULIER-BOUTANG, Yann. *La Révolte des Banlieues ou Les Habits Nus de la République*. Paris: Éditions Amsterdam, 2005a.

_____. *The Old New Clothes of the French Republic: In Defense of the Supposedly 'insignificant' Rioters*. Nova York, 2005b. Disponível em: <http://info.interactivist.net/article.pl?sid=05/11/29/038222>

_____. Les chaînes de la migration en Europe. *Multitudes*, n. 19, 31-40, dez. 2004.

_____. *De l'esclavage au salariat. Économie historique du salariat bridé*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

NEGRI, Antonio. “Pour une définition ontologique de la multitude”. *Multitudes*, n.9, p. 36-48. Também publicado na *Revista Lugar Comum. Estudos de Mídia, cultura e democracia*. N. 19-20, jan-jun 2004 (trad. Leonora Corsini).

_____. *Exílio*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2001.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. *Glob(AL). Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multitude. War and democracy in the age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004.

_____. *Empire*. Harvard University Press, 2000. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NOIRIEL, Gérard. *Mouvements*, março de 2007. Disponível em: <http://www.mouvements.asso.fr/spip.php?article44>.

NUNES, Rubens. *Instituições e Teoria no Pensamento Econômico das Primeiras Décadas do Século XIX*. Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A15.pdf>.

PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad. Postdata. Vuelta a El laberinto de la soledad*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

PELBART, Peter Pál. *Vida Capital. Ensaio de Biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEPETELA (Artur Pestana). *A geração da utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PILE, Steve. *The Body and the City. Psychoanalysis, space and subjectivity*. Londres: Routledge Press, 1996.

PÓVOA NETO, Helion. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: Helion Póvoa Neto e Ademir Pacelli Ferreira (orgs.) *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

REIS, Elisa Pereira. *Processos e Escolhas. Estudos de Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998

REIS, Rossana Rocha. Políticas de nacionalidade e políticas de imigração na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.

REVEL, Judith. “La disolución del discurso de izquierda abre las puertas a los discursos de derecha”. Entrevista a Verónica Gago, jornal *Página 12*, 30/03/2007. Disponível em www.pagina12.com.ar.

_____. *Foucault. Conceitos essenciais*. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.

RESENDE, Rosana. “Brasileiros no sul da Flórida. Relatos de uma pesquisa em andamento”.

In: Ana Cristina Braga Martes e Soraya Fleischer (orgs.) *Fronteiras Cruzadas. Etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

ROQUE, Tatiana. Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê?. *Revista Lugar Comum. Estudos de Mídia, cultura e democracia*. N. 15-16, set. 2001-abr. 2002. Rio de Janeiro, Rede Universidade Nômade.

SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

SANT'ANNA, Maria Josefina Soares. *A cidade como objeto de estudo. Diferentes olhares sobre o urbano*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid24.htm>, atualizado em março de 2002.

SASSEN, Saskia. Cidades para além do Estado. *Revista Global Brasil* n. 4. Rede Universidade Nômade, nov/dez/jan 2005.

_____. *Global cities. The de-nationalizing of time and space*. Documento apresentado na Conferência Bridge the Gap, em Fukuoka, Japão, julho de 2001. Disponível em: <http://www.btgjapan.org/catalysts/saskia.html>.

_____. *The global city: New York, London, Tokyo*. Nova York: Oxford University Press, 1992.

SAYAD, Abdelmalek. *La double absence. Des illusions de l'emigré aux souffrances de l'immigré*. Paris: Éditions de Seuil, 1999.

SZANIECKI, Barbara. *Estética da Multidão*. Coleção A Política no Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TAJFEL, Henry. The social psychology of minorities. In: *Human Groups and Social Categories*. Cambridge University Press, p. 309-343, 1978.

TARRIUS, Alain (2005). *Configurations migratoires, diasporas, réseaux transnationaux, identités collectives*. MIGRINTER – Migrations Internationales. Disponível em <http://www.mshs.univ-poitiers.fr/migrinter/index.htm>.

TOWNSLEY, Jeramy. *Walzer, Citizenship, Globalization And Global Public Goods*. Disponível em <http://www.jeramy.org/papers/walzer.html>, acessado em 11/04/2005.

VIRNO, Paolo. *A Grammar of the Multitude*. Los Angeles: Semiotext(e), 2004.

_____. “Multitude et principe d’individuation”. *Revue Multitudes* n. 7, dezembro de 2001.

_____. Virtuosity and Revolution: the political theory of exodus. In: Paolo Virno e Michael Hardt (orgs.) *Radical Thought in Italy: a potential politics*. Minneapolis: Minnesota Press, 1995.

WALZER, Michael. *Da Tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. “Citizenship”. In: Terence Ball, James Farr, Russell L. Hanson (eds.) *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge University Press, 1989.

_____. *Exodus and Revolution*. New York: Basic Books, 1985.

WENDEN, Catherine Wihtol de. *Atlas des migrations dans le monde. Réfugiés ou migrants volontaires*. Paris: Éditions Autrement, 2005.

ZAMBRINI, Adriana. *El deseo nomade. Uma clínica del acontecimiento, desde Nietzsche, Deleuze, Guattari*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2000.

ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Filmes:

À MARGEM DO CONCRETO. Direção: Evaldo Mocarzel. Brasil: 24VPS Filmes/Casa Azul Produções, 2006.

BOLÍVIA. Direção: Adrián Israel Caetano. Argentina: Lita Stantic, 2002.

PÃO E ROSAS. Direção: Ken Loach. Inglaterra: Rebecca O'Brien, 2000.

UM HERÓI DO NOSSO TEMPO (Va, vis et deviens). Direção: Radu Mihaileanu. França/Israel: Canal +/France 3 Cinéma/Eurimages, 2005.

Sites Consultados:

DIREITO DO ESTADO, <http://www.direitodoestado.com.br/noticias/3196/remessas>.

MIGRATION NEWS, <http://migration.ucdavis.edu>.

NOTA BIOGRÁFICA SOBRE FRANTZ FANON, <http://www.kirjasto.sci.fi/fanon.htm>.

RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS NAÇÕES UNIDAS (United Nations Department of Economic and Social Affairs), <http://www.un.org/paper.htm>.

THE CHARACTERISTICS OF UNAUTHORIZED IMMIGRANTS IN CALIFORNIA, <http://www.urban.org/publications/411425.html>.

TRENDS IN THE LOW-WAGE IMMIGRANT LABOR FORCE, <http://www.urban.org/publications/411426.html>.

Anexos

Anexo A – O que distingue Kreuzberg das banlieues francesas?

Soraia Vilela para *Europa & Mundo*
05.11.2005



Violência provocada pelos jovens na periferia das cidades francesas atrai o olhar de outros países europeus. Na Alemanha, sociólogos e mídia se perguntam: o que se vê em Paris poderia também acontecer em Berlim?

Depois da nona noite de revoltas nos subúrbios de Paris e na periferia de outras cidades francesas, as autoridades contabilizam um saldo de aproximadamente 900 veículos incendiados e danos em estabelecimentos comerciais, escolas e sedes de instituições públicas.



Para Seine-Saint-Denis – a região onde os conflitos são mais acentuados – foram enviados 1400 policiais. Além de helicópteros que sobrevoaram a área durante a madrugada. Mais de cem moradores tiveram que deixar suas casas devido ao perigo de incêndio. E centenas de pessoas foram às ruas em protesto contra os levantes.

Bildunterschrift: Se o foco da revolta é a periferia de Paris, os jovens com explosivos e pedras nas mãos estão se manifestando também em Bordeaux, Toulouse, Lille, Rennes, Nantes e Rouen. Diante da situação, o ministro francês do Interior, Nicolas Sarkozy, fez pouco até

agora além de chamar os moradores dos *banlieues* (bairros de periferia) de “ralé, gentalha”.

Do grafite ao explosivo

Mesmo que os primeiros protestos de filhos de imigrantes em regiões pobres de Paris tenham acontecido já nos anos 80, o grau da violência de hoje é visivelmente maior. O grafite dos 90 parece ter sido substituído pelos explosivos em grande escala: a forma encontrada pelos excluídos de lembrar aos outros que eles continuam existindo. Da mesma forma que a classe política evita a palavra “discriminação”, pouco se ouve sobre os guetos que não podem mais ser ignorados na sociedade francesa, principalmente os situados na periferia de Paris.

Guetos: proporções desconhecidas na Alemanha

Bildunterschrift: Daniel Cohn-Bendit, deputado no Parlamento Europeu e uma das figuras simbólicas dos protestos de rua em Paris em 1968, afirma em entrevista ao semanário *Der Spiegel* que a França “precisa resolver a questão dos guetos, que têm proporções que os alemães desconhecem. Os franceses precisam encontrar uma solução para problema do desemprego entre os jovens filhos de imigrantes, que existe em grau muito maior que na Alemanha”.



A possibilidade de deixar essas regiões, há que se lembrar, é praticamente inexistente para a maioria de seus moradores. Só para se ater aos preços do mercado imobiliário: nos últimos seis anos, eles subiram em Paris nada menos que 83%. Bairros antes considerados “operários” foram ganhando a aura de “chiques”.

“Um novo fenômeno é a aquisição de quarteirões inteiros por fundos de investimento, que reformam todas as fachadas e os apartamentos. O preço dos aluguéis, logo, vai às alturas”, comenta o diário suíço *Neue Zürcher Zeitung*. Ou seja, parte dos imigrantes que ainda não vivia na periferia, não tem outra chance se não se deslocar também em direção aos *banlieues*.

E apesar do odor de perfume nas regiões nobres da cidade, “12% da população é obrigada a sobreviver com menos de 670 euros ao mês”, lembra o jornal. O que, para o nível de preços local, não chega ao mínimo necessário para uma sobrevivência digna.

Discriminação: vocábulo ausente do discurso oficial

Bildunterschrift: Logo a França, que tem marcado na história o lema “liberdade, igualdade e fraternidade”. Logo as ruas de Paris, a capital que esbanja charme e elegância. “Discriminação é uma palavra dolorosa, que não faz parte do vocabulário oficial da República. Entretanto, a realidade é que a sociedade francesa têm enormes dificuldades em

aceitar cidadãos de origem árabe ou africana – exceto na seleção nacional de futebol”, ressalta o semanário alemão *Die Zeit*.

Sociólogos apontam para o fato de que a população das *banlieues* vai se tornando cada vez mais sensível à medida em que vai recebendo continuamente olhares tortos. A superfície de uma sociedade multicultural – visível nos times de futebol, na mídia e na cultura pop – e que chega até a ser invejada pelos vizinhos alemães, vai sendo desmascarada como um mero invólucro que disfarça a segregação racial existente no país.

“Nestes bairros de Paris acontecem batidas policiais diárias, em que são controlados principalmente jovens de origem africana. Eles são maltratados com frequência, obrigados a passar horas nos postos policiais até serem liberados”, observa Cohn-Bendit ao *Der Spiegel*.

Tolerância falsa e relativismo cultural forjado

Bildunterschrift: Na Alemanha, acreditam especialistas convidados a fazer declarações à mídia, apesar dos problemas em bairros habitados por muitos imigrantes – como Kreuzberg e Neukölln, em Berlim – o grau de marginalização dos estrangeiros continua sendo menor que nas cidades francesas. Embora nos dois países haja “uma tolerância falsa e um relativismo cultural forjado”, critica o diário berlinense *Der Tagesspiegel*.

Alguns analistas afirmam que há hoje um bom contingente de filhos de imigrantes turcos, por exemplo, fazendo parte da classe média alemã. E que os bairros habitados por estrangeiros no país estão a anos-luz de distância da segregação que se vê na França. Já Ruud Koopmans, professor de Sociologia em uma universidade holandesa, aponta: “Os imigrantes na Alemanha ainda continuam não se sentindo em casa e mantendo a sensação de que são apenas hóspedes”. Resta saber se algum dia eles também vão optar pelos explosivos no lugar do grafite.

Anexo B – Sarkozy propõe criação de Ministério de Imigração e Identidade Nacional na França

Claudia Cândido para Brasil ETC
16/03/2007

A proposta do candidato à presidência da França, Nicolas Sarkozy, de criar um “Ministério de Imigração e de Identidade Nacional” foi bastante criticado por seus adversários.

Um dos pontos mais polêmicos da proposta de Sarkozy é o de modificar as condições de realojamento familiar. Ele propõe que, para trazer a família, o imigrante vai necessitar de uma casa, de um trabalho e também falar francês fluentemente antes de viajar para França. O candidato prometeu que, se for eleito, fará votar a partir de julho essa nova lei de imigração.

Sarkozy, que é ministro do interior defende, também, a criação de um grande ministério juntando todas as competências ligadas à imigração. O discurso dele trabalha em cima dos valores da França. “A França é um país que está aberto e sempre esteve. Todos aqueles que são acolhidos devem tomar sua parte na história bem como seus valores”.

Junto a isso, o ministro segue defendendo sua proposta em relação aos termos usados para definir o que seja esta “identidade nacional”, que não considera ofensivos. Entretanto, seu desejo pela criação de um Ministério de Imigração e Identidade Nacional gerou muitas polêmicas e desacordos entre os próprios adversários.

Para o primeiro secretário do partido Socialista, François Hollande, as propostas de Sarkozy são um constante fracasso. “O ministro há cinco anos fez votar duas leis sobre imigração e agora, dentro da campanha presidencial, ele nos anuncia uma nova lei, um novo ministério”.

O candidato à presidência pelo partido UDF, François Bayrou, vê o assunto como uma fronteira que já foi transposta. “Que nós tenhamos um ministério, por que não?”

“O retorno à questão da Imigração e Identidade Nacional vai ressuscitar os episódios mais obscuros de nossa história”, diz a candidata comunista Marie-George Buffet. “As declarações de Sarkozy visam dar crédito às teses xenófobas e racistas da Frente Nacional, e isso é indigno para um candidato republicano”.

O candidato “gaulliste e republicano” à presidência, Nicolas Dupont-Aignan, ex UMP, julgou surrealista que o ministro venha propor um Ministério da Imigração, “sendo que ele mesmo permaneceu cinco anos no poder fazendo com que fossem votadas diversas leis sobre o assunto, como é que propõe agora um ministério?”, interroga.

A candidata socialista, Ségolène Royal, declarou que considera a proposta do ministro “absolutamente ignóbil” e completa: “criar um Ministério de Imigração e de Identidade Nacional criara uma confusão infeliz”. Ségolène Royal considera que uma aliança entre identidade francesa e trabalhadores imigrantes é indigna à candidatura social. Segundo ela, jamais os imigrantes irão ameaçar a identidade francesa. Ao contrário, os imigrantes seguidamente são requisitados por empresas para fazer o trabalho que os franceses não

querem fazer, contribuindo para o crescimento econômico.

O MRAP (Movimento contra o Racismo e pela Amizade entre os Povos), não vê com bons olhos a atitude do ministro que teima em trazer os piores momentos do passado, tanto que o SOS racismo desaprova totalmente os argumentos de Nicolas Sarkozy.

A associação se espanta de ver o ministro adotar uma visão de identidade nacional também estreita e conservadora. Uma das grandes riquezas da França é justamente saber a cada época recompor, adaptar, enriquecer esta identidade; França terra de asilo? A França tem uma tradição em acolher e dar asilo a imigrantes e refugiados.

Num comunicado, o diretor geral Pierre Henry lançou a pergunta: o que vem a ser identidade nacional dentro de um país onde um em cada quatro franceses tem pais ou alguém da família que é imigrante?

Sarkozy prometeu que, se for eleito, fará votar a partir de julho uma nova lei de imigração a fim de enquadrar o reagrupamento familiar estabelecendo três condições para um estrangeiro residir na França e trazer sua família.

1. Dispor de uma moradia;
2. Dispor de um trabalho que possa sustentar sua família;
3. Antes de se instalar na França, saber falar corretamente a língua francesa.

Anexo C – A culinária do Racismo

Luiz Felipe de Alencastro para *Sequências Parisienses*
09/01/07

O preço da igualdade racial é a eterna vigilância. Tal é a lição que se deve tirar do processo sobre a sopa de porco distribuída em Paris, conforme noticiado no *Libération* e no *Herald Tribune*.

O caso começou no inverno de 2004, quando uma ONG ligada à extrema-direita organizou uma distribuição gratuita de sopa de toucinho para os sem-teto de Paris. Associações anti-racistas denunciaram a iniciativa como um ato preconceituoso visando excluir judeus e, sobretudo, muçulmanos, franceses ou imigrantes, numerosos entre os sem-teto. De fato, o sítio da ONG de extrema-direita explicitava a finalidade discriminatória da operação, afirmando: “Quem não quiser a sopa, não tem sobremesa, os nossos [pobres] antes dos vossos”. Há cerca de 600.000 judeus e 5.000.000 de muçulmanos na França.

Houve proibições, recursos judiciais e o processo foi parar no *Conseil d’Etat* (espécie de STF da França).

Baseado no princípio de que se tratava de atos derogatórios à dignidade humana e que “toda atividade contrária à dignidade humana é contrária à ordem pública”, o *Conseil d’Etat* manteve o veto à distribuição da sopa de toucinho.

O racismo contemporâneo se apresenta como uma sub-cultura recorrente e diversificada. Para combatê-lo é necessário, por intermediário da educação cívica, escolar e universitária, desenvolver um verdadeiro militantismo anti-racista.

Anexo C – Revolta dos “brasucas” agita cidade dos Estados Unidos

ESTRANHOS NO PARAÍSO: Dona de jornal voltado à comunidade em cidade próxima a NY e a filha sofrem ameaças de compatriotas.

*Sérgio Dávila, da reportagem local, para a Folha de São Paulo
17/11/2005*

Há uma “revolta de brasileiros” em curso em uma pequena cidade norte-americana. De um lado, parte da comunidade de imigrantes ilegais, a maior em proporção nos EUA. De outro, a dona de um dos três jornais locais voltados a essa comunidade e sua filha. O palco da revolta é Danbury, a uma hora de Manhattan, cidade-dormitório no Estado de Connecticut onde vivem nova-iorquinos endinheirados e um dos dez principais destinos dos imigrantes brasileiros ilegais nos EUA, que encontram emprego fácil como mão-de-obra não-especializada. Dos 75 mil habitantes da cidade, estima-se que entre 15 mil e 20 mil sejam do Brasil – ou seja, entre 20% e 22,5% da população.

Há duas semanas, quando a cidade vivia a campanha para prefeito, a brasileira Emanuela Lima, 22, editora-executiva do jornal quinzenal *Tribuna*, o único bilíngüe português-inglês, cuja publisher é sua mãe, Celia Bacelar, 45, foi uma das entrevistadas em reportagem do telejornal do Channel 8, afiliado à ABC, uma das maiores emissoras dos EUA. Naqueles dias, o noticioso norte-americano vinha fazendo uma série de reportagens-denúncia sobre os imigrantes ilegais na cidade, comunidade formada também por mexicanos e equatorianos. Não por acaso, endurecer as leis contra estes era a principal bandeira do prefeito de então, o republicano Mark Boughton, que concorria ao terceiro mandato.

Ele reproduzia em sua plataforma eleitoral o sentimento anti-imigração que tomou a parte conservadora do país pós-11 de Setembro, externado por estrelas do partido do presidente George W. Bush como Arnold Schwarzenegger, governador da Califórnia, que propôs uma milícia anti-ilegais na fronteira com o México. Com um funcionário brasileiro da emissora que posou de imigrante ilegal, a reportagem do Channel 8 filmava a atendente de uma loja brasileira de Danbury, a Interpoint Travel, indicando ao “imigrante” como conseguir uma carteira de habilitação falsificada do Brasil, para depois voltar ali e comprar uma internacional legal.

O valor do documento se explica. Sem a carteira internacional, só obtida com a equivalente nacional em dia, o típico imigrante ilegal, já com visto de turista vencido e sem "greencard" ou cartão de seguro social, não consegue nem o subemprego nem comprar um carro – o que o torna inútil numa cidade em que o transporte público virtualmente inexistente. Além das autoridades, uma das entrevistadas para comentar o flagrante era Emanuela. “Pessoas são capazes de conseguir um cartão de seguro social e 'greencard' logo ali na rua”, dizia a editora do *Tribuna*. “É lamentável que a maioria das pessoas que provêm esses serviços seja brasileira, descendente ou imigrante mesmo”.

O telejornal foi ao ar no último dia 3. Foi o estopim. Nos dias seguintes, a redação do *Tribuna* começou a receber telefonemas, cartas e e-mails ameaçadores. Os jornais concorrentes, *The*

Immigrant e Comunidade News, ambos semanais e escritos só em português, soltaram suas edições seguintes com as manchetes “Traição” e “Revolta na comunidade”, respectivamente. Comunidades contra o jornal foram criadas no site de relacionamentos Orkut, batizadas “Eu Odeio o jornal *Tribuna*” e “Brazucas [sic] em Danbury”. Há mensagens com títulos como Tá na hora de acabar com o *Tribuna*” e frases do tipo “Se não agirmos agora para dar um fim de vez no *Tribuna*, com certeza essas doidas irão aprontar mais”.

“As pessoas estão muito preocupadas com a imigração ilegal por aqui”, cutucou Mark Boughton, que foi reeleito e será reempossado em dezembro. Uma de suas medidas mais criticadas pela comunidade tinha sido pedir à governadora mais poderes para que a polícia local pudesse expulsar imigrantes. “Felizmente ela negou”, disse à Folha Breno da Mata, do *Comunidade*. Com a reeleição de Boughton, o clima de caça às bruxas foi reavivado de lado a lado. Entre os brasileiros, o papel principal é ocupado por Celia Bacelar e sua filha, que vivem legalmente nos EUA.

“Guerra” envolve lojas, candidata e cônsul

Comerciantes se acusam, jornais se atacam e até o procurador-geral do Estado entra no caso

O clima de guerra entre os imigrantes de Danbury não se restringe aos três jornais voltados à comunidade local ou mesmo à simplificação de brasileiros de um lado e Celia Bacelar, sua filha e a *Tribuna* de outro. Envolve pelo menos duas outras empresas, o procurador-geral do Estado, uma candidata brasileira ao equivalente local da Câmara Municipal e até o recém-empossado cônsul brasileiro em Nova York. Por partes. O flagrante de indicação de venda de carteira de habilitação ilegal por uma funcionária brasileira da *Interpoint Travel* foi gravado pelo repórter Alan Cohn, do Channel 8. O proprietário da empresa, Alencar Castello, se defende: “Parece sem sentido que o repórter tenha vindo diretamente à minha loja e só à minha loja”, diz ele, para depois atacar.

Segundo Castello, em 5 de outubro, sua ex-sócia, Dilemar Oliveira, da Dila's Travel, teria ligado para ele e dito que daria até o fim da semana para parar de vender carteiras de habilitação internacionais, uma atividade legal e reconhecida pelos EUA. “Caso contrário”, afirmou Castello, “ela iria à polícia e alegaria que minhas carteiras eram todas falsas”. Dilemar de Oliveira, proprietária da Dila's, nega qualquer ameaça. Afirma só que, após ter recebido “uma série de documentos” do Brasil, viu que a carteira expedida pelo Automóvel Club não seria mais aceita nos EUA e ligou para o ex-sócio “apenas para avisá-lo” do fato. Sua loja não foi visitada pela reportagem do telejornal.

“Está vendo, tem mais coisa nessa confusão do que nós imaginamos”, disse à Folha Breno da Mata, 39, do *Comunidade News*. “Pergunte à Celia, por exemplo, se ela também não foi imigrante ilegal. Pergunte por que ela mudou de lado depois de receber o greencard, há três anos”. Por meio de sua filha, Emanuela, Celia Bacelar – que se recupera de uma cirurgia feita em uma viagem recente a Belo Horizonte (MG), responde que sempre teve “orgulho” de sua condição. “Não temos nada a esconder”, disse Emanuela. “Só achamos que, uma vez morando nos Estados Unidos, devemos responder às leis americanas e não tentar adaptar as brasileiras aqui, ou nunca seremos aceitos”, diz ela que diz vir recebendo constantes ameaças de morte e ter sido vítima de um atentado em março passado, quando foi atropelada em circunstâncias ainda pouco esclarecidas.

Já Raimundo Santana, 44, editor do *The Immigrant*, provoca: “Ameaças de morte, agora, Celia Bacelar pode até ter sofrido, porque contrariou toda a comunidade, de 'a' a 'z', mas aquele atropelamento ninguém engole. Rua escura, carro preto, sem placa, sem testemunha nem nada... Essa mulher é ligada ao poder público republicano, que persegue os imigrantes”, disse ele à Folha.

A insinuação faz Emanuela rir. “Você já assistiu ao seriado C.S.I. (sigla para polícia técnica norte-americana)? Quando houve o atropelamento, eles interditaram a rua inteira e passaram pó para identificar impressões digitais até no asfalto”, exagera. “Além do mais, que brasileiro teria meios para armar um acidente assim?” Quanto à ligação com os poderes locais, o caso realmente chegou ao escritório do procurador-geral do Estado de Connecticut, Richard Blumenthal, o que facilitou as coisas para que a polícia de Danbury colocasse a família Bacelar sob proteção 24 horas por dia.

Já a brasileira Renata Amaral, derrotada nas últimas eleições quando saiu como vereadora pelo Partido Democrata e pretende concorrer de novo nas próximas, organiza uma passeata e colhe assinaturas para um abaixo-assinado contra o jornal. E até o novo cônsul em Nova York, José Alfredo Graça Lima, deve tocar no assunto em coletiva hoje.

Brasil é notícia recorrente, nem sempre positiva

O Brasil e os brasileiros são notícia recorrente na imprensa de Danbury, mas nem sempre em títulos ou reportagens positivos. Antes da “revolta” atual, a última aparição tinha sido uma frase desastrosa, registrada pela correspondente da Folha em Nova York, Leila SuWwan, do então embaixador do país naquela região, que se despedia do cargo. Ao comentar a política anti-imigração do prefeito de Danbury, o diplomata Júlio César Gomes dos Santos conclamou líderes da comunidade brasileira a se mobilizarem e “não se misturarem com os 'cucarachos'”. A maioria dos nossos é ilegal – não para nós, ilegais para eles [americanos]. Se houver retaliação, é pior para nós. Deixa os 'cucarachos' lá. Não deixem que essa mistura aconteça”, disse no final do mês passado. Ele se referia a protestos contra a repressão de imigrantes ilegais em Danbury. Depois, Santos se desculparia pela “infelicidade” do uso da palavra pejorativa, que quer dizer barata (o inseto), em espanhol, mas diria também que sua intenção era “construtiva”.

De fato, para o americano médio, não há diferença entre brasileiros, mexicanos e equatorianos, a comunidade de imigrantes na cidade. O que atrai os imigrantes daqui, a maioria de pequenas cidades mineiras, é o valor da hora paga para os “ilegais” na região, 50% mais alta que na Flórida. Pela condição de vida e por representarem alta porcentagem da população, os brasileiros de Danbury não estão livres de outra estatística: a criminal. Em junho, o brasileiro Philippe Patricio, 20, foi preso sob acusação de, alcoolizado, furtar um avião de madrugada e sobrevoar Connecticut por quase três horas. Estava com dois amigos, nenhum brasileiro.

Mas o caso mais grave foi de outro brasileiro, Saul dos Reis Junior, que hoje cumpre pena de 25 anos. O ex-garçom foi condenado por, aos 25 anos, em 2002, ter seduzido via internet e matado por asfixiamento a jovem americana Christina Long, de 13 anos, quando faziam sexo no carro dele no estacionamento de um shopping. Depois, descobriu-se que Saul teria tentado seduzir sexualmente outra garota em 1998. A defesa negou participação nos casos.

Anexo D – Jogo “Caça ao Imigrante Ilegal” provoca protestos em Nova York

Letícia Gonçalves para Jornal Brazil Online
28.2.07

Um grupo de estudantes da Universidade de Nova York está sendo criticado por ter organizado uma brincadeira em que as pessoas teriam que encontrar, em meio a uma multidão, um imigrante ilegal escondido.

Na brincadeira, que seria realizada nesta quinta-feira no parque Washington Square de Nova York, os participantes deveriam assumir o papel de fiscais da imigração e tentar encontrar um estudante com um crachá que o identificaria como “imigrante ilegal”.

De acordo com o jornal *New York Daily News*, os organizadores do evento – estudantes da universidade e membros de um clube de simpatizantes do Partido Republicano – foram “bombardeados” com e-mails que afirmam que o passatempo é “racista” e “nojento”. Segundo o jornal, 600 estudantes iriam realizar um protesto contra a brincadeira.

“Precisamos mostrar que esse tipo de ação racista é completamente inaceitável”, diz uma mensagem dos organizadores do protesto em um site de recados para estudantes da Universidade.

“Não é um evento racista, em primeiro lugar”, disse ao jornal Sarah Chambers, presidente do clube. “Nós não somos racistas só porque não queremos que imigrantes ilegais possam ignorar completamente as leis de nosso país.”

Chambers, porém, admitiu que a brincadeira é provocadora e tem o objetivo de chamar a atenção para a questão da imigração ilegal, estimulando o debate sobre o assunto.

Na brincadeira, o aluno que encontra o “imigrante ilegal” (na verdade, um membro do clube republicano), ganha um vale-brinde de US\$ 50.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)